



DANILO RICARDO DE OLIVEIRA

**Política de línguas, política de Estado:
história, sentido e espaço de enunciação internacional**

**CAMPINAS,
2014**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

DANILO RICARDO DE OLIVEIRA

**Política de línguas, política de Estado:
história, sentido e espaço de enunciação internacional**

**Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto
de Estudos da Linguagem da Universidade
Estadual de Campinas para obtenção do título de
Mestre em Linguística.**

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães

**CAMPINAS,
2014**

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem
Teresinha de Jesus Jacintho - CRB 8/6879

OL4p Oliveira, Danilo Ricardo de, 1987-
Política de línguas, política de Estado : história, sentido e espaço de enunciação internacional / Danilo Ricardo de Oliveira. – Campinas, SP : [s.n.], 2014.

Orientador: Eduardo Roberto Junqueira Guimarães.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Linguagem e línguas - Aspectos políticos. 2. Política linguística. 3. Ideia (Filosofia) - História. 4. Língua Portuguesa - História. 5. Semântica. I. Guimarães, Eduardo, 1948-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Language policy, State policy : history, sense and space of enunciation

Palavras-chave em inglês:

Languages - Political aspects

Linguistics policy

Idea (Philosophy) - History

Portuguese Language - History

Semantics

Área de concentração: Linguística

Titulação: Mestre em Linguística

Banca examinadora:

Eduardo Roberto Junqueira Guimarães [Orientador]

Sheila Elias de Oliveira

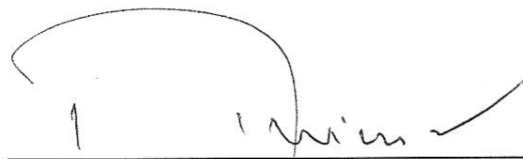
Leandro Rodrigues Alves Diniz

Data de defesa: 21-03-2014

Programa de Pós-Graduação: Linguística

BANCA EXAMINADORA:

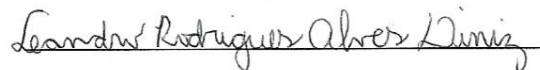
Eduardo Roberto Junqueira Guimarães



Sheila Elias de Oliveira



Leandro Rodrigues Alves Diniz



Jose Horta Nunes

Carolina de Paula Machado

IEL/UNICAMP
2014

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo fazer uma história das ideias linguísticas nas relações internacionais do Estado brasileiro. Na constituição dessa história, espera-se dar visibilidade específica à categoria interpretativa “espaço de enunciação”, sobretudo pela análise de um corpus constituído a partir do Arquivo Histórico e Diplomático do Itamaraty, com documentos do período entre 1930-1950, momentos em que a designação da língua oficial esteve no centro das discussões no Brasil. É nosso objetivo analisar as possíveis implicações que a polêmica quanto ao nome da língua do Brasil teria nas políticas de línguas no cenário internacional. Grosso modo, considera-se o cruzamento das discursividades sobre o nome da língua e sobre a expansão dessa língua como objeto de especial interesse para compreender como, historicamente, o Estado pôde constituir uma política de sua língua justamente quando a identidade dessa língua estava, então, se construindo. Dar visibilidade a esse impasse histórico abre terreno para uma leitura particular quanto aos meios e objetivos da “expansão do idioma”, permitindo interpretar uma história de sentidos para a língua nacional do Brasil e uma história das políticas de língua enquanto políticas do Estado brasileiro nas relações internacionais. Os materiais de pesquisa são aqui tomados enquanto textos e analisados com base no quadro teórico-metodológico do programa História das Ideias Linguísticas e da Semântica do Acontecimento. Nosso procedimento de análise de textos fundamenta-se em recortes dos materiais de pesquisa, recortes esses que respondem a dois interesses: de um lado, constituir uma história pelos sentidos que o texto tem sobre um objeto específico, a língua; de outro, marcar decisiva e explicitamente essa pesquisa e leitura do corpus enquanto prática política e, conseqüentemente, constituir uma história que, ao admitir seu caráter interpretativo, realça uma posição ética na pesquisa linguística. O interesse pela história das políticas de língua, na sua relação com o conceito de espaço de enunciação, e os dispositivos de análise do corpus posicionam este trabalho de modo especial entre os estudos da língua e da linguagem. Confiamos, porém, que o diálogo com as relações exteriores e com a própria história possa indicar também outros domínios disciplinares nos quais este trabalho venha potencialmente a se constituir enquanto objeto de interesse acadêmico.

Palavras-chave: Linguagem e línguas – Aspectos políticos; Política linguística; Ideia (Filosofia) – História; Língua Portuguesa – História; Semântica.

ABSTRACT

This paper aims to make a history of linguistic ideas in international relations from Brazilian State. In that history, it is expected to give special visibility to the linguistic concept of “space of enunciation”. We analyze a corpus, constituted from Itamaraty’s Historic and Diplomatic Archive, with documents from the period between 1930-1950, moment in which the name of official language was at the center of discussions in Brazil. It is our aim analyzing the possible implications that the controversy about the name of the language would have on language policies in the international scenario. In short, we consider the intersection of discourses on the name of the language and on the expansion of the language as a subject of special interest to understand how the State could elaborate a policy of one language whose identity was being built. Giving visibility to this historical stalemate allows a particular reading on the means and objectives of the “expansion of language”, allowing to interpret a history of senses to the national language of Brazil and a history of language policies as policies of Brazilian State in the international relations. In this work, the research materials are taken as texts and analyzed based on the theoretical and methodological framework of the program History of Linguistic Ideas and of the Semântica do Acontecimento (Semantics of the Utterance Event). Our procedure of analysis of text is based on clippings of research materials. These clippings correspond to two interests: on one hand, to constitute a history by the meanings of a text about a specific object, the language; on the other hand, to define decisive and explicitly this research and reading as political practice. By this procedure we are highlighting an ethical position in linguistic research. The interest in the history of language policies, in its relation to the concept of space of enunciation, as well as the device of analysis, position this job especially between studies of language. We trust, however, that the dialogue with the international relations and with history itself can also indicate other subject areas in which this work will potentially be constituted as an object of academic interest.

Keywords: Languages – Political aspects; Linguistic policy; Idea (Philosophy) – History; Portuguese Language – History; Semantics.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. HISTÓRIA DAS IDEIAS: LINGUÍSTICAS, POLÍTICAS.....	7
2.1 História, história das ideias, histórias das ideias linguísticas	7
2.1.1 A propósito da história	13
2.2 Política de línguas: conceito e momentos decisivos.....	17
2.2.1 Momentos decisivos.....	22
2.3 A língua como questão de Estado.....	26
2.3.1 Língua e diplomacia cultural.....	29
2.4 Na esteira da designação: um trabalho estético da política de língua	33
3. ENTRAR NO ARQUIVO: A PROPÓSITO DA METODOLOGIA	39
3.1 Semântica e Texto	39
3.1.1 Enunciado e texto.....	40
3.1.2 Relações de integração ao texto: o enunciado e sua independência relativa	42
3.1.3 Sentido e história.....	44
3.1.4 Acontecimento e temporalidade.....	46
3.1.5 Textualidade e reescrituração.....	48
3.1.6 Espaço de enunciação.....	54
3.1.7 O político na enunciação e a cena enunciativa.....	59
3.1.8 Domínio Semântico de Determinação.....	67
3.1.9 Argumentação	72
3.2 Entre texto e Arquivo: a constituição de um corpus.....	82
4. IDENTIDADE LINGUÍSTICA E ESPAÇOS DE ENUNCIÇÃO.....	87
4.1 Uma história das políticas linguísticas nas relações exteriores	87
4.1.1 Brasil - Estados Unidos	88
4.1.2 Brasil - México.....	109
4.1.3 Brasil – República Dominicana.....	131
5. A HISTÓRIA É MAIS ANTIGA: A CIRCULAR 231.....	141

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	151
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	159
ANEXOS	165

À minha família, por todo apoio aos meus projetos e por toda compreensão. Especialmente, aos meus avós paternos, Lourdes e Sebastião, pela sempre pronta disposição em ajudar e pelos momentos de inestimável companhia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Ao Prof. Dr. Eduardo Guimarães, pelo acolhimento no programa de pós-graduação e pelas conversas e orientações que permitiram que minhas ideias, às vezes bastante dispersas e confusas, se tornassem compreensíveis e legíveis neste trabalho.

À Prof^a. Dr^a. Sheila Elias de Oliveira: pela disposição ao diálogo mesmo antes de meu ingresso no programa de mestrado; pelas leituras sugeridas, que refletiram nas questões e, inclusive, no encaminhamento da pesquisa; pela prontidão com que aceitou ler este trabalho nas etapas de qualificação e defesa, fazendo sempre apontamentos que o enriqueceram sobremaneira.

Ao Prof. Dr. Leandro Diniz: pela leitura meticulosa deste trabalho e pelas questões que me propôs e que me fizeram refletir sobre aspectos – antes inobservados por mim – de importância fundamental inclusive para a projeção de futuro de minhas pesquisas.

Aos demais professores e a todos os funcionários do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (IEL-Unicamp), pela sempre pronta disposição para tornar realidade um percurso de educação e pesquisa de qualidade.

Aos funcionários do Arquivo Histórico e Diplomático do Ministério das Relações Exteriores do Rio de Janeiro, por toda presteza e por todo apoio durante meus períodos de contato com documentos.

A todos os amigos e amigas do Instituto de Estudos da Linguagem, por tornarem mais agradáveis esses meses de trabalho e pela abertura ao diálogo e à troca de experiências.

Lista de Figuras

Figura 1:	Cena Enunciativa dos recortes (1) e (2), extraídos da notícia <i>A unidade linguística luso-brasileira</i>	65
Figura 2:	O que “português” significa: Domínio Semântico de Determinação	70
Figura 3:	Primeira leitura da argumentação do Locutor do recorte (1), extraído da notícia <i>A unidade linguística luso-brasileira</i>	78
Figura 4:	Segunda leitura da argumentação do Locutor do recorte (1), extraído da notícia <i>A unidade linguística luso-brasileira</i>	78
Figura 5:	Projeção da argumentação no DSD da palavra “português” dos recortes (1) e (2), extraídos da notícia <i>A unidade linguística luso-brasileira</i>	82
Figura 6:	Argumentação na correspondência entre Oscar Correia, Cônsul Geral do Brasil em 1940, e Nicolas Butler, Presidente da Universidade de Columbia	96
Figura 7:	Orientação argumentativa das paráfrases (9 ^o) do dizer do Presidente da Universidade de Washington ao Chefe da Divisão de Cooperação Intelectual do Brasil	105
Figura 8:	Orientação argumentativa das paráfrases (9 ^o) do dizer do Presidente da Universidade de Washington ao Chefe da Divisão de Cooperação Intelectual do Brasil	107
Figura 9:	Convite para "Conferências sobre o Brasil"	123
Figura 10:	Divisão do Locutor do convite para as "Conferências sobre o Brasil"	126
Figura 11:	Argumentação do Locutor do editorial do <i>La Nación</i> de 27 de novembro de 1942	138
Figura 12:	Circular nº 231 da Secretaria de Estado das Relações Exteriores do Brasil	144
Figura 13:	Locutor e Argumentação em (17) - Circular 231	148

Lista de Quadros de Paráfrases

Quadro 1:	Paráfrases formuladas a partir dos recortes (1) e (2), extraídos da notícia <i>A unidade linguística luso-brasileira</i>	69
Quadro 2:	Paráfrases (4a) a (4c) formuladas a partir do recorte (4), extraído de correspondência, de 1940, da Embaixada do Brasil de Nova Iorque para o Ministro de Estado das Relações Exteriores	89
Quadro 3:	Paráfrases (4d) e (4e) formuladas a partir do recorte (4), extraído de correspondência, de 1940, da Embaixada do Brasil de Nova Iorque para o Ministro de Estado das Relações Exteriores	90
Quadro 4:	Paráfrases formuladas a partir do recorte (5), extraído de correspondência, de 1940, da Embaixada do Brasil de Nova Iorque para o Ministro de Estado das Relações Exteriores	92
Quadro 5:	Paráfrases formuladas a partir do recorte (6), extraído de correspondência do Presidente da Columbia University para o Cônsul Geral do Brasil	94
Quadro 6:	Paráfrases formuladas a partir do recorte (8), extraído de correspondência do Chefe da Divisão de Cooperação Intelectual do Brasil ao Diretor do Centro Interamericano da Universidade de Washington	100
Quadro 7:	Paráfrases (9') formuladas a partir do recorte (9), extraído de correspondência do Presidente da Universidade de Washington ao Chefe da Divisão de Cooperação Intelectual do Brasil	104
Quadro 8:	Orientação argumentativa das paráfrases (9'') do dizer do Presidente da Universidade de Washington ao Chefe da Divisão de Cooperação Intelectual do Brasil	106
Quadro 9:	Paráfrases dos recortes (10) e (11), extraídos de correspondências da Embaixada do Brasil no México com o Ministro de Estado das Relações Exteriores	113
Quadro 10:	Paráfrases (12') obtidas pela relação do recorte (12) (extraído lista de livros solicitados pela Embaixada do Brasil no México) com o propósito de ensino da língua e literatura do Brasil (indicado no recorte (10))	117
Quadro 11:	Paráfrases (12'') obtidas pela relação do recorte (12) (extraído lista de livros solicitados pela Embaixada do Brasil no México) com o propósito de ensino da língua e literatura do Brasil (indicado no recorte (10))	120
Quadro 12:	Paráfrase (12''') obtida pela relação dos autores mencionados no recorte (12) (extraído lista de livros solicitados pela Embaixada do Brasil no México) com o Colégio Pedro II e com o ensino da língua do Brasil	121
Quadro 13:	Paráfrases do recorte (14), extraído da <i>Carta a los Presidentes de las Cámaras legislativas</i> , escrita em 1942 pelo general e governante da República Dominicana, Rafael L. Trujillo	133
Quadro 14:	Paráfrases do recorte (15), extraído do editorial do <i>La Nación</i> de 27 de novembro de 1942	137
Quadro 15:	Paráfrases obtidas a partir do recorte (17), extraído da Circular 231 da Secretaria de Estado das Relações Exteriores	146
Quadro 16:	Paráfrases (17c') e (17c''), obtidas a partir do recorte (17), extraído da Circular 231 da Secretaria de Estado das Relações Exteriores	147

.....

Lista de Anexos

Anexo 1:	A unidade lingüística luso-brasileira enaltecida por um jornal espanhol. Diário de Lisboa, 17 de julho de 1944.	165
Anexo 2:	Correspondência, de 1940, da Embaixada do Brasil de Nova Iorque para o Ministro de Estado das Relações Exteriores. Índice: “Ensino da língua portuguesa na Universidade de Columbia”	167
Anexo 3:	Correspondência de Maurício Nabuco, em nome do Ministro de Estado, ao Cônsul Geral do Brasil. “Ensino da lingua portuguesa na Universidade de Colúmbia”	169
Anexo 4:	Correspondências entre o Presidente da Columbia University e o Cônsul Geral do Brasil.	170
Anexo 5:	Correspondência do Chefe da Divisão de Cooperação Intelectual do Brasil ao Diretor do Centro Interamericano da Universidade de Washington	171
Anexo 6:	Correspondência do Presidente da Universidade de Washington ao Chefe da Divisão de Cooperação Intelectual do Brasil	174
Anexo 7:	Correspondência da Embaixada do Brasil no México com o Ministro de Estado das Relações Exteriores. “Cursos de Lingua e Literatura brasileiras na Universidade Nacional do México”	176
Anexo 8:	Valiosos cursos en la Universidad. <i>Novedades</i> , 22 de junho de 1943.	178
Anexo 9:	Notables Cursos Sobre Literatura. <i>El Univرسال</i> , 22 de junho de 1943.	180
Anexo 10:	Los Cursos de Verano Acabaron con una Clase de Portugués. <i>Excelsior</i> , 8 de agosto de 1942	182
Anexo 11:	Correspondência da Embaixada do Brasil no México com o Ministro de Estado das Relações Exteriores. “Coleção: livros brasileiros para a Universidade do México”	183
Anexo 12:	Convite para "Conferências sobre o Brasil"	187
Anexo 13:	Decreto-Lei nº. 383 de 18 de abril de 1938. “Veda a estrangeiros a atividade política no Brasil e dá outras providências”.	188
Anexo 14:	<i>Carta a los Presidentes de las Cámaras legislativas</i> , escrita em 1942 pelo general e governante da República Dominicana, Rafael L. Trujillo	190
Anexo 15:	Editorial do <i>La Nación</i> , de 27 de novembro de 1942, sobre a carta de Rafael Trujillo aos Presidentes das Câmaras Legislativas da República Dominicana	192
Anexo 16:	Nota Editorial: De la enseñanza del Portugues. <i>La Opinion</i> , 28 de novembro de 1942	193
Anexo 17:	Circular 231 da Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Índice: “Expansão de prestígio da lingua porutgueza”.	195

We are told to remember the idea and not the man. /
Because a man can fail. / He can be caught, he can
be killed and forgotten. / But 400 years later... / ...
an idea can still change the world. / I have witnessed
firsthand the power of ideas. / I've seen people kill in
the name of them... / ... and die defending them. /
But you cannot kiss an idea... / ... cannot touch it or
hold it. / Ideas do not bleed. They do not feel pain. /
They do not love.

(do filme *V for Vendetta*, cenas 1-2)

Beneath this mask there is more than flesh. /
Beneath this mask there is an idea (...). / And ideas
are bulletproof.

(do filme *V for Vendetta*, cenas 29-30)

1. INTRODUÇÃO

As ações políticas sobre questões linguísticas ganharam, nos últimos anos, forte destaque. Nenhum fato demonstre talvez tão decisivamente esse destaque quanto o Acordo Ortográfico de 1990 ratificado, em 2008, pelos países constituintes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) – Brasil, Portugal, Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, Cabo Verde, Timor Leste e São Tomé e Príncipe. Apesar de decisivo, esse acordo ortográfico está longe de demonstrar, por si só, a atualidade das políticas públicas, sobretudo do Brasil, sobre a questão da língua.

O Museu da Língua Portuguesa, por exemplo, inaugurado em 2006 por realização da Secretaria da Cultura do Governo do Estado de São Paulo, representa uma força específica do poder público sobre língua portuguesa: sob a pretensão de valorizá-la e difundi-la como “nosso idioma”, enquanto “patrimônio imaterial” (cf. SÃO PAULO, s/d), vemos, em verdade, a ação de um poder público que se faz pelo apagamento de todo o político que sustenta/sustentou a instituição do português como língua oficial e nacional do Brasil. Mais ainda: criado com uma equipe composta inclusive por “especialistas em língua portuguesa” (SÃO PAULO, s/d), o museu faz representar uma aliança entre política científica e política pública, deixando, de qualquer forma, a prova de que “Há, portanto, (...), um trabalho de Estado sobre a língua que, quase invariavelmente, se dá na sustentação de um conhecimento linguístico alçado ao lugar de assessorar, como conhecimento especializado, o poder público em suas políticas” (PFEIFFER, 2013, p. 236).

Como ação de Estado sobre a língua, é bastante significativa também a instituição, pela Lei nº 11.310, de 12 de junho de 2006, do Dia Nacional da Língua Portuguesa, “a ser celebrado anualmente no dia 5 de novembro, em todo o território nacional” (BRASIL, 2006).

Ainda entre os esforços institucionais do Estado para a promoção da Língua Portuguesa, temos a Portaria nº. 4.056 de 2005, do Ministério da Educação, pela qual se dá

a criação da Comissão de Língua Portuguesa (Colip), instituída para a “Definição da Política de Ensino Aprendizagem, Pesquisa e Promoção da Língua Portuguesa” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2005). Embora a Colip tenha sido uma iniciativa do Ministério da Educação, a afirmação de que “a promoção da Língua Portuguesa e de todo o múltiplo patrimônio linguístico do país é uma questão do Estado Brasileiro e de sua Soberania Nacional” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2005), cedeu espaço, no interior da Comissão de Língua Portuguesa, para uma subcomissão composta por membros do corpo diplomático brasileiro especialmente ligados à Divisão de Promoção da Língua Portuguesa (DPLP) do Departamento de Cultura do Ministério das Relações Exteriores. Essa subcomissão, como apresenta o próprio inciso 1º. do Artigo 2º. da Portaria nº. 4.056, estaria especialmente encarregada da “Política Internacional de Promoção e Divulgação da Língua Portuguesa” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2005).

As ações de Estado na promoção internacional da Língua Portuguesa têm motivado, inclusive, a criação de cursos (ou disciplinas) de “Português do Brasil como segunda língua/ língua estrangeira”. Aberto primeiramente na Universidade de Brasília, o curso de Português do Brasil como segunda língua, como se observa na própria página do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas (LIP) da Universidade de Brasília (2014), “se circunscreve em um contexto de políticas linguística” e tem como objetivos “atender a comunidades que, no Brasil, não têm o português como primeira língua e que, no exterior, desejam aprender o português do Brasil como língua de comunicação internacional”. Não é demais lembrar, finalmente, que o próprio Estado brasileiro tem instituído, no âmbito de suas políticas públicas, desde 1998, o Celpe-Bras, exame de Certificação em Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros, desenvolvido pelo Ministério da Educação. Organizado duas vezes ao ano pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o Celpe-Bras é aplicado tanto no Brasil quanto no exterior, sendo essa aplicação no exterior realizada também com o apoio da Divisão de Promoção da Língua Portuguesa do Departamento de Cultura do Ministério das Relações Exteriores.

A atualidade das políticas¹ sobre a língua instala, quase indissociavelmente, a pertinência de debates sobre a história da língua e das políticas de língua. No Brasil, principalmente, onde se intensificam estudos linguísticos que procuram demonstrar as diferenças entre o português europeu (PE) e o português do Brasil (PB)², ficam sempre latentes, de uma ou outra forma, algumas questões: que português, afinal, é esse que une um conjunto de países? Que língua é essa que se promove nas relações exteriores? Como explicar, historicamente, o investimento do Estado brasileiro na promoção de uma língua que lhe traz sempre a memória de sua colonização? Grosso modo, pois, a atualidade das políticas públicas sobre a língua vem jogar luz sobre a pertinência de uma reflexão sobre a própria história dessas políticas. A história não desabona a atualidade de uma questão; ao contrário, é pela história que se abrem sempre novas perspectivas pela qual se olhar para a questão, dando-lhe ainda mais vitalidade.

Este trabalho vem justamente tratar da história das políticas de línguas do Estado brasileiro. Trata-se de um trabalho constituído no interior do programa História das Ideias Linguísticas, programa esse que reúne um conjunto de pesquisadores especialmente interessados pela “constituição de nossa língua [do Brasil] na relação com a produção das ideias linguísticas” (ORLANDI, 2013, p. 11).

Analizando um corpus constituído a partir do arquivo histórico (institucional) do Ministério das Relações Exteriores, olho exclusivamente para as políticas de língua desenvolvidas entre as políticas de Estado. Marco, assim, decisivamente, minha entrada no conjunto de pesquisas em Histórias das Ideias Linguísticas porque, entre as análises que aqui proponho e entre as muitas questões que delas ecoam, este trabalho tem por base, de um ou outro modo, dois pontos fundamentais:

¹ Algumas das políticas públicas aqui abordadas a título de introdução podem ser mais bem compreendidas nos trabalhos de Zoppi Fontana (2009a, 2009b).

² Sobre as diferenças entre o português europeu e o português brasileiro, destaco, a título de exemplo, Avelar e Galves (2011), Cyrino (2001) e, sobretudo, Galves (2001).

de um lado, a história das ideias se produz em condições determinadas e nelas entra a história de constituição da língua nacional (...); de outro, como a questão da língua é uma questão de Estado, a produção de conhecimento sobre a língua se apresenta como uma das formas da relação entre a unidade e as diferenças no território nacional e diante dos colonizadores. (ORLANDI, 2013, p. 15)

Língua nacional, identidade do Brasil, história, linguística, política, relações exteriores e representação do Estado: é no meio-campo dessas questões e ciências que apresento uma história sobre a política que perpassa a constituição da identidade linguística do Brasil. Fazer uma história nesse meio-campo é, sem dúvida, fazer uma história particular cujo crédito esteja, possivelmente, na diversidade de questões e reflexões que se intrincam e que se mantêm reacendidas para um debate cada vez mais intenso e atual. Debate, aliás, que põe em questão um incontornável diálogo entre as ciências.

Espero mostrar, especialmente, pelo percurso de leituras e análises que constituem este trabalho, que só há política de Estado quando o objeto dessa política tem uma identidade própria. Assim, só há política de língua quando o Estado identifica essa língua. Olho, assim, especialmente, para o modo como, nas relações exteriores, o Estado brasileiro deu nome à língua que o representaria no cenário internacional, sobretudo como forma de conquistar um espaço para sua representação.

Apresentando os capítulos que compõe este trabalho, em *História das ideias: linguísticas, políticas*, faço um percurso em que procuro especificar o que é fazer História das Ideias Linguísticas. Para reforçar essa especificidade, proponho também uma reflexão sobre a própria ideia de História. Ainda nesse capítulo, mostro também como a língua tem uma história política; essa história nos mostra como ela se constituiu como objeto de uma política de expansão e de consolidação de Estados-nacionais. A partir disso, procuro então mostrar como, no Brasil, a língua se apresenta no conjunto das políticas de Estado, especialmente nas relações exteriores. Pensando as relações exteriores, encontro então o terreno para minha hipótese de que a decisão sobre a identidade linguística do Brasil,

sobretudo nas décadas de 1930 e 1940, quando se discutia o nome da língua nacional, teve forte influência do Ministério das Relações Exteriores.

Como faço uma história no interior da linguística e com base em procedimentos de análise linguística, proponho, no capítulo *Entrar no Arquivo: a propósito da metodologia*, um primeiro contato com o corpus a fim de especificar alguns aspectos da Semântica Histórica da Enunciação (Semântica do Acontecimento), campo teórico-metodológico que subsidia minhas análises e me permite constituir uma história.

No capítulo quatro, *Identidade linguística e espaços de enunciação*, desenvolvo um conjunto de análises sobre as políticas de expansão do idioma do Brasil. Para isso, analiso especialmente políticas promovidas entre o final da década de 1930 e durante a década de 1940 nos Estados Unidos, no México e na República Dominicana. Espero mostrar, pela análise das políticas de língua nesses países, como a questão da identidade linguística foi decisiva para a própria possibilidade de se fazer uma política de expansão do idioma. Mais ainda, espero demonstrar como, nas relações exteriores, essa identidade aparecia incisivamente posta como decidida pela reiteração de um argumento implícito que recortava a memória do passado colonial do Brasil e da língua (portuguesa) que aqui havia se estabelecido.

Em *A História é mais antiga: a Circular 231*, capítulo cinco deste trabalho, analiso uma circular interna do Ministério das Relações Exteriores. Espero demonstrar, por essa circular, que o Estado exerce um gesto de autoridade sobre a identidade linguística ao nomear a língua que o representaria no cenário internacional. Como veremos, contudo, essa autoridade não apaga a própria incerteza sobre a relação entre a representação do Brasil e a língua portuguesa. Mais ainda, espero demonstrar, nesse capítulo, que a autoridade sobre a identidade linguística é fundada, sobretudo, por uma leitura de uma conjuntura interna dos estudos linguísticos no Brasil, fato que deixa em relevo o diálogo entre o cenário doméstico e o cenário internacional. De minha perspectiva, esse diálogo endossa a hipótese de que o Itamaraty teve papel decisivo na questão da nomeação da língua nacional do Brasil.

Em linhas gerais, este trabalho representa o esforço de pôr em questão a necessidade de se pensar a temporalidade das políticas de línguas, isto é, a necessidade de se pensar como as políticas já implementadas pelo Estado brasileiro repercutem no próprio presente e no futuro das atuais políticas de língua do Brasil. Ainda em linha gerais, espera-se que este trabalho, pela especificidade do corpus tomado para análise – e pela própria leitura desse corpus –, possa representar não só o resultado de uma etapa de pesquisa, mas também uma contribuição, ainda que pontual, para a reflexão sobre a relação entre língua e política, em especial para a reflexão sobre o “político como constitutivo da própria produção da língua nacional” (ORLANDI, 2013, p. 17).

2. HISTÓRIA DAS IDEIAS: LINGUÍSTICAS, POLÍTICAS

2.1 História, história das ideias, histórias das ideias linguísticas

Este é um trabalho que, como resultado de um percurso de leituras e pesquisa, pretende contribuir com as pesquisas já realizadas no interior do programa História das Ideias Linguísticas. Como parte deste programa, este trabalho coloca decisivamente a história do conhecimento sobre a linguagem “em uma perspectiva abrangente inscrita na História da Ciência” (ORLANDI, 2001, p. 11).

Colocar este trabalho no programa História das Ideias Linguísticas é colocá-lo entre uma série de questões e pesquisas que vem se desenvolvendo desde a década de 1980 pela aliança entre o projeto “Discurso, Significação e Brasilidade”, então coordenado por E. Orlandi, e pelo projeto sobre a história das teorias (ideias) Linguísticas, dirigido, na França, por S. Auroux. Essa aliança que, especialmente em 1988, concretiza-se como o programa História das Ideias Linguísticas, põe em cena nos estudos linguísticos projetos com questões relativas à relação entre o saber metalinguístico e a constituição da língua nacional, entre ética e políticas de línguas, entre conhecimento e política de línguas e entre língua e o controle político da própria língua e das representações identitárias, institucionais, científicas, jurídicas.

No interior do programa História das Ideias Linguísticas no Brasil, proponho-me a pensar a especificidade do Brasil e de sua história na história do pensamento sobre as políticas de língua. Considero, pois, que as políticas de língua têm um papel decisivo sobre “a própria produção do conhecimento sobre a língua [e] sobre a história de constituição da própria língua” (ORLANDI, 2001, p. 12). Desse modo, como um trabalho em história das ideias linguísticas, considero que pensar uma história das políticas de língua seja pensar a própria língua.

Para um trabalho em história das ideias linguísticas, tomo a posição de que não há conhecimento que se institua fora de um contexto histórico e de um olhar do pesquisador. Ao considerar a importância do conhecimento sobre uma história das políticas de língua tomo a posição de Aurox (1992, p. 11), para quem “Todo conhecimento é uma realidade histórica, sendo que seu modo de existência real não é a atemporalidade ideal da ordem lógica do desfraldamento do verdadeiro, mas a atemporalidade ramificada da constituição cotidiana do saber”. Assim, o que trato aqui por política de língua não é uma evidência nos estudos linguísticos e, tampouco, uma totalidade das formas que essas políticas puderam ou possam assumir: o conhecimento sobre as políticas de língua é, antes, um conhecimento que, como qualquer outro, “resulta a cada instante de uma interação das tradições e do contexto” (AUROUX, 1992, p. 14). Ora, o próprio programa História das Ideias Linguísticas vem consolidando estudos que, muito diretamente, tem reiterado a importância da reflexão sobre as políticas de línguas e sobre o próprio político na língua: por exemplo, os trabalhos de Orlandi (1992, 1998, 2001, 2008, 2009, 2013), Guimarães (2000, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007a), Dias (1996), Payer (2001), Mariani (2004), Diniz (2010, 2012) e Zoppi Fontana (2009a, 2009b)³. Do mais, o próprio contexto de globalização, que acentua o contato entre línguas e falantes, instala uma conjuntura em que a questão das políticas de línguas parece soar inescapável.

Tendo em vista o fato de que o Brasil tem uma língua imposta pela colonização, considero, de modo especial, o fato de que “As grandes línguas de cultura são de algum modo artefatos, produtos da instrumentação em um contexto particular, o do monolinguismo dos Estados-Nações” (ORLANDI, 2001, p. 14). É, grosso modo, a própria ideia do monolinguismo do Estado brasileiro, enquanto artefato de sua constituição e representação nas relações exteriores, que procuro tratar aqui, sob uma perspectiva histórica.

Pretendo constituir uma história das ideias linguísticas observando, especialmente, a história das políticas de línguas do Estado brasileiro: mais precisamente,

³ Reconheço que há outros autores e obras que poderiam estar aqui mencionados. Optei, contudo, por indicar apenas aqueles que, de algum modo, foram mais decisivos para as reflexões propostas neste trabalho.

quero atentar para os modos pelo quais as políticas de língua se definem como – ou entre – as políticas de Estado. Estou, no lugar linguista e no domínio de saber específico da História das Ideias, como quem faz história de uma língua, enquanto objeto de interesse da linguística e de uma política de Estado. Falar desse lugar requer, em primeiro lugar, que sejam explicitadas a concepção do que seja a própria história, o que a fundamenta e, sobretudo, as implicações de se escrever uma história por um lugar que não é a do historiador de formação específica.

De minha perspectiva, a história é escrita essencialmente por lugares de interesse: é sempre uma história de algo particular. Parece-me absolutamente produtiva, portanto, uma escrita da história feita do lugar de quem, entre suas motivações, tem um notório conhecimento sobre um domínio específico de saber disciplinar. De outro modo: o conhecimento técnico sobre aquilo que se mostra enquanto objeto para uma escrita da história abre para essa própria história uma janela de oportunidades para o tratamento dos acontecimentos. Longe, portanto, de ser uma história que apenas disponha os dados em uma série cronológica ou apenas os articule por relações superficiais de um olhar externo, uma história constituída no interior da linguística sobre o objeto de interesse dessa ciência instala uma diferença fundamental: enquanto objeto histórico, a língua pode ser pensada enquanto conhecimento teórico de especialistas, o que abre a possibilidade de se identificar, na escrita da história, o passado e as projeções de futuro de diferentes acontecimentos que envolvam a língua, de modo a se reconhecer, entre o passado e as projeções de futuro desses acontecimentos, a história da constituição da própria linguística; de outro modo, trata-se de “uma história feita por especialistas da área e portanto capazes de avaliar teoricamente as diferentes filiações teóricas e suas consequências para a compreensão do seu próprio objeto, ou seja, a língua” (ORLANDI, 2001, p. 16). Creio, assim, no diz respeito às políticas de línguas enquanto objeto de uma política externa do Estado brasileiro, que o olhar do linguista seja fundamental para perceber, de um lado, as implicações ou motivações que essas políticas têm, inclusive, entre os próprios estudos linguísticos no Brasil; de outro lado, pensando especialmente a relação entre a história da ciência da linguagem e a história do Brasil, o olhar do linguista pode ajudar a compreender

como a ideia de língua no domínio das políticas de Estado serve à própria constituição da nação e de sua identidade linguística.

Devo dizer, contudo, que essa diferença fundamental – a história das políticas de língua escritas sob o olhar do especialista em linguagem – não limita nem, tampouco, exclui qualquer outra possibilidade de histórias sobre a língua. Ao contrário: ao passo que o olhar interno do linguista joga luz sobre a superfície de quem escreve uma história sobre a língua sem o saber teórico sobre ela, as superfícies das histórias escritas de um lugar não técnico são sempre a motivação mesma para que a história, mesmo escrita por um teórico da área, não se pretenda constituir enquanto um geometral. Em boa medida, são os diferentes lugares de interesse, internos e externos a uma ciência, que põem em evidência a própria impossibilidade de uma história exata, precisa e sem ressalvas. Mais ainda, são potencialmente essas diferentes perspectivas que trazem à tona o litígio da história: a história em sua própria e constitutiva diferença. De minha perspectiva, isso não poderia ser diferente, porque qualquer história é escrita, essencialmente, “por documentos e testemunhos, ou seja, por *tekmeria*, por indícios”, de modo que “a narração histórica situa-se para além de todos os documentos, já que nenhum deles pode ser o próprio evento; ela (...) não mostra o passado ao vivo” (VEYNE, 1995, p. 12).

Não pretendo, pois, que a história que procuro escrever sobre as políticas de língua seja, de modo algum, exaustiva ou inequívoca. Ela é, sobretudo, uma leitura, uma história escrita pela interpretação de documentos. Mesmo aí, contudo, marco outra diferença fundamental: interpreto recortes de documentos do arquivo histórico e diplomático das relações exteriores do Brasil como quem não apaga, pela natureza do arquivo, a possibilidade de que eles se constituam como objeto de interesse da linguística. Ao contrário, minha leitura do arquivo parte justamente do lugar de quem vê, nesse aparente apagamento e pelo cruzamento com meu compromisso com a ciência da linguagem, a possibilidade de compreensão de questões relacionadas ao funcionamento da língua mesmo onde (e quando) elas parecem não estar postas. Meu movimento é, pois, o de quem procura “alargar a reflexão para pensar a Linguística dentro das relações de

conhecimento mais gerais e, particularmente, dentro da história das ideias” (ORLANDI, 2000, p. 20).

Grosso modo, as diferenças que fundamentam minha escrita da história residem essencialmente, mais uma vez, no fato de que faço história das ideias linguísticas:

Fazer história das ideias nos permite: de um lado, trabalhar com a história do pensamento sobre a linguagem no Brasil mesmo antes da Linguística se instalar em sua forma definida; de outro, podemos trabalhar a especificidade de um olhar interno à ciência da linguagem tomando posições a partir de nossos compromissos, nossa posição de estudiosos da linguagem. (ORLANDI, 2001, p.16)

Uma vez que tomo, como ponto de ancoragem e interesse, as políticas de língua que integram as políticas de Estado, meu olhar para o arquivo histórico e diplomático não é o de quem analisa especialmente algo que o Estado, em seu órgão de representação internacional, o Ministério das Relações Exteriores, declara como uma “política de língua”. Interessa-me, em verdade, analisar recortes do arquivo enquanto acontecimentos que instalam, em sua temporalidade, um lugar onde observar a relação entre Estado e língua, sobretudo quando ele a toma como objeto ou matéria, principal ou tangencial, de um trabalho diplomático. Meu trabalho, essencialmente, é o de mostrar como as políticas de língua têm uma história que, naturalmente, põem em relação a ciência da linguagem e uma prática política que opera como ação de/para intervenção em uma ordem dada das relações entre línguas e entre Estados/Nações. Nessa história estão em jogo não apenas os acontecimentos, mas também instituições, relacionadas tanto ao Estado quanto ao saber linguístico, e obras – os documentos da diplomacia e os instrumentos linguísticos oriundos

da gramatização⁴ da língua nacional – que materializam a relação do saber com a prática política. Considero, assim, como Guimarães (2004, p. 11),

que a história das ideias envolve (...) três tipos de elementos: as instituições, os acontecimentos nas instituições que organizam as práticas de produção de conhecimento, as obras que formulam esse conhecimento, ou dito, de outro modo, que resultam do conhecimento produzido.

Estou longe de poder esgotar, neste único trabalho, o papel de qualquer um dos três elementos envolvidos em uma história das ideias. Considero, porém, que os recortes tomados para análise são, de alguma forma, obras que formulam algum conhecimento sobre a língua e que, portanto, merecem o crédito do olhar do linguista. De qualquer forma, sobretudo, creio que os recortes tomados para análise, enquanto acontecimentos históricos e linguísticos, tragam já uma boa contribuição à história das ideias se permitirem pôr em relevo não cada um dos elementos – instituições, conhecimento produzido e obras que organizam esse conhecimento –, mas as relações entre eles e a projeção de futuro que essas relações têm na ciência da linguagem e na prática político-diplomática. De outro modo: creio que, como história das ideias, o trabalho se sustente se puder dar visibilidade ao movimento que essas relações – sobretudo porque caucionadas em dois campos de saber aparentemente distintos: o conhecimento linguístico e o conhecimento da política externa – ocasionam entre ideias e conceitos. No limite, estou ainda especificando a diferença entre a história de uma ciência e uma história das ideias. Ainda com Guimarães (2004, p. 13), fazer história das ideias é, para mim,

poder acompanhar como certos conceitos, certas noções, certas categorias se constituíram e como ao permanecerem mudaram, ou

⁴ O conceito de gramatização é apresentado por Auroux (1992, p. 65, grifo do autor): “Por gramatização deve-se entender o processo que conduz a *descrever* e *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário”.

ganharam contornos específicos. Ou seja, em que momentos encontramos acontecimentos pelos quais um conceito se constitui, permanece e se torna outro.

Antes de tratar especialmente das políticas de língua, quero, em breves momentos, marcar minha entrada na história e as consequências que meu lugar nesse campo de estudo tem frente à pesquisa na linguística e, de modo específico, aos objetivos gerais deste trabalho. Esses breves momentos têm, para mim, a importância fundamental de explicitar as razões que fundamentam uma história dessas políticas mesmo quando/onde não são/eram assim reconhecidas e como essa história, escrita essencialmente no interior da linguística, tem outras consequências importantes tanto para a linguística quanto para a história.

2.1.1 A propósito da história

A ideia de história é essencialmente polissêmica: ela pode referir-se, por exemplo, às narrativas literárias, ao passado e às narrativas sobre esse passado. A condição de cientificidade da história está, em primeiro lugar, na tentativa de afastamento da ficção e da aproximação estrita ao relato dos fatos passados. Mesmo aí, contudo, reside um problema: como relatar um passado em que não se esteve presente?

Entre os “limites da história científica” (COLLINGWOOD, 1981) tem forte presença o pensamento positivista. Nessa direção, há ainda quem faça história como quem marca, em um esquema temporal, hierarquizado sob a ideia de progresso, uma série de eventos e documentos. Assim se faz uma história pela qual se crê dispor em uma cadeia lógica um conjunto de dados que se sucederam ao longo do tempo. Idealiza-se, por essa história, mais do que uma explicação lógica: idealiza-se aí a imagem de um historiador que, mesmo fora da cronologia que ele constitui, se faz onipresente nela, como se sua

organização dos fatos, porque cuidadosamente disposta numa relação causa-consequência/conclusão, sustentasse uma história transparente. Essa onipresença é o traço positivista de uma história que, ainda que não experienciada, é escrita como uma introspecção sobre o passado:

O velho dogma de um único progresso histórico que desemboca no presente e o dogma moderno dos ciclos – isto é, dum progresso múltiplo que conduz às <<épocas áureas>> e depois à decadência – são assim meras projecções da ignorância do historiador sobre a tela do passado. Mas, pondo os dogmas de parte, a ideia de progresso não tem outra base, além desta? (...) há uma condição, sob a qual essa ideia pode representar um pensamento genuíno, e não um sentimento cego ou um mero estado de ignorância. A condição é esta: a pessoa que empregar a palavra deve empregá-la, ao comparar dois períodos históricos ou dois sistemas de vida, os quais pode compreender historicamente, isto é, *com a simpatia e a introspecção suficientes para reconstituir, por si mesma, a respectiva experiência*. Tem de satisfazer-se a si mesma e tem de satisfazer os seus leitores, *de modo que nenhuma lacuna do seu espírito ou qualquer insuficiência do seu equipamento de conhecimentos a impeça de penetrar na experiência dum dos períodos ou sistemas menos completamente que na do outro*. Então, uma vez cumprida essa condição, está habilitada a perguntar se a mudança de um para a outra foi um progresso. (COLLINGWOOD, 1981, p. 484-485, grifos meus).

O que me parece fundamental questionar nessa perspectiva histórica é a própria concepção de história e de língua: ora, a história só se constrói por indícios, por documentos e, desse modo, confiar na possibilidade de adentrar esses documentos é confiar que a história se faz transparente por uma linguagem igualmente transparente e inequívoca.

Marco, então, como primeiro terreno para o modo pelo qual tomo a história, sua necessária relação com a linguagem. É a linguagem fundamentalmente a condição de escrita da história. Essa condição impõe à história uma relação necessária com a significação, com as práticas de leitura e de interpretação. Por essa relação com a

linguagem e com o sentido, digo que a história se constitui também pelo silêncio, sobretudo porque “A significação não se desenvolve sobre uma linha reta, mensurável, calculável, segmentável. Os sentidos são dispersos, eles se desenvolvem em todas as direções e se fazem por diferentes matérias, entre as quais o silêncio” (ORLANDI, 1992, p. 46). Tomando essa perspectiva para a história e considerando meu lugar de linguista, o sentido de qualquer narrativa histórica não é, jamais, uno⁵.

Trato da história como constituída também pelo silêncio porque faço uma história por análise de recortes de textos e reconhecimento, nesse aspecto, uma prática de silenciamento. Nessa medida, as diferentes leituras dos documentos e seus recortes são o efeito da posição ética de quem reconhece que só há narrativa histórica em decorrência de um claro interesse do historiador por algum objeto específico de pesquisa que determina o que vem ou não a ser recortado para análise. Minha posição consiste, basicamente, em admitir que qualquer história, mesmo que cronológica, é já um recorte em virtude de um desvio interessado do historiador. Nesse ponto, estou exatamente na posição de Veyne (1995, p. 20):

No interior da clareira que as concepções ou as convenções de cada época recortam como campo da historicidade, não existe hierarquia constante entre as províncias; nenhuma zona domina outra e, em todo o caso, não a absorve. Quando muito, pode-se pensar que certos fatos são mais importantes que outros, mas mesmo essa importância depende, totalmente, dos critérios escolhidos por cada historiador e não tem grandeza absoluta.

De outro modo: só existe “acontecimento” histórico, “vestígio” (VEYNE, 1995) exposto à interpretação de quem o veja com interesse suficiente, como ponto espesso o bastante para merecer um espaço em sua escrita da história. A história não é uma sequência de dados. É, antes, dividida: os acontecimentos integram histórias porque

⁵ A relação entre história e sentido – especialmente no que diz respeito à não unicidade de sentido do texto histórico – será apresentada no Capítulo 3 deste trabalho.

significados de algum lugar específico do historiador. Faz-se, assim, histórias das “coisas”: da cultura grega, da língua portuguesa, dos conceitos etc. Não há história total, nem, tampouco, qualquer ordenação lógica: cada história é uma série em si mesma, pela relação documental e/ou intratextual que materializa a memória dos acontecimentos que a integram. Diria, ainda com Veyne (1995, p. 23-24), que

a História, com maiúscula, a do *Discours sur l'Histoire universelle*, das *Leçons sur la philosophie de l'histoire* e de *A study in History*, não existe, somente existem “história de...”. Um acontecimento só tem sentido dentro de uma série, o número de séries é indefinido, elas não se ordenam hierarquicamente e (...) também não convergem para um geometral de todas as perspectivas. A idéia de história é um limite inacessível, ou, antes, uma idéia transcendental. Não se pode escrever essa História, as historiografias que se acreditam totais sem se darem conta, enganam o leitor sobre sua mercadoria e as filosofias da história são um *nonsense* que resulta da ilusão dogmática, ou melhor, seriam um *nonsense* se não fossem, quase sempre, filosofias de uma “história de...” dentre outras, a história nacional.

Frente a essas considerações sobre a história, quero frisar que meu lugar é o de quem, como linguista, escreve uma história por um procedimento de análise linguística. Pelas análises, procuro dar visibilidade específica às políticas de língua do Estado brasileiro, tomando como acontecimentos os documentos do Ministério das Relações Exteriores. Minha história está, pois, já recortada por dois lugares: pelo acervo documental e por aquilo que, desse acervo, interessa para a compreensão das políticas de língua.

Tendo posto a especificidade de se fazer história das ideias e de minha concepção de história, temos agora o terreno para uma entrada mais específica entre as políticas de língua e alguns momentos em que elas foram decisivas para a constituição do Brasil.

2.2 Política de línguas: conceito e momentos decisivos

A linguística tem observado, frequente e incisivamente, que as línguas, apesar da relativa independência de seu funcionamento em sociedades, são fortemente determinadas por ações de regimes de governo que procuram trabalhar as relações que elas estabelecem entre si. Trata-se, essencialmente, de um trabalho de política de línguas, na justa medida em que é um trabalho que “envolve pensar a distribuição d[elas] para seus falantes, em outras palavras, uma distribuição de poderes micros e macros” (GUIMARÃES, 2007a, p. 63).

Orlandi (1998) estabelece uma interessante porta de entrada para começarmos a marcar como a política de línguas se constitui de modo decisivo enquanto questão de Estado e, particularmente, enquanto questão ética. Segundo a autora, a política de línguas pode ser pensada essencialmente a partir de três posições:

1. As políticas de línguas como razões de Estado, das Instituições que colocam a questão da *unidade* como valor (princípio ético);
2. As políticas linguísticas como razões que regem as relações entre povos, nações entre Estados; a questão da *dominação* como valor (princípio ético);
3. As políticas linguísticas como razões relativas aos que falam as línguas: a questão da *diversidade* como valor (como princípio ético) (ORLANDI, 1998, p. 9-10).

Para colocar de modo ainda mais decisivo a importância de pensarmos a língua por seu papel nas relações exteriores, faço aqui breves paráfrases e considerações: primeiramente, se consideramos a esfera doméstica⁶ de um país, a política de línguas, como

⁶ Utilizo a expressão “esfera doméstica” (ou cenário doméstico) para tratar especialmente do espaço geográfico de um Estado específico. Neste espaço interagem instituições e sujeitos que determinam, direta ou

razão de Estado⁷, age incisivamente sobre a diversidade das línguas faladas no território do Estado de modo a assegurar que sua representatividade esteja caucionada no imaginário de que nele se fala, pelo menos, uma língua comum que lhe assegure sua identidade, sua autonomia e sua soberania; isto é, a política de língua no interior de um Estado passa, essencialmente, por um trabalho que produz a imagem de uma unidade linguística. Em segundo lugar, passando para o cenário internacional⁸, a política de línguas já não pode mais ser definida sem que um Estado considere, inicialmente, que sua força esbarra, no mínimo, na resistência de outros Estados e de outros povos. Nesse caso, especialmente, ainda que de modo velado, qualquer política de língua cauciona-se no princípio da dominação como valor. Finalmente, de qualquer forma, seja no domínio interno de uma nação ou nas relações exteriores, há sempre latente uma relação entre os falantes de línguas, o que impõe uma terceira face da política de línguas: a que coloca o princípio da diversidade como valor; nesse caso, ainda que pesem mais as relações entre falantes, o Estado tem um papel fundamental quando cauciona sua política externa justamente no trabalho sobre o imaginário de distribuição e organização dessa diversidade de línguas e falantes no cenário doméstico e internacional.

Interessa-me observar, mais detidamente, como a política de língua se desenvolve na relação entre Estados. Como espero ainda demonstrar, essa política depende, em boa medida, das formas como o Estado mobiliza também sua esfera doméstica. Por ora, porém, quero ressaltar que qualquer política de língua põe em jogo, decisivamente, sobretudo no domínio das relações exteriores, línguas, falantes e a ideia de um “espaço de

indiretamente, determinadas políticas de Estado. “Esfera doméstica” ou “cenário doméstico” designam, pois, uma conjuntura política específica no interior do território estatal.

⁷ “Razão de Estado” é um termo do domínio da teoria política, especialmente interestatal, que passa a ter força conceitual especialmente a partir das obras de Maquiavel. Hoje, o termo pode ser compreendido como “a exigência de segurança do Estado, que impõe aos governantes determinados modos de atuar” (PISTONE, 1983, p. 1066). A doutrina essencial da “Razão de Estado” pode ser formulada, “em seu núcleo essencial, quer como uma norma prescritiva de caráter técnico (como: “se queres alcançar esta meta, emprega estes meios”), quer como uma teoria empírica, que comprova e explica a conduta efetiva dos homens de Estado em determinadas condições” (PISTONE, 1983, p. 1066).

⁸ “*Cenário internacional* é o local, o espaço geográfico onde se dão as relações internacionais produzidas pela participação dos atores [um Estado, uma organização internacional, uma empresa transnacional, uma organização não governamental etc.] internacionais. Pode ser também o desenho de uma dada situação internacional no espaço e no tempo” (RODRIGUES, 2009, p. 17, grifo do autor)

comunicação” (ORLANDI, 2001)⁹ entre esses falantes, de diferentes línguas. Sabemos bem que, se consideramos o cenário internacional, não é qualquer língua que assegura o direito de acesso à palavra a um falante: este espaço de comunicação não é, pois, um espaço de igualdades; é, antes, um espaço marcado pela “perda”, por parte de alguns falantes, do direito à sua língua – a propósito de uma inclusão entre aqueles que falam – e pelo “ganho”, sobretudo de poder, daqueles que desfrutam do privilégio de terem sua língua instalada como língua franca¹⁰ do espaço de comunicação. Estamos, pois, diante de um espaço de desequilíbrio, de tensão entre línguas e falantes; estamos diante, essencialmente, de uma questão motriz na reflexão sobre política de línguas. Afinal, como afirma Rancière (1996, p. 21),

A política começa justamente onde se pára de equilibrar lucros e perdas, onde se tenta repartir as parcelas do *comum*, harmonizar segundo a proporção geométrica as parcelas da comunidade e os títulos para se obter essas parcelas, as *axiai* que dão direito à comunidade. Para que a comunidade política seja mais do que um contrato entre quem troca bens ou serviços, é preciso que a igualdade que nela reina seja radicalmente diferente daquela segundo a qual as mercadorias se trocam e os danos se reparam.¹¹

Reconhecemos que os Estados nacionais têm, cada um, diferentes línguas oficiais¹² e/ou nacionais¹³ não determina, por si só, a distribuição das línguas no cenário internacional. A ideia de um espaço de comunicação internacional, à medida que traz a

⁹ Orlandi (2001, p. 14) utiliza a expressão “espaço de comunicação” para tratar das mudanças impostas na comunicação a partir da criação de instrumentos linguísticos: “(...) a criação de instrumentos linguísticos (desde a escrita até as gramáticas e dicionários) ou a gramatização mudou consideravelmente a ecologia da comunicação, dada a complexidade dos espaços de comunicação que se constituem pela relação entre línguas”.

¹⁰ Como Guimarães (2007a, p. 64), considero por língua franca “aquela que é praticada por grupos de falantes (...) para o intercurso comum”.

¹¹ O termo *axiai* pode ser aqui entendido como “títulos”, “valores”.

¹² Língua oficial “é a língua de um Estado, aquela que é obrigatória nas ações formais do Estado, nos seus atos legais” (GUIMARÃES, 2006, p. 14).

¹³ Língua nacional “é a língua de um povo, enquanto língua que o caracteriza, que dá a seus falantes uma relação de pertencimento a este povo” (GUIMARÃES, 2006, p. 14).

questão política, não se reduz simplesmente a uma distribuição proporcional das línguas conforme a extensão das fronteiras nacionais: em verdade, essa distribuição é desigual porque considera essencialmente a relação entre falantes e línguas. As línguas distribuem-se desigualmente sobretudo porque os lugares enunciativos dos falantes – também determinados pelo “peso específico [das nações] no cenário internacional” (RIBEIRO, 2011, p. 25) – incidem decisivamente na configuração do espaço de comunicação das relações exteriores.

O que é apresentado na ideia de “espaço de comunicação” (ORLANDI, 2001) tem, hoje, na linguística, um conceito específico, o qual nos permite pensar mais diretamente a questão política entre línguas e falantes: o conceito de “espaço de enunciação” (GUIMARÃES, 2005). Esse conceito é, de minha perspectiva, o lugar preciso onde refletir sobre as políticas de línguas, sobretudo porque, enquanto conceito linguístico, ele aparece, conforme Guimarães (2005, p. 18) enquanto um “espaço regulado e de disputas pela palavra e pelas línguas, enquanto espaço político, portanto”. De outro modo:

Os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços “habitados” por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. São espaços constituídos pela equivocidade própria do acontecimento: da deontologia que organiza e distribui papéis, e do conflito, indissociado desta deontologia, que redivide o sensível, os papéis sociais. O espaço de enunciação é um espaço político (...). (GUIMARÃES, 2005, p. 18-19)

Se consideramos as relações exteriores, os Estados procuram, incessantemente, reconfigurar a distribuição sensível do funcionamento das línguas através de estratégias e ações que promovam a expansão de suas línguas oficiais. No limite, esse é um trabalho de política de língua, pois põe em evidência a desigualdade da distribuição das línguas entre os falantes e a hierarquia que divide o grupo de línguas e falantes com ou sem o direito à

palavra – e à participação – nas relações exteriores. Assim, o que Orlandi (2001) denominava por “espaço de comunicação”, será pensado, neste trabalho, sob o conceito de espaço de enunciação; mais especificamente, tratarei da configuração do espaço de enunciação das relações exteriores. Friso: esse espaço de enunciação é o espaço da *política* de línguas, sobretudo porque é neste espaço que o Estado brasileiro, no caso em questão, exerce uma atividade que o desloca de um lugar não visto e não ouvido para um lugar em que seu discurso possa se reproduzir. Estou, no que diz respeito à política, na posição de Rancière (1996, p. 42):

Proponho (...) reservar o nome de política a uma atividade bem determinada (...): a que rompe a configuração do sensível na qual se definem as parcelas e as partes ou sua essência a partir de um pressuposto que por definição não tem cabimento ali: a de uma parcela dos sem-parcela. Essa ruptura se manifesta por uma série de atos que reconfiguram o espaço onde as partes, as parcelas e as ausências de parcelas se definiam. A atividade política é a que desloca um corpo do lugar que lhe era designado ou muda a destinação de um lugar; ela faz ver o que o que não cabia ser visto, faz ouvir um discurso ali onde só tinha lugar o barulho, faz ouvir como discurso o que só era ouvido como barulho.

Pensando especialmente o Estado brasileiro, espero demonstrar, pela análise de recortes de documentos do arquivo do Ministério das Relações Exteriores, alguns dos modos pelos quais o Brasil procura integrar sua língua à distribuição sensível das línguas no âmbito internacional. Mais ainda, como trabalharei mais adiante, espero mostrar que nomeação da língua oficial do Estado brasileiro, particularmente pela coincidência desta com a língua nacional do Brasil, é já um gesto de política de língua, sobretudo porque, ao nomear sua língua oficial e nacional, a um só tempo e sob um só nome, o Estado brasileiro posiciona-se no interior de uma parcela já reconhecida nas relações exteriores. Antes disso, porém, proponho que acompanhem alguns momentos em que as políticas de língua foram decisivas na história do Brasil, instituindo-se como acontecimentos históricos que projetaram um futuro entre as políticas de língua brasileiras.

2.2.1 Momentos decisivos

São as línguas não só um elemento aglutinador de grupos nacionais¹⁴ quando a diferença se lhes apresenta enquanto ameaça, mas também a própria ameaça a grupos que, por suas diferenças, inclusive linguísticas, sugerem um risco à integridade do Estado. A colonização brasileira, como já o têm demonstrado diversas pesquisas, parece sustentar exemplos suficientes de como a língua está longe de ser uma instituição abstrata, puramente formal ou funcional, desembaraçada de questões policiais lideradas pela metrópole colonial. Refiro-me, aqui, à polícia como algo antagônico à política, tal como proposto por Rancière (1996). A atividade policial é, pois,

na sua essência, a lei, geralmente implícita, que define a parcela ou a ausência de parcela das partes. Mas, para definir isso, é preciso antes definir a configuração sensível na qual se inscrevem umas e outras. A polícia é, assim, antes de mais nada, uma ordem dos corpos que define as divisões entre os modos do fazer, os modos de ser e os modos de dizer, que faz com que tais corpos sejam designados por seu nome para tal lugar e para tal tarefa; é uma ordem do visível e do dizível que faz com que essa atividade seja visível e outra não o seja, que essa palavra seja entendida como discurso e outra como ruído. (RANCIÈRE, 1996, p. 42)

Ora, é a metrópole quem antes designa a colônia e lhe reserva um devido espaço nas relações exteriores. A própria possibilidade de falarmos, hoje, de “Brasil” é o

¹⁴ Utilizo o termo nação como sendo uma ideologia que “pressupõe, com efeito, a ligação ao Estado não apenas dos comportamentos, meramente exteriores [isto é, econômicos, políticos, administrativos, jurídicos], mas também dos que constituem o sentimento íntimo da personalidade e afinidade básico do grupo” (ROSSOLILLO, 1983, p. 798). Essencialmente, a ideia de nação é responsável por incutir nos cidadãos um sentimento íntimo de fidelidade: “A ideia de Nação, mediante a representação de um obscuro e profundo laço de sangue que orienta na mesma direção e mediante o ritual pseudo-religioso que acompanha esta representação, foi e permanece o instrumento mais indicado para criar e manter esta lealdade potencialmente total” (ROSSOLILLO, 1983, p. 798).

futuro de um passado colonial, é o futuro mesmo do acontecimento histórico que lançou Portugal em seu empreendimento de expansão ultramarina a partir de finais do século XV e permitiu que iniciasse a expansão de seu território e de seu poder político-econômico. Como afirma Mariani (2004, p. 25):

Os efeitos ideológicos da colonização materializam-se em consonância com um processo de colonização linguística, que supõe a imposição de ideias linguísticas vigentes na metrópole e um imaginário colonizador *enlaçando língua e nação em um projeto único*. É com essa imagem de *coletividade política nacional*, defensora da expansão do catolicismo, e *associada a um imaginário de unidade de portugueses como língua de Estado*, que os portugueses se lançam através do Atlântico. (grifo meu)

Na expansão dos centros de interesse de Portugal não residem apenas as oportunidades de expansão mercantil e territorial, mas também a possibilidade de que a distância em relação à nação, uma das formas dos sentimento de coletividade, desfaça a própria coletividade lançada além-mar. No apagamento dessa distância, a crença na unidade linguística se constitui não apenas como contrapeso à ameaça à coletividade, mas torna a própria língua o objeto de uma coincidência fundamental entre a atividade política e de polícia, para o sucesso expansionista: a língua, ao mesmo tempo em que mantém a ordem na coletividade lançada além-mar, é também um objeto de uma política de expansão de territórios e de centros de influência. Assim, Portugal se expande também quando expande sua língua. Aí residem, em boa medida, as razões pelas quais a prática de colonização – portuguesa, no caso – seja marcada por movimentos que permitam sobrepor a língua do colono à(s) língua(s) do(s) povo(s) colonizados(s). Fala-se, então, de uma “expansão linguística”, uma ideia que permite manter vivo o cerne das políticas do Estado em expansão e, ao mesmo tempo, põe em movimento saberes e obras que signifiquem, frente a outras nações da Europa, Portugal como um Estado-nação com língua própria; de outro modo: entram, no projeto expansionista português, saberes e obras que significam a diferença de falar “português” e a prova material dessa diferença, as gramáticas e

dicionários da língua portuguesa. Sobretudo frente a outras nações que concorriam na expansão ultramarina, a expansão linguística aparece como “fruto de uma ideologia de legitimação nacional que se dá tanto em termos de política linguística interna à nação portuguesa quanto relativamente ao conjunto das outras línguas também gramatizadas, ensináveis e traduzíveis” (MARIANI, 2004, p. 28).

Especificamente no território brasileiro, a “expansão linguística” do português aparece não só pela força do saber a/da língua a ser expandida, mas, sobretudo, por um movimento insidioso que torna as línguas indígenas objetos a se saber, a se mudar e, finalmente, a serem depostos, em nome da unidade entre metrópole e colônia. A forma do expansionismo linguístico do português no Brasil tem, assim, com a ajuda dos missionários, uma primeira fase de disciplinarização da(s) língua(s) indígenas. Nessa fase, como indica Orlandi (2008, p. 87), “Os missionários disciplinaram o tupi – instituindo o tupi jesuítico –, a fim de instalar seu poder de controle sobre os índios e seu poder de negociação com o governo Português”. O efeito dessa disciplinarização não poderia ser outro: “Pela disciplinarização da língua indígena, pretende-se “saber” a língua, mas se está sobretudo modificando-a no sentido dos modelos ocidentais (europeus)” (ORLANDI, 2008, p. 88). Sabendo ou modificando a língua do indígena, o que está em questão, essencialmente, é uma forma de acesso à terra colonizada e aos bens e riquezas que nela existiam.

O que me importa frisar é que o movimento de missionários entre/com as línguas indígenas é já uma expressão de uma política de línguas, sobretudo porque se trata, como vimos, de uma prática de intervenção sobre uma ordem “reconhecida” da constituição e distribuição das línguas. Nesse sentido, o Diretório dos Índios, ação do Estado português, governado por Marquês de Pombal, no século XVIII, apresenta-se como prova forte: quando a relação dos jesuítas com os indígenas e suas línguas ameaça a força do projeto expansionista português, a língua portuguesa é definitivamente instituída como língua oficial, de ensino obrigatório, na colônia brasileira (MARIANI, 2004). Essa instituição da obrigatoriedade do ensino do português na colônia é mais um lugar onde

observamos como a língua é um objeto de uma política de Estado – português, no caso –, sujeito às questões e aos interesses desse Estado.

No limite, o que temos visto sobre a “expansão linguística” põe de forma decisiva um elemento fundamental neste trabalho:

A expansão das nações acarreta indiscutivelmente uma situação de luta entre elas, o que se traduz, ao final, por uma concorrência, reforçada porque institucionalizada, entre as línguas. A velha correspondência *uma língua, uma nação*, tomando valor não mais pelo passado mas pelo futuro, adquire aqui um novo sentido: as nações transformadas, quando puderam, em Estados, estes vão fazer da aprendizagem e do uso de *uma* língua oficial uma obrigação para os cidadãos. (AUROUX, 1992, p. 49, grifo do autor)

Dessa breve revisão histórica, quero destacar, mais uma vez, o modo como a própria linguística pôde se aproximar de outras ciências e reivindicar seu direito de tratar do aspecto político da língua como algo próprio de seu funcionamento. Mais ainda: diria que é só ao se propor a fazer história que a linguística consegue sair da clausura de seguir a esteira de movimentos ditos científicos – isto é, passa a reconhecer que a pluralidade de perspectivas (formalistas, funcionalistas, biologicistas etc.) compõe a propriedade científica da língua enquanto um objeto de saber –, consegue ter outro olhar produtivo quanto à natureza de seu objeto de estudo e, ainda, consegue romper com as diferenças instaladas nas ciências e que promoviam a própria contingência de seus saberes. Ainda que metaforicamente, diria, com Veyne (1989, p. 7-8):

Em duas palavras como em cem, um historiador deve decidir sobre o que falar e saber do que fala. Não se trata de interdisciplinaridade, mas de muito mais. As ciências morais e políticas (chamemos-lhes convencionalmente <<sociologia>>, para sermos breves) não são o território do vizinho, com que estabeleceríamos pontos de contacto ou onde iríamos saquear objetos úteis. Não trazem nada para a

história, porque fazem bastante mais por ela: dão-lhe forma, constituem-na. Senão, seria necessário supor que, únicos de sua espécie, os historiadores teriam direito de falar de certas coisas, como, por exemplo, de paz, de guerras, de nações, de administrações ou de costumes, sem saber o que elas são e sem começar por o aprender as ciências que o tratam.

Há política no funcionamento das línguas; há, pois, algo que autoriza a buscar ainda mais lugares que permitam compreender isso que as constitui. Passemos a olhá-los mais detidamente.

2.3 A língua como questão de Estado

Uma vez que analiso especialmente um arquivo diplomático, considero, como Gadet e Pêcheux (2010, p. 37), que “A questão da língua é, portanto, uma questão de Estado, com uma política de invasão, de absorção e de anulação das diferenças, que supõe antes de tudo que estas últimas sejam reconhecidas”. Gadet e Pêcheux, ao analisar os meios pelos quais a burguesia francesa levou a língua ao seio da estrutura de Estado, instalando um ideal de igualdade diante da língua como base para o reconhecimento jurídico da liberdade dos cidadãos, permitem-nos ver, de modo bastante singular, como a língua se torna um objeto fundamental em uma política de constituição do Estado. Destaco, desse movimento fundamental à constituição do Estado burguês, o fato de que instala não só a língua como questão de Estado, mas põe em evidência a própria natureza política da língua: ao estabelecer uma língua comum como condição de uma cidadania, apaga-se a desigualdade própria do funcionamento linguístico. Nesse movimento, as gramáticas da língua nacional – a língua que se instituía na “ordem do dia” das revoluções burguesas – aparecem enquanto forma de disciplinarização da língua e de seus indivíduos falantes, reconhecendo no interior de uma língua comum uma divisão que difere a língua de si mesma: “Para se tornarem cidadãos, os sujeitos devem *se liberar* dos particularismos

históricos que os entravam: seus costumes locais, suas concepções ancestrais, seus “preconceitos”... e sua língua materna” (GADET, PÊCHEUX, 2010, p. 37, grifo dos autores). A igualdade e a desigualdade concorrem, assim, para alimentar uma ideia de liberdade: ao passo que se atesta a igualdade dos que não falariam a língua comum de Estado – a língua nacional –, instala-se a desigualdade que os determina enquanto parcela cujo direito de legislar sobre a ordem dessa língua lhes é negado; trata-se de uma parcela, afinal, reconhecida, na “questão linguística”, sobretudo pela diferença de um investimento específico na “constituição da língua nacional através da alfabetização, aprendizagem e utilização legal dessa língua nacional” (GADET, PÊCHEUX, 2010, p. 37). Seguida, pois, de uma política de língua que sustenta a constituição do Estado está sempre, a propósito da própria representatividade e da ordem do Estado, uma atividade policial: ao instituir a língua nacional como a língua comum, estabelece-se também uma atividade policialesca sobre a língua, isto é, estabelece-se um “conjunto de processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes, a distribuição dos lugares e funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição” (RANCIÈRE, 1996, p. 41).

A liberdade dos cidadãos, condicionada à questão linguística, conforme Gadet e Pêcheux (2010) apresentam, não é mais do que a institucionalização da parcela dos sem-parcela (RANCIÈRE, 1996). Creio, pois, que entre a língua comum e suas partes, Gadet e Pêcheux nos deixam entrever outro lado do “nascimento político da questão linguística”: também na língua, “A política é a esfera de atividade de um comum que só pode ser litigioso, a relação entre as partes que não passam de partidos e títulos cuja soma é sempre diferente do todo” (RANCIÈRE, 1996, p. 29). Mais ainda, diria que a política, na língua, funciona sob o apagamento da “pressuposição da igualdade de qualquer pessoa com qualquer pessoa, ou seja, em definitivo, [sob o apagamento de] uma paradoxal efetividade da pura contingência de toda ordem” (RANCIÈRE, 1996, p. 31).

Como afirmei anteriormente, Gadet e Pêcheux (2010) deixam um lugar interessante para vermos o “político” na língua; quero frisar, contudo, o aspecto de que a análise desses autores nos permite ver como a língua entra decisivamente nas políticas de

Estado, sobretudo por sua integração à ideologia nacionalista que subsidia a formação do próprio Estado. Como afirma Levi (1983, p. 799), “O Estado nacional gera o Nacionalismo, na medida em que suas estruturas de poder, burocráticas e centralizadoras, possibilitam a evolução do projeto político que visa a fusão de Estado e nação, isto é a unificação, em seu território, de língua, cultura e tradições”.

A análise de Gadet e Pechêux (2010) é, pois, um elemento fundamental para começarmos a pensar o político no funcionamento das línguas de Estado nas relações exteriores. Diria, considerando os estudos de filologia política de Descendre (2008), que essa análise permite, essencialmente, posicionar a língua entre as “*cose di stato*”. Assim, a questão linguística aparece aqui, neste trabalho, como aspecto ligados às questões “[d]as relações internacionais, [d]as relações diplomáticas e militares entre os Estados” (DESCENDRE, 2008, p. 170). Quero olhar para a política de língua entre as razões de Estado¹⁵ (“*casi di stato*”), enquanto um dos “aspectos mais sensíveis dos negócios estrangeiros e da defesa” (DESCENDRE, 2008, p. 176); quero mostrar que as políticas de língua, entre as políticas de Estado, definem-se também por “questões estratégicas, de espionagem e de defesa, bem mais do que a negócios políticos indeterminados” (DESCENDRE, 2008, p. 176). Mais ainda, espero que as análises deem alguma visibilidade ao modo como as questões sobre a língua nacional, enquanto “*cose di stato*”, isto é, objeto de uma política de Estado, “referem-se à decisão que convém ou não tomar, quando o conflito com o inimigo é provável” (DESCENDRE, 2008, p. 180).

A fim de abrir espaço para o tratamento dessa relação entre língua e Estado, considerando especialmente as relações diplomáticas, proponho que observemos, então, o que se tem chamado de Diplomacia Cultural, sobretudo no domínio das atividades e dos estudos das relações internacionais.

¹⁵ Ao traduzir a expressão “*casi di stato*” por “razões de Estado”, optei por fazer valer o termo corrente na teoria política. A noção de “Razão de Estado” está apresentada na nota 7.

2.3.1 Língua e diplomacia cultural

A questão linguística tem, no Estado brasileiro, um espaço marcado entre o conjunto de suas políticas externas: a língua é uma questão de Estado por seu potencial na difusão dos valores da nação no cenário internacional. Essencialmente, a língua é um objeto de uma política de Estado pela relação que ela estabelece com a cultura. Por mais polissêmico que seja o conceito de cultura entre os diferentes campos de estudo científico, é o conceito antropológico que parece apagar as diferenças e subsidiar as práticas de Estado. Nesse sentido, como afirma Ribeiro (2011, p. 29), a cultura seria “a soma de hábitos, costumes e realizações de um indivíduo, uma comunidade, um povo, ao longo de sua história”.

Não se pode negar que, de fato, a língua é um produto histórico de uma coletividade. Não se pode negar também que a própria língua tem, ela mesma, suas regularidades, as quais são o efeito histórico de diferentes acontecimentos enunciativos. Mais ainda, devemos reconhecer que, na sua relação com a história, os sentidos em uma língua são, em boa medida, partes de um processo de constituição de uma memória, seja das próprias regularidades das estruturas linguísticas, seja dos próprios “costumes e realizações” que elas constituem.

Dessa aproximação entre língua e cultura, o que importa, em verdade, é o fato de que a língua é, para o Estado, por sua própria força institucional, um objeto cultural e, conseqüentemente, um objeto da diplomacia cultural. Conforme Ribeiro (2011, p. 31),

(...) o universo da diplomacia cultural poderia abranger os seguintes temas ou ideias, entre outros:

- a) intercâmbio de pessoas;
- b) promoção da arte e dos artistas;
- c) *ensino da língua, como veículo de valores;*
- d) distribuição integrada de material de divulgação;
- e) apoio a projetos de cooperação intelectual;

- f) apoio a projetos de cooperação técnica;
- g) integração e mutualidade na programação.

Com variação que dirão respeito às realidades de cada país (e que refletirão suas prioridades nesse campo, bem como questões de disponibilidade de recursos), esses seriam os parâmetros mais amplos da diplomacia cultural. (grifo meu)

A questão fundamental ao tratar a língua como “veículo de valores” está no que se concebe, efetivamente, como “valores”. É razoável supor que os valores a serem veiculados, sobretudo enquanto objeto de uma política externa, sejam os elementos que “alteram costumes e hábitos, exercendo influências sobre [outras] culturas” (RIBEIRO, 2011, p. 23). De fato, exercer influências já nos diz um pouco sobre os interesses de qualquer Estado, sobretudo porque sua função primordial é preservar a unidade territorial, garantir segurança e honra à população que o integra e, principalmente, assegurar sua própria existência e soberania. Mas, ainda nesse sentido, os “valores” de um Estado ficam mais bem delineados quando valem como meios que assegurem alguma familiaridade entre os povos de diferentes nações. Em verdade, pois, os “valores” de um Estado aparecem, em sua cultura, para “desempenhar um papel importante na superação de barreiras convencionais que separem povos; na promoção ou estímulo de mecanismos de compreensão mútua; na geração de familiaridade ou redução das áreas de desconfiança” (RIBEIRO, 2011, p. 24). Mais ainda: os “valores” entram no lastro da “redução das áreas de desconfiança”, porque significam, concomitantemente, a própria (co)incidência – ideológica, econômica e de poder – entre nações:

quase todos os países desenvolvidos (ainda que seus objetivos declarados sejam outros) tiram enorme partido da emergência do fator cultural, que procuram entrosar às diversas vertentes de suas atuações diplomáticas, sejam elas políticas, econômicas, comerciais ou de assistência técnica. Valendo-se dessas avenidas espontaneamente abertas pelos homens, multiplicam suas interligações culturais e, por meio delas, circulam ideias, impõem produtos e negociam alianças. (RIBEIRO, 2011, p. 24)

Diante da associação entre cultura e valores e entre cultura e língua, importa-me destacar que na ideia de que a língua, como bem cultural, desempenharia “um papel importante na superação de barreiras convencionais que separem povos”, indicia-se o próprio o aspecto político da relação entre línguas, isto é, o aspecto que marca as diferenças entre línguas, que também operam como “barreiras” entre os povos.

A diplomacia cultural, ao fazer da língua um de seus objetos para o concertamento entre nações – para “superar as barreiras” –, se exime, de antemão, de enfrentar a diversidade de línguas e culturas internas a cada nação; ao mesmo tempo, a língua-objeto de ações diplomáticas identifica-se à língua alheia¹⁶ – alheia aos falantes brasileiros, no caso –, afirmando uma possível igualdade que silencia o próprio político das línguas e das relações entre línguas/nações. Nesse silenciamento do político, pela afirmação da igualdade a propósito de uma concertação diplomática, apaga-se, em verdade, a “lógica *supostamente* natural da dominação” (RANCIÈRE, 1996, p. 31, grifo meu).

Do que se compreende hoje por diplomacia cultural, há ainda mais a ser levado em conta quando pensamos as possibilidades do que seja uma política de línguas para o Estado brasileiro. Segundo Ribeiro (2011, p. 33, grifo do autor), a “diplomacia cultural (...) seria a utilização específica da relação cultural para a *consecução de objetivos nacionais* de natureza não somente cultural, mas também, política, comercial ou econômica”. A língua, pois, enquanto objeto de política de Estado, não é, de modo algum, um objeto de uma política que “vale” por si só ou por sua própria diferença ante outras línguas do mundo: a política de língua (de cultura) integra políticas de Estado por aquilo que ela, a língua, abre como janela de possibilidade para outras razões de Estado. Se não há demérito algum nessa afirmação, há aí, ao menos, um lugar importante a se observar onde eventualmente falham as políticas de línguas: como qualquer ação cultural, elas “só rende[m] frutos em muito longo prazo” (RIBEIRO, 2011, p. 34), o que implica que uma política de línguas só pode ser planejada e executada com vistas a resultados nem sempre imediatos, de modo que elas

¹⁶ Língua alheia é “toda língua que não se dá como materna para os falantes de um espaço de enunciação” (GUIMARÃES, 2006, p. 14). Língua materna, por sua vez, “é a língua cujos falantes a praticam pelo fato de a sociedade em que se nasce a praticar; nesta medida ela é, em geral, a língua que se representa como (que se apresenta como sendo) primeira para seus falantes” (GUIMARÃES, 2006, p. 14).

não necessariamente devem ceder a toda ou qualquer aceleração na movimentação política, comercial ou econômica. Desse modo, ainda que as relações exteriores sejam, essencialmente, da alçada do poder executivo, as transições de governo devem, sempre, antes de reivindicar mudanças na política cultural externa do Estado, analisar as projeções de futuro que a conjuntura de governos antecessores deu à representação do país e de sua cultura – e, conseqüentemente, de sua língua – no cenário internacional.

Antes ainda de apresentar as bases que orientam minha leitura do arquivo histórico do Itamaraty sobre políticas de línguas, devo dizer que a própria inclusão da língua como assunto de uma “diplomacia cultural” significa, mais uma vez, a inclusão definitiva da língua entre as políticas de Estado. A diplomacia de uma nação está caucionada no reconhecimento das desigualdades e na disputa, mesmo que silenciada, por novos espaços sensíveis para sua cultura, sua(s) língua(s) e seus indivíduos falantes. Nessas desigualdades, como vimos, considera-se, de modo especial, o “peso específico [das nações] no cenário internacional” (RIBEIRO, 2011, p. 25). Desse modo, a diplomacia cultural, ao ter como plano de fundo o “concertamento”, isto é, a prática do acordo e da conciliação, da “compreensão mútua” e da “geração da familiaridade”, traz, conseqüentemente, a ideia de línguas que, em conflito, demandam a “conciliação” – o apagamento ou atenuação da disputa. A diplomacia, cultural ou não, tem, pois, em sua essência, o dissenso, o desentendimento, no sentido a ele atribuído por Rancière (1996, p. 13): “As estruturas de desentendimento são aquelas em que a discussão de um argumento remete ao litígio acerca do objeto da discussão e sobre a condição daqueles que o constituem”. Na diplomacia, as línguas, enquanto objeto de discussão, remetem ao litígio, tanto como também o fazem a condição dos Estados que essas línguas representam.

Feito esse breve percurso que procura mostrar como a língua se inscreve no Estado, especialmente no Itamaraty¹⁷, quero agora tratar de um trabalho estético-político que orienta, de modo especial, minha leitura e escrita da história.

¹⁷ Refiro-me especialmente ao Itamaraty por conta de que minha entrada pela diplomacia cultural esteve centrada, basicamente, em uma obra de referência sobre o assunto, *Diplomacia Cultural: seu papel na política externa brasileira*, de Edgard Telles Ribeiro, tese publicada no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio

2.4 Na esteira da designação: um trabalho estético da política de língua

O contato com o arquivo histórico e diplomático do Itamaraty deixa evidente que a língua é uma questão nacional que importa às relações exteriores. Sob a entrada de “expansão do idioma”, o que o arquivo apresenta é, de modo bastante incisivo, a própria concepção de que há um espaço de línguas e falantes sobre o qual convém intervir, colocando nesse espaço a língua nacional do Brasil.

Minha questão, ao pensar as políticas de língua, nasce essencialmente do papel do Ministério das Relações Exteriores na configuração de um espaço de enunciação internacional quando a língua do Brasil tinha sua identidade linguística em discussão. Vou olhar especialmente para as décadas de 1930 e 1940, período em que “a *questão da língua* foi colocada de uma forma consistente (...) [e] a identidade linguística inspirou calorosos debates sobre a denominação do idioma nacional” (DIAS, 2001, p. 188). Pela análise de recortes dos documentos do Itamaraty, meu objetivo é trabalhar com a hipótese de que, no cenário doméstico, o debate sobre a nomeação do idioma do Brasil pode ter recebido influência decisiva a partir das relações exteriores. Essa hipótese tem, pois, como núcleo, a ideia de que a nomeação da língua nacional do Brasil é resultado de uma relação latente entre o cenário interno e o cenário internacional. Mais ainda, é uma hipótese que trabalha, essencialmente, como a ideia de que a própria nomeação é um gesto fundamental de uma política de língua; a nomeação é, assim, um acontecimento histórico da política de língua enquanto política do Estado brasileiro. Trata-se, assim, de uma hipótese que nasce, inicialmente, do fato de que, como afirma Ribeiro (2011, p. 26),

O Itamaraty sempre demonstrou, ao longo de sua história, grande capacidade de introjetar teses no cenário nacional brasileiro,

Branco e posteriormente publicada pela Fundação Alexandre de Gusmão (Funag), instituição vinculada ao Ministério das Relações Exteriores.

influenciando importantes decisões nos mais variados campos da economia, do comércio e até mesmo da política interna do país.

Em vários casos o Ministério pôde atuar justamente por estar em contato com as realidades externas.

Embora a nomeação da língua possa parecer uma questão pouco importante para as políticas de Estado, quero mostrar que, no impasse entre “língua brasileira” e “língua portuguesa”, encontra-se, possivelmente, uma tensão quanto à representatividade do Brasil nas relações internacionais. Mais ainda, parece-me possível supor que, do olhar das relações exteriores para a questão da nomeação do idioma, temos configurada, decisivamente, a língua como uma razão de Estado.

Dias (1996) analisa o debate sobre a nomeação da língua do Brasil e demonstra, por suas análises, que esse debate, mesmo no cenário doméstico, já considerava questões nacionalistas e que, portanto, apontavam a diferença do Brasil, enquanto Estado-nação, diante de outros Estados nacionais. Segundo o autor, da possibilidade de se chamar a língua do Brasil de “língua brasileira”, nos anos de 1930 e 1940, aparecem duas posições: uma contrária e uma favorável a essa nomeação. A conclusão do autor, a partir da análise das construções nominais presentes nos discursos de deputados da época, aparece assim resumida:

a) Na perspectiva daqueles que se posicionam contrários ao projeto de mudança do nome da língua falada no Brasil, o nome *língua brasileira* é percebido como algo que viria desestabilizar um eixo social que tem nos percursos de escrita, sob os auspícios da *língua portuguesa*, o seu suporte, a sua referência;

b) Na perspectiva daqueles que defendem os projetos de mudança do nome do idioma, *língua brasileira* tem a sua referência constituída a partir de uma imagem romântica do País, uma imagem fundada ao mesmo tempo no positivismo e no ufanismo (...). (DIAS, 1996, p. 81, grifo do autor)

O impasse é resolvido, em 1946, por um parecer de uma Comissão composta principalmente por especialistas na questão da língua e do ensino: o parecer final da comissão, encaminhado à constituinte de 1946, sugere que o idioma nacional do Brasil seja nomeado *língua portuguesa*. Ao analisar o parecer da Comissão, Guimarães (2002) demonstra que o que sustenta, essencialmente, a derrocada daqueles que sustentavam a denominação de “língua brasileira” se dá, fundamentalmente, pela afirmação do traço civilizatório inscrito na língua portuguesa. Essa afirmação, ao mesmo tempo em que é caucionada no modo pelo qual a língua portuguesa teria se imposto no território brasileiro como instrumento de civilização, é também, a meu ver, condição fundamental para que o Brasil possa creditar a si mesmo uma condição para participar do jogo político das relações internacionais. Grosso modo, ao passo em que o parecer da Comissão se vale do “Argumento Histórico: a Língua Portuguesa se impôs no Brasil por ser instrumento de civilização” (GUIMARÃES, 2002, p. 176), esse argumento é mobilizado para sustentar, metonimicamente, pela relação entre língua e Nação, que o Brasil é uma nação civilizada. Assim, porque a língua do Brasil é a língua de um país civilizado, creio que o que se afirma, em verdade, é a possibilidade de que essa língua possa participar das disputas no espaço de enunciação internacional.

Ainda que o parecer encaminhado à constituinte de 1946 seja ainda uma questão aparentemente doméstica, a meu ver ele aponta, pelo argumento da “civilização”, uma janela de oportunidade para inserção do Brasil no cenário internacional. Contudo, parece-me que, nas/das relações exteriores, podemos ainda ver outra razão para a nomeação do idioma nacional do Brasil: ao dar o nome de “língua portuguesa” ao idioma nacional, a nação também designa¹⁸ sua língua, isto é, faz com que ela signifique e seja inscrita numa relação histórica que (re)aproxima o Brasil de Portugal, fazendo incidir na história do Brasil a história de uma língua que, civilizada, se expandiu e se consolidou em diferentes nações; essa inscrição na história é, a meu ver, a própria projeção de uma possibilidade de que a

¹⁸ Segundo Guimarães (2003, p. 54), a designação é “a significação de um nome enquanto sua relação com outros nomes e com o mundo recortado historicamente pelo nome. A designação não é algo abstrato, mas linguístico e histórico. Ou seja, é uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real”.

“língua portuguesa” também se consolide no que tenho chamado de espaço de enunciação internacional.

Ao designar, pois, o idioma nacional por “língua portuguesa”, a língua e a nação ficam significadas por suas relações com outras línguas e outras nações. Essa significação, contudo, tem um efeito específico quando pensamos que essa designação recorta, especialmente, a relação histórica entre Brasil e Portugal: ainda que Portugal já não figurasse, entre 1930 e 1940, como grande potência, sua história no desenvolvimento mercantil e a história de suas relações internacionais deixam entreabertas mais possibilidades de alcance da língua portuguesa. Parece-me, assim, que o nome “língua portuguesa”, no Brasil, ao designar o idioma nacional, “funciona como elemento das relações sociais [e internacionais] que ajuda a construir e das quais passa a fazer parte” (GUIMARÃES, 2003, p. 54).

Quero, no fundo, apresentar a hipótese de que a designação do idioma nacional tem um caráter abertamente político: pela memória do nome e pelas relações que ele já havia instalado, cria-se um cenário estratégico – embora litigioso, sobretudo pelo desentendimento quanto ao argumento “língua portuguesa” entre Brasil e Portugal – para que o Brasil participe ativamente da disputa por um lugar no espaço de enunciação internacional e, conseqüentemente, consiga promover seus interesses econômicos, ideológicos e políticos. No limite, parece-me possível sustentar que a designação do idioma é política sobretudo porque permite, pensando o espaço comum das relações internacionais, integrar o Brasil entre uma parcela dos já reconhecidos como falantes de português, entre aqueles que, pela língua, já possuem uma parte exclusiva nas relações exteriores; permite, no fundo, que o Brasil participe do que Rancière (1996, 2009) considera como partilha do sensível:

Denomino partilha do sensível o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um comum e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa portanto, ao mesmo tempo, um *comum* partilhado e

partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha dos espaços, tempos e tipos de atividade que determina propriamente a maneira como um *comum* se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha. (RANCIÈRE, 2009, p. 15)

Mais ainda: ao se projetar enquanto parte de um *comum* já dividido, o Brasil tem um terreno específico onde intervir sobre o sensível do mundo, reordenando as trocas no mapa das relações exteriores. Não se trata, devo dizer, de fazer com que o Brasil, por sua língua, se faça absolutamente materializado, mas essencialmente sensível, estética e politicamente visível e dizível. Grosso modo, o nome “língua portuguesa”, sobretudo porque caucionado na memória histórica, é uma forma específica de fazer efeito no real, pela política.

Os enunciados políticos ou literários fazem efeito no real. Definem modelos de palavra ou de ação, mas também regimes de intensidade sensível. Traçam mapas do visível, trajetórias entre o visível e o dizível, relações entre modos de ser, modos de fazer e modos do dizer. Definem variações das intensidades sensíveis, das percepções e capacidade dos corpos. (...) cavam distâncias, abrem derivações, modificam as maneiras, as velocidades e os trajetos segundo os quais aderem a uma condição, reagem a situações, reconhecem suas imagens. Reconfiguram o mapa do sensível confundindo a funcionalidade dos gestos e dos ritmos adaptados aos ciclos naturais da produção, reprodução e submissão. (RANCIÈRE, 2009, p. 59, grifos meus)

Esse trabalho político sobre o sensível é, possivelmente, a forma mais concreta de uma política de línguas, porque não trata de “expandir” uma língua pela necessária expansão do número de seus falantes; ao contrário, trata-se de “trabalhar para que os espaços de cada língua sejam também os espaços da outra” (GUIIMARÃES, 2006, p. 23). Trata-se, no limite, de fazer com que a língua tenha uma densidade sensível nas relações internacionais. A política de línguas no cenário internacional fundamenta-se, assim, mais

em fazer sensível, em “fazer parecer” a existência das línguas ao redor do mundo do que em uma relação empírica com um grande número de indivíduos falantes. Posto de outro modo: uma política de língua não se define pelo princípio da contagem (RANCIÈRE, 1996) dos falantes dessa língua pelo mundo. Em verdade, a contagem só opera na política de língua se o peso da nação que expande sua língua puder, de algum modo, obscurecer a diferença entre indivíduos falantes e indivíduos usuários dessa língua, fazendo, assim, mesmo na dessemelhança entre “falar” e “usar”, uma imagem, uma representação ou mesmo um reflexo visível, dizível, sensível enfim, dessa língua, no mundo. No limite, se pensarmos hoje, como política de língua, a expansão de uma língua no exterior, ao indivíduo “estrangeiro”, a contagem só pode operar como constitutiva dessa política se dela omitirmos a atividade policialesca – que normalmente integra a política – que estabelece a diferença, os lugares próprios de cada “falante estrangeiro”, segundo os níveis de proficiência dos exames de certificação da língua. De qualquer forma, o número de “falantes” só importa a uma política de língua se os lugares desses falantes tiverem uma densidade que determine também a língua; o número só importa, pois, enquanto probabilidade de alcance da língua aos lugares em que o dizer não é ouvido como ruído, mas como discurso (RANCIÈRE, 1996).

Colocadas as questões sobre a história, as ideias e os conceitos que orientam esse trabalho, temos já abertas as condições de conhecer o arquivo e, principalmente, o procedimento teórico-metodológico que orienta as análises dos documentos histórico-diplomáticos sobre a questão linguística.

3. ENTRAR NO ARQUIVO: A PROPÓSITO DA METODOLOGIA

Faço história por um percurso com base em questões próprias do programa História das Ideias Linguísticas e em conceitos e categorias de análise da Semântica Histórica da Enunciação (Semântica do Acontecimento). A partir de uma breve entrada no arquivo, espero, neste momento, explicitar alguns conceitos semânticos que serão recorrentes nas análises, na leitura e escrita da história, por conta da metodologia. Esse tratamento do quadro metodológico (e também teórico) é fundamental para demonstrar como a leitura do corpus, ao considerar aspectos específicos do funcionamento da linguagem, considera também uma materialidade histórica do real. Seguramente, esta é uma parte do trabalho que demarca um terreno próprio nas ciências da linguagem, com objetivos, conceitos, fundamentos e procedimentos específicos. Trabalhar essa metodologia é deixar minimamente mais visível uma ética científica/linguística. Trata-se de uma tomada de posição por onde se ler o arquivo e o corpus dele recortado, de um gesto político que leva a destacar pontos específicos do corpus em virtude dos próprios interesses de pesquisa.

3.1 Semântica e Texto

De entrada, uma primeira diferença: faço análise de enunciações que integram textos como quem procura, por essa relação de integração, dizer sentidos que os textos têm. Não é meu objetivo descrever funcionamentos da linguagem, embora os considere fundamentais para uma análise que seja capaz de dizer os sentidos produzidos pelos textos. Sem deixar apenas encobertas as possibilidades de leitura do que seja um *texto*, trato, de antemão, dois aspectos: primeiramente, a concepção de *texto*, sobretudo em uma posição de análise que leva em conta o “funcionamento enunciativo e os desenvolvimentos da semântica da enunciação” (GUIMARÃES, 2011, p. 13); depois, como analisar textos sem negar as relações desses com o corpus.

3.1.1 Enunciado e texto

Lido primeiro com o aspecto da relação entre a semântica e o texto: é preciso dizer o que é texto da perspectiva tomada para este trabalho, tanto para o “constituir como uma categoria e considerá-la pertinente por alguma razão” quanto para, nessa medida, pôr em questão, na história das ciências da linguagem, que “o caráter inquestionável do que se chama texto é já uma categorização e não o reconhecimento de algo que existe por si” (GUIMARÃES, 1995, p. 65). Assim, considero o *texto* uma unidade de funcionamento da linguagem e do sentido. Isso não implica em dizer que o texto tem unidade nem, tampouco, que é uno. Diferença fundamental para uma perspectiva que não concebe a língua como transparente, nem o sentido como unívoco. A unidade do texto é uma unidade simbólica, percebida por uma relação necessária entre enunciados e desses com uma “totalidade” que os integra. O texto é, pois, finito, na medida em que os enunciados também o são e na medida em que esses se correlacionam em virtude de uma contiguidade. São as relações entre enunciados e desses com o texto que constituem uma unidade de significação, unidade capaz de produzir sentidos. Assim, o enunciado significa porque integrado ao texto: é por esta relação de integração que, analisando enunciados, podemos dizer sobre sentidos do texto. Retomo o que apresentei sobre a relação entre enunciado e texto, agora conforme Guimarães (2011, p. 20-21):

o texto é uma unidade no sentido de ser algo finito e que se caracteriza por integrar (...) enunciados. Ou seja, o texto se caracteriza por ter uma relação com outras unidades de linguagem, os enunciados, que são enunciados e que significam em virtude dessa relação. O texto é, nessa medida, uma unidade que se apresenta entre outras da mesma natureza. No entanto o texto não tem unidade, se esta palavra significa qualidade do que é uno, do que é homogêneo. O texto é uma unidade, mas não tem unidade, não é uno.

Podemos, pois, dividir o texto em unidades menores, em enunciados, mas isso, por si só, não dá a essas unidades e, tampouco, ao texto, qualquer sentido. É na relação de integração ao texto que os enunciados, enquanto unidades de linguagem, podem significar. Começo por exemplificar como, de minha perspectiva, essa relação de integração pode ser tratada:

(1) Os brasileiros não têm a menor duvida em estabelecer esta unidade forte com a sua mãe patria, Portugal. Não existe nem assomo de receio e, ha dez anos, tiveram de manter guerra separatista contra o Estado de S. Paulo – no qual a corrente emigratoria levou a estabelecerem-se varios milhões de italianos, alemães e estrangeiros doutras procedencias que tornaram aquele Estado numa Babel linguística, com prejuízo do português, misturando-se com todos os idiomas importados.

Esse parágrafo de uma notícia veiculada no *Diário de Lisboa* em 17 de julho de 1944 (cf. anexo 1) nos impõe algumas questões para que possamos interpretá-lo: que unidade é esta entre brasileiros e Portugal? A propósito de que se faz uma história de uma guerra separatista do estado de São Paulo? Seguramente, o trecho (1) nos deixa entrever alguns lugares para respostas a nossas questões – a referência ao português e às outras línguas que teriam tornado São Paulo uma “Babel linguística”, por exemplo –, mas elas melhor se sustentam se caucionadas, por exemplo, na relação com o título – também enunciado – que integra a notícia:

(2) A unidade linguística luso-brasileira enaltecida por um jornal espanhol.

Conta-se, pois, em Portugal, uma história que teria sido contada na Espanha sobre a relação entre brasileiros e a língua de Portugal. Essa relação, recontada pelo jornal português, é apresentada como uma relação de “unidade linguística”. Mesmo superficialmente, o jornal português diz mais: a Espanha não só conta, não só relata e,

tampouco, notícia; a Espanha enaltece a relação linguística entre brasileiros e portugueses. Nesta medida, a história da relação do Estado de São Paulo com a nação brasileira é significada como prova de apreço dos brasileiros, em geral, pelo idioma de Portugal. Prova de apreço, aliás, que mobiliza uma guerra civil. Numa deriva de sentidos, enaltece-se também a guerra entre Brasil e São Paulo à medida que ela se justifica por uma unidade linguística.

3.1.2 Relações de integração ao texto: o enunciado e sua independência relativa

Continuemos a explorar o excerto (1), observando como os enunciados que o compõe, embora sejam significados pela relação com o texto que os integra, não são absolutamente dependentes dessa relação de integração. Pudemos entrever lugares de sentido mesmo antes do acesso ao título da matéria: dizemos, assim, que um enunciado de um texto é relativamente independente em relação a outros enunciados que também integrem um mesmo texto. E essa independência relativa é fundamental para meu procedimento de análise: analisando enunciados específicos, na relação que mantêm com outros enunciados, considero possível falar de sentidos que se apresentam no texto e que o fazem significar. Meu objetivo não é jamais exaurir os sentidos de um texto porque ele se ressignifica incessantemente, tanto pelas relações internas entre os elementos que o constituem quanto pela mudança do lugar social de quem o lê. Principalmente, não há como exaurir o sentido de um texto, ainda que pensássemos essa exaustão como uma análise de enunciado a enunciado: isso porque o texto não é a soma de sentido de cada enunciado, mas o efeito de unidade próprio da relação entre eles. Opero, sempre, nas análises, com recortes de textos, isto é, com fragmentos daquilo que se apresenta como unidade de linguagem, o texto, em determinada situação (ORLANDI, 1984). Considero que o recorte é um “fragmento do acontecimento da enunciação” (GUIMARÃES, 2011, p. 44): fragmento que significa por uma independência relativa com o texto a que integra e também pela independência relativa entre os enunciados que o constituem.

Vejamos, pelas relações entre (2) e possíveis paráfrases de (1) como funciona o que chamamos de independência relativa dos enunciados:

(2) A unidade linguística luso-brasileira enaltecida por um jornal espanhol.

(1.1) Os brasileiros não têm a menor duvida em estabelecer esta unidade [linguística] forte com a sua mãe patria, Portugal.

(1.2) Não existe nem assomo de receio [em estabelecer esta unidade forte com a sua mãe patria, Portugal] e, ha dez anos, [os brasileiros] tiveram de manter guerra separatista contra o Estado de S. Paulo – no qual a corrente emigratoria levou a estabelecerem-se varios milhões de italianos, alemães e estrangeiros doutras procedencias que tornaram aquele Estado numa Babel linguística, com prejuízo do português, misturando-se com todos os idiomas importados.

Como podemos observar, (1.2) é, em verdade, uma expansão de (1.1). Nesse sentido, as relações coesivas internas aos recortes são responsáveis por instalar, entre eles, uma relativa dependência. Ao mesmo tempo, porém, a possibilidade de dividir (1) em (1.1) e (1.2) determina a relativa independência entre esses enunciados que integram o recorte (1). Contudo, apresentar (1.1) sem (1.2) seria constituir sentidos outros que não o que a relação (1.1) e (1.2) apresenta. Notemos: a expressão “Os brasileiros não têm a menor duvida em estabelecer esta unidade [linguística] forte com a sua mãe patria, Portugal” (de (1.1)) introduz uma ideia que, de certo modo, é a própria tese de que há uma “unidade linguística luso-brasileira” (de (2)); mas (1.1) afirma, ainda, para tratar da unidade linguística, que não há dúvidas entre os brasileiros sobre essa unidade, afirmação que reaparece, sob outra forma, em “Não existe nem assomo de receio [em estabelecer esta unidade forte com a sua mãe patria, Portugal] e, ha dez anos, [os brasileiros] tiveram de manter guerra separatista contra o Estado de S. Paulo” (de (1.2)). Dizer que houve um conflito contra um estado que, pelas influências de “idiomas importados” impunha um “prejuízo do português” é caucionar, no exemplo, a inexistência da dúvida. A expressão “Não existe nem assomo de receio”, de (1.2), significa como (1.1) e, ao mesmo tempo, constitui o terreno por que se afirmar a guerra contra São Paulo.

De outra forma, notemos a independência *relativa* entre (1.1) e (1.2), agora também na relação com (2): (1.1) está ligado a (2), por que “não há dúvida entre os brasileiros...” quanto à “unidade linguística luso-brasileira”; ao mesmo tempo, (1.2) está ligado a (1.1), porque “manter guerra contra o Estado de São Paulo” é “não ter dúvida, entre os brasileiros, quanto à unidade linguística...”. A partir disso, podemos dizer, sumariamente, que (1.1) está para (2) assim como (1.2) está para (1.1), o que nos dá como ancoragem do “texto” o trecho (1.1): “não há dúvida entre os brasileiros em estabelecer forte relação com a sua mãe pátria, Portugal”. Nessa metafórica “razão matemática” é que vemos como o texto mesmo, por seus enunciados, se reescreve incessantemente, mas sempre apresentando sentidos outros. Também por essa análise percebemos que o sentido de um texto não decorre de uma relação de contiguidade dos enunciados, mas de uma relação transversal, isto é, de uma relação entre diferentes elementos que se relacionam entre si e com a unidade texto. Mais ainda: é por essa análise que podemos perceber como o real da história¹⁹ significa no texto, pois é por essa análise que podemos ver que, enquanto o Brasil, ainda em 1944, debatia o nome a ser dado a sua língua, Portugal noticia, como enaltecida por outra nação, a inexistência de qualquer dúvida sobre a unidade linguística luso-brasileira.

3.1.3 Sentido e história

Relacionado ao modo como tenho demonstrado que o real da história se inscreve na materialidade da linguagem, no texto, convém destacar que procurei não realizar uma análise que reduzisse a história ao contexto. Longe disso, como pudemos observar, o texto antes significa e, nessa medida, pelo procedimento analítico, podemos fazer dele/nele uma história da relação entre brasileiros e a língua de Portugal. Convém destacar, pois, que estamos longe de uma teoria enunciativa que reduza o enunciado às condições imediatas de enunciação. Tampouco, a semântica que subsidia nossas análises,

¹⁹ O real da história é o “exterior específico” do texto (ORLANDI, 2003, p. 4).

ainda que tenha por base uma teoria da enunciação, não é a mesma teoria criticada por Pêcheux e Gadet (1998). Não se trata, afinal, de uma teoria da enunciação que

combina em um estudo da marca do processo de enunciação no enunciado, os universais da relação enunciado/enunciação (identidade relativa dos interlocutores, lugar, tempo e modalidades da enunciação), com os efeitos subjetivos do ato de enunciação, a situação estando sempre vinculada ao estatuto social dos protagonistas. (PÊCHEUX, GADET, 1998)

Seguramente, há na Semântica Histórica da Enunciação elementos de uma teoria enunciativa, mas com demarcações, rupturas e deslocamentos necessários. A relação com as condições imediatas de enunciação é o lugar de uma primeira ruptura, pois os enunciados, sobretudo porque integrados ao texto, “são elementos que significam para além das situações empíricas” (GUIMARÃES, 2011, p. 22). Notemos, pelo que dissemos sobre os recortes (1) e (2), que o sentido dos enunciados não seria o mesmo se os reduzíssemos e disséssemos que eles “referem” a uma realidade externa clara, objetiva e indubitável: aceitamos que o texto seja uma matéria de jornal sobre outra matéria de jornal, mas não há como ignorar a “unidade enaltecida” como algo que significa a matéria relatada fora de uma realidade empírica: a expressão “enaltecida” marca, afinal uma tomada de posição que permite ler um julgamento ideológico sobre a unidade (linguística) noticiada. De outro modo: o procedimento de análise requer que reconheçamos no enunciado lugares pelos quais se desmitifique a objetividade e uma suposta realidade que uma história positivista comporia; é por esses lugares que faço uma história que se constitui na/pela própria língua.

3.1.4 Acontecimento e temporalidade

Os textos que tomo para análise são tomados enquanto acontecimentos de linguagem, isto é, enquanto unidades que constituem temporalidades. Considerar o texto como acontecimento não é dar ao texto um lugar no tempo, mas o considerar como elemento que temporaliza, que recorta do passado enunciações e sentidos que convivem no presente do texto e, nessa medida, também o deixa aberto para um futuro, para interpretações, para uma projeção de sentidos. Como acontecimento, o texto “instala sua própria temporalidade: essa a sua diferença” (GUIMARÃES, 2005, p. 12). Reforçando o que considero como temporalidade, retomo Guimarães (2005, p. 12):

De um lado, ela se configura por um presente que abre em si uma latência de futuro (uma futuridade), sem a qual não há acontecimento de linguagem, sem a qual nada é significado, pois sem ela (a latência de futuro) nada há aí de projeção, de interpretável. O acontecimento tem como seu um depois incontornável, e próprio do dizer. Todo acontecimento de linguagem significa porque projeta em si mesmo um futuro.

Em seu presente e em sua projeção de futuro, o acontecimento é sempre histórico, pois ele só existe em função de uma memória latente de dizeres, rememorações e enunciações dispersos. A língua não significa, assim, fora de uma história de sentidos ou mesmo fora de uma história de suas formas:

A memória da língua é uma memória latente, pois para significar precisa confrontar-se sempre com a memória discursiva e o presente do acontecimento. E assim, por ser latente, pode sempre ser outra coisa, para isso bastando que outras enunciações a façam derivar, mesmo que imperceptivelmente. Deste modo uma forma na língua não é nem soma de seus diversos passados, nem deriva de um

étimo, nem algo em si: senão uma latência à espera do acontecimento enunciativo, onde o presente e o interdiscurso a fazem significar. (GUIMARÃES, 1996a, p. 32)

Veja-se, então, que a história de que falo não é também uma história unívoca, homogênea, una. É, antes, uma história que pode sempre ser outra, em outro acontecimento, porque os dizeres dispersos constituem-se sempre pelo recorte, pelo memorável de formas e sentidos da língua. Justamente por isso, não digo que a história coincide com a realidade: trata-se de uma história constituída a partir de uma relação entre língua e sujeitos atravessados pelo simbólico (GUIMARÃES, 2005). Isso importa para frisar que a história que me proponho a fazer não é uma história de dados e relatos, mas uma história de acontecimentos enunciativos sujeitos a interpretações.

Pensemos, então, a temporalidade do texto que integra (1): ela se caracteriza porque, de um lado, há uma regularidade entre as estruturas sintáticas e morfológicas na língua em que (1) é enunciado. Por essa regularidade podemos reconhecer (1) como enunciado em língua portuguesa. Por outro lado, essa temporalidade também está marcada na memória de sentidos, como podemos observar especialmente pela expressão “Babel linguística”. O texto apresenta o processo imigratório como prova de que São Paulo, pelas inúmeras línguas que imigrantes teriam levado a esse estado, seria o terreno de uma mistura, de uma confusão entre línguas – e entre seus falantes. Ora, a imagem da confusão não vem senão pela enunciação que recorta como memorável, como um dizer disponível que significa a confusão entre línguas, a expressão “Babel linguística”: mas a Babel que então significa não é a Babel bíblica, a punição; a Babel enunciada diz de uma confusão que comprometeria a unidade, diz do receio de uma fusão entre línguas que pusesse em risco a identidade da língua dos brasileiros. Assim, nessa deriva, lutar contra uma Babel em São Paulo, parte do Brasil, é lutar pela preservação de uma realidade que se apresenta como quase natural, quase divina: os brasileiros falam português.

O passado de uma enunciação se apresenta, assim, como próprio de cada acontecimento que o recorta: é isso, em boa medida, que permite que os sentidos sejam

deslocados e que haja sempre um devir próprio de cada acontecimento enunciativo. E é por isso, justamente, que o acontecimento temporaliza: o que outrora fora enunciado constitui um presente que permite ainda novas interpretações. Desse modo, “o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimentos de linguagem, não há enunciação” (GUIMARÃES, 2005, p.12).

Podemos pensar, ainda, na projeção de futuro, no devir de sentidos que a expressão “Babel linguística” abre ao texto analisado. Essa expressão significa, especialmente, por sua força de imputar uma identidade linguística justamente quando ela vinha sendo debatida pelos próprios brasileiros. Ela significa por uma pressão política das relações exteriores que faz o Brasil preservar o que é dado como natural, como divino: preservar o laço com a “mãe pátria”. Jogando com as relações políticas, a memória de Babel como punição significa também uma possibilidade de futuro ao povo que não a combata: ela projeta, assim, como possibilidade de leitura, a ameaça ao reconhecimento dos brasileiros no cenário internacional. Sem lutar contra a Babel os brasileiros poderiam ver comprometida a unidade linguística com Portugal; sem essa unidade, não teriam por onde serem “enaltecidos” na Espanha e, depois, novamente reconhecidos no noticiário português. A Babel bíblica, a Babel linguística, a confusão, a punição, a identidade, o reconhecimento: de um a outro, entre passado e presente do acontecimento, se constitui uma latência de futuro que constitui também o futuro da história e da língua.

3.1.5 Textualidade e reescrituração

À medida que tomo o texto como acontecimento e considero que ele projeta uma futuridade, resta dizer como interpretar, como falar de um sentido onde a própria memória diz a possibilidade de haver sempre outro. Para isso, devo reconhecer que todo texto, em sua finitude, se apresenta como unidade por uma posição enunciativa que confere

uma aparente homogeneidade à dispersão que constitui a memória. Essa posição enunciativa, que caracteriza a autoria, é exatamente a posição daquele que se apresenta como responsável pelo texto. Trata-se, em verdade, da posição-autor, posição que “assume como suas as palavras que de direito são do interdiscurso”²⁰ (GUIMARÃES, 1995, p. 67). É dessa posição que se constitui a textualidade; é dessa posição que, enunciativamente, se produz “a ilusão de um presente sem memória” (GUIMARÃES, 1995, p. 67). Desse modo, pois, os sentidos de um texto, ou dos enunciados que o integram, são memória, mas não só memória. Há, necessariamente, um cruzamento com uma posição de sujeito que, no presente do acontecimento enunciativo, é levado a recortar como memorável certas enunciações, em detrimento de outras. Essa posição de sujeito que constitui a posição-autor é responsável pelo funcionamento da língua, numa relação dessa com sua exterioridade, com a memória, o interdiscurso, o conjunto de dizeres possíveis e disponíveis na história e na língua (ORLANDI, 1992). Ocupar essa posição de sujeito, assumir uma posição de autoria, é apresentar como homogênea a memória dispersa e, nessa medida, confiar-se como origem do enunciado e do texto, das formas e dos sentidos da língua (GUIMARÃES, 1996b).

O texto que temos observado seguramente tem características que facilitam reconhecê-lo enquanto uma unidade entre outras: ele circula em uma página de jornal, em que há limites gráficos – linhas retas, colunas e imagens, principalmente – entre as diferentes notícias e anúncios. Isso, porém, só nos permite reconhecer a unidade *texto*, mas não ainda o próprio da textualidade: essa é construída da posição-autor, pela forma como essa posição é levada a pôr a língua em funcionamento e, assim, constituir um texto. É constitutivo dessa textualidade o ato de dizer e redizer, retomar, repetir incessantemente um termo, palavra ou expressão para que a unidade se apresente coesa e consistente, para que a memória possa ser representada como presente no acontecimento e, assim, fazer parecer

²⁰ “Interdiscurso” é um conceito da análise de discurso. Segundo Orlandi (1999, p. 31) o interdiscurso é “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos de memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra”.

homogêneo o que é, historicamente, não-idêntico, diferente, polissêmico²¹. A textualidade se constitui, pois, em parte, por um procedimento de reescrituração (GUIMARÃES, 2005), isto é, o ato de repetir o já-dito no próprio acontecimento, fazendo com que palavras e expressões se apresentem “funcionando sob a aparência de substituíbilidade” (GUIMARÃES, 2005, p. 27). Friso: “aparência de substituíbilidade”. Isso porque ao reescrever, ao apresentar como novo algo já mencionado no texto, atribuem-se sempre novos sentidos. Retomemos o excerto (1) para observar nele relações de reescrituração, próprias da textualidade:

(1) Os brasileiros não têm a menor duvida em estabelecer esta unidade forte com a sua mãe patria, Portugal. Não existe nem assomo de receio e, ha dez anos, tiveram de manter guerra separatista contra o Estado de S. Paulo – no qual a corrente emigratoria levou a estabelecerem-se varios milhões de italianos, alemães e estrangeiros doutras procedencias que tornaram aquele Estado numa Babel linguística, com prejuízo do português, misturando-se com todos os idiomas importados.

No excerto (1) podemos observar, por exemplo, que no período “Os brasileiros não têm a menor duvida em estabelecer esta unidade forte com a sua mãe patria, Portugal” a expressão “os brasileiros” é reescriturada, por substituição, pelo pronome “sua”, de “sua mãe patria, Portugal”. Nesse caso, o pronome rescreve “os brasileiros”, fazendo com que fique significado, no texto, “... a mãe patria [dos brasileiros], Portugal”. A mesma expressão “os brasileiros” reaparece reescriturada, por elipse, em “Não existe nem assomo de receio e, ha dez anos, [os brasileiros] tiveram de manter guerra separatista contra o Estado de S. Paulo”.

Se pensarmos a relação entre (1) e (2), temos também outra importante reescrituração. Observemos:

²¹ A polissemia diz respeito à coexistência de sentidos diferentes em uma mesma formulação. Essa coexistência é responsável “pelo deslocamento, [pela] ruptura de processos de significação. [A polissemia] joga com o equívoco” (ORLANDI, 1999, p. 36).

(2) A unidade linguística luso-brasileira enaltecida por um jornal espanhol.

A expressão “A unidade linguística luso-brasileira” de (2) reaparece, condensada, também em uma relação de sinonímia, no trecho “... em estabelecer esta unidade forte...”, de (1). A “unidade linguística luso-brasileira” apresentada em (2), quando reescriturada em (1) apenas por “unidade”, é predicada, na textualidade, como “forte”. Desse modo, por relações transversais, “A unidade linguística luso-brasileira” é, mesmo em (2), predicada como “forte”: é isso, em boa medida, que permite que se diga que é uma unidade linguística que merece ser “enaltecida”.

Notemos agora a forma como Portugal é apresentado como uma reescritura da expressão “mãe pátria”. A construção apositiva “mãe pátria, Portugal”, de (1), apresenta-nos uma reescritura que faz Portugal significar, por substituição, numa relação de sinonímia, “mãe pátria”. Vejamos, então, que a reescrituração é própria da textualidade de um acontecimento enunciativo determinado. No caso em análise, essa reescrituração instala uma relação fundamental para que a “unidade linguística” que o texto menciona seja significada também em outro lugar: por essa reescrituração, a relação Nação-nacionalidade é apagada em nome de uma “unidade enaltecida”: se percebemos que o pronome “sua” reescreve a expressão “os brasileiros” e que “Portugal” é uma reescritura de “mãe pátria”, podemos ler em (1) algo como (1c):

(1c) A mãe pátria dos brasileiros é Portugal.

O laço materno dos brasileiros, o laço “biológico”, a origem a que não podem negar não é significada por “Brasil”: essa nação não é, neste acontecimento, a mãe pátria dos brasileiros. Os brasileiros, no fundo, não alimentam dúvidas quanto à unidade linguística com Portugal porque estão significados como filhos dessa nação. O Brasil

desaparece, a história de colonização desaparece, a própria independência desaparece: tudo a um só tempo, apagando os conflitos da história, silenciando a própria divisão entre Brasil e Portugal e entre brasileiros e portugueses; mais ainda, silenciando também discursos que atribuiriam mães-pátria diferentes a nacionalidades diferentes. Notemos que o que temos lido está significado por efeito da reescrituração, pois seria diferente dizer, simplesmente, que “Os brasileiros não têm a menor duvida em estabelecer esta unidade forte com Portugal”.

Analisar as relações de reescrituração é fundamental para uma análise que pretenda observar como a linguagem, no acontecimento, produz uma história de sentidos. Do pouco que já temos visto, a história contada por um único documento é mais do que simples registro, é mais do que simplesmente um “dado”: é uma re(di)visão do mundo, é uma ação sobre o real.

Justamente por sua importância, observemos a reescrituração ainda por outro lugar em (1): afirma-se que uma corrente imigratória fez se estabelecerem em São Paulo grupos estrangeiros que teriam transformado esse estado em uma “Babel linguística”. A expressão “Babel” é a reescritura de “vários milhões de italianos, alemães e estrangeiros de outras procedências”; ao falarmos, porém, em “Babel linguística”, a reescrituração funciona, ao mesmo tempo, como recorte do memorável de que “italianos, alemães e estrangeiros de outras procedências” falam outros idiomas, diferentes do português. Assim, as nacionalidades que se instalaram em São Paulo estão significadas por suas diferentes línguas, as quais levariam ao “prejuízo do português”. Dizemos, então, que (1) significa também por (1d):

(1d) O italiano, o alemão e idiomas de outras procedências tornaram o Estado de São Paulo uma Babel linguística, com prejuízo do português.

Tanto podemos dizer que as nacionalidades significam por suas línguas que vemos, no fim do trecho (1), uma referência a “idiomas importados”. É justamente aí,

então, que percebemos uma reescrituração que faz todos os idiomas que se instalaram em São Paulo significarem “idiomas importados”. Temos, pois, um procedimento que enumera diferentes idiomas e os articula, os organiza numa relação de contiguidade, fazendo-os constituir uma unidade de sentido que reconhecemos em “idiomas importados”. Dizemos, nesse caso, que há uma enumeração, isto é, a presença de “um conjunto de expressões como modos de apresentar cada um dos aspectos que juntos formam uma unidade de sentido” (GUIMARÃES, 2009, p. 58). Como já observamos, o conjunto de expressões significam pela expressão “idiomas importados”, expressão que os reescritura e lhes confere determinada unidade de sentido. Dessa enumeração e dessa reescrituração, contudo, fica de fora o português. É dessa divisão que a reescrituração produz outro sentido fundamental que reitera, mais uma vez, a unidade linguística entre brasileiros e Portugal. Podemos chegar a uma leitura que vê significada no texto (1e):

(1e) O italiano, o alemão e idiomas de outras procedências são idiomas importados.

Excluído o português, que seria prejudicado pela mistura com os idiomas importados, vemos que o texto nos apresenta, como fato, o português como língua não importada, língua “nativa” de São Paulo. Mais uma vez, uma reescrituração que faz o texto significar por outra história, por uma história que homogeneíza e silencia, sem ressalvas, as línguas faladas outrora no Brasil. Sem ressalvas, faz-se assim uma nova história do Brasil, da qual não faria parte uma colonização linguística (MARIANI, 2004), isto é, não faria parte dessa história um acontecimento que

resulta de um processo histórico de encontro entre pelo menos dois imaginários linguísticos constitutivos de povos culturalmente distintos – línguas com memórias, histórias e políticas de sentido desiguais, em condições de produção tais que uma dessas línguas – chamada de língua colonizadora – visa impor-se sobre a(s) outra(s), colonizada(s). (MARIANI, 2004, p. 28)

3.1.6 Espaço de enunciação

Tudo o que temos lido dos recortes (1) e (2) nos coloca de frente a dois importantes fatos: em primeiro lugar, o fato de que há línguas no mundo; em segundo, o fato de que essa pluralidade, bem como qualquer outra, não está isenta de tensão, de conflito, de desigualdades. Dois importantes fatos que nos movem a um lugar central: as línguas existem e funcionam por uma política de línguas em espaços de enunciação.

Grosso modo, podemos dizer que é, essencialmente, o próprio conceito de espaço de enunciação que está significado no texto que temos analisado. Observando mais detidamente esse conceito, vemos que ele é o espaço de constituição (e desfiguração) das línguas: uma língua existe porque existem seus falantes, mas esses mesmos falantes só são assim reconhecidos porque, antes, são falantes de uma língua. Não há constituição de falantes sem que antes haja uma língua em que se fale (GUIMARÃES, 2005). Ao mesmo tempo, porém, falantes de uma mesma língua não se constituem enquanto tal senão por lugares sociais que determinam o direito e o modo de acesso à palavra. Justamente onde a língua se constitui uma, ela também se desfigura para constituir outra, sob uma aparente identidade/igualdade: pela distribuição desigual do direito à palavra e pela própria diversidade dos modos de dizer, a língua, uma vez falada, é sempre diferente de si, dividida, desfeita.

O espaço de enunciação não é uma realidade empírica. Ele é elemento teórico-metodológico que permite pôr em estreita relação o político e a(s) língua(s). Operar com esse elemento teórico-metodológico em uma análise de texto requer o cuidado de predicá-lo em razão do desvio interessado pelo qual se olha para o acontecimento de linguagem. No caso dos recortes que temos analisado, podemos dizer, por um lado, que eles se configuram em espaço de enunciação português (de Portugal), porque o texto é uma notícia de um jornal português; no entanto, o arquivo que o texto integra nos faz pensar esse

acontecimento como um fato de linguagem de um espaço de enunciação das relações exteriores: é nessa passagem do texto ao arquivo que considero possível ler o conceito linguístico de espaço de enunciação autorepresentado e significado no acontecimento: o texto trata, afinal, de um espaço de contato e de tensão: a língua em que se enuncia, da posição-autor, é a língua de que se acredita enunciar (como objeto de enunciação), uma língua que seria una, enaltecida, expandida a outras terras, razão de admiração de falantes de um espaço projetado como outro, o espaço de enunciação espanhol. Justamente porque coloca o português numa relação com o espanhol, o espaço de enunciação do recorte está afetado pela divisão das línguas entre nações. Ao mesmo tempo, porque também se propõe a falar de uma unidade alcançada por uma expansão do idioma ao Brasil – lugar onde a unidade se sobressairia apesar de uma mistura –, esse espaço de enunciação do português nas relações exteriores se projeta e significa, no texto, como espaço além-mar, espaço afetado, então, pelo alemão, pelo italiano e pelos idiomas de outras procedências. No limite, o conceito de espaço de enunciação das relações exteriores está significado no texto porque o próprio texto apresenta a divisão política das línguas e dos falantes no cenário internacional.

Ressalto: o espaço de enunciação não é o espaço de uma relação dada entre falantes e línguas, mas um conceito de uma teoria linguística; trata-se de um conceito que, essencialmente, permite repensar a ideia de espaço exatamente pelas relações entre línguas, entre falantes e entre línguas e falantes. É só na negação de qualquer evidência do tipo “portugueses falam português” e “brasileiros falam português” que podemos reconhecer o político na/da língua, o político que torna possível unir brasileiros e portugueses e, concomitantemente, cindir os brasileiros em, por exemplo, brasileiros, tomados genericamente enquanto falantes de português, e brasileiros habitantes de São Paulo, tomados pela ameaça à pureza da língua portuguesa.

Observamos, aliás, que se consideramos o recorte (1) como integrado a um acontecimento do espaço de enunciação das relações exteriores, ele significa esse mesmo espaço como sempre cindido, sempre político, pois o que lemos no recorte é a representação de que ainda existe o espaço de enunciação do português em São Paulo, o

espaço de enunciação do português no Brasil, ou, ainda, o espaço de enunciação do português nas relações exteriores entre Brasil-Portugal-Espanha. O espaço de enunciação em que (1) é configurado é um espaço significado no acontecimento por sua própria divisão.

Sabemos, analisando o recorte, que há um espaço de enunciação do português no Brasil que não ignora a configuração de um espaço específico em São Paulo. Esse espaço paulista, contudo, embora dessemelhante ao espaço brasileiro, é por ele afetado, sobretudo porque o texto faz significar uma relação hierárquica entre línguas: o português que determina²² Brasil é hierarquicamente superior ao português que determina São Paulo porque o português falado no Brasil é ainda o português que permite relacionar Brasil a Portugal. O espaço de enunciação de São Paulo fica significado, pois, como o espaço de uma divisão interna na língua, decorrente especialmente dos contatos com idiomas importados. Esses contatos, porém, não são apresentados como um diferencial positivo nas relações entre línguas e falantes nas relações exteriores, seja porque esses contatos ameaçam essas próprias relações ou porque, no fundo, qualquer diferença implica necessariamente uma nova distribuição do poder (poder político, poder enunciar, poder de alcance dos enunciados).

Para todos os efeitos, o espaço de enunciação que se apresenta como próprio das relações exteriores entre Brasil e Portugal é justamente o espaço no qual se encobre a divisão do Brasil e falantes brasileiros do português, a divisão que configura um espaço para o português no Brasil e outro para o português em São Paulo. Esse encobrimento só funciona por uma divisão que nomeia como “português” mesmo aquele idioma “prejudicado”, misturado com idiomas importados.

Pelo arquivo que procuro analisar, em especial: as línguas se distribuem no cenário internacional de modo desigual; no jogo com os diferentes Estados, com seus respectivos cenários domésticos, essa desigualdade é argumento de processos fundamentalmente controversos: do reconhecimento de uma unidade linguística entre

²² Uma relação de determinação é uma relação de atribuição de sentido. Observaremos mais detidamente as relações de determinação no item *Domínio Semântico de Determinação*.

Estados – Portugal e Brasil, no caso do recorte (1) – e, ao mesmo tempo, do reconhecimento da diversidade da/na língua entre esses Estados e no interior desses mesmos Estados. Por isso, o espaço de enunciação tem, por minha posição de interesse, um lugar central para pensar sobre essa tensão das línguas, essencialmente sobre a contradição unidade/diversidade (ORLANDI, 1998), no propósito mesmo de que ela seja vista como fundante de qualquer língua e de qualquer relação entre línguas, porque fundante de qualquer relação social e, sobretudo e consequentemente, de qualquer relação exterior.

Pensando especialmente as razões que alçariam a divisão das línguas ao lugar de objeto de informação, objeto de notícia, não devo desconsiderar a própria política da mídia: não se pode fazer saber tudo, mas se pode fazer saber tudo o que interessa de algum lugar. Ao passo que o recorte (1) constitui um documento do Arquivo Histórico e Diplomático do Itamaraty, considero possível dizer que um dos lugares por onde desdobrar o interesse desse documento é na política externa. A notícia é, nesse caso, o espaço da divisão do mundo pela língua, a propósito de uma projeção de lugares em que sujeitos portugueses possam reconhecer sua identidade de falantes de português como objeto de orgulho – porque enaltecida – e, ainda, em que possam reconhecer seu acesso à palavra fora do domínio geográfico de Portugal. O mesmo vale, aliás, para os brasileiros: a unidade linguística com Portugal é também a possibilidade de acesso à palavra mesmo fora do Brasil. Em outras linhas, a notícia é o espaço da configuração de um poder da língua: como intervenção sobre a partilha do sensível, saber uma língua é poder falar – ou, no mínimo, fazer crer que se possa falar – em outro lugar, mesmo em outro Estado; saber a língua é poder afirmar o pertencimento a um grupo. O pertencimento, como sabemos, é político: pela inclusão e pela exclusão se definem, sempre, lugares, formas e fontes de poder, de força, de autoridade nas relações sociais/exteriores. Isso é particularmente sensível em nosso texto se observamos ainda outro recorte que sustenta a unidade linguística luso-brasileira (cf. anexo 1):

(3) É o português uma das línguas de mais difusão no Mundo. Não só pelo numero de seres que o falam, mas também pela imensa extensão e dispersão dos territórios em que se usa.

De cinquenta a setenta milhões de pessoas o têm como língua própria: sete em Portugal, quarenta e cinco no Brasil, mais dum milhão nas colônias portuguesas e o resto espalhado por todo o mundo.

Dar visibilidade ao português, especialmente no Brasil, é afirmar o pertencimento a um grupo muito maior de sujeitos falantes que o grupo desses falantes em Portugal. Assim, por cima de todas as diferenças linguísticas no Brasil e nas colônias, por cima ainda de outros conflitos, a união dos falantes de uma língua vai se constituindo enquanto forma de acesso ao mundo, enquanto trabalho estético que cria uma imagem de acesso a “todo o mundo”. Exatamente por isso, assistimos ao envolvimento de um ministério de Estado com questões de língua: reconfigurar, pelas relações exteriores, a distribuição das línguas. Considerando que estou num diálogo necessário com outros campos das ciências humanas, o envolvimento de um ministério de Estado com a questão da “expansão do idioma”²³ faz do espaço da enunciação, um conceito de uma teoria da linguagem, um conceito também forte para uma teoria política e para o campo das ideias das relações exteriores, sobretudo as ideias da diplomacia cultural.

Mesmo reconhecendo a divisão de/entre línguas e falantes, uma política de língua como razão de Estado trabalha com outra operação: ao passo que se divide o espaço de enunciação internacional, se multiplicam as possibilidades de identificação dos Estados, pela língua, com espaços além de suas fronteiras. Quase metonimicamente, as partes representam o “todo” de locais geográficos, de modo que as fronteiras de Estados são paulatinamente apagadas em nome de um princípio de dominação (ORLANDI, 1998).

Inclusive a propósito da dominação, voltemos ao recorte (1) para ver ainda como o espaço de enunciação do português em São Paulo é o lugar de outra materialidade histórica. Entre os “idiomas importados” a São Paulo, dois são particularmente objeto de atenção: o alemão e o italiano. Para a configuração do espaço de enunciação do português, esses são apenas idiomas que ameaçam a unidade linguística. Por outro lado, dar

²³ A expressão “expansão do idioma” é uma expressão de entrada do glossário de pesquisa no Itamaraty. É nos documentos referentes a essa entrada que o Ministério classifica, em seu Arquivo Histórico e Diplomático, um conjunto de documentos que tratam da relação entre língua(s) e Estado(s).

visibilidade especial a esses dois idiomas é dar lugar especial a uma guerra contra esses dois idiomas e contra tudo o que representam na conjuntura histórica de 1944 (PAYER, 2001, 2009). Lembremos, pois, que estamos no período da segunda guerra mundial: uma forma de suprimir as forças alemãs e italianas e seus regimes totalitários é significada, no texto, pela supressão de seus espaços de enunciação, dos espaços em que essas línguas, por seus falantes, possam ser faladas. Mais uma vez: sobretudo num período de guerra, período em que as relações exteriores se redefinem por suas alianças, considero que a categoria linguística de espaço de enunciação se configura também, muito particularmente, como objeto de uma materialidade política.

3.1.7 O político na enunciação e a cena enunciativa

Para avançar em minha análise, quero propor agora uma entrada específica sobre a noção de política: quero considerar especialmente como o acontecimento enunciativo é uma prática política. Ao enunciar recorta-se um memorável que se constitui como presente: isso implica em dizer, portanto, que é própria do acontecimento enunciativo uma divisão da memória de dizeres; essa divisão significa por instalar, ao mesmo tempo, um silêncio e um dizer. Essa divisão repercute, assim, na materialidade da linguagem, afetando o próprio presente do acontecimento e, também, sua projeção de sentidos.

Pensem especificamente o nome “Portugal”: é país, é nação, é ex-metrópole do período colonial, colonizou o Brasil, teve colônias na África, explorou o mercado de escravos. Nada disso, porém, no nosso recorte, predica Portugal. Dispomos, pois, de várias formas (e sentidos) na língua que poderiam constituir de outro modo a divisão da história de Portugal e, conseqüentemente, a relação dessa nação com brasileiros. O real da história, porém, é dividido e dele só se afirma o pertencimento, como realidade, da expressão “mãe pátria” – dos brasileiros, como já observamos – como predicado de Portugal, de modo que

“Dizer e silenciar andam juntos” (ORLANDI, 1992, p. 53). Há, pois, um recorte que constitui o dizer, recorte que representa sua dimensão política:

Há (...) uma declinação política da significação que resulta no silenciamento como forma não de calar mas de dizer “uma” coisa, para não deixar de dizer “outras”. Ou seja, o silêncio recorta o dizer. Essa é a sua dimensão política.

Essa dimensão política do silêncio está, no entanto, assentada sobre o fato de que o silêncio faz parte de todo processo de significação (dimensão fundante do silêncio). Sem silêncio não há sentido porque o silêncio é matéria significativa por excelência (ORLANDI, 1992, pp. 53-54).

O mesmo se pode dizer da forma pela qual se trata das línguas que constituiriam o estado de São Paulo: fala-se do italiano, do alemão e de idiomas de outras procedências. Confere-se, pois, um lugar próprio ao italiano e ao alemão e se conjugam todos os demais idiomas então falados em São Paulo em um só bloco, o bloco de idiomas de outras procedências. Dessa primeira divisão instala-se outra: a que estabelece os idiomas importados e a especificidade do português. Dessas divisões ficam recortados como não-próprios, como não pertencentes à história de São Paulo e do Brasil, os idiomas de grupos africanos e indígenas, por exemplo. Afirma-se, pelo silêncio quanto à influência de idiomas africanos e indígenas na língua do Brasil, que o português dos brasileiros não é outro e, tampouco, importado: diferença fundamental para que se possa redividir o real e unir a nacionalidade brasileira a Portugal.

Tomar a palavra, dizer, enunciar é, pois, um ato político. Não há acontecimento de linguagem que não estabeleça uma divisão, uma diferença no real da história e na própria memória da língua. Não há, pois, acontecimento de linguagem que não esteja significado pelo conflito, pela contradição, pelo litígio entre o real da história e o real da língua, o dito e não dito, o dito de tal modo em detrimento de outro. Conforme Guimarães (2005, p. 16), “o político é incontornável porque o homem fala”. Enquanto incontornável, o político de que tratamos está longe de poder ser concebido enquanto algo negativo:

considero-o como “fundamento das relações sociais, no que tem importância central a linguagem” (GUIMARÃES, 2005, p. 16).

O político é próprio, pois, do acontecimento enunciativo. Nessa mesma medida, ele é próprio de toda cena enunciativa. Embora possamos assumir a palavra em diferentes momentos, diante de diferentes sujeitos, isso não implica que falemos sempre de um mesmo lugar social, estabelecendo sempre uma mesma relação com a língua e com aqueles a quem dirigimos a palavra. As relações de tomada da palavra são representadas por uma divisão de lugares sociais entre indivíduos; divisão que determina, inclusive, o direito de acesso à palavra e os próprios modos pelos quais se enuncia. Essa divisão, política, significa também no acontecimento enunciativo: assume-se a palavra sempre de um lugar social específico. Assim, é próprio de todo acontecimento enunciativo a configuração de relações sempre particulares entre indivíduos falantes de uma língua: o próprio acesso à palavra constitui o falante enquanto falante de uma língua – e não de outras –; do mesmo modo, esse falante, ao assumir a palavra, o faz sempre já agenciado em um lugar social – cientista, professor, diplomata, pai, mãe etc. Mais ainda: porque agenciado e porque falante de uma língua específica, esse falante dispõe de formas linguísticas que materializam seu lugar social, sua relação com aquele com quem fala e, também, sua relação com as línguas que circulam em determinado espaço. Em outras palavras:

Uma *cena enunciativa* se caracteriza por constituir modos específicos de acesso à palavra dadas as relações sociais entre as figuras da enunciação.

[...]

A Cena enunciativa é assim um espaço particularizado por uma deontologia específica de distribuição dos lugares de enunciação no acontecimento. (GUIMARÃES, 2005, p. 23, grifo do autor)

Reconhecer lugares sociais na cena enunciativa não implica reconhecer um lugar já dado, já estabelecido, àquele que fala e àquele para quem se fala. Longe disso, os lugares sociais se constituem pelo funcionamento da língua e segundo a própria

temporalidade de cada acontecimento. Em certa medida, é isso que permite que reconheçamos o litígio materializado na própria língua: um sentido pode derivar outro segundo os lugares sociais estabelecidos pelo acontecimento enunciativo e segundo a própria futuridade do dizer.

Reconhecemos já as duas figuras da enunciação: um alguém que fala e um alguém a quem se fala. Observemos melhor a constituição de quem assume a palavra: em nossa cena enunciativa, esse falante, como Locutor, apresenta seu dizer como homogêneo, como um dizer sem memória. O Locutor, contudo, no acontecimento enunciativo, fala sempre de um lugar social específico, a partir do qual se reconhece o direito à palavra. Assim, o Locutor está sempre politicamente dividido e agenciado²⁴, isto é, afetado por um lugar social. O Locutor, pois, mesmo sob a ilusão de ser a fonte de seu próprio dizer, só pode significar esse dizer enquanto locutor-x (l-x), onde x representa o lugar social, segundo o acontecimento, no funcionamento da língua.

Não há acontecimento de linguagem em que o Locutor se reconheça em determinada cena enunciativa: a diferença entre o Locutor e o locutor-x é efeito da temporalidade do acontecimento. A cena enunciativa é um espaço particularizado constitutivo da futuridade; ela não é uma realidade empírica, mas um procedimento pelo qual se podem reconhecer sentidos de um enunciado. A cena enunciativa, bem como aqueles que a constituem, são categorias enunciativas.

Porque desconhece a cena enunciativa, o falante desconhece seu lugar social e, nessa medida, se representa como um *eu* que diz, como enunciador. Diremos, em nossa cena enunciativa, que este *eu*, enquanto enunciador, constituiu um lugar de dizer. É desse lugar que o dizer se inscreve numa relação com a história, ora se representando como independente dela, ora se representando fora dela. Por um lado, a relação de independência pode ser constituída pelo enunciador quando esse apresenta seu dizer como próprio de sua individualidade e de uma circunstancialidade: temos, nesse caso, um enunciador-individual.

²⁴ O agenciamento é a realização sócio-histórica da língua em um acontecimento enunciativo. O agenciamento é político porque, ao enunciar, o Locutor é afetado pela distribuição das línguas no espaço de enunciação; mais ainda, ele é político também porque, ao enunciar – sobretudo a partir de um lugar social –, o Locutor não escolhe como dizer, mas diz sempre a partir de um memorável das formas linguísticas.

Por outro lado, a relação de independência pode ser constituída por um enunciador cujo dizer está significado como de dizer *de todos*, constituído pela categoria do enunciador-genérico, ou mesmo com um dizer *com todos*, constituído pelo que chamamos de enunciador-coletivo (coletividade que não constitui, porém, uma universalidade). Por fim, o enunciador pode apresentar seu dizer como absolutamente fora da história: nesse caso, em que temos um enunciador-universal, o dizer é representado como aquilo sobre o que se pode se certificar, como aquilo que se poderia constatar como verdadeiro ou falso, numa relação empírica com o mundo.

Na configuração de uma cena enunciativa temos, assim, por um lado, um Locutor afetado por um lugar social, dizendo enquanto locutor-x, mas, ao mesmo tempo, também encobrendo esse lugar social por um enunciador que diz de um lugar individual, genérico, coletivo ou universal. No que diz respeito àquele a quem se fala, por outro lado, o reconhecemos enquanto Alocutário, o qual também, no acontecimento enunciativo, significa na cena por um lugar social, por uma divisão em alocutário-x (al-x). Tendo em vista que faço análise de enunciações que integram textos, reconhecer a disparidade entre Alocutário e alocutário-x instala uma diferença fundamental: reconheço que o texto tem sempre um destinatário, um Alocutário; mas devo reconhecer também que diferentes lugares sociais em que reconheça o alocutário-x estabelecem diferentes relações com o texto.

A propósito da relação entre Locutor e Alocutário e do exercício de leitura que proponho, convém destacar uma necessária diferença: estou no lugar de quem lê, mas já admitindo uma posição política que toma uma teoria semântica como fundamento para análises e, nessa medida, também tomando um necessário distanciamento do texto enquanto material a ser lido. Do lugar de analista especialmente interessado pelas ideias linguísticas, procuro perceber relações entre locutor-x e alocutário-x na justa medida em que elas possam significar uma história dessas ideias. Minha leitura é marcada por um desvio na condição de leitor em virtude de meu distanciamento, de meu procedimento de leitura, de meus interesses e, ainda, dos recortes que tomo como decisivos para analisar cada texto.

Faço uma interpretação “objetivamente direcionada por um procedimento específico” (GUIMARÃES, 2011, p. 36). Observemos isso analisando justamente a cena enunciativa do recorte (1): considero, no que diz respeito ao locutor-x, que é um locutor-jornalista, um locutor que faz saber um fato sobre a língua de Portugal; o texto que o recorte integra é uma notícia que circula em um jornal de Portugal e, portanto, é acessível a um grande número de leitores, de diferentes lugares sociais. Assim, o alocutário da notícia pode ser, em primeiro lugar, um leitor português do jornal; do mesmo modo, pode ser também um leitor espanhol que, em Portugal, se mantém interessado por notícias que veiculem questões sobre seu país de origem. Vou considerar, assim, que o alocutário projetado pelo acontecimento é um alocutário agenciado como leitor determinado por sua nacionalidade constituída também (e principalmente) por sua língua.

A notícia que o Locutor toma como fato primeiro a ser dado a saber é a referência à língua portuguesa no jornal *Arriba*, de Madrid. Essa primeira referência constitui um primeiro lugar de dizer, um lugar pelo qual um enunciador-genérico diz o que é dado como de comum acordo, inclusive porque os espanhóis já reconhecem: brasileiros têm unidade linguística com Portugal. Esse enunciador-genérico, contudo, está entrecortado por outra voz, de um enunciador-individual, que frisa o que foi notificado, como quem justifica a veiculação de uma notícia sobre uma “unidade linguística”: é esse enunciador-individual que afirma, no título da notícia, que a Espanha “enaltece” a unidade linguística luso-brasileira. Como forma de sustentar esse dizer, esse enunciador-individual é também o que faz uma história da guerra civil entre São Paulo e a nação brasileira como uma guerra separatista e mobilizada por razões linguísticas. Essa guerra civil, que outras histórias denominariam como Revolução Constitucionalista de 1932, embora apresentada de um lugar individual, tem uma história própria, no presente do texto, que se faz a partir dos dizeres do enunciador genérico: é desse modo que a guerra civil significa o trabalho jornalístico de justificar, perante o leitor, a relevância de uma notícia, significa o próprio jornalismo como jornalismo de compromisso investigativo e, principalmente, significa também o dizer individual como uma realidade, como um fato jornalístico. Retomemos os recortes (1) e (2) para organizar o que tenho apresentado sobre a cena enunciativa:

(1) Os brasileiros não têm a menor duvida em estabelecer esta unidade forte com a sua mãe patria, Portugal. Não existe nem assomo de receio e, ha dez anos, tiveram de manter guerra separatista contra o Estado de S. Paulo – no qual a corrente emigratoria levou a estabelecerem-se varios milhões de italianos, alemães e estrangeiros doutras procedencias que tornaram aquele Estado numa Babel linguística, com prejuízo do português, misturando-se com todos os idiomas importados.

(2) A unidade linguística luso-brasileira enaltecida por um jornal espanhol.

Representando (1) e (2) em uma cena enunciativa, temos o esquema abaixo, no qual o símbolo \downarrow significa “determina”:

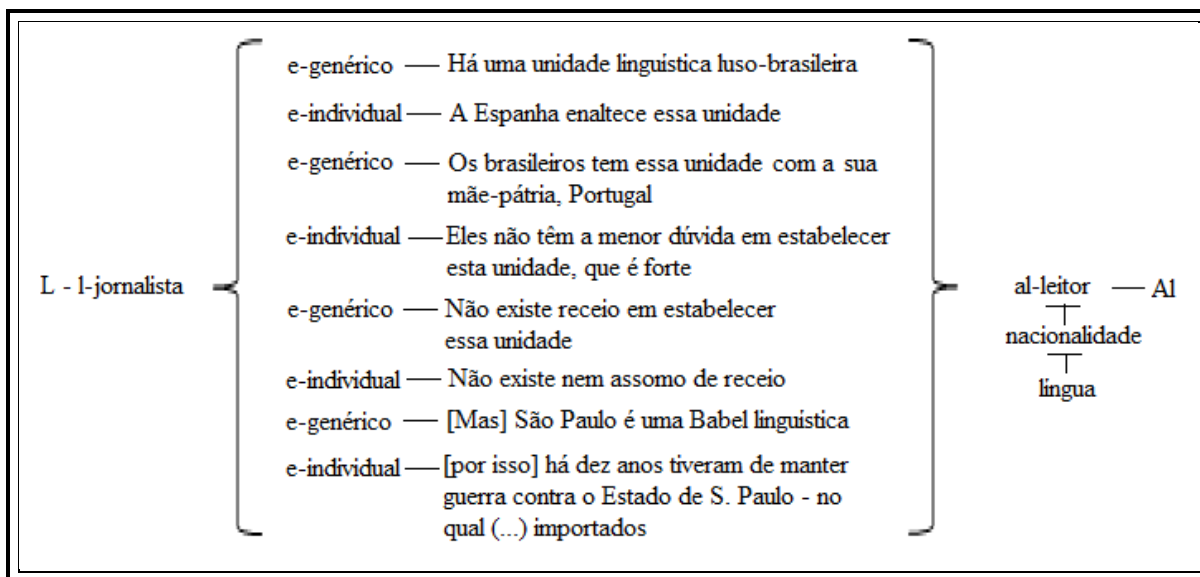


Figura 1: Cena Enunciativa dos recortes (1) e (2), extraídos da notícia *A unidade linguística luso-brasileira*

Meu lugar interpretante não é o de quem assume uma relação direta com o texto como um al-x, mas o de quem procura, por uma tomada de posição teórico-metodológica frente a esse texto, reconhecer relações entre locutor-x e alocutário-x. Proponho, assim, que olhemos a cena enunciativa acima considerando especialmente a relação de integração do texto *A unidade linguística luso-brasileira* ao Arquivo Histórico e Diplomático do

Ministério das Relações Exteriores; de outro modo, proponho que analisemos a cena enunciativa considerando, para uma definição mais específica do lugar social do alocutário, o próprio lugar em que se constitui o arquivo que o texto integra: é um arquivo de uma história de relações exteriores do Brasil, um arquivo construído pelo lugar da diplomacia brasileira. Interessa-me, pois, ver como se dão as relações entre locutor-jornalista e um alocutário-leitor/diplomata-brasileiro e, sobretudo, como essa relação constitui uma história das ideias linguísticas.

Na relação entre locutor-jornalista e alocutário-leitor/diplomata-brasileiro – projetado no texto pela integração desse texto ao Arquivo Histórico e Diplomático –, temos um jogo polifônico no qual se noticia a um lugar de Estado-Nação uma imagem de seu povo e de sua língua. Pelo lugar de dizer genérico, o alocutário vê sua imagem política, sua identidade, projetada no texto como fato no cenário internacional, fora do domínio de Portugal, inclusive: não existe receio, não há dúvidas entre seu povo, os brasileiros, quanto à unidade linguística com Portugal porque mesmo a Espanha já identificara isso.

Na relação com o alocutário, o enunciador-individual tem papel fundamental. Ele avalia a informação da mídia internacional. Ao mesmo tempo, porém, por desconhecer seu lugar social e a própria memória de dizeres de colonizador, esse enunciador-individual significa o dizer por outros modos: credita a notícia internacional; faz de seu silêncio quanto ao debate parlamentar brasileiro sobre o nome da língua nacional em 1944 um golpe de força por onde ainda exercer um poder sobre a identidade da ex-colônia, sobretudo porque difunde, propaga, divulga uma notícia prévia, sob a única dessemelhança de fazer a “unidade linguística” já noticiada ainda mais incisiva; finalmente, autoriza uma leitura que inscreve na guerra civil de uma nação independente, o Brasil, motivações políticas que teriam raízes em um sentimento de devoção à pátria portuguesa. Potencialmente, é pela relação locutor-jornalista e alocutário-leitor/diplomata-brasileiro que entrevemos uma relação entre Língua e Nação marcada pela tensão entre uma identidade em construção e uma identidade já dada – reconhecida ou imputada –, entre o discurso nacional e o discurso estrangeiro, entre o passado colonial e presente de uma relativa independência, entre a força da afirmação e a diferença reafirmação – a diferença entre “não ter dúvida” e “não ter

qualquer dúvida”, entre “não ter receio” e “não ter nem indício de receio”. Considero, aliás, que olhar especialmente essa cena enunciativa é dar uma visibilidade específica à constituição da identidade da língua portuguesa no Brasil, pondo em questão justamente o “papel legislador do Estado” (ORLANDI, GUIMARÃES, 2001, p. 21) na questão da língua nacional, desdobrando esse papel pelo jogo próprio e inescapável das relações exteriores. É por essa cena, finalmente, que confio ser possível ver mais claramente lugares onde se significa uma identidade linguística brasileira que se afirma justamente onde e quando poderia (ir)romper outra.

3.1.8 Domínio Semântico de Determinação

Para pensar justamente a tensão quanto à identidade linguística brasileira, proponho que nos centremos no sentido da palavra “português” apresentada em (1). Pensar o sentido dessa palavra no recorte em análise é pensar também o sentido do texto, afinal é o português (idioma) o elemento que significa a possibilidade de se falar de uma unidade linguística.

Da perspectiva semântica com que trabalho, a significação de uma palavra é produzida no acontecimento enunciativo pelas relações que ela estabelece com outras palavras que a determinam. O sentido não é, pois, uma unidade estável: é sempre produzido no acontecimento. Não é, porém, absolutamente instável, porque é também produzido pelo acontecimento e, portanto, trabalha sempre sob um memorável de dizeres. De outro modo: importa pensar o sentido de palavras porque “não consider[o] de antemão nenhuma realidade a que as palavras se reportam”, mas também não desconsidero que “as palavras têm uma história de enunciação. Elas não estão em nenhum texto como um princípio sem qualquer passado” (GUIMARÃES, 2007b, p. 81).

Lanço mão, então, do que chamamos de Domínio Semântico de Determinação (DSD), isto é, de uma representação do sentido de uma palavra pelas relações com outras que a fazem significar. Retomemos, mais de perto, os recortes (1) e (2):

(1) Os brasileiros não têm a menor duvida em estabelecer esta unidade forte com a sua mãe patria, Portugal. Não existe nem assomo de receio e, ha dez anos, tiveram de manter guerra separatista contra o Estado de S. Paulo – no qual a corrente emigratoria levou a estabelecerem-se varios milhões de italianos, alemães e estrangeiros doutras procedencias que tornaram aquele Estado numa Babel linguística, com prejuízo do português, misturando-se com todos os idiomas importados.

(2) A unidade linguística luso-brasileira enaltecida por um jornal espanhol.

Como procurei demonstrar anteriormente, a expressão “os brasileiros” aparece reescriturada, por substituição – pelo pronome “sua” em “sua mãe patria, Portugal” – e por elipse – em “[os brasileiros] tiveram de manter guerra...”. “Italianos, alemães e estrangeiros doutras procedências” constitui uma expressão que coloca no texto um problema de contato de nacionalidades; ao mesmo tempo, essa expressão recorta um memorável que relaciona as diferentes nacionalidades a diferentes línguas; desse modo, a expressão “Italianos, alemães e estrangeiros doutras procedências” aparece reescriturada por “Babel linguística”. Mais ainda, as línguas faladas por todas essas nacionalidades que chegaram a São Paulo aparecem reescrituradas, por condensação, na expressão “idiomas importados”. À medida que observamos como as diferentes nacionalidades e línguas reaparecem no texto, entendemos melhor a força da reescritura de “mãe patria [dos brasileiros]” por “Portugal”, pois essa nação também recorta a memória de uma língua, a qual só é apresentada como “português” (língua portuguesa) na expressão “prejuízo do português”. É desse modo que o texto constitui uma história que coloca em oposição os “idiomas importados” ao Brasil e o “português” que os brasileiros falam por conta da relação com Portugal.

A construção e leitura de paráfrases²⁵ é um procedimento singularmente importante para compreendermos mais facilmente as relações que aparecerem em um DSD. Aproveitando as reescriturações que pudemos observar, vejamos como elas se apresentam em possíveis paráfrases dos trechos (1) e (2) no Quadro 1 abaixo²⁶:

Paráfrases (1a) a (1f)	Trecho do enunciado apresentado nos recortes (1) e/ou (2)
(1a) Há uma unidade linguística entre brasileiros e Portugal.	∩ (2) “A unidade linguística luso-brasileira enaltecida por um jornal espanhol”.
(1b) O Estado de São Paulo é um estado de brasileiros.	∩ (1) “Os brasileiros (...) tiveram de manter guerra separatista contra o Estado de S. Paulo”.
(1c) A mãe pátria dos brasileiros é Portugal.	∩ (1) “Os brasileiros não têm a menor duvida em estabelecer esta unidade forte com a sua mãe pátria, Portugal”.
(1d) Portugal fala português.	∅ [implícito]
(1e) Os brasileiros falam português.	∩ (2) “A unidade linguística luso-brasileira enaltecida por um jornal espanhol”. / (1) ... “com prejuízo do português, misturando-se com todos os idiomas importados”.
(1f) O português no Brasil não é um idioma importado.	
(1g) O italiano, o alemão e idiomas de outras procedências são idiomas importados.	∩ (1) “... italianos, alemães e estrangeiros doutras procedencias que tornaram aquele Estado numa Babel linguística...”
(1h) Italianos, alemães e estrangeiros doutras procedências emigraram para São Paulo.	
(1i) Em São Paulo o português se misturou com os idiomas importados.	∩ (1) “... tornaram aquele Estado numa Babel linguística, com prejuízo do português, misturando-se com todos os idiomas importados”.
(1j) Em São Paulo o português não é puro.	
(1k) São Paulo é uma Babel linguística.	

Quadro 1: Paráfrases formuladas a partir dos recortes (1) e (2), extraídos da notícia *A unidade linguística luso-brasileira*

Em um Domínio Semântico de Determinação, representam-se as relações entre palavras (ou expressões) por sinais gráficos: o símbolo \vdash significa “determina”, de modo

²⁵ A paráfrase é produzida pela reformulação de enunciado; no enunciado resultante da reformulação convive um memorável que tem um efeito de estabilização do sentido: “A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização” (ORLANDI, 2012, p. 36).

²⁶ No quadro, o sinal \cong significa “parafraseia”; desse modo, onde temos $(\alpha) \cong (\beta)$, lemos (α) parafraseia (β) .

que onde temos $x \dashv y$, lemos x determina y (ou y é determinado por x); o traço contínuo inferior ____ significa antonímia; o hífen (-) significa sinonímia; finalmente, o colchete é utilizado para reunir um grupo de elementos que significam por uma mesma relação com outro elemento. Desse modo, das paráfrases obtidas da relação entre (1) e (2), chegamos ao DSD abaixo:

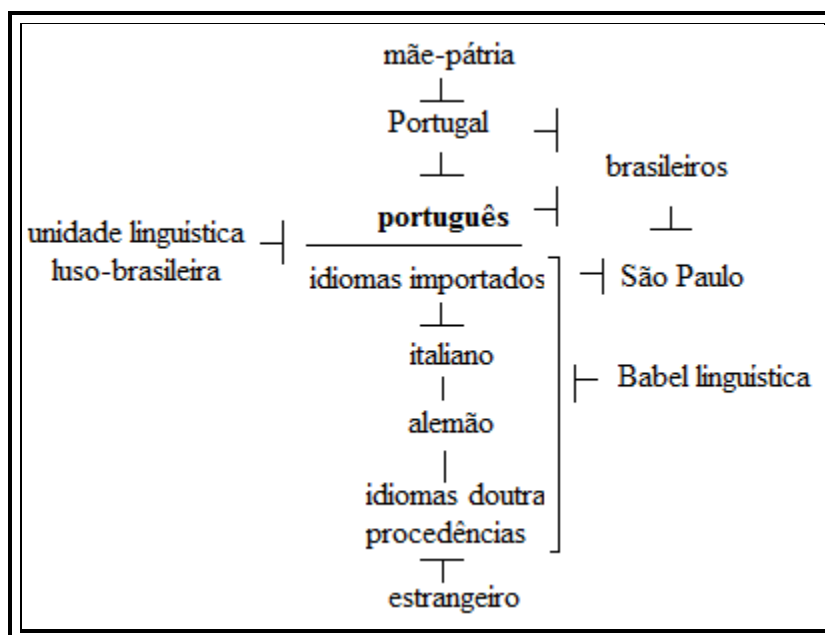


Figura 2: O que “português” significa: Domínio Semântico de Determinação elaborado a partir dos recortes (1) e (2), extraídos da notícia *A unidade linguística luso-brasileira*

A representação do sentido de uma palavra pelo DSD deixa mais visíveis algumas relações de significação do acontecimento enunciativo. Como podemos observar, o texto que analisamos tem uma textualidade construído pela figura de um Locutor que, da posição-autor, faz português significar sob uma aparente homogeneidade, mesmo onde ela não existe, por força da própria língua, por força das relações linguísticas: há um português que atesta a unidade linguística entre brasileiros e Portugal, mas se admite também a tensão latente que há entre esse português e idiomas importados. O que é designado como “português” está afetado pelo modo como o real é significado na linguagem como já

partido, já dividido: o português que determina brasileiros determina, também, de certa forma, São Paulo; assim, o português de São Paulo é “prejudicado” porque em contato com idiomas importados, de forma que contrasta com o português que determina brasileiros. Vemos, pois, um português que significa por relações de sentido que determinam Portugal enquanto mãe-pátria dos brasileiros e, ao mesmo tempo, um português que difere de si porque determina São Paulo, já determinado pelo sentido de idiomas estrangeiros. Em um mesmo acontecimento, uma singularidade: uma designação que “é instável, embora funcione sob o efeito da estabilidade” (GUIMARÃES, 2007b, p. 82).

O português que permite falar de uma unidade linguística luso-brasileira é justamente o português que se representa, entre os brasileiros, como em oposição a idiomas importados. O português que significa a unidade é o português de brasileiros diretamente afetados por uma relação com Portugal. Há, porém, um português, no estado de São Paulo, um estado de brasileiros, já está misturado com idiomas importados, pois, como vemos no recorte (1), “a corrente emigratória levou a estabelecerem-se (...) estrangeiros doutras procedencias que tornaram aquele Estado numa Babel linguística, com prejuízo do português, misturando-se com todos os idiomas importados”; desse modo, o português de São Paulo não é puro: essa impureza é a mistura, mas é também efeito de uma relação, que não passa pelo crivo de Portugal, entre falantes brasileiros e a língua portuguesa. São Paulo é uma Babel linguística por efeito de uma mistura, mas essa mistura não determina uma língua outra, apenas atesta uma ainda mesma língua, ainda que impura. Nesse sentido, não se fala de uma unidade linguística luso-brasileira sem antes reconhecer um “português” que está em tensão.

Em São Paulo, apesar da impureza, ainda se fala português: quando se pretende homogeneizar o que seria “português”, o Locutor diz uma diferença. Essa diferença, porém, ainda é o lugar de uma contenção, ainda é o lugar onde a identidade linguística do Brasil fica dita de fora: ainda que seja misturada, a língua dos brasileiros de São Paulo é o português. No discurso da mídia internacional, que se constitui no nosso arquivo enquanto discurso também das relações exteriores, não há espaço para o deslocamento: deriva-se no diferente, mas ainda idêntico.

De qualquer forma, enfim: imigrantes chegaram a São Paulo, o português se misturou, houve uma guerra. Não se diz que os imigrantes saíram, que o português foi purificado e, tampouco, como acabou a guerra. Ainda que dissesse, porém: ganhar uma guerra não implica necessariamente pôr fim àquilo que a teria iniciado. Como sabemos as ideias têm sempre outra vida, sob novas formas, talvez em outros lugares; como sabemos, não há feito que possa conter o movimento próprio das línguas, entre e por seus falantes.

3.1.9 Argumentação

Trabalhemos agora com o recorte (1) a fim de pôr em questão a concepção de argumentação que fundamentará as análises. Trabalhar esse conceito e o modo como lido com ele é, novamente, dar alguma visibilidade a alguns deslocamentos e a algumas demarcações. De meu lugar teórico-metodológico, a argumentação existe em todo acontecimento de linguagem, porque está relacionada diretamente com a temporalidade do dizer: qualquer enunciado, por significar, por ter aberta uma projeção de sentidos, tem em vista uma conclusão. Isso implica, pois, em um distanciamento de posições que concebem como argumentos apenas enunciados que indiquem fatos que conduzam a uma conclusão específica: o argumento, tal como o considero, é todo enunciado por sua própria futuridade; a argumentação é, assim, um fato semântico da linguagem.

Argumentar não é mobilizar na linguagem fatos que sirvam para provar uma conclusão. Longe disso: porque analiso enunciados enquanto enunciados de texto, argumentar, de minha perspectiva, é “conduzir incessantemente o texto para seu futuro, para seu fim (final/finalidade)” (GUIMARÃES, 2007c, p. 209). Um enunciado, por seu funcionamento e por sua articulação a outros enunciados, tem sempre uma orientação argumentativa, isto é, confere uma diretividade de sentido ao dizer. A articulação dos enunciados que integram um texto confere a esse um futuro de sentidos próprio. É nessa medida, pois, que posso analisar a argumentação do texto. É nessa medida, ainda, que

posso perceber, no texto, o funcionamento de enunciados que orientam argumentativamente para uma conclusão que pode não ser necessariamente a mesma que a do texto enquanto unidade com sua própria conclusão. Na prática de análise, pois, considero que há uma diferença entre argumentação e orientação argumentativa:

A análise das articulações dos enunciados e nos enunciados é o estudo da orientação argumentativa produzida pelos enunciados; a análise do modo como os enunciados se integram nos textos nos leva ao processo de argumentação de um texto (seja o texto de um só falante ou de mais de um, em uma conversa, discussão, etc.). (GUIMARÃES, 2008, p. 89)

Diferenças fundamentais: o enunciado argumenta porque significa, de modo que a argumentação não é apresentar uma prova lógica, não é atestar uma evidência empírica; o enunciado tem uma orientação argumentativa, direciona para um futuro, de modo que a argumentação não funciona exclusivamente pelo exercício de um Locutor que utiliza a linguagem com vistas à manipulação de um público; ao contrário, considero que se argumentação é uma prática social, ela funciona politicamente sustentando as relações sociais, isto é, ela funciona politicamente na própria divisão do Locutor e no reconhecimento de seu lugar social (l-x) em uma cena enunciativa; na relação com o Locutor, sobretudo quando tomado em uma posição de autoria, a orientação argumentativa opera sempre apesar da homogeneidade que se pretenda conferir ao texto; finalmente, se todo enunciado tem também um passado de dizeres dispersos, não há enunciado que possa organizar esses dizeres numa necessária estabilidade entre Locutor e Alocutário, de modo que a argumentação não pode ser concebida como um acordo prévio entre esses agentes da enunciação, entre um Locutor e um auditório. Segundo Guimarães (2008, p. 87):

Deste modo, nossa posição se contrapõe à consideração da argumentação como (a) um modo lógico de apresentar provas (evidência dos fatos); (b) uma manipulação do locutor sobre os

destinatários (onipotência do sujeito); e (c) uma negociação construída abertamente por interlocutores (acordo entre locutores). A argumentação se dá pelo funcionamento da língua no acontecimento da enunciação.

Analisando o recorte (1), observamos que, de certo modo, aquilo que é escrito por “não existe nem assomo de receio” é, na verdade, uma reescrituração de tudo o que vem afirmado antes, isto é, de tudo o que já lemos em (1.1):

(1.1) Os brasileiros não têm a menor duvida em estabelecer esta unidade forte com a sua mãe pátria, Portugal.

Como observado antes, a história da guerra separatista de São Paulo tem terreno, na textualidade, justamente a partir de (1.1). Desse modo, o que temos em (1) poderia ser apresentado em construções como (1') e (1''):

(1') (A) Não há dúvida entre os brasileiros em estabelecer forte relação com a sua mãe pátria, Portugal, *por isso* (C) chegaram a manter guerra contra o Estado de São Paulo, onde o português vinha sendo prejudicado por misturar-se com idiomas importados.

(1'') (A'') [Os brasileiros] chegaram a manter guerra contra o Estado de São Paulo, onde o português vinha sendo prejudicado por misturar-se com idiomas importados; *então*, (C'') não há dúvida entre os brasileiros em estabelecer forte relação com a sua mãe pátria, Portugal.

As formulações em (1') e (1'') são particularmente interessantes por permitir observar como o argumento não é uma evidência dos fatos. Notemos que o que é apresentado como argumento é, em (1'), a “inexistência de dúvida entre brasileiros em estabelecer forte relação com a sua mãe pátria, Portugal”, que direciona para a conclusão de “manter guerra contra o Estado de São Paulo, onde o português vinha sendo prejudicado”.

A dúvida não instalada, porém, não é um fato: ela só é significada pela própria guerra contra São Paulo, isto é, o próprio argumento (A) demanda uma conclusão (C) sem a qual ele não significa. O mesmo pode ser observado em (1''), em que o argumento “manter guerra contra o Estado de São Paulo, onde o português vinha sendo prejudicado” direciona para a conclusão de que “não há dúvida entre brasileiros em estabelecer forte relação com a sua mãe pátria, Portugal”. A manutenção da guerra, contudo, só é significada como conclusão de que “não há da dúvida entre brasileiros em estabelecer forte relação com a sua mãe pátria, Portugal” em virtude do próprio acontecimento enunciativo. Vemos, pois, em (1') e (1''), como funciona o que Ducrot (2004, 2009) consideraria como argumentação linguística, isto é, “os segmentos de discurso constituídos pelo encadeamento de duas proposições A e C, ligadas implícita ou explicitamente por um conector do tipo *donc* (*portanto*), *alors* (*então*), *par consequente* (*consequentemente*)” (DUCROT, 2009, p. 20-21): por um lado, em (1), o que vemos em (A) a partir de “não há dúvida” contém em si mesmo a indicação de que deve ser completado por um argumento (C) “manter guerra”; por outro lado, em (1''), o que vemos em (A'') a partir de “manter guerra” contém em si mesmo a indicação de que deve ser completado por um argumento (C'') “não há dúvida”. De outro modo, o que podemos observar em (1') e (1'') é que

num encadeamento argumentativo *A donc (portanto) C*, o sentido do argumento A contém em si mesmo a indicação de que ele deve ser completado pela conclusão. Assim, o sentido de A não pode ser definido independentemente do fato de que A é visto como conduzindo a C. Não há, pois, propriamente falando, passagem de A a C, não há justificação de C para um enunciado A que seria compreensível em si mesmo, independentemente da sequência *portanto C*. Consequentemente, não há transporte de verdade, transporte de aceitabilidade, de A até C, já que o encadeamento apresenta *portanto C* como já incluído no primeiro termo A. (DUCROT, 2009, p. 22)

Não há transporte de verdade: não há que nada que permita afirmar uma dúvida não instalada que justifique ou prove a guerra mantida; tampouco, não há que nada que

permita afirmar que uma guerra resulte da inexistência de uma dúvida. A argumentação só existe porque a dúvida não instalada está encadeada em um acontecimento que apresenta, discursivamente, a guerra como um futuro da inexistência da dúvida. Mas essa dúvida inexistente não é uma prova racional, isto é, não há nada que permita dizer que “se não há dúvida, há guerra” nem, tampouco, que “se há guerra, não há dúvida”. Ainda na posição de Ducrot (2009, p. 21),

O que eu defendo (...) é que a argumentação discursiva não tem nenhum caráter racional, que ela não fornece justificação, nem mesmo esboços fracos, lacunares, de justificação. Em outros termos, o que eu porei em dúvida é a própria noção de um *logos* discursivo que se manifestaria através dos encadeamentos argumentativos, através dos *donc* (*portanto*) e dos *par conséquent* (*consequentemente*).

Friso: o que vemos que (1') e (1'') não é uma construção linguística em que transparece uma verdade, uma razão. Isso, contudo, não impede que (1') e (1''), por exemplo, se apresente como o que Ducrot (2004, 2009) considera como argumentação retórica, isto é, como uma “atividade verbal que visa fazer alguém crer em alguma coisa” (DUCROT, 2009, p. 20). No acontecimento em análise, confia-se, de qualquer forma, inclusive pela argumentação linguística, isto é, pelo encadeamento *A por isso C* ou *A'' então C''*, que não haver dúvida de uma relação entre brasileiros e Portugal foi suficiente para manter uma guerra contra um espaço brasileiro em que essa relação esteve ameaçada. No texto, “*por isso C*” é parte do sentido de *A* e “*então C''*” é parte do sentido de *A''*; esse encadeamento linguístico, de qualquer forma, serve para a argumentação retórica, de modo que estamos em condição de perceber que “não há elo privilegiado entre a argumentação retórica e a argumentação linguística.” (DUCROT, 2009, p. 23). Ao mesmo tempo em que a conclusão *C* constitui o sentido de *A*, retoricamente, ao tratar de uma guerra, ela é o elemento fundamental para se *fazer crer* que não há dúvida da forte relação entre brasileiros e Portugal; do mesmo modo, ao mesmo tempo em que *C''* constitui o sentido de *A''*, retoricamente, ao tratar da inexistência da dúvida, essa inexistência da dúvida serve para

fazer crer que a guerra resulta de um forte sentimento de unidade linguística dos brasileiros com Portugal. Importa ressaltar, neste ponto, que, apesar de não haver qualquer transparência de verdade ou de razão em (1') ou (1''), “manter guerra” e a inexistência da dúvida “entre brasileiros em estabelecer forte relação com a sua mãe pátria, Portugal” significam, de qualquer modo, o próprio acontecimento, o próprio texto, enquanto fato jornalístico.

Embora seja possível considerar a distinção entre argumentação retórica e argumentação linguística, considero que essa distinção opera fundamentalmente não para dar visibilidade a dois procedimentos coexistentes, mas para colocar, definitivamente, a argumentação entre fatos de linguagem, que produzem sentidos, sobretudo se estamos falando a partir de uma teoria enunciativa; no limite, de minha perspectiva, a possibilidade da crença – o aspecto retórico da argumentação, tal como sugerido por Ducrot (2004, 2009) – só existe como uma possibilidade pelo futuro de interpretações de um acontecimento enunciativo.

Proponho agora uma virada de leitura: consideremos que o recorte (1) significa a guerra contra o estado de São Paulo como consequência da inexistência de “dúvida entre os brasileiros em estabelecer forte relação com a sua mãe pátria, Portugal” – no sentido proposto em (1'), isto é, “Não há dúvida entre os brasileiros em estabelecer forte relação com a sua mãe pátria, Portugal, *por isso* chegaram a manter guerra contra o Estado de São Paulo, onde o português vinha sendo prejudicado por misturar-se com idiomas importados” – e admitamos que o texto argumenta para “há uma unidade linguística luso-brasileira”. Nesse caso, se observamos o funcionamento da argumentação no dizer do Locutor, vemos uma disparidade em uma formulação genérica que, ao argumentar pela unidade linguística, orienta argumentativamente para uma cisão no que é não-dividido e, portanto, uno. Notemos que, ao falar da guerra separatista, um enunciador-genérico apresenta uma formulação que orienta para o sentido de que, em São Paulo, há um português que não faz parte da unidade de que se fala. Considerando que r seja a conclusão “há uma unidade linguística luso-brasileira”, São Paulo, como parte do Brasil, direciona para um sentido

não-r, isto é, para o sentido de que não há essa unidade linguística: só há guerra, afinal, porque a unidade está ameaçada ou ainda a ser construída.

Dispomos de sinais gráficos para representar o funcionamento argumentativo: as formulações “direciona para” e “orienta argumentativamente para” são representadas por -); r representa a conclusão; o símbolo ~ representa “não”. Desse modo, podemos observar o funcionamento da argumentação no dizer do Locutor do recorte (1) em duas direções distintas, conforme representado abaixo nas Figuras 3 e 4:

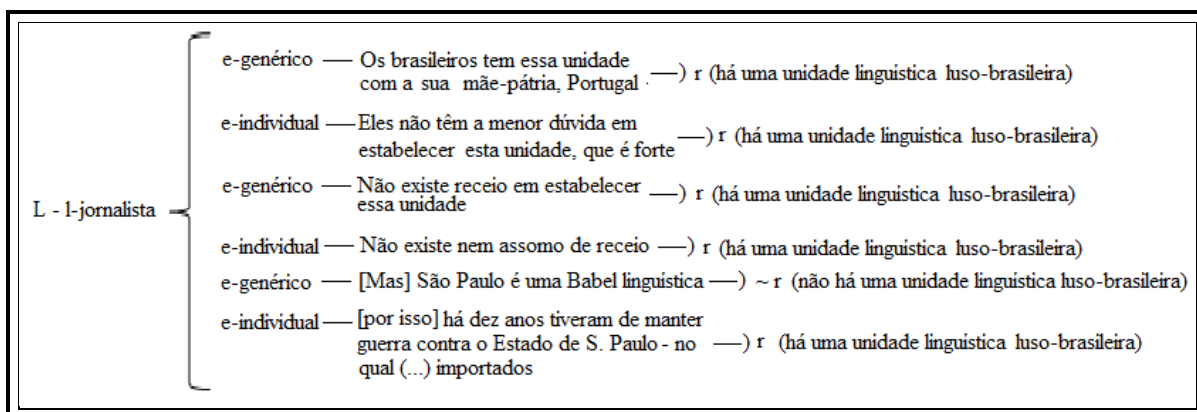


Figura 3: Primeira leitura da argumentação do Locutor do recorte (1), extraído da notícia *A unidade linguística luso-brasileira*

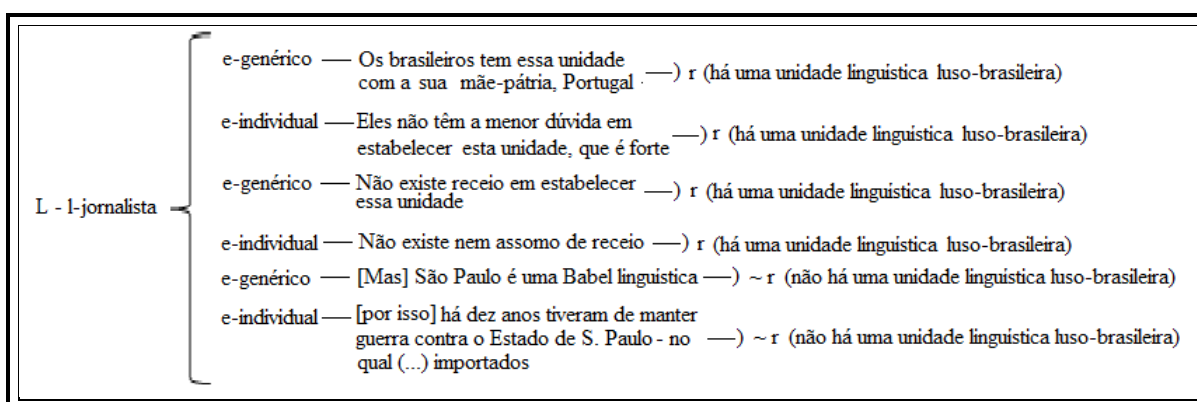


Figura 4: Segunda leitura da argumentação do Locutor do recorte (1), extraído da notícia *A unidade linguística luso-brasileira*

Quero destacar, primeiramente, a divisão dos lugares de dizer do Locutor: como podemos observar, há, inicialmente (nas Figuras 3 e 4), um dizer genérico que é, de alguma forma, reescrito, reiterado por um dizer individual. À medida que o enunciador-genérico apresenta um dizer que informa algo e constitui um objeto a ser noticiado – “Os brasileiros tem essa unidade forte com a sua mãe-pátria, Portugal”, “Não existe receio em estabelecer essa unidade” –, o enunciador individual instala uma diferença nesse dizer genérico: esse dizer individual, a um só tempo, reforça a importância da unidade (linguística) noticiada e sustenta a predicação dessa unidade como “enaltecida”, tal como apresentada no recorte (2), “A unidade linguística luso-brasileira enaltecida por um jornal espanhol”. Em outras palavras, o enunciador-individual tem um papel importante na argumentação do Locutor porque, ao redizer o dizer genérico, ele predica a unidade (linguística) dos brasileiros com Portugal – “Eles não têm a menor dúvida em estabelecer essa unidade, *que é forte*” – e a ausência de receio dos brasileiros – apresentando essa ausência como absoluta, pois “Não existe nem assomo de receio” –, orientando, dessa forma, para uma conclusão que coincida com a leitura do jornal espanhol: a unidade linguística luso-brasileira, também em Portugal, deve ser enaltecida. Essa primeira leitura da argumentação coloca decisivamente a importância da reescrituração como procedimento argumentativo, “pois reforça, especifica, define, enumera, desenvolve ou totaliza um argumento único, sempre o apresentando como novo” (OLIVEIRA, 2013, p. 97).

Há um enunciado que, de um lugar de dizer genérico, representa um impasse para “unidade linguística luso-brasileira”: o enunciado “São Paulo é uma Babel linguística”. Por esse enunciado, podemos ler a guerra contra o estado de São Paulo como medida de preservação da unidade linguística ainda reconhecível. Nesse caso, representado pela Figura 3, o enunciador individual que trata da guerra separatista argumenta para o sentido r, “há uma unidade linguística luso-brasileira”, de modo que o enunciado “ha dez anos, tiveram, (...) idiomas importados” funciona, pois, como argumento que pretere o impasse representado pelo enunciado que trata de São Paulo. Mas é possível também entendermos que a guerra contra o estado de São Paulo é uma medida de restauração de uma unidade linguística que estava comprometida pela mistura já feita com idiomas

importados, com “prejuízo do português”. Temos, então, como representado na Figura 4, um dizer individual que argumenta, pelo enunciado “ha dez anos, tiveram, (...) idiomas importados”, para o sentido de que “não há uma unidade linguística luso-brasileira”. Em qualquer uma dessas leituras, porém, preserva-se a ideia de que os brasileiros lutaram contra o estado de São Paulo porque “não têm a menor duvida em estabelecer esta unidade forte com a sua mãe patria, Portugal”. De outro modo: como medida de combate aos idiomas importados ou como uma medida de restauração da unidade linguística, vemos reiterada a ideia de que os brasileiros desejam a unidade linguística com Portugal. Justamente por isso, essa unidade linguística, a qual “não [se] têm a menor duvida em estabelecer”, pode ser enaltecida, como visto no recorte (2) – “A unidade linguística luso-brasileira enaltecida por um jornal espanhol” –, o qual integra o mesmo texto, o mesmo acontecimento, e, portanto, constitui um dizer do mesmo Locutor de (1). No limite, é o recorte (2), enquanto dizer do Locutor, que orienta toda a argumentação do texto para a conclusão r, “há uma unidade linguística luso-brasileira” – ainda que a ser reconstruída.

Considero, para uma análise de texto, que observar o funcionamento argumentativo configura um lugar importante para observarmos o Locutor e a posição-autor: não se trata, pois, da argumentação como uma elaboração lógica e, muito menos, de uma argumentação que trabalha pela onipotência do Locutor; se assim considerássemos, o enunciador-genérico que argumenta para não-r não poderia ter lugar no texto, pois ele representa uma voz que põe em dúvida, de modo muito particular, a conclusão do texto que o recorte (1) integra: é esse enunciador-genérico, afinal, que deixa em questão a motivação – de preservação ou de restauração de uma unidade linguística – para a guerra contra o estado de São Paulo. Contudo, esse lugar existe e significa; sem ele, aliás, não há uma conclusão para o dizer do enunciador-individual que afirma a existência de uma guerra separatista. Justamente por isso podemos dizer que a “argumentatividade do texto se sustenta no próprio acontecimento que a produz” (GUIMARÃES, 2007c, p. 214), de modo que a argumentação não pode, mais uma vez, ser considerada por qualquer caráter veritativo.

No limite, o que procurei demonstrar é que, apesar da aparente homogeneidade do dizer do Locutor, a argumentação é construída, em verdade, pelos lugares de dizer, isto é, pelos enunciadores que constituem o dizer do Locutor. Mais ainda: procurei demonstrar que, mesmo sob o dizer do Locutor, os lugares de dizer argumentam, muitas vezes, para direções opostas.

A argumentatividade se sustenta também pelas relações transversais de sentido no acontecimento: o próprio funcionamento da língua permite-nos entrever relações que orientam para uma conclusão *r* e relações que orientam para não-*r*: relações que, no limite, dividem os elementos de um Domínio Semântico de Determinação, como observado na Figura 5 abaixo. Essa figura representa a projeção de duas análises: a análise do sentido de “português” nos recortes (1) e (2) e uma análise argumentativa. A projeção conjunta dessas duas análises mostra como o próprio Domínio Semântico de Determinação é atravessado pela argumentação. Como mostra o DSD acima, as relações de determinação de “português” que o relacionam a Portugal constituem, na textualidade, os argumentos favoráveis à conclusão pela unidade linguística – indicados na parte superior do DSD com o sinal de adição (+). No mesmo texto, porém, funcionam outras relações que constituem um conjunto de argumentos que, embora preteridos – representados pelo sinal de subtração (–), na metade inferior do DSD –, constituem a argumentatividade, sendo indispensáveis inclusive para que a conclusão pela “unidade linguística luso-brasileira” possa ser significada. Observemos a Figura 5:

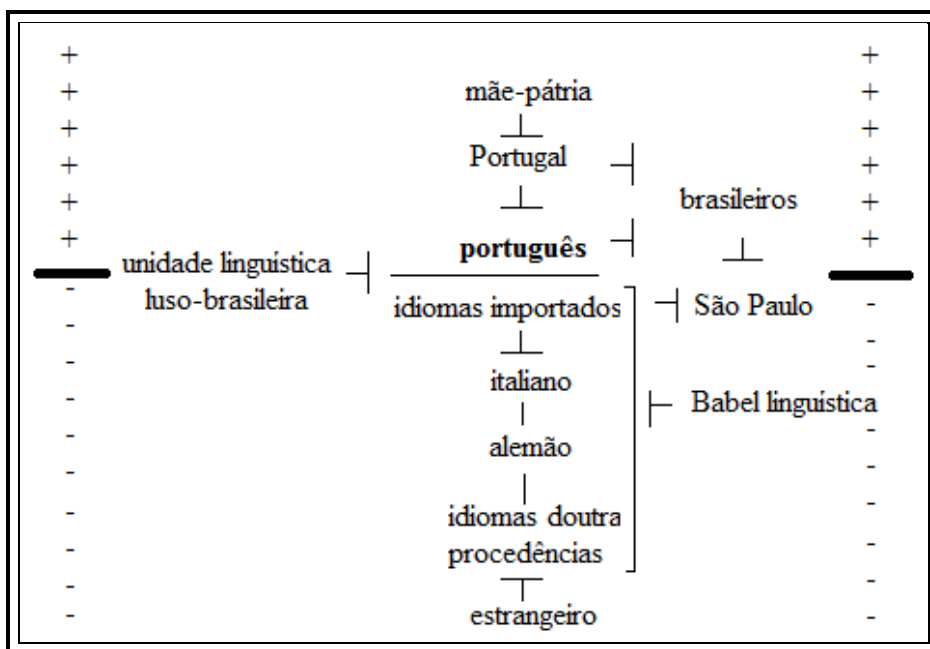


Figura 5: Projeção da argumentação no DSD da palavra “português” dos recortes (1) e (2), extraídos da notícia *A unidade linguística luso-brasileira*

Posto meu especial interesse pelos espaços de enunciação e pelo trabalho de Estado sobre as formas como esses espaços se configuram, tenho demarcadas linhas por onde avançar a leitura de outros documentos do Arquivo Histórico e Diplomático do Ministério das Relações Exteriores. Antes, contudo, impõe-se apresentar as bases nas quais sustento a passagem do texto ao corpus, ou, como já coloquei anteriormente, “como analisar textos sem negar as relações desses com o corpus” (cf. p. 39).

3.2 Entre texto e Arquivo: a constituição de um corpus

O arquivo, tal como o texto, constitui uma unidade histórica que não significa senão pela linguagem. Tal como o texto, dizer que o arquivo constitui uma unidade não é dizer que ele seja uno, unívoco: o arquivo é a história, inscrita nas línguas que o constituem, exposta por suas contradições.

Enunciados integram textos; textos, enquanto documentos, integram um arquivo. A unidade do arquivo é também uma unidade imaginária constituída por uma posição que recorta dos textos disponíveis, no passado e no presente, aqueles que se apresentam como objetos de memória sobre uma questão específica. Como Pêcheux (2010, p. 51), estou, nesse momento, considerando o arquivo “no sentido amplo”, como um “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”.

Devo dizer, pensando o caso do Arquivo Histórico e Diplomático do Itamaraty, que ele é constituído essencialmente por um “aparelho de poder” do Estado que procura “gerir a memória coletiva” (PÊCHEUX, 2010) a respeito, especialmente, das relações diplomáticas do Estado brasileiro²⁷. Por meu desvio interessado, a história que procuro ler nesse arquivo institucional é uma história das ideias sobre a política da língua nacional do Brasil: é nessa medida, pois, que recorto desse arquivo dizeres disponíveis sobre a questão da língua. É nessa medida também que, como quem procura constituir uma história das ideias com base em procedimento de análise de enunciações que integram textos do arquivo, recorto desse arquivo os textos (documentos) que, face à natureza de minha questão, me levam à constituição de um corpus.

Devo dizer, no que diz respeito à constituição de meu corpus, que, nas pesquisas realizadas no Arquivo Histórico e Diplomático do Itamaraty, não encontrei qualquer entrada para minha pesquisa que dissesse respeito diretamente a políticas de língua. Em verdade, a pesquisa no Arquivo Histórico do Itamaraty é particularmente interessante: qualquer pesquisa deve ser feita com base em palavras associadas à questão do pesquisador. Nessa medida, procurei, para composição de meu corpus, deter-me às entradas do catálogo do arquivo relacionadas principalmente às palavras “língua”, “idioma”, “letra” ou “educação”. Obtive maior sucesso na composição de corpus quando, sob a entrada de “idioma”, pude contatar um volume de lotes de documentos catalogados como referentes à

²⁷ Essa gestão da memória coletiva, no caso do Arquivo do Ministério das Relações Exteriores, é singularmente marcada pela fundação de Brasília: compõem o Arquivo Histórico do Itamaraty, localizado no Rio de Janeiro, apenas os documentos produzidos até 1959; os documentos produzidos a partir de 1959 e alguns documentos que, mesmo anteriores a esse período, ainda compunham a agenda do Ministério, foram conduzidos a Brasília, onde compõem os Arquivos do Itamaraty.

“expansão do idioma”²⁸. Esses mesmos lotes me permitiram o contato com documentos referentes a “nacionalismo” e “cooperação intelectual”; alguns desses documentos, direta ou indiretamente, também tratavam da questão linguística no Estado brasileiro e nas suas relações exteriores.

A história não termina. O corpus, porém, é finito. É exatamente nessa medida que ele é um recorte. É exatamente nessa medida que ele é também político: uma prática de divisão e seleção da memória, de determinados textos, em detrimentos de outros. Isso nos coloca em uma posição que considera que não há corpus que concretize um acesso ao real da história. O acesso ao real da história é uma restrição sempre posta ao analista, mas que tem seu relevo sobretudo na constituição do corpus; desse modo, fazer história não é analisar sua totalidade, mas depreender relações entre unidades que integram o corpus e que o fazem significar. De minha posição, pois, leio meu corpus pela análise semântica das enunciações que integram seus textos e pelas suas relações intertextuais na unidade do corpus. O texto também, na relação com o corpus – tal como o enunciado na relação com o texto –, é relativamente independente.

Não há exaustão de arquivo e, tampouco, do corpus: não há lugar por onde se esgotar suas histórias e os sentidos. Ainda que seja já um recorte da história, o corpus não deixa de ser uma unidade que apresenta a própria memória como dispersa e organizada, concomitantemente. Essa dispersão e essa organização são próprias da temporalidade do corpus. Sua futuridade é a sua necessária exposição a diferentes lugares-leitores. Não é senão um leitor, de um lugar social de pesquisador, que constitui um corpus enquanto uma história de um objeto de saber.

Entramos no Arquivo Histórico e Diplomático, mais particularmente no “campo de documentos pertinentes e disponíveis” (PÊCHEUX, 2010, p. 51) sobre a língua nas relações exteriores, e fizemos terreno para avançarmos na análise de um corpus. Temos agora um caminho pelo qual percorrer alguns dos sentidos desse corpus e, nessa medida, fazermos uma história. Continuemos nosso percurso de modo a compreender a identidade

²⁸ Nessa entrada referente à “expansão do idioma” o Itamaraty mantém documentos referentes tanto à expansão do idioma do Estado brasileiro quanto à expansão de idiomas de outros Estados pelo Brasil.

da língua nacional e oficial do Brasil exatamente na relação com a constituição de espaços de enunciação para seus falantes.

4. IDENTIDADE LINGUÍSTICA E ESPAÇOS DE ENUNCIÇÃO

O conhecimento sobre a história da língua do Brasil tem sido marcado pela reiteração da forte relação entre Língua/Nação/Estado. Diferentes corpus e dispositivos de análise²⁹ têm dado luz a uma compreensão cada vez mais fina sobre a produção do conhecimento metalinguístico e sua face na constituição de uma identidade nacional. Pouco a pouco, sempre e insistentemente, política e ciência figuram na constituição da história do saber a língua e do saber sobre a língua.

A história da língua do Brasil: procuro também constituir, por um corpus específico, outro lugar por onde fazê-la. É meu objetivo compreender como as políticas de línguas se enquadram no conjunto das políticas de Estado, de modo que estou essencialmente no terreno que trabalha a configuração de espaços de enunciação. Procuro, assim, analisar o modo pelo qual as ações do Itamaraty, órgão de Estado, compõem também uma memória de sentidos que nos permite entender, na configuração desses espaços, possíveis razões para o nome da língua do Brasil. Meu lugar de partida é o de quem considera que a nomeação do idioma nacional é uma já uma política de Estado e de língua, não apenas pelos litígios que a nomeação envolvera, sobretudo, nas das décadas de 1930 e 1940, mas, principalmente, pela janela de oportunidades abertas pelo trabalho estético-político que o nome da língua abre para a configuração de um novo espaço de enunciação para falantes brasileiros do português no cenário internacional.

4.1 Uma história das políticas linguísticas nas relações exteriores

Observar o arquivo do Itamaraty nos faz tomar contato, incessantemente, com dois níveis de projeções sobre um mesmo assunto de interesse do Estado: um primeiro

²⁹ Destaco, nesse aspecto, as pesquisas realizadas à luz da Análise de Discurso (AD).

nível, doméstico, em que o país fala com ele próprio – seja pelas comunicações entre embaixadas, legações e o ministério, ou pela constante presença da mídia nacional –, e um segundo nível, exterior, em que se pronunciam instituições, secretarias de Estado e mídias de diferentes países. A dinâmica das relações exteriores se desenvolve essencialmente pela relação de dependência entre o cenário doméstico e o cenário internacional. Com Putnam (2010), considero que o Ministério das Relações Exteriores figura, no Estado, entre os poderes executivos centrais e, portanto, tem “um papel especial na mediação das pressões domésticas e internacionais exatamente porque est[á] diretamente exposto a ambas as esferas e não porque seja unificado em todas questões ou porque esteja insulado em relação à política doméstica” (PUTNAM, 2010, p. 151).

Começo, agora, a dar visibilidade a uma história da “expansão do idioma” com um percurso que, embora não pretenda ser exaustivo e, tampouco, totalizante, ao menos permita tentar compreender como a relação do Brasil com outros países no cenário político internacional também nos diz de um percurso de sentidos para a língua, de um trabalho com o idioma como forma de constituir um espaço para falantes brasileiros e, principalmente, para o Estado, enquanto unidade-instituição que também requer o direito à palavra, no cenário internacional.

4.1.1 Brasil - Estados Unidos

Começo por observar um memorável sobre a ideia de língua entre as razões de Estado quando, justamente no momento dos mais acalorados debates domésticos sobre a designação da língua nacional, a Universidade de Columbia, em Nova Iorque, inclui, em seu programa de ensino, um curso de língua portuguesa. Em 19 de setembro de 1940, a embaixada do Brasil em Nova Iorque, em comunicação direta com o Ministério (cf. anexo 2), fez saber:

(4) “a Universidade de Columbia, desta cidade, resolveu incluir em seu programa de ensino um curso de língua portuguesa. Instituído principalmente para a divulgação de nosso idioma, conforme se anunciou, está o mesmo fadado, entretanto, a estimular um interesse intelectual mais acentuado em relação ao Brasil”.

A expressão “curso de língua portuguesa” aparece reescriturada, por elipse, numa relação de sinonímia, em “[curso de língua portuguesa] instituído principalmente para a divulgação de nosso idioma” e, por substituição, também em sinonímia, em “o mesmo”, no trecho “está o [curso de língua portuguesa] fadado, entretanto, a estimular um interesse intelectual mais acentuado em relação ao Brasil”. Da mesma forma, a expressão “língua portuguesa” é reescriturada, por substituição, em sinonímia, por “nosso idioma”. Observadas tais reescrituras presentes em (4), podemos parafrasear esse recorte por:

Paráfrases (4a) a (4c)	Trecho do enunciado apresentado no recorte (4)
(4a) Resolveu-se instituir um curso de língua portuguesa na Universidade de Columbia;	IR “...resolveu incluir em seu programa de ensino um curso de língua portuguesa...”
(4b) A língua portuguesa é o idioma do Brasil;	IR “... [curso de língua portuguesa] Instituído principalmente para a divulgação de nosso idioma...” / “...está o [curso de língua portuguesa] fadado, entretanto, a estimular um interesse intelectual mais acentuado em relação ao Brasil”.
(4c) O idioma do Brasil é o nosso idioma;	

Quadro 2: Paráfrases (4a) a (4c) formuladas a partir do recorte (4), extraído de correspondência, de 1940, da Embaixada do Brasil de Nova Iorque para o Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Depreendemos, pois, de (4) e suas paráfrases, que a posição do Ministério passa longe de qualquer possível tensão quanto à identidade de “nosso idioma”. Ainda que o cenário doméstico estivesse pondo em debate o idioma que identificaria o Brasil no cenário internacional, nesse mesmo cenário o órgão encarregado de representar o Estado-Nação silenciava sobre o impasse doméstico e punha em funcionamento uma identidade linguística pronta. Trata-se, seguramente, de um jogo político que vê na língua uma janela

para a promoção de interesses nacionais e de visibilidade da nação, como vemos mais claramente pelas paráfrases abaixo, também de (4):

Paráfrases (4d) e (4e)	Trecho do enunciado apresentado no recorte (4)
(4d) O curso foi criado para divulgar a língua portuguesa;	≅ “... [curso de língua portuguesa] Instituído principalmente para a divulgação de nosso idioma...”
(4e) Divulgar a língua portuguesa contribui para estimular o interesse intelectual sobre o Brasil.	≅ “...está o [curso de língua portuguesa] fadado, entretanto, a estimular um interesse intelectual mais acentuado em relação ao Brasil”.

Quadro 3: Paráfrases (4d) e (4e) formuladas a partir do recorte (4), extraído de correspondência, de 1940, da Embaixada do Brasil de Nova Iorque para o Ministro de Estado das Relações Exteriores.

A atenção a (4d) e (4e) nos faz pôr em questão o melhor lugar onde identificar o nacionalismo: o argumento que leva à conclusão “estimular o interesse intelectual sobre o Brasil” é dado por “curso de língua portuguesa”; nesse ponto, ao se silenciar sobre a possibilidade de um “curso de língua brasileira”, fica significado que se “língua brasileira” fosse então tomada como a língua do Brasil, a abertura do curso na Universidade de Columbia perderia seu potencial de promover o interesse pelo país, pois o curso que a Universidade resolveu incluir em seu programa de ensino foi a “língua portuguesa”; por outro lado, se se silenciam as tensões domésticas, a história colonial e a memória de uma língua legada à nação independente, fica entreaberta uma possibilidade de promover o Brasil onde até então não estaria. Tensão linguística, tensão política: ainda que a posição do ministério possa soar pouco nacionalista perante a nação a que se propunha representar, é no mínimo difícil imaginar acordos políticos de promoção de interesses nacionais sem que a identidade ao menos se apresente como pronta e estável.

O valor da oportunidade aberta pelo curso na Universidade de Columbia tem ainda outro peso: porque se trata de um curso promovido em uma universidade, a língua permite então mobilizar o “interesse intelectual” pelo Brasil. Numa conjuntura em que as

nações concorrem por suas modernidades e em que o Brasil inicia um processo massivo de industrialização, sua representação no exterior depende em boa medida da capacidade de, pelas camadas intelectuais, colocá-lo em novas arenas: de industrialização, de modernidade, de desenvolvimento.

Esta mesma comunicação da embaixada de Nova Iorque ao Ministério nos dá ainda outros elementos sobre os quais nos debruçarmos:

(5) “é intenção do respectivo instrutor [Alexandre Prista] difundir o mais possível o conhecimento da cultura brasileiro-portuguêsa, que sem duvida merece maiores atenções, colocando-a, senão em nível superior, pelo menos em igualdade de condições com a destacada posição que logrou neste país a cultura espanhola”.

Ao observamos o trecho (5) acima (cf. anexo 2), um primeiro aspecto que convém destacar é o modo como, ao tratar da difusão do “conhecimento da cultura brasileiro-portuguêsa”, o argumento que sustenta essa difusão é a posição da “cultura espanhola”. Assim, pois, mesmo em se tratando de Brasil, recorta-se um litígio entre o alcance das culturas de Portugal e Espanha como argumento para a difusão da cultura brasileira. Ao afirmar a relevância da “cultura brasileiro-portuguêsa”, em concorrência com a “cultura espanhola”, vê-se, de qualquer forma, o silenciamento da latinidade de nações da América: prevalece, assim, ainda um argumento que determina o Brasil, no caso, por uma divisão da Europa, entre Portugal e Espanha.

De (5), podemos dizer que “a cultura brasileiro-portuguêsa” é reescriturada, por elipse, em “[a cultura brasileiro-portuguêsa] merece maiores atenções”, e, por substituição, em “colocando [a cultura brasileiro-portuguêsa]”. Recorro novamente às paráfrases para dar um foco mais pontual a cada um dos aspectos que interessam à análise. Observemos:

Paráfrases (5a) a (5e)	Trecho do enunciado apresentado no recorte (5)
(5a) O instrutor do curso de língua portuguesa quer difundir o conhecimento da cultura.	IR “...é intenção do respectivo instrutor [Alexandre Prista] difundir o mais possível o conhecimento da cultura brasileiro-portuguêsa...”
(5b) A cultura a ser difundida é a brasileiro-portuguesa.	
(5c) A cultura espanhola tem posição de destaque nos Estados Unidos.	IR “...destacada posição que logrou neste país a cultura espanhola”.
(5d) A cultura brasileiro-portuguesa ainda não logrou posição de destaque nos Estados Unidos.	IR “...o conhecimento da cultura brasileiro-portuguêsa, que sem duvida merece maiores atenções, colocando-a, senão em nível superior, pelo menos em igualdade de condições com a destacada posição que logrou neste país a cultura espanhola”.
(5e) A cultura brasileiro-portuguesa merece posição igual, senão superior, à da cultura espanhola.	

Quadro 4: Paráfrases formuladas a partir do recorte (5), extraído de correspondência, de 1940, da Embaixada do Brasil de Nova Iorque para o Ministro de Estado das Relações Exteriores.

As paráfrases (5a) e (5b) acima põem em evidência, em primeiro lugar, a estreita relação entre língua e cultura – uma relação histórica, pois, que projeta a língua, como questão de Estado, no que chamamos hoje de diplomacia cultural. Justamente por essa relação, vemos, mesmo decorridos mais de cem anos da independência do Brasil, a incisiva herança colonial: onde se fala de Brasil, fala-se também de Portugal. Mas não poderia ser diferente: primeiro porque quem relata a intenção do português Alexandre Prista, o instrutor do curso, é o chefe da Embaixada do Brasil em Nova Iorque, de modo que no próprio dizer do chefe da embaixada brasileira reside um dizer “de Portugal”; justamente por isso, a nacionalidade portuguesa do instrutor Alexandre Prista nos leva a pôr em questão a presença da cultura “brasileira” ou, no mínimo, a ordem da conjugação “brasileiro-portuguesa”. De qualquer forma, porém, no relato da embaixada, não são duas culturas que se difundiriam, concomitantemente – as culturas brasileira e portuguesa, do Brasil e de Portugal – mas uma só, numa quase não dissociação que recorta ainda da história, como presente, o laço colônia-metrópole. Destaco, aliás, que mesmo onde a disjunção poderia figurar, ela é reiterada: a resposta de Mauricio Nabuco, em nome do

Ministro de Estado, à comunicação enviada pela embaixada de Nova Iorque engrandece o potencial do interesse pela cultura do Brasil e de Portugal, mas não desfaz o laço colonial, pois para ele o curso serve para divulgar nos Estados Unidos “o interesse, já acentuado, pela cultura brasileiro-portuguesa” (cf. anexo 3).

A relação de (5c), (5d) e (5e) com (5a) nos leva a pensar a distribuição das línguas no cenário internacional: alcance desigual de culturas, distribuição desigual das línguas. No limite, é o caráter e o potencial político das línguas que está configurado em (5). Caráter e potencial que ficam ainda mais claros se olharmos o diálogo do ministério com a própria Universidade de Columbia: como afirma Oscar Correia, então Cônsul Geral do Brasil, a abertura do curso de língua portuguesa vale, sobretudo, pela projeção de futuro que abre às relações entre Brasil e Estados Unidos, pois se trata de “um fator importante para o desenvolvimento posterior dos estreitos laços espirituais entre os dois países” (cf. anexo 4).

A resposta de Nicholas Murray Butler, Presidente da Universidade de Columbia, ao agradecimento de Oscar Correia pela abertura do curso de língua portuguesa é singularmente interessante³⁰:

(6) “estamos profundamente ansiosos para desenvolver por todas as formas possíveis o estudo não só das línguas faladas pelos povos dos países sul-americanos, mas também o estudo da história, da literatura e das instituições desses países³¹”.

O que importa observar de (6) é que, em se tratando de uma comunicação sobre a abertura de curso de língua portuguesa, o Brasil perde sua especificidade e suas fronteiras na América do Sul:

³⁰ A resposta de Oscar Correia e o agradecimento de Nicholas Butler integram um mesmo documento, como observado no anexo 4.

³¹ No original: “we are keenly anxious to develop in every way possible the study not only of the languages spoken by peoples of the South American countries, but also their history, their literature and their institutions”.

Paráfrases (6a) a (6d)	Trecho do enunciado apresentado no recorte (6)
(6a) Interessa-nos desenvolver estudos sobre as línguas faladas na América do Sul.	
(6b) A língua portuguesa é uma língua falada na América do Sul.	IR “... estamos profundamente ansiosos para desenvolver por todas as formas possíveis o estudo não só da língua falada pelos povos dos países sul-americanos...”
(6c) Há outras línguas faladas na América do Sul que também são objeto de interesse.	
(6d) <i>Não só</i> as línguas são objeto de interesse de estudo, <i>mas também</i> a história, a literatura e as instituições dos países da América do Sul.	IR “... ansiosos para desenvolver por todas as formas possíveis o estudo não só da língua falada pelos povos dos países sul-americanos, mas também o estudo da história, da literatura e das instituições desses países”.

Quadro 5: Paráfrases formuladas a partir do recorte (6), extraído de correspondência do Presidente da Columbia University para o Cônsul Geral do Brasil.

Postos assim, (6a) e (6b) funcionam, politicamente, na constituição de um memorável de sentidos para o Brasil e sua língua nacional/oficial, pois, ao considerar a América Latina, não há outro país que justifique o interesse pela língua portuguesa. Trata-se, evidentemente, de um espaço em que opera um silêncio sobre a real distribuição das línguas (6c), inclusive no interior do próprio Estado brasileiro, onde, além da língua portuguesa, convivem diversos dialetos regionais que não coincidem com essa língua nacional/oficial, além de uma grande quantidade de línguas indígenas e de imigração; justamente por isso, a correspondência de Butler parece operar como pressão externa³² no processo de designação da língua: se o Brasil é o único país latino-americano de colonização portuguesa, é razoável justificar o interesse pela língua portuguesa, pois é razoável imputar a esse país essa língua. Razoável e operante, sobretudo por sua contradição: imputa-se a língua ao Brasil, mas se concede o espaço de instrução ao

³² Procurarei demonstrar, no capítulo 5, que, justamente por trabalhar na relação entre o cenário doméstico e cenário internacional, essa “pressão externa” assume a forma de uma política também interna no Estado brasileiro.

português Alexandre Prista. Mais uma vez, de qualquer forma, a designação do idioma nacional aparece, no cenário internacional, como um elemento potencial para a afirmação de uma identidade brasileira e, conseqüentemente, para a configuração do espaço de enunciação do falante brasileiro de português como um espaço que já estaria em forte processo de expansão.

De outro lado, a língua figura apenas como elemento de entrada: a construção “not only... but also” de (6), traduzida por “Não só... mas também” em (6d), marca uma polifonia³³ em que o interesse pela língua é sugerido por um locutor outro que não é o presidente da Universidade; ao colocar a língua como um elemento à parte, separada do conjunto de objetos de interesse sobre os países da América Latina, o presidente sustenta mais incisiva e diretamente seu interesse pela história, pela literatura e pelas instituições de países de toda a América Latina. Observemos que (6) – ou mesmo (6d) – poderia ser, pois, representado em um diálogo direto entre Nicholas Butler e Oscar Correia, como em (6e) abaixo:

(6e) L1 (Oscar Correia) – “o Governo brasileiro recebeu com a maior apreciação a notícia deste gesto [de interesse pela língua portuguesa] da instituição sob a sua iluminada direção”³⁴

L2 (Nicholas Butler) – “[É um gesto de interesse] não só pela língua, mas também pela história, pela literatura e pelas instituições [dos países da América do Sul]”³⁵

Parece-me possível dizer que, no diálogo³⁶ representado acima, o gesto de conhecimento sobre línguas dos países latino-americanos aparece como lugar de entrada para outros interesses políticos, os quais podem ser encontrados também na história, na

³³ Não faço aqui uma análise exaustiva da polifonia em construções com “Não só X...Mas também Y”. Sugiuro, contudo, a leitura de *Texto e Argumentação* (GUIMARÃES, 2007), especialmente do capítulo VI da parte II (p. 123-147).

³⁴ No original: “the Brazilian Government received with the highest appreciation the news of this gesture of the institution under your enlightened guidance”.

³⁵ No original: “not only of the language, but also history, literature and institutions”.

³⁶ O documento oficial do Itamaraty de onde recorto os trechos analisados em (6e) apresenta tanto a correspondência Oscar Correia quanto a de Nicholas Butler (cf. anexo 4).

literatura e nas instituições. Se a história nos lembra de que entre os primeiros gestos colonizadores de Portugal em relação ao Brasil esteve o estudo das línguas indígenas, gestos embrionários de uma posição neocolonialista não precisariam ser necessariamente diferentes: conhecer as línguas, a história, a literatura e as instituições de países da América do Sul poderiam ser o terreno ideal para a expansão do “quintal dos Estados Unidos”³⁷.

Chamo a atenção para o fato de que Butler não nega o argumento posto em cena por Oscar Correia, pois o interesse pela língua permanece. Mas há aqui nessa permanência um deslocamento da relação entre argumento e orientação argumentativa: enquanto Correia sugere que o argumento língua portuguesa permite concluir pela aproximação das relações entre Brasil e Estados Unidos, Butler trabalha com o mesmo argumento o associando a outros, mas em outra direção argumentativa: a língua portuguesa, a história e a literatura direcionam a um melhor conhecimento da América Latina. Se tomarmos que a conclusão (r) de Oscar Correia é, no limite, por “desenvolvimento dos estreitos laços espirituais entre os dois países” (Brasil e Estados Unidos), Butler nega essa direção específica, nega a especificidade do Brasil. Esquemáticamente, temos:

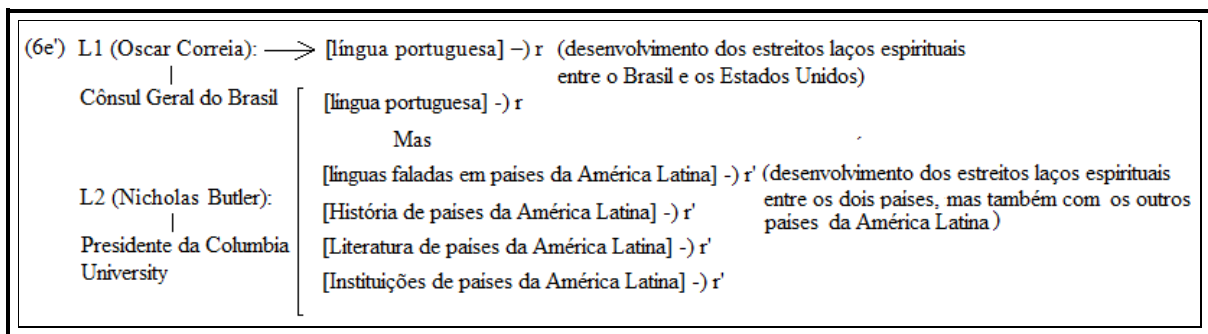


Figura 6: Argumentação na correspondência entre Oscar Correia, Cônsul Geral do Brasil em 1940, e Nicolas Butler, Presidente da Universidade de Columbia.

Notemos, pois, que a direção argumentativa posta por Oscar Correia resiste ainda na posição de Butler, mas os outros argumentos do Presidente da Universidade de

³⁷ A expressão “quintal dos Estados Unidos” é normalmente empregada, na geopolítica, para indicar lugares, especialmente da América Latina, onde os Estados Unidos exercem forte influência política e econômica.

Columbia fazem predominar um argumento *r'*. Representativamente, utilizo *r'* como forma de marcar a denegação, isto é, a negação e a afirmação, concomitantemente, da conclusão *r*: *r'* opera, em nosso esquema, como valor de “não só” *r*. Desse modo, pois, *r'*, como conclusão de Butler, dilui a conclusão de Oscar Correia: põe de lado qualquer interesse específico sobre o Brasil ao mesmo tempo que apenas o reconhece nos limites da América Latina. Assim, *r'* pode ser lido como “desenvolvimento dos estreitos laços espirituais entre os dois países, *mas também* com outros países da América Latina”. De minha perspectiva, essa análise põe singularmente em cena o modo pelo qual a história faz sentido na língua, mesmo além da pretensão de controle do dizer de qualquer falante. Enquanto relação diplomática, o diálogo entre o Presidente da Universidade de Columbia e o Cônsul Geral do Brasil é amistoso: o Presidente circunscreve e faz valer o argumento de Correia em seu discurso; contraditoriamente, porém, ao mesmo tempo, vemos que a especificidade que quereria – e de que trataria – a conclusão de Correia é posta em litígio com os interesses mais amplos, menos fronteiriços, em questão na enunciação de Butler.

Conhecer as políticas de Estado por seus vários documentos requer, em boa medida, que reconheçamos relações transversais além da unidade textual e a tratemos no nível da unidade do corpus: sem esse salto é impossível fazer uma leitura da história que não se reduza a uma operação de soma de sentidos, de interpretações muito específicas de documentos fragmentários. Interpretar a história pelo corpus é reconhecer nele uma unidade própria, com relações específicas que põem em jogo a conjuntura e as diferentes vozes que falam sob ou no resguardo do Estado. Insisti, pois, demoradamente na análise da argumentação dos Locutores Oscar Correia e Nicolas Butler, representada em (6e), para tratar da relação entre “o estudo não só das línguas faladas pelos povos dos países sul-americanos, mas também o estudo da história, da literatura e das suas instituições desses países”, de (6), e “um interesse intelectual mais acentuado em relação ao Brasil”, de (4). Há, entre os recortes (4) e (6) – “a Universidade de Columbia, desta cidade, resolveu incluir em seu programa de ensino um curso de língua portuguesa. Instituído principalmente para a divulgação de nosso idioma, conforme se anunciou, está o mesmo fadado, entretanto, a estimular um interesse intelectual mais acentuado em relação ao Brasil” e “estamos

profundamente ansiosos para desenvolver por todas as formas possíveis o estudo não só da língua falada pelos povos dos países sul-americanos, mas também o estudo da história, da literatura e das instituições desses países”, respectivamente – uma relação de reescrituração polifônica que põe em litígio o sentido de “interesse intelectual” e de “estudo”: os lugares sociais de onde falam os Locutores de (4) e de (6), ainda que postos em relação na unidade do arquivo do Ministério das Relações Exteriores e no corpus em análise, são seguramente diferentes. Para representantes do ministério, promover o interesse intelectual pelo Brasil é alçar o país, por imagens tão controladas quanto possível, a diferentes posições estratégicas no cenário internacional; por outro lado, para um representante de uma instituição estadunidense, o estudo da língua, da literatura, da história e das instituições de países da América do Sul seguramente está longe de servir a esse voo desejado por representantes brasileiros: veja-se, afinal, que um neocolonialismo, mesmo embrionário, não poderia servir aos interesses da colônia e, ademais, como vimos já exaustivamente, o Brasil que figura explicitamente em (4) não é assim bem delineado em (6).

A abertura do curso de língua portuguesa na Universidade de Columbia nos parece um lugar singular para observarmos as imagens associadas à língua: mesmo quando diretamente vinculada à promoção da nação, essa língua faz lembrar, sob o pretexto de uma união cultural, a herança colonial. Para o Brasil, pois, há uma língua que, ao se expandir, dá novos lugares e possibilidades aos falantes brasileiros e, nessa medida, serve como janela de oportunidade para expansão da rede de influências políticas. Mas essa expansão tem seu preço marcado no lugar de pressão internacional, pela memória que faz persistir um imaginário sobre a língua do Brasil, reiterando na designação do idioma do Brasil por “língua portuguesa”, por contradições, o laço Brasil-Portugal. Vejamos, então, para melhor compreendermos a política de língua nas relações internacionais do Brasil, outros recortes sobre a “expansão do idioma”.

Na universidade de George Washington nossa visão sobre questão idiomática começa por um incidente diplomático: ao remeter à embaixada brasileira um catálogo dos cursos oferecidos pela universidade entre 1936 e 1938, gera incômodo a ausência de

referência ao Português entre a lista de línguas ensinadas, como chama a atenção Bueno Prado, então Chefe da Divisão de Cooperação Intelectual do Ministério (cf. anexo 5):

(7) “Gostaríamos de aproveitar esta oportunidade para recordar-lhe que no prospecto de línguas ensinadas na Universidade, Português não figura na lista que inclui Francês, Espanhol, etc.”.³⁸

Vejamos, pois, que mesmo em 1938, ano da correspondência de Bueno Prado com o Diretor do Centro Interamericano da universidade, a política de expansão estava dirigida a um idioma já denominado como Português. Compreender essa denominação requer que acompanhem outro equívoco cometido pela Universidade: o Português não estaria no catálogo não sem razão, pois o Brasil não é tomado como parte da América portuguesa. Vejamos a advertência do Chefe da Divisão de Cooperação Intelectual (cf. anexo 5):

(8) “Na página 261 da publicação em questão, o Brasil é referido como um dos grandes Estados da América espanhola, apesar do fato de que o nosso país foi descoberto, colonizado e desenvolvido inteiramente pela iniciativa portuguesa”.³⁹

No intuito de fazer melhor conhecer a nação a que deve representar, Bueno Prado precisa fundamentar sua advertência. Justamente nessa advertência, recorta-se uma memória para denominar a língua do Brasil. Considerando que Brasil aparece reescrito, por substituição, em relação de sinonímia, pela expressão “nosso país”, considero possíveis as seguintes paráfrases de (8):

³⁸ No original: “We should like to take this opportunity to point out to you that in the prospectus of language taught at the University, Portuguese does not figure in the list which includes French, Spanish, etc.”

³⁹ No original: “On page 261 of this publication in question, Brazil is referred to as one of the great States of Spanish America, despite the fact that our country was discovered, colonized and developed entirely by Portuguese initiative”.

Paráfrases (8a) a (8c)	Trecho do enunciado apresentado no recorte (8)
(8a) O Brasil é referido como um dos maiores Estados da América Espanhola;	≅ “... o Brasil é referido como um dos grandes Estados da América espanhola...”
(8b) O Brasil não é um Estado da América Espanhola;	“... apesar do fato de que [o Brasil] país foi descoberto, colonizado e desenvolvido inteiramente pela iniciativa portuguesa”.
(8c) O Brasil foi <i>completamente</i> descoberto, colonizado e desenvolvido por iniciativa portuguesa.	≅

Quadro 6: Paráfrases formuladas a partir do recorte (8), extraído de correspondência do Chefe da Divisão de Cooperação Intelectual do Brasil ao Diretor do Centro Interamericano da Universidade de Washington.

Nas paráfrases, (8a) e (8b) fazem o primeiro terreno para a advertência, ao passo que (8c) a justifica. Nessa justificativa, porém, há mais do que poderíamos esperar: dizemos, talvez com alguma segurança, que o Brasil foi colonizado por Portugal, mas a história não nos permite ser tão seguros quanto à “completa” colonização portuguesa, pois se apaga, de antemão, a presença de outros povos – como franceses e holandeses, por exemplo – que, de uma ou outra forma, também tentaram – e de alguma forma conseguiram – seu espaço no território brasileiro. Sobretudo, trata-se de um apagamento da própria história de Portugal, uma vez que ela foi também marcada por períodos que o subordinou ao interesse espanhol, durante o período da União Ibérica, entre 1580 e 1640.

Atribuir a descoberta do Brasil a Portugal é também, por seu turno, um silêncio histórico que apaga o político, como observa Orlandi (2008, p. 66):

“Os portugueses descobriram o Brasil”. Daí se infere que nossos antepassados são os portugueses e o Brasil era apenas uma extensão de terra. “Havia” selvagens arredios que faziam parte da terra e que, “descobertos”, foram o objeto da catequese. São, desde o começo, o alvo de um apagamento, não constituem nada em si. Esse é o seu estatuto histórico “transparente”: não constam.

Há em (8), pois, uma afirmação da identidade da nação brasileira pela qual se apagam as línguas indígenas como possibilidade de representação da língua nacional. Silencia-se a história dos povos nativos, muito exemplarmente: trata-se, afinal, de um “silenciamento produzido pelo Estado [que] não incide apenas sobre o que o índio, enquanto sujeito, faz, mas sobre a própria existência do sujeito índio” (ORLANDI, 2008, p. 66).

Finalmente, é no mínimo suspeito creditar a uma metrópole a história de desenvolvimento de uma colônia. Ainda que a inversão brasileira, a partir de 1808, com a vinda da família real portuguesa à colônia, tenha trazido ao país recursos e saberes que não chegariam cedo de outra forma, esse episódio histórico está longe de poder tributar à ex-metrópole todo o crédito pelo desenvolvimento obtido até 1938. Mais ainda: vejamos que mesmo ao falar de desenvolvimento, as forças produtivas – indígenas e negras, ou mesmo de grupos imigrantes – que o permitiram estão absolutamente fora de cena. Por fim, mesmo no momento de mais rápido “desenvolvimento” do Brasil durante o período colonial, esse desenvolvimento esteve centrado ainda em interesses marcadamente portugueses e restritos a uma região muito pequena para poder representar a extensão do Brasil:

A vinda da família real deslocou definitivamente o eixo da vida administrativa da Colônia para o *Rio de Janeiro*, mudando também a fisionomia da cidade. Entre outros aspectos, esboçou-se *aí* uma vida cultural, com o acesso a livros e a existência de uma relativa circulação de idéias. Em setembro de 1808 veio a público o primeiro jornal editado na Colônia; abriram-se também teatros, bibliotecas, academias literárias e científicas para atender aos requisitos da Corte e de uma população urbana em rápida expansão. Basta dizer que, durante o período de permanência de Dom João VI no Brasil, o número de habitantes da capital dobrou, passando de cerca de 50 mil a 100 mil pessoas. *Muitos dos novos habitantes eram imigrantes, não apenas portugueses, mas espanhóis, franceses, ingleses, que viriam a formar uma classe média de profissionais e artesãos qualificados.*

[...]

Ao transferir-se para o Brasil, *a Coroa não deixou de ser portuguesa e de favorecer os interesses portugueses no Brasil.* [...]

O peso dos impostos aumentou, pois agora a Colônia tinha de suportar sozinha as despesas da corte e os gastos das campanhas militares... (FAUSTO, 2008, p. 69, grifo meu)

É certo, pois, que Bueno Prado, no movimento de representação do Brasil, escreve uma história que não contariam nem mesmo os mais ortodoxos historiógrafos portugueses. Essa história tributa à língua um nome do qual ela não poderia escapar. Vejamos, afinal, que a ressalva à história do Brasil tal como referida no catálogo da Universidade George Washington é feita a propósito de fazer com que a língua nacional do Brasil figurasse no catálogo entre as línguas como o espanhol e o francês; mas o Chefe da Divisão de Cooperação Intelectual, por todos os argumentos de que lança mão, faz com que todo o mérito “Português” deslize também para o nome da língua nacional. Assim, falar em “língua brasileira” seria um contrassenso à sua argumentação ao mesmo tempo em que requeria outra estratégia para não apagar o Brasil do lugar onde estava, ainda que equivocadamente, apresentado: no limite, a história é tomada então como potencial articulador para não fazer com que o Brasil – e sua língua – sumisse do catálogo da universidade e do mapa das Américas.

Para observarmos como o nome da língua do Brasil é determinado pela história, proponho que consideremos que Bueno Prado argumenta simplesmente para a conclusão de que “é preciso incluir a língua do Brasil” (r). Nesse caso, se analisarmos a argumentação em (8) apenas pelas paráfrases (8a) e (8b) – “O Brasil é referido como um dos maiores Estados da América Espanhola” e “O Brasil não é um Estado da América Espanhola”, respectivamente – vemos que essa conclusão r não poderia ter lugar diante da simples advertência de que o Brasil não é um Estado da América Espanhola. O lastro de Portugal é a salvação para a argumentação, mas põe em xeque o nome da língua do Brasil. Veja-se o impasse que (8c) nos impõe:

(8c) [O Brasil foi completamente descoberto, colonizado e desenvolvido por *Portugal*] –) r

Diante de (8c), é razoável sustentar r como “é preciso incluir a língua portuguesa [a língua do Brasil]”, pois essa língua fica determinada pela história que o relaciona a Portugal. História que “desenvolveu” no Brasil inclusive uma língua: a língua portuguesa. Por outro lado, um caminho que orientasse r para “é preciso incluir a língua brasileira [a língua do Brasil]” poria em litígio argumento e conclusão e, ao mesmo tempo, Brasil e Portugal. Essencialmente, o enunciado (8) orienta para a conclusão “é preciso incluir a língua do Brasil” apenas na medida em que, como acontecimento, ele também constitui o sentido de “língua do Brasil” enquanto “língua portuguesa”. O que temos em vista, neste ponto, é a dificuldade de sustentar qualquer posição fora de um argumento que tem como memorável a história colonial do Brasil. No que diz respeito ao caso em análise, essa dificuldade repercute como barreira à promoção da nação e, conseqüentemente, de sua língua. A história mostra-se, assim, um terreno útil e poderoso onde se caucionar a identidade nacional.

De minha perspectiva, pois, há um argumento implícito, em (8), a partir do qual Bueno Prado procura sustentar sua argumentação: a divisão, ainda colonial, entre América Espanhola e América Portuguesa. Mas aí mesmo esse implícito é forte, sensivelmente operante, no discurso das relações exteriores, como prova de inoperância de uma verdadeira emancipação política. Notemos, afinal, que a resposta de Cloyd Marvin, Presidente da Universidade George Washington não pode ser outra senão as desculpas pelo equívoco, mas a reiteração da divisão do mundo entre povos europeus: “Referindo-nos ao Brasil como um grande país da *América espanhola* cometemos naturalmente um erro que devidamente corrigiremos” (grifo meu).

Cloyd Marvin, mais do que simplesmente desculpar-se e prometer a retificação, deixa-nos um importante lugar onde identificar e avaliar as ações do Estado nas políticas de línguas (cf. anexo 6):

(9) “durante anos não tem havido numero suficiente de alunos interessados neste idioma, nem nos tem sido possível encontrar professor competente para dirigir curso de literatura portuguesa e brasileira”.

Em todos os excertos que temos analisado até então, a atuação do Ministério das Relações Exteriores, antes de serem propriamente ativas, fazia-se muito mais na esteira de ações já implementadas por instituições internacionais. Em (9) esse caráter é ainda mais claro: a língua do Brasil não figura no catálogo das línguas ensinadas na universidade não por falta de crédito da universidade, mas pelo pouco acolhimento da língua entre os alunos e pela ausência de profissionais que possam atuar no terreno mais prático da expansão do idioma. Observemos que a expressão “durante anos” não só deixa implícitas sucessivas tentativas da universidade em implantar o ensino da língua portuguesa – reescriturada por “este idioma” –, mas é também um flagrante da ausência de planejamento das políticas de língua por parte do Brasil, ao menos na época e em relação aos Estados Unidos. Vejamos que, enunciativamente, há implícitos que significam diferentemente para Locutor e Alocutário e que aparecem distribuídos nas paráfrases (9’) e (9’”). Observemos, primeiro, o esquema (9’):

Paráfrases (9’)	Trecho do enunciado apresentado no recorte (9)
(9’a) Durante anos, [tentamos implementar o ensino da língua portuguesa]	∅ [implícito]
(9’b) não tem havido número suficiente de alunos interessados neste idioma;	∞ “durante anos não tem havido numero suficiente de alunos interessados neste idioma...”
(9’c) não tem havido professor competente para dirigir curso de literatura portuguesa e brasileira.	∞ “... nem nos tem sido possível encontrar professor competente para dirigir curso de literatura portuguesa e brasileira”.

Quadro 7: Paráfrases (9’) formuladas a partir do recorte (9), extraído de correspondência do Presidente da Universidade de Washington ao Chefe da Divisão de Cooperação Intelectual do Brasil.

As paráfrases em (9') representam o momento da escrita e nos permitem entrever, como conclusão *r* para o texto, a ideia de que “não é possível abrir um curso de língua portuguesa”. Para essa conclusão, o Locutor articula uma história – de tentativas de implementar o ensino de língua portuguesa –, como argumento implícito (9'a), juntamente com (9'b) e (9'c). Assim, o enunciado “Durante anos, tentamos implementar o ensino da língua portuguesa” (9'a) opera, enunciativamente, abrindo um lugar no qual se interpretar a ineficácia de eventuais medidas do Ministério em estimular o interesse dos alunos pelo idioma (9'b) – “não tem havido número suficiente de alunos interessados neste idioma” – e em promover o intercâmbio de profissionais que possam se encarregar de seu ensino (9'c) – “não tem havido professor competente para dirigir curso de literatura portuguesa e brasileira”. Esquemáticamente (9') pode ser assim observado:

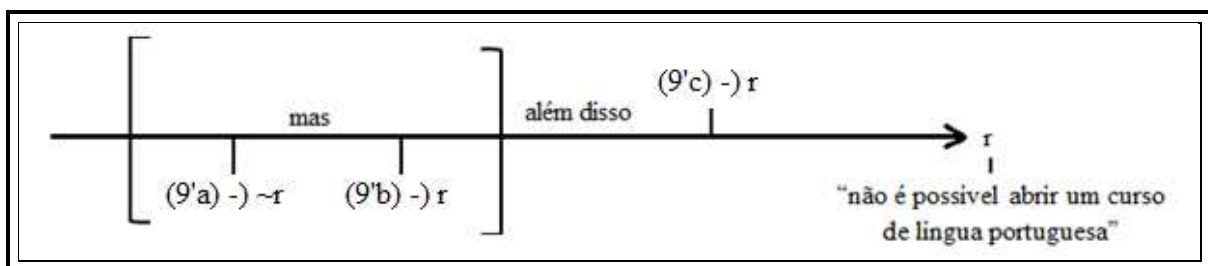


Figura 7: Orientação argumentativa das paráfrases (9') do dizer do Presidente da Universidade de Washington ao Chefe da Divisão de Cooperação Intelectual do Brasil.

Procuo demonstrar, pela Figura 7 acima, que afirmação de que “não tem havido número suficiente de alunos interessados neste idioma” (9'b) fica caucionada, no acontecimento, no implícito de que “houve tentativas para implementar o ensino da língua portuguesa”. Notemos, afinal, que ainda que essas tentativas orientem para uma conclusão que deixa entreaberta a possibilidade de abertura de um curso de língua, fazendo de “Durante anos, tentamos implementar o ensino da língua portuguesa” (9'a) um argumento que orienta para um sentido distinto da conclusão do texto ($\sim r$), o argumento “não tem havido número suficiente de alunos interessados neste idioma” (9'b) articula-se especialmente a ele de modo quase paradoxal: ao mesmo tempo em que estabelece com ele uma relação de adversidade (*mas*) – “tentamos de implementar o ensino da língua

portuguesa, mas não tem havido alunos suficientes interessados neste idioma” –, dizer que “não tem havido número suficiente de alunos interessados neste idioma” sustenta a afirmação de que houve “tentativas” – que, contudo, de que não passaram de “tentativas”. Parece-me, assim, que há uma relação de adversidade e complementação entre (9’a) e (9’b) que, de modo especial, exime o Locutor quase decisivamente da conclusão r “não é possível abrir um curso de língua portuguesa” – como procuro marcar pelos colchetes da Figura 8. O enunciado “não tem havido professor competente para dirigir curso de literatura portuguesa e brasileira” (9’c), finalmente, aparece como um golpe de força, representado por *além disso*, que faz com que o argumento também oriente para r, de modo a não deixar dúvidas, no texto, de que “não é possível abrir um curso de língua portuguesa”.

Ao Alocutário, por sua vez, no momento da leitura, há um subentendido que abre outro lugar para a história e dá ao texto outra configuração da orientação argumentativa. Observemos que a argumentação em (9’), ao mesmo tempo em que exime ainda mais o Locutor da responsabilidade pela conclusão r “não é possível abrir um curso de língua portuguesa”, põe ainda mais em xeque a relação do Alocutário com essa conclusão. Vejamos (9’):

Paráfrases (9’)	Trecho do enunciado apresentado no recorte (9)
(9’’a) Durante anos, [tentamos implementar o ensino da língua portuguesa]	Ø [implícito]
(9’’b) não tem havido número suficiente de alunos interessados neste idioma;	r “durante anos não tem havido numero suficiente de alunos interessados neste idioma...”
(9’’c) não tem havido professor competente para dirigir curso de literatura portuguesa e brasileira.	r “... nem nos tem sido possivel encontrar professor competente para dirigir curso de literatura portuguesa e brasileira”.
(9’’d) [Durante anos, não houve divulgação da língua portuguesa]	Ø [subentendido]

Quadro 8: Orientação argumentativa das paráfrases (9’’) do dizer do Presidente da Universidade de Washington ao Chefe da Divisão de Cooperação Intelectual do Brasil.

De minha perspectiva, (9'') nos deixa entrever o desdobramento da história: nunca é uma só, nunca única; seu valor depende, em boa medida, dos lugares sociais dos envolvidos na cena enunciativa. Interessa-me demonstrar, contudo, que a enunciação, na sua temporalidade própria e no intervalo de sua diferença entre escrita e leitura, mobiliza seus termos constituintes – no caso, as paráfrases –, de modo diferente. Vejamos, afinal, que (9'') mobiliza a conclusão “não é possível abrir um curso de língua portuguesa” (r) de (9'), grosso modo, como registro da própria história que significa o Alocutário no seu lugar social de responsável pela divulgação da língua. Vejamos que em (9''a), especialmente no subentendido “Durante anos, não houve divulgação da língua portuguesa” (9''d), há uma formulação decisiva para tributar a conclusão r como efeito da inatividade do Estado brasileiro, enquanto Alocutário:

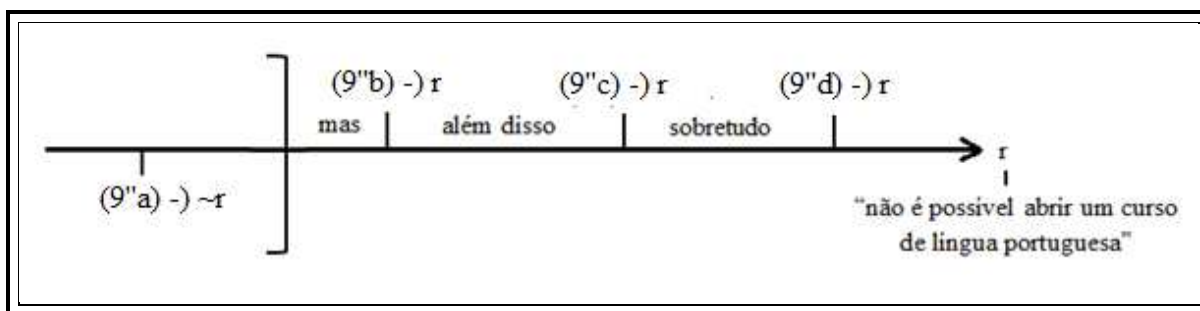


Figura 8: Orientação argumentativa das paráfrases (9'') do dizer do Presidente da Universidade de Washington ao Chefe da Divisão de Cooperação Intelectual do Brasil.

O que pretendo demonstrar no esquema acima, que trata da orientação argumentativa presente em (9''), é o fato de que, no limite, o lugar social do Alocutário, especialmente interessado na “expansão do idioma”, é posta em evidência por todos os argumentos que levam à conclusão “não é possível abrir um curso de língua portuguesa” (r), isto é, à não abertura de um curso de língua portuguesa e, conseqüentemente, à contenção da expansão do idioma. Vejamos que (9''d), “Durante anos, não houve divulgação da língua portuguesa”, aparece como subentendido do acontecimento enunciativo por considerarmos a relação entre Alocutário e o acontecimento enunciativo. Mais ainda, o encadeamento “não tem havido número suficiente de alunos interessados

neste idioma” (9’’b), “não há professor competente para dirigir curso de literatura portuguesa e brasileira” (9’’c) e “Durante anos, não houve divulgação da língua portuguesa” (9’’d) faz deste último argumento do texto um conclusão própria dos argumentos (9’’b) e (9’’c): isto é, do fato de que “não tem havido número suficiente de alunos interessados neste idioma” e de que “não há professor competente para dirigir curso de literatura portuguesa e brasileira” conclui-se que “Durante anos, não houve divulgação da língua portuguesa”. Ao Alocutário, pois, cabe admitir que “não houve interesse pelo idioma” nem “profissionais competentes para ensiná-lo” porque, sobretudo, ele “não promoveu a divulgação do idioma”. O golpe de força nessa argumentação é justamente a clara separação – marcada pelo colchete – do argumento “Durante anos, tentamos implementar o ensino da língua portuguesa” (9’’a), que ainda sustenta o Locutor como alguém interessado no idioma do Brasil. Mais ainda: a articulação entre (9’’a) e (9’’d) desabona o Alocutário do próprio lugar social – Estado/estadista interessado na divulgação da língua do Brasil – em que é agenciado no acontecimento. Grosso modo, (9’’) demanda, da posição do Alocutário, uma leitura que focalize essencialmente (9’’d) e a conclusão r, como em (9’’’):

(9’’) “Durante anos não houve divulgação deste idioma em nossa Universidade, logo não é possível abrir um curso de língua portuguesa”.

Essa leitura, ao mesmo tempo em que deflagraria a inoperância de um planejamento de políticas de língua, teria a performatividade de convocar esse planejamento. Não se trata, convém destacar, de atribuir a Cloyd Marvin a intenção absoluta de denúncia, mas do potencial do próprio acontecimento de linguagem, no jogo entre os interlocutores, de significar a relação do Estado brasileiro com as políticas de línguas e, eventualmente, chamá-lo a repensá-las. Note-se, aliás, que (9’’) é, no limite, uma formulação que significa essencialmente pela história, uma vez que só existe em função de um implícito, de um subentendido e do agenciamento do Alocutário no acontecimento enunciativo.

Interpretar as políticas de línguas do Ministério das Relações Exteriores requer que compreendamos acontecimentos não apenas de uma só nação: no cenário político, é sempre possível que relações se estreitem e se afrouxem em virtude de acontecimentos históricos de impacto global, de transição de governos ou mesmo de interesses mais imediatos das nações em contato. Vale a pena, pois, descermos um pouco na América e fazermos uma escala no México.

4.1.2 Brasil - México

Afirmei, pelo que pudemos depreender de nossa breve leitura de documentos das relações entre Brasil e Estados Unidos, que a política de línguas do Brasil nesse país fazia-se principalmente na esteira de iniciativas das instituições locais e não propriamente por medidas planejadas que permitissem pensar a língua nacional além de argumentos implícitos que recortavam, para o Estado brasileiro independente, sua história de colonização. Para entender as formas de algumas das políticas de língua no México, começemos por observar que, em julho de 1942, como fez saber a Embaixada do Brasil, “a Universidade Nacional do México introduziu nos seus programas de Cursos de Verão uma cátedra especial destinada ao estudo da Língua e Literatura do Brasil” (cf. anexo 7). Ora, se tanto língua quanto Literatura são “do Brasil”, o ministério corresponde designando um secretário de Estado para reger essa cátedra (cf. anexo 7).

(10) “dei meu consentimento para que o Secretario Renato de Mendonça assumisse a regencia do curso de “Introdução à Língua e à literatura do Brasil”, o qual foi inaugurado a 30 de junho ultimo e conta com uma assistencia de cinquenta e cinco professores universitarios dos Estados Unidos”.

Chamo a atenção, no recorte (10), para a referência a “cincoenta e cinco professores universitarios dos Estados Unidos” que teriam assistido à inauguração do curso de “Introdução à Língua e à literatura do Brasil”. A expressão “dos Estados Unidos” instala, inicialmente, uma dúvida sobre a nacionalidade desses professores: podemos considerar, inicialmente, que são professores dos Estados Unidos da América – professores estadunidenses, portanto; mas também devemos estar atentos ao fato de que o nome oficial do México é Estados Unidos Mexicanos, o que determina os professores enquanto mexicanos. É preciso, pois, encontrar no próprio texto ou no corpus algo que desfaça a ambiguidade da expressão “Estados Unidos” e nos permita entender se são professores dos Estados Unidos da América ou dos Estados Unidos Mexicanos.

À medida que avançamos a leitura do documento que integra (10), vemos uma formulação: “remeto a Vossa Excelência alguns recortes de jornais e revistas desta capital com o noticiário a respeito, que demonstram o interesse despertado pelas coisas do Brasil no México” (cf. anexo 7). Nessa referência ao México, a ambiguidade da expressão “Estado Unidos” (de (10)) permanece, pois não são os professores que “demonstram o interesse despertado pelas coisas do Brasil no México”, mas os “recortes de jornais e revistas”. Falta, no acontecimento, elementos que nos permitam afirmar que “México” reescritura “Estado Unidos”.

A alternativa para desfazer a ambiguidade da expressão “Estados Unidos” está na procura, no corpus, de documentos que também tratem do curso de “Introdução à Língua e à literatura do Brasil” na Universidade do México. O jornal *Novedades* de 22 de junho de 1943 – quase um ano após a comunicação da Embaixada do Brasil no México –, em sua matéria *Valiosos cursos em la Universidad* (cf. anexo 8), ao tratar dos cursos “De portugués y literatura brasileira”, informa que “Delante del éxito de ese curso del año pasado, que tuvo más de 55 alumnos extranjeros y Mexicanos, el doctor Pablo Martínez del Río, directos de la escuela de Verano, decidio renovar la invitación al escritor Renato de Mendonza para que se encargada de la cátedra”. Nessa notícia do *Novedades*, a expressão “55 alumnos extranjeros y Mexicanos” ainda faz permanecer a dúvida sobre a nacionalidade dos professores que frequentaram o curso em 1942: embora a quantidade de

alunos indicados na matéria – “55 alumnos extranjeros y Mexicanos” – seja a mesma que a indicada na comunicação da Embaixada do Brasil no México – “cincoenta e cinco profesores universitarios” (de (10)) –, não há elementos que permitam afirmar que seriam “55 alumnos extanjeros” e, os demais, alunos mexicanos.

A situação é bastante diferente em notícia do jornal *El Universal*, também publicado em 22 de junho de 1943. Na matéria *Notables Cursos sobre Literatura* (cf. anexo 9), ao tratar de “Los cursos de lengua portuguesa y literatura del Brasil”, informava-se que “Este curso tuvo el año pasado un éxito brillante, habiendo asistido a él, cincuenta e cinco alumnos mexicanos y algunos extanjeros”. Estamos em condições de reconhecer, pois, que provavelmente os “cincoenta e cinco profesores universitarios dos Estados Unidos” (de (10)) que teriam assistido à inauguração do curso de “Introdução à Língua e à literatura do Brasil” em 1942 seriam os mesmos “cincoenta e cinco alumnos mexicanos” do curso. Se há qualquer dúvida se podemos considerar que a expressão “profesores” apresentada no recorte (10) é reescriturada, na transversalidade do corpus, pela expressão “alumnos” da notícia do *El Universal*, podemos ainda recorrer a outra notícia, desta vez do jornal *Excelsior*. Em 8 de agosto de 1942, o *Excelsior* informava que “Asistíamos en el viejo y bello edificio de Mascarones, con su linda fachada churrigueresco, con sus corredores y patios, con sus salones encalados y de enviagados techos, a la última clase que el escritor y profesor de literatura brasileña, Renato de Mendonça, daba a más de setenta alumnos de los cursos de verano, entre los que se cuentan profesores de lenguas y de literatura de las universidades de los Estados Unidos y de Canadá” (cf. anexo 10). Notemos, pois, nesse recorte de notícia do jornal *Excelsior*, que a expressão “profesores” é determinada pelo sentido de “alumnos”.

Os “cincoenta e cinco profesores universitarios dos Estados Unidos” referidos no recorte (10) são, pois, 55 professores universitários dos Estados Unidos do México, 55 alunos mexicanos. De qualquer forma, porém, como indicam os recortes dos jornais, havia entre os alunos do curso ministrado por Renato de Mendonça, alunos estrangeiros: “alumnos extranjeros y Mexicanos” (*Novedades*), “alumnos mexicanos y algunos extanjeros” (*El Univsersal*) e “profesores [alumnos] de lenguas y de literatura de las

universidades de los Estados Unidos y de Canadá”. Havia, pois, uma política com potencial de alcance a outros países. Destaco que há um peso específico nesse aspecto, pois enquanto a Universidade de Columbia, a propósito de tratar do Brasil, falava de antemão de língua portuguesa e concedia o direito de ensino dessa língua a um português, a Universidade Nacional do México concede espaço para que o Brasil fale de sua língua e de sua literatura. Justamente onde se esperariam só mexicanos, figuram também como alunos do curso professores de outras nacionalidades: uma versão brasileira da língua do Brasil avança para outros países a partir de uma política no México; caberia ao Estado brasileiro e às suas políticas de línguas o papel de legitimar essa versão brasileira. Vejamos, contudo, que essa legitimação, por parte do Brasil, mais uma vez recorta o argumento implícito que liga Brasil a Portugal, argumento que aparece exatamente na complementaridade da política de línguas no próprio México, nos outros meios por que age para difundir a língua: no mercado de editorial, o Brasil importa sua imagem ao México ainda vinculada à língua portuguesa. A propósito de divulgar o país, a Embaixada do Brasil no México encaminha, em 21 de julho de 1942, ao então Ministro de Estado das Relações Exteriores, senhor Oswaldo Aranha, um solicitação (cf. anexo 11):

(11) “tenho a honra de solicitar a Vossa Excelência a remessa das publicações constantes da lista anexa, destinadas não somente ao ensino da língua portuguesa como também a estudos e consultas posteriores de assuntos brasileiros na biblioteca da referida Universidade”. (cf. anexo 11)

A língua e a literatura do Brasil chegam ao México com potencial de alcance inclusive em outros Estados. Mas essa língua só pode ser ensinada com apoio de livros, sobretudo quando se pretende divulgar assuntos brasileiros. Entre (10) e (11) vemos, afinal, que a “língua do Brasil” (de (10)) é reescriturada, por substituição, em relação de sinonímia, por “língua portuguesa” (de (11)): uma reescrituração que, mais uma vez, faz operar o argumento implícito que se sustenta na memória da colonização. A partir da dessa reescrituração, da informação de que “a Universidade Nacional do México introduziu nos

seus programas de Cursos de Verão uma cátedra especial destinada ao estudo da Língua e Literatura do Brasil” (cf. anexo 7) e dos recortes (10/11), chego às seguintes paráfrases abaixo, em que (10/11e), especialmente, é o implícito em que se sustenta a política de língua do Estado brasileiro:

Paráfrases (10/11a) a (10/11e)	Trecho do enunciado apresentado no anexo 7 ou nos recortes (10) e (11)
(10/11a) Há um curso de língua e Literatura do Brasil na Universidade Nacional do México;	“a Universidade Nacional do México introduziu nos seus programas de Cursos de Verão uma cátedra especial destinada ao estudo da Língua e Literatura do Brasil” (cf. anexo 7)
(10/11b) Esse curso precisa de publicações que possam se destinar ao ensino da língua;	(10) “dei meu consentimento para que o Secretario Renato de Mendonça assumisse a regencia do curso de “Introdução à Língua e à literatura do Brasil”...” / (11) “tenho a honra de solicitar a Vossa Excelência a remessa das publicações constantes da lista anexa, destinadas não somente ao ensino da língua portuguesa...”
(10/11c) Pede-se que sejam enviadas publicações de língua portuguesa	
(10/11d) A língua portuguesa é assunto brasileiro.	(11) “... destinadas não somente ao ensino da língua portuguesa como também a estudos e consultas posteriores de assuntos brasileiros na biblioteca da referida Universidade”.
(10/11e) A língua do Brasil é a língua portuguesa.	∅ [implícito]

Quadro 9: Paráfrases dos recortes (10) e (11), extraídos de correspondências da Embaixada do Brasil no México com o Ministro de Estado das Relações Exteriores.

De qualquer forma, pois, a língua divulgada no México como “do Brasil” é denominada, do lugar do Ministério e de sua embaixada local, como língua portuguesa. O implícito (10/11e) em que se ancora a política de língua naquele país não escapa à história. A língua – eventualmente outra – do Brasil que poderia ser ensinada a professores mexicanos de outras nacionalidades não é nada senão outra versão da, ainda, língua portuguesa.

Há que se reconhecer, porém, uma diferença fundamental: o espaço que Renato Mendonça ocupa no México para falar da língua do Brasil é o lugar pelo qual o Estado brasileiro faz saber que no Brasil não só se fala uma língua, mas se conhece e se estuda essa língua, o português. Diria, assim, que o espaço de Renato Mendonça, enquanto professor do Colégio Pedro II e secretário de Estado, na Universidade Nacional do México, é um acontecimento da mesma ordem que o trabalho de autoria dos primeiros gramáticos brasileiros do século XIX: é um acontecimento que começa a instalar, decisivamente, no cenário internacional, o jogo enunciativo “Língua Portuguesa *do* Brasil/ Língua Portuguesa *no* Brasil” (ORLANDI, 2000, p. 26-27). Particularmente nas relações exteriores, esse jogo enunciativo parece ser um trabalho estético-político fundamental: primeiro, coloca a pertinência de uma língua própria do Brasil, isto é, uma língua sobre a qual o Brasil também tem direito à propriedade; depois, sobretudo pelo nome dessa língua, abre espaço para que ela seja projetada como língua “internacional”, isto é, reconhecida não apenas como uma língua, de outro Estado ou nação, que seria falada “no Brasil”, mas como uma língua marcada especialmente pela distinção em sua localização geográfica/nacional, como língua de dois Estados, de Portugal e “do Brasil”.

Se é verdade que o jogo enunciativo que Orlandi (2000) reconhece no cenário doméstico, pelo trabalho de autoria de gramáticos brasileiros, ecoa também nas relações exteriores, há aí um traçado de uma política de língua, de uma política do Estado brasileiro que mobiliza a língua e todo seu potencial para configuração da identidade internacional do Brasil. Ainda que essa tenha sido uma estratégia para a configuração de um espaço de enunciação do português como espaço transnacional⁴⁰, não há como não reconhecer que ela se fragiliza tanto por aparentemente apenas ceder ao implícito que sustenta a nomeação da língua nacional do Brasil quanto por silenciar o debate doméstico sobre a designação dessa língua. Vejamos ainda como isso se reforça por algumas das obras da própria lista de livros

⁴⁰ Considero o espaço de enunciação transnacional tal como definido por Zoppi Fontana (2009b): um espaço que “se define, justamente, [pelo] transbordamento das fronteiras territoriais dos Estados-Nações pelas línguas nacionais que o constituem na sua materialidade histórica”. Estou, no caso, considerando que, no período em análise, o português se projetava como língua transnacional pelo Estado brasileiro justamente por uma política que apagava as diferenças históricas que definiam as línguas do Brasil e de Portugal.

(cf. anexo 11) requerida pela Embaixada no Brasil no México (livros indicados na lista anexa a que se refere o trecho (11)):

- (12) “Ensino da Língua Portuguesa:
Clóvis Monteiro – Antologia Brasileira
Antenor Nascentes – O Idioma Nacional
“Renato Mendonça – O Português do Brasil”

Se estamos de acordo com o fato de que a lista proposta reivindica livros destinados ao ensino da língua do Brasil e de que essa reivindicação parte de um órgão vinculado ao Ministério das Relações Exteriores – a Embaixada do Brasil no México –, podemos seguramente dizer que essa lista significa pela performatividade do Estado, articulando e enumerando agentes e meios autorizados a representar a língua do Estado brasileiro. Podemos ler (12), então, focalizando dois aspectos distintos: aqueles que podem falar sobre a língua do Brasil e as obras que melhor ensinam essa língua.

Pensando a enumeração das obras, observemos, primeiramente, a *Antologia Brasileira*⁴¹, de Clóvis Monteiro: com o subtítulo *Curso da língua vernácula*, o autor se propõe a apresentar, “através de trechos de autores brasileiros e portugueses, [...] notícias sucintas das correntes literárias em que são classificados os autores, noções de versificação e notas sobre fatos da linguagem” (MONTEIRO, 1939). Trata-se de uma obra que se inscreve, segundo periodização proposta por Guimarães (2004), no segundo período dos estudos do português do Brasil, período em que são criados os primeiros cursos de Letras no Brasil. Nesse período, ao mesmo tempo em que ganha terreno o estudo institucional do português no Brasil, mantém-se ainda “posições puristas e de unidade da língua em Portugal e no Brasil” (GUIMARÃES, 2004, p. 28), como vemos pela proposta de Clóvis Monteiro de apresentar a língua “vernácula” “do Brasil” em uma referência concomitante a “autores brasileiros e portugueses”. Grosso modo, a antologia de Clóvis Monteiro é

⁴¹ Em 1942, data da solicitação da remessa de livros, a obra de Clóvis Monteiro já era chamada, em verdade, de *Nova Antologia Brasileira*, porque então “organizada de acordo com os atuais programas do curso secundário” (MONTEIRO, 1939).

designada como “brasileira” pela origem de sua produção: não são notas, noções e notícias produzidas por um autor português e nem advêm de Portugal: sua especificidade é que é uma obra de autor brasileiro, produzida no Brasil. Destaco, ainda, sobre a obra de Clóvis Monteiro, o modo como, na relação entre a lista de livros solicitados para “Ensino da Língua Portuguesa” e apresentação da obra do autor, “Língua Portuguesa” é reescrita, por expansão, em relação de sinonímia, por “trechos de autores brasileiros e portugueses”.

Passando à obra de Antenor Nascentes, *O Idioma Nacional*, reconhecemos, na passagem de “Ensino da Língua portuguesa” ao título da obra, uma reescrituração, por substituição, em relação de sinonímia, que faz língua portuguesa significar “idioma nacional”. Essa reescrituração reforça a unidade linguística entre Brasil e Portugal, mas ainda assim marcando o papel da língua “como parte do processo de constituição do Estado e da nação brasileiros” (GUIMARÃES, 2004, p. 24): falar em “idioma nacional”, em idioma do Brasil, é também falar em “língua portuguesa”.

Renato Mendonça, com *O Português do Brasil*, é ainda mais incisivo: o título da obra, na relação com a lista de livros solicitados, reescritura, por substituição, em relação de sinonímia, “Língua Portuguesa”; desse modo, o autor marca que não desconhece a existência da língua portuguesa em outras terras, mas se propõe a tratar dessa língua especificamente nas fronteiras do Brasil. O trabalho de três obras, de três autores brasileiros, a falar sobre a língua portuguesa: deslocamento importante para que se possa intervir sobre o espaço de enunciação do português no cenário internacional, inserindo nele a nação brasileira e a língua que essa nação determina como sua. Se persiste a memória colonial, ao menos se reconhece, por essas obras, uma “diferença fundamental” ao “legitimar o direito [de brasileiros] de dizer sobre a sua língua” (PFEIFFER, 2001, p. 72).

No limite, pois, ao tratar do ensino da língua do Brasil no México, as obras enumeradas significam essa língua reescrevendo-a numa ordenação que, a um só tempo, significa a emancipação intelectual do saber sobre a língua e silencia qualquer possibilidade de uma “emancipação linguística”, como ainda se debatia no cenário doméstico. Vejamos abaixo que (12), na relação com o propósito de realizar um curso de “Introdução à Língua e

à literatura do Brasil” (de (10)), sob a performatividade do Estado, significa (12’a). Sob essa mesma performatividade, fica significado (12’b), tanto por (12) quanto pelas reescrituras nela presentes da expressão “Língua Portuguesa”. Grosso modo, (12), enquanto lista de livros solicitados pela embaixada brasileira no México para o ensino da língua do Brasil, pode ser parafraseado pela relação entre (12’a) e (12’b):

Paráfrases (12’)		Trecho apresentado nos recorte (10) e sua relação com o recorte (12)	
(12’a)	Ensina-se a língua do Brasil quando se ensina:	≅	(10) “ensino da Língua e Literatura do Brasil”
(12’b)	a língua portuguesa	≅	(12) “Ensino da Língua Portuguesa”:
	a língua de “autores brasileiros e portugueses” (MONTEIRO, 1939)	≅	(12) “Clóvis Monteiro – Antologia Brasileira”
	o idioma nacional	≅	(12) “Antenor Nascentes – O Idioma Nacional”
	o português do Brasil	≅	(12) “Renato Mendonça – O Português do Brasil”

Quadro 10: Paráfrases (12’) obtidas pela relação do recorte (12) (extraído lista de livros solicitados pela Embaixada do Brasil no México) com o propósito de ensino da língua e literatura do Brasil (indicado no recorte (10)).

Ensinar a língua do Brasil é, pois, ensinar português. Ensinar português é ensinar a língua nacional do Brasil. Em um anexo, por títulos de obras: é lá onde não se imaginaria que se silencia a história política da língua do Brasil ao mesmo tempo em que se justifica promovê-la internacionalmente; é nessa contradição que se promovia, então, o próprio Brasil. Devo ressaltar, aqui, que esse silêncio e essa contradição que marcam a promoção da identidade linguística internacional do Brasil mostram a força política dos instrumentos linguísticos (AUROUX, 1992). O processo de gramatização do português por brasileiros, mesmo – ou sobretudo – ao alimentar ideias quanto à unidade linguística entre duas nações, confere à gramática uma identidade política na qual se materializa uma janela

de possibilidade para a constituição do Brasil e do brasileiro no espaço internacional. Trata-se, evidentemente, de um desdobramento, no cenário internacional, da gramatização, tal como destacada por Orlandi (2000, p. 28):

A gramatização do português do Brasil, mais do que um processo de construção de um saber sobre a língua nacional, tem como consequência algo mais substancial e definidor: a constituição de um sujeito nacional, de um cidadão brasileiro com sua língua própria, visível na gramática. São processos de individualização que são desencadeados: individualiza-se o país, individualiza-se seu saber, individualiza-se seu sujeito político e social.

Ao deslocar os manuais de ensino de língua, enquanto instrumentos linguísticos, de seu lugar de “objeto histórico disponível para a sociedade brasileira” (ORLANDI, 2000, p. 27) para o espaço de outros Estados, sobretudo com fins de ensino da língua do Brasil para não-brasileiros, fica reiterado o lugar desses manuais na construção e representação da unidade e da identidade Língua/Nação/Estado (ORLANDI, 2000). Vejo, nesse deslocamento, a materialização de outra face da política de línguas do Estado brasileiro: dar visibilidade à língua não só por seus falantes, nem apenas pela figura de um professor que a ensine, mas pela própria forma material que a língua assume, imaginariamente, por diferentes autores: trabalha-se o sensível do mundo por um princípio que torna a própria língua um objeto capaz de modificar uma ordem pré-estabelecida, pois a língua que abre as portas das relações exteriores é também a “língua imaginária”⁴² (ORLANDI, 2008, 2009) isto é,

a língua sistema, a que os analistas fixam em suas regras e fórmulas, em suas sistematizações, são artefatos (simulacros) que os analista de linguagem têm produzido ao longo de sua história (...). Objetos-ficção que nem por isso deixam de ter existência e

⁴² Em contraparte a essa língua imaginária, há a língua fluida, “aquela que não se deixa imobilizar nas redes dos sistemas e das fórmulas” (ORLANDI, 2008, p. 86).

funcionam com seus efeitos no real. São as línguas-sistemas, normas, coerções, as línguas-instituição, estáveis em sua unidade e variações (ORLANDI, 2009, p. 18).

Assim, os manuais de ensino, tanto quanto a gramática e o dicionário, se consolidam como objetos histórico que tornam mais palpável, sensível e fácil, ao estrangeiro, perceber que no Brasil se fala uma língua que, de tão conhecida e estudada, merece outras portas para circulação: enquanto livro impresso, os manuais são também a própria forma de uma política de língua que “impõe, então, a constituição de um espaço ilimitado no qual cada idioma, liberado da variação geográfica, se torna um isótopo” (AUROUX, 1992, p. 52).

Se reconheço o deslocamento dos papéis dos instrumentos linguísticos produzidos no Brasil como uma política de Estado, devo pontuar, contudo, que a forma dessa política demonstra, mais uma vez, um aspecto ainda sem grande vigor, sobretudo porque os livros solicitados pela embaixada brasileira no México foram pensados essencialmente enquanto produção intelectual destinada ao ensino do português para falantes brasileiros do português. Se isso não inviabilizava que eles pudessem circular e servir ao ensino do português do Brasil a falantes de outras línguas, isso ao menos mostra que, em 1942, a política de “expansão do idioma” do Estado brasileiro estava ainda desarticulada: nota-se, até então, um descompasso entre a oportunidade de nomeação de uma posição docente brasileiro para ensino da língua do Brasil e a demanda/oportunidade de uma concomitante “instrumentalização brasileira do português como língua estrangeira” (DINIZ, 2010). Essa desarticulação é, para mim, um acontecimento que projeta o próprio futuro dessa instrumentalização, que começaria nas décadas de 1950 e 1960 e ganharia força efetiva apenas a partir do final da década de 1980 (DINIZ, 2010). Diria, aliás, que essa projeção de futuro é mais uma prova de que “As causas que agem sobre o desenvolvimento dos saberes linguísticos são extremamente complexas”, entre as quais “Pode-se notar conjuntamente: a administração de grandes Estados, a literarização dos idiomas e sua relação com a identidade nacional (...)” (AUROUX, 1992, p. 28).

Antes de passarmos a outro documento, destaco que (12) nos põe também em outra direção de sentidos: aquela em que o Estado chancela a produção de alguns intelectuais – em detrimento de outros – que tratam da língua do Brasil e, nessa medida, os credencia a falar sobre o ensino dessa língua. Trata-se, no fundo, de uma prática de alistamento, isto é, de uma prática, decorrente de uma dada conjuntura histórica, de acolhimento de adeptos – voluntários ou involuntários – em nome de uma causa/razão, de Estado, no caso. No limite, em (12) vemos o alistamento de indivíduos, das ciências que esses representam e das instituições de onde falam, em nome de uma razão de Estado. Considero, pois, que (12) é significado também pelas paráfrases abaixo:

Paráfrases (12'')		Trecho apresentado nos recorte (10) e sua relação com o recorte (12)
(12''a)	Autores que ensinam a língua do Brasil e produzem conhecimento sobre ela:	(10) “ensino da Língua e Literatura do Brasil”
(12''b)	Clóvis Monteiro, Antenor Nascentes e Renato Mendonça.	(12) “Clóvis Monteiro – Antologia Brasileira” “Antenor Nascentes – O Idioma Nacional” “Renato Mendonça – O Português do Brasil”

Quadro 11: Paráfrases (12'') obtidas pela relação do recorte (12) (extraído lista de livros solicitados pela Embaixada do Brasil no México) com o propósito de ensino da língua e literatura do Brasil (indicado no recorte (10)).

Na articulação dos elementos presentes em (12''b), esses significam por uma natureza única, de modo que (12''b) é também uma reescrituração de (12''a): Clóvis Monteiro, Antenor Nascentes e Renato Mendonça são “autores que ensinam a língua do Brasil e produzem conhecimento sobre ela” (12''a). Entre (12''a) e (12''b), há uma relação tal em que os constituintes de (12''b) expandem e especificam quem são os “autores” mencionados em (12''a). Resumidamente, (12''b) põe em contato três constituintes, coordena-os e os acumula para significar uma unidade já apresentada em (12''a), o que nos autoriza a ver em (12) uma enumeração. Isso nos direciona a outros lugares onde se

observam as políticas do Estado e, conseqüentemente, seus outros modos de fazer política de língua: primeiro, o acolhimento da ciência pelo lugar do cientista; de minha perspectiva, essa primeira face da política consiste em uma prática de alistamento de indivíduos em virtude do lugar social que ocupam e do interesse que esse lugar representa para o Estado; em segundo lugar, interessa-me especificamente uma história latente em (12''b): outra história política, mas que passa então por uma relação institucional.

A história latente em (12''b) conjuga Clóvis Monteiro, Antenor Nascentes e Renato Mendonça como significados por outra natureza: a de professores do Colégio Pedro II. Se as contradições da história não deixam de ser significadas, as coincidências – não mais que apagamentos das próprias contradições – muito menos: antes de tudo, pois, (12) nos direciona para o lugar onde se reconhece o papel da instituição escolar na produção de um conhecimento linguístico. Sem esse conhecimento, afinal, o Estado não pode administrar, no cenário doméstico, suas políticas de língua e, tampouco, pode se posicionar científica e politicamente no cenário internacional. No fundo, (12) nos direciona ainda ao Colégio Pedro II⁴³ como instituição específica onde se pensar a produção de conhecimento que caucionaria a identidade do Brasil e de sua língua. No limite, a história nos autoriza a dizer que (12) significa também pela chancela do Estado a uma instituição específica:

Paráfrase (12''')	Trecho apresentado nos recorte (10) e sua relação com o recorte (12)		
(12''') Há um lugar brasileiro onde se ensina a língua do Brasil: o Colégio Pedro II.	(10) “ensino da Língua e Literatura do Brasil” / (12) "Clóvis Monteiro" "Antenor Nascentes" "Renato Mendonça" <table style="display: inline-table; vertical-align: middle; margin-left: 10px;"> <tr> <td style="font-size: 2em;">}</td> <td>professores do Colégio Pedro II</td> </tr> </table>	}	professores do Colégio Pedro II
}	professores do Colégio Pedro II		

Quadro 12: Paráfrase (12''') obtida pela relação dos autores mencionados no recorte (12) (extraído lista de livros solicitados pela Embaixada do Brasil no México) com o Colégio Pedro II e com o ensino da língua do Brasil.

⁴³ O Colégio Pedro II exerce, até então, o papel que viria a ser ocupado, mais tarde, pelas universidades, com a consolidação das pesquisas desenvolvidas nos cursos de Letras fundados na década de 1930. Até que as pesquisas desenvolvidas nas unidades viessem a ter forte representatividade, o Colégio Pedro II manteve-se como a instituição capaz de representar o conhecimento sobre a língua, sobretudo no que diz respeito à língua nacional. O Colégio Pedro II é, até o período em análise, um lugar de “conhecimento legítimo, da garantia da unidade linguística (nacional) (...)” (ORLANDI, 2013, p. 201).

Todo o percurso semântico que propus a partir de (12) nos permite perceber que uma política de língua, mesmo que direcionada para as relações exteriores, não se faz sem uma conjuntura interna do Estado – por suas instituições e pelos indivíduos que a representam. Ao mesmo tempo, é um percurso que põe em evidência “a relação da linguagem com o que está fora dela, mas sem o que ela não significa” (GUIMARÃES, 2009, p. 49); eu diria, aliás, que põe em evidência, especialmente, o papel da história nos processos de significação. Mais ainda: esse percurso nos mostra os elementos que Guimarães (2004) considera como fundamentais para a constituição de uma história das ideias: as instituições, os acontecimentos que determinam a produção do conhecimento nessas instituições – no caso em análise, o próprio alistamento desse conhecimento e dessas instituições em nome de uma razão de Estado – e as obras que apresentam o conhecimento produzido.

Enquanto conduta no cenário político internacional, o que temos visto sobre a atuação do Brasil no México nos faria interpretar uma atuação minimamente mais ativa do Ministério das Relações Exteriores: mesmo à custa de silenciamentos e de um gesto de autoridade sobre a identidade da língua do Brasil, houve uma oportunidade de representação da nação que, ainda que fragilmente aproveitada, pôs em cena elementos novos: o saber do brasileiro sobre sua língua, a capacidade do brasileiro de ensiná-la e, por fim, a própria circulação internacional de obras brasileiras que representam o saber sobre a língua. Destaco, sobretudo, que a designação de Renato Mendonça para ministrar o curso de “Introdução à língua e à literatura do Brasil” é um gesto que potencializa a representação da nação pelo entrecruzamento de lugares sociais deste instrutor: como filólogo, é alguém que pode falar do lugar do saber sobre a língua; por sua relação com o Colégio Pedro II, pode também parecer representar o conjunto das instituições domésticas; sua relação com essa instituição escolar significa também enquanto forma de alistá-la por fazer reconhecer nela uma voz pela qual fala o Brasil; além disso, é alguém que, como membro do corpo diplomático, também pode falar com propriedade dos interesses políticos do Estado. Em um só gesto, ciência e política muito bem conjugadas. Ainda que a unidade linguística entre

Brasil e Portugal estivesse sempre reconhecida, o saber sobre a língua se apresentava como brasileiro e esteve sempre presente o reconhecimento de que há um português próprio, “do Brasil”, a ser representado. A figura de Renato Mendonça representa, assim, outra forma de expressão do gesto de deslocamento dos gramáticos brasileiros do século XIX, gesto através do qual o Brasil, perante a comunidade internacional, outorgava-se a “a autoridade de dizer *como* é essa língua [portuguesa, do Brasil]” (ORLANDI, 2000, p. 27, grifo da autora). Nesse gesto, gramáticos brasileiros, instituições como o Colégio Pedro II e o próprio Estado brasileiro, ao mesmo tempo, passam a “ter um lugar de responsabilidade (...) intelectual e [a] ter uma posição de autoridade em relação à singularidade do português do Brasil” (ORLANDI, 2000, p. 27).

A história, entretanto, também é outra: se o Brasil reconhece a unidade linguística com Portugal, não é insustentável que esse reclame seu lugar. E o faz justamente quando, no curso ministrado por Renato Mendonça, cria-se um ciclo de palestras especificamente sobre o Brasil. Vejamos o convite para esse evento (cf. anexo 12):

(13) La Embajada del Brasil y la Universidad Nacional del México tienen el honor de invitar a usted a las siguientes conferencias sobre el Brasil, que serán dadas en el curso de Portugués y Literatura Brasileña a cargo del Prof. Renato de Mendonça, en el Salón de Actos de la Escuela de Verano, Edificio de los Mascarones, Ribero de San Cosme 71:

Miércoles	23 de Julio	<<Los tres más grandes poetas del Brasil>> por el Dr. A. Bueno do Prado, Ministro Consejero de la Embajada del Brasil. A las 12 horas en punto.
Lunes	26 de Julio	<<Camoens y Los Lusíadas>> por el Dr. José do Santos Taveira, Encargado de Negocios de Portugal. A las 10 horas en punto.
Lunes	2 de Agosto	<<Impresiones del Brasil Moderno>> por el Dr. Pablo Campos Ortiz, Director General de Asuntos Políticos de la Sria. De Relaciones Exteriores. A las 10 horas en punto.

Figura 9: Convite para "Conferências sobre o Brasil".

mais detidamente o primeiro constituinte do nome do curso de Renato Mendonça que vimos em (10) com o nome de seu livro:

(13b)	Língua	[do Brasil]	(constituente do nome do curso)
	↓	↓	
O	Português	do Brasil	(título do livro de Renato Mendonça)

Português é língua. Parece-me, aqui, que a preterição de um título como “A língua portuguesa do Brasil” decorra do fato de que, linguisticamente, ele pudesse deslizar para uma construção histórica e politicamente insustentável – “A língua de Portugal do Brasil”. Assim, o litígio semântico instalado em uma construção como essa última faz Português não qualificar língua, mas significar a própria língua, numa relação de sinonímia. Levada a cabo na reescrituração do título do curso ministrado na Universidade Nacional do México, essa sinonímia torna homônimas a língua do Brasil e de Portugal, pois permite identificá-las sob o mesmo nome, “Português”; essa sinonímia funciona como precedente histórico, como memorável para apagar as diferenças entre a língua de Portugal e a língua do Brasil e, ao mesmo tempo, para dar lugar ainda mais seguro a Portugal, mesmo que a conferência se propusesse a tratar do Brasil. A contradição histórica reside na própria língua.

Vejamos que o conflito de interesses entre Portugal e Brasil está instaurado neste convite, neste texto. Soçobradas as diferenças linguísticas entre os dois países, ainda que por motivos outros que não os que supusemos, o curso ainda se propõe a tratar da “Literatura Brasileira”. Onde resiste o gesto emancipatório, resiste o gesto político que dilui o que é de Portugal entre o que é do Brasil; observemos que a conferência de 26 de julho, do Dr. José do Santos Tavares, Encarregado de Negócios de Portugal, encerra na “Literatura Brasileira” o autor e a obra mais representativos da produção literária portuguesa: “Camoens y Los Lusíadas”. Trata-se, para mim, de um desentendimento político, diplomaticamente atenuado, pela performatividade do Estado brasileiro que, com a

Universidade Nacional do México, ainda convida e empresta a voz. Vejamos a configuração do Locutor do convite em (10c):

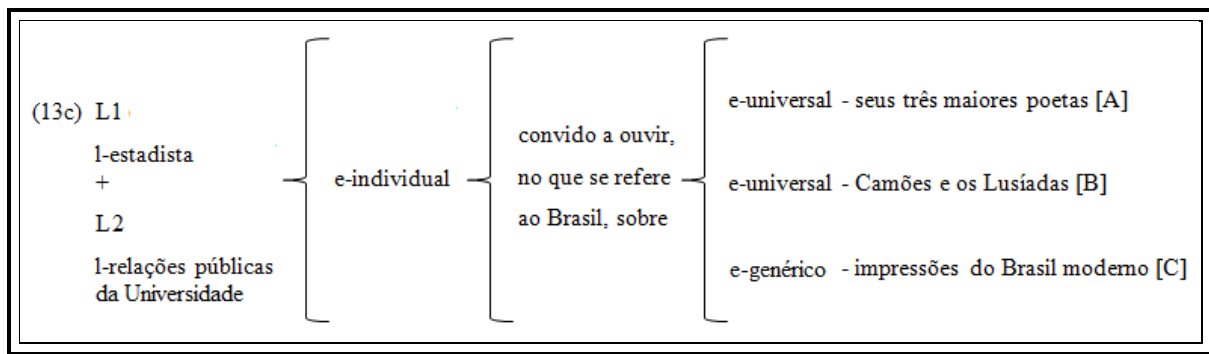


Figura 10: Divisão do Locutor do convite para as "Conferências sobre o Brasil".

Por (13c)⁴⁴ observamos dois Locutores que, juntos, convidam, mas de lugares sociais distintos: a embaixada convida enquanto agenciada em um lugar de estadista e a Universidade convida pelo lugar de relações públicas de quem produz e/ou divulga um conhecimento⁴⁵. Ora, esse lugar social de onde fala o Locutor nem sempre é evidente, único e, tampouco, o mesmo, pois é sempre efeito do acontecimento da enunciação: não é evidente, por exemplo, que uma universidade – mesmo por se tratar não de uma pessoa, mas de uma instituição – fale enquanto relações públicas de uma instituição de ensino. Entende-se, pois, que “no acontecimento da enunciação há sempre uma disparidade constitutiva do Locutor e do locutor-x, uma disparidade entre o presente do Locutor e a temporalidade do acontecimento” (GUIMARÃES, 2005, p. 24).

A divisão do Locutor serve-nos aqui para demonstrar que, na polifonia que constitui o convite ao ciclo de conferências, o enunciador-universal que diz [B] – ainda que esse [B] possa ser questionado quanto à referência ao Brasil – o faz sob a voz da

⁴⁴ Para configurar (13c) considero o convite como acontecimento. Poderia, seguramente, analisar cada conferência como acontecimentos distintos e analisar a constituição específica de cada um dos conferencistas. Ainda assim, porém, as conferências estariam, em última instância, sob a performatividade da Embaixada brasileira.

⁴⁵ A Universidade desempenha, no caso, um papel fundamental tanto no que diz respeito à “expansão do idioma” quanto à “cooperação intelectual”. Entendo que esta seja uma das razões pelas quais os dois termos tenham aparecido num mesmo lote de documentos do Arquivo Histórico e Diplomático do Itamaraty.

Embaixada brasileira e da Universidade Nacional do México. Dessa forma, se entendemos que a argumentação é o processo pelo qual o Locutor apresenta ao Alocutário, como necessária, uma relação de sentidos que orienta a direção do dizer, a Embaixada é posta a apresentar como inquestionável mesmo o que parece contraditório: a pertinência de Camões e *Os Lusíadas* como algo que representa o Estado brasileiro nas “Conferências sobre o Brasil”. Negar a pertinência de Camões e *Os Lusíadas* como algo que represente o Brasil significaria, para a Embaixada, a possibilidade de comprometer a sustentação de sua imagem perante o Alocutário. De outro modo: ou a Embaixada reitera [B] como argumento constituinte do Brasil ou nega [B] – mesmo que fora do acontecimento analisado –, compromete sua lugar social como órgão de Estado, instala uma dúvida também sobre os demais argumentos e, conseqüentemente, sobre o próprio Brasil, e abre a possibilidade para um incidente diplomático com Portugal. Como (13c) deixa evidente, não há marcas que coloquem [B] em posição preterida: no limite, a voz do Brasil reitera, no cenário internacional, sua ainda subordinação política a Portugal.

Resta, pois, tentar compreender como Portugal figura no convite analisado promovendo um movimento aparentemente contrário aos esforços do Estado brasileiro no que diz respeito à promoção da nação, com sua língua e literatura próprias. Para isso, proponho um breve parêntese que mostre como as relações internacionais dialogam com a conjuntura interna do Brasil na época: tratamos de um período da história brasileira marcado por um amplo movimento nacionalista que trabalhou incisivamente sobre comunidades imigrantes, inclusive censurando-lhes o emprego, em território brasileiro, das línguas nacionais dos países de onde vieram. Conforme Payer (2001, p. 238),

Na perspectiva do Estado, o que essa censura interditava era algo que se lhe apresentava como outra(s) língua(s) nacional(is) no território brasileiro, que o ameaçava(m), não simplesmente por sua presença, mas pelo embate político com a imagem de outros sujeitos nacionais a que elas remetiam.

A política de línguas era, então, uma fração de uma política de Estado cujo objetivo central era o trabalho estético de apagamento de tudo que pudesse representar um Brasil não idêntico a si mesmo. Interditar a língua do estrangeiro era interditar a *aparência* de um Brasil não nacional por vias de qualquer eventual *aparência*/presença de uma língua não nacional.

Nesse sentido, a participação da força operária imigrante nos movimentos sindicais e políticos – sobretudo de natureza anarquista, socialista e comunista –, bem como seus projetos educacionais que poriam em xeque a unidade nacional (PAYER, 2001), fez com que o Estado brasileiro não poupasse esforços e meios de nacionalização. Destacaria, entre esses esforços e meios, as “técnicas de nacionalização dos imigrantes”, que se constituíram, ainda segundo Payer (2009, p. 48),

como técnicas de formar bons brasileiros lá onde a massa que havia era imigrantes-corpos estrangeiros e recém-chegados ao Brasil, e falantes de outra língua. O processo de nacionalização dos imigrantes realizou-se em meio à disputa de interpretações, junto à produção de imagens: a imagem (e o sujeito, a “posição-sujeito”) do “nacional” e em contrapartida o apagamento da imagem (e da posição-sujeito) imigrante-estrangeiro. Tratava-se de transformar, pelas vias do discurso político, educacional e jurídico, a população estrangeira – “corpos” – tomada de modo físico (“*braços* para a lavoura...”, “substituição de *mão de obra* escrava...”) – em uma população de nacionais, de “bons brasileiros”, conforme os discursos de Vargas. Os imigrantes interessavam enquanto corpos que trabalham – indivíduos no campo da ação – e para que funcionassem como indivíduos do Estado brasileiro era preciso fazê-los “vestir a camisa” verde-amarela. (grifos da autora)

Toda a força contra o lugar social de imigrante foi, então, uma investida potencial do período da ditadura de Getúlio Vargas. Apesar de todo nacionalismo que se possa reconhecer em seu governo, Vargas, em seu discurso de formatura na Faculdade de Direito de Porto Alegre, em 1907, nos deixa um importante lugar onde ler como a língua,

mesmo por sua força na articulação dos movimentos nacionais, é ainda uma língua designada no lugar da história, do argumento que relaciona o Brasil ao seu passado (colonial):

Os povos se desnacionalizam por causas complexas como a preeminência da língua, da cultura, dos costumes e tradições, pelo numero dos invasores, pela diversidade de ideas e sentimentos doutro povo. [...]

Deve ser, porém de rigor ensinar-se a *língua nacional* que no conceito de Novocow - é a *synthese expontanea* das facultades mentaes d'um povo. Dessa riquissima *língua portugueza* cuja grande plasticidade de expressão formou escriptores ao molde de Ruy Barbosa, Euclýdes da Cunha, Raul Pompeia e Machado de Assis, manejando a penna como quem trabalhasse a burl formas estatuarias. É em essa *argamassa que havemos de plasmar a nossa nacionalidade vindoura, integra e poderosa*. Os velhos sonhos da raça, os fundos desejos da personalidade *não se esbaterão de encontro a rigida impassibilidade da esphynge do futuro scindindo a ligação com o passado*. (VARGAS, 1907, grifos meus)

Mesmo aquele em que reconheceríamos um governo com forte propagação de ideias nacionalistas significa a “língua nacional” do Brasil como “língua portugueza”. Assim, o que Vargas anunciava como “invasores” eram aqueles que “ameaçavam” a língua nacional e, conseqüentemente, a língua portuguesa. “Invasores”, aliás, – aqueles que poderiam “desnacionalizar um povo” por influência de sua língua – é um termo que aparece reescrito, mais tarde, no período de seu governo, no Decreto-Lei nº 383 (cf. anexo 13), de 18 de abril de 1938, por “estrangeiros”, como vemos no caput do decreto, que “Veda a *estrangeiros* a atividade política no Brasil e dá outras providências” (BRASIL, 1938, grifo meu). Com origem no Ministério da Justiça e Negócios Exteriores e sob a chancela do então Ministro da Justiça, Francisco Campos, esse decreto

vetou aos *estrangeiros* a atividade política no Brasil. O mesmo Decreto determinou diversas providências, e penalidades, para

manter os alienígenas fora dos assuntos da política interna do nosso país, interditando-lhes organizarem ou tomarem parte em desfiles, passeatas, comícios ou reuniões; usarem bandeiras, uniformes, distintivos, insígnias ou símbolos de partidos políticos estrangeiros ou empregarem qualquer forma de publicidade, ou de difusão, de idéias, normas de ação ou programas de partidos políticos estrangeiros. (CASTRO, 2009, p. 386, grifo meu)

A ameaça à língua nacional eram, assim, os estrangeiros. Se o discurso de Vargas apresenta a língua tanto como um instrumento político na constituição de uma nação quanto também um meio de desconstruí-la, entende-se como, no Decreto-Lei nº 383, ele legitima a restrição às línguas de outros países nas comunidades de imigrantes. A língua, para Vargas, é uma “atividade política” no sentido posto pelo Decreto-Lei. O que, no dizer de Castro (2009) sobre esse Decreto, aparece como “forma de publicidade, ou de difusão, de ideias, normas de ação” é uma reescritura, por expansão, em relação de especificação, do que Vargas anunciava, em seu discurso de formatura, como as “causas complexas” pelas quais os povos se desnacionalizariam.

Frente a essa conjuntura doméstica, tomo ainda em conta o fato de que o governo ditatorial de Vargas precisava se legitimar no cenário internacional, justamente porque se tratava de um momento em que as grandes potências democráticas se opunham a governos totalitaristas. Devo considerar, assim, que a política de línguas no exterior não deixa de ser afetada pela característica que determinaria a política externa entre 1930-1945, período em que “o governo brasileiro adotou uma orientação pragmática; tratou de negociar com quem lhe oferecesse melhores condições de tirar vantagem entre as grandes potências” (FAUSTO, 2008, p. 209). O pragmatismo de Vargas tinha, então, duas razões: uma primeira, histórica, que significava, para ele, como implícito, a língua nacional como língua portuguesa; a segunda, o fato de que o reconhecimento de seu governo dependia em boa parte de ceder espaço, no cenário internacional, quando necessário. Assim, retomando a presença de Portugal nas conferências sobre o Brasil no México, considero que o espaço cedido à nação portuguesa não é, ainda, para o governo Vargas, uma ameaça estrangeira. Ao contrário, é exatamente por esse espaço cedido que Vargas tinha ainda mais argumentos

para sua política de língua: ao dar voz a Portugal no exterior, a ditadura Vargas recobrava a língua portuguesa como argumento de que “os velhos sonhos da raça, os fundos desejos da personalidade” não se dariam “scindindo a ligação com o passado”, mas justamente ao fazer dessa língua a “argamassa que have[ria] de plasmar a nossa nacionalidade vindoura, integra e poderosa” (VARGAS, 1907). Grosso modo, o espaço de Portugal significa a busca de uma legitimidade política no cenário internacional – legitimidade conquistada de formas diferentes em outros países⁴⁶ – e a potencialização de acordos⁴⁷ que tornariam definitivamente a língua portuguesa a “argamassa da nacionalidade” da “esphyngue do futuro” (VARGAS, 1907).

Todo esse percurso histórico que propus por conta de entender (13) chama a atenção para os meios pelos quais se pode fazer política de línguas – por cursos, pelo mercado editorial e por conferências de divulgação – e pelas formas que a tornam, na prática, pouco eficazes. Mais ainda, conhecemos por (13) como a história (e a linguagem), senão por interpretação, senão significada, não pode se constituir como efetivo lugar de observação da dinâmica social e política e, tampouco, como caminho para uma independência crítica daqueles que por ela se interessam. Façamos mais uma escala, agora na América Central, e vejamos, na República Dominicana, outras formas das políticas de língua.

4.1.3 Brasil – República Dominicana

Terminamos nossa passagem pelo México observando que a língua pode funcionar como objeto de um trabalho político das relações exteriores. Meu interesse agora com esta escala na República Dominicana é compreender ainda mais esse (outro) funcionamento das línguas. Vejamos, primeiramente, a carta aos presidentes das câmaras

⁴⁶ Veja-se, por exemplo, a análise que proponho, adiante, da política de línguas na República Dominicana.

⁴⁷ Lembremos que, apesar do acordo ortográfico de 1931 entre Brasil e Portugal, os dois países mantiveram seus próprios vocabulários ortográficos, o que motivaria, então, a tentativa de um novo acordo entre 1943 e 1945.

legislativas enviada por Rafael L. Trujillo (cf. anexo 14), general que, em 1942, conduzia a República Dominicana sob um governo ditatorial, tal como Getúlio Vargas no Brasil.

(14) “el conocimiento del idioma es uno de los médios más eficaces para el estrechamiento de las relaciones individuales y colectivas que requiere la reciproca y cabal comprensión que debe existir en la vida de relación de estos pueblos fraternos” [...]

“Guiado por esos nobles propósitos, desco señalar a la atención de ustedes que en el Brasil existen más de cuarenta millones de hermanos en el ideal americano, que hablan el idioma portugués, y que esa noble nación, por su preclara tradición americanista y por la emuladora actitud que há asumido en estos aciagos momentos en que se encuentra en juego el porvenir de nuestro Continente, ha dado a la solidaridad americana, uno de los más desinteresados y generosos aportes, que a través de la historia haya podido recibir”

Trujillo direciona-se às câmaras legislativas solicitando a aprovação de um projeto de instituição obrigatória do ensino do Português nas escolas dominicanas. Observemos algumas reescrituras presentes em (14): “idioma” aparece reescriturado na articulação apositiva “idioma portugués”, fazendo com que “idioma” determine o sentido de “portugués”; a expressão “relaciones individuales y colectivas” presente em “el estrechamiento de las relaciones individuales y colectivas” aparece reescriturada, por elipse, em “[las relaciones individuales y colectivas] requiere[n] la reciproca y cabal comprensión”; “comprensión”, por sua vez, é reescriturado, também por elipse, em “[comprensión] debe existir en la vida de relación de estos pueblos fraternos”; “Brasil” é reescriturado, por substituição, em relação de sinonímia, por “esa noble nación” e, por elipse, em “[Brasil] há asumido em estos aciagos momentos em que se encuentra em juego el porvenir de nuestro Continente”. Mais ainda: como Trujillo se dirige às câmaras legislativas dominicanas para tratar da relação entre a República Dominicana e o Brasil e se refere aos brasileiros como “hermanos”, fica implícito que a expressão “estos pueblos fraternos” se refere a brasileiros e dominicanos. Com isso, podemos ver os argumentos de Trujillo em (14) pelas paráfrases abaixo:

Paráfrases (14a) a (14g)	Trecho do enunciado apresentado no recorte (14)
(14a) O conhecimento de um idioma é um dos meios mais eficazes para o estreitamento de relações individuais e coletivas.	IR “el conocimiento del idioma es uno de los medios más eficaces para el estrechamiento de las relaciones individuales y colectivas...”
(14b) Essas relações requerem recíproca e completa compreensão.	IR “... las relaciones individuales y colectivas que requiere la reciproca y cabal comprensión...”
(14c) Povos fraternos precisam dessa compreensão.	IR “... comprensión que debe existir en la vida de relación de estos pueblos fraternos”.
(14d) Os povos brasileiros e dominicanos são povos fraternos;	
(14e) O Brasil tem mais de quarenta milhões de irmãos sob o ideal americano;	IR “... en el Brasil existen más de cuarenta millones de hermanos en el ideal americano, que hablan el idioma portugués...”
(14f) O Brasil tem mais de quarenta milhões de falantes do idioma português;	
(14g) Esse país tem se empenhado, de forma desinteressada e generosa, nestes momentos fatídicos que ameaçam o futuro do continente.	IR “...esa noble nación, por su preclara tradición americanista y por la emuladora actitud que há asumido en estos aciagos momentos en que se encuentra en juego el porvenir de nuestro Continente, ha dado a la solidaridad americana, uno de los más desinteresados y generosos aportes, que a través de la historia haya podido recibir”

Quadro 13: Paráfrases do recorte (14), extraído da *Carta a los Presidentes de las Cámaras legislativas*, escrita em 1942 pelo general e governante da República Dominicana, Rafael L. Trujillo.

Pelo conjunto de paráfrases acima, observamos que “idioma”, apresentado genericamente em (14a), é reescriturado por especificação como “idioma português” em (14f). Dessa forma, o potencial para estreitamento de relações recai sobre o idioma português, falado por um grande número de pessoas que compartilham um ideal americanista. Pensarmos (14a-f) como argumentos para a instituição do português nas escolas dominicanas não seria, mesmo hoje, qualquer surpresa: o conhecimento de outras línguas permite relações com outros povos e, quando estas já existem, esse conhecimento vale como prova de maior aproximação e de partilha de valores. De outro lado, porém, sem

uma história bem contada, é difícil imaginar (14g) como argumento que dê, por si só, uma diretividade necessária para a uma conclusão que trate da obrigatoriedade do ensino de uma língua. Parece-me, então, que “empenho” e “momentos fatídicos” reclamam uma história que os faça significar e, conseqüentemente, direcionar (14g) para a conclusão pela obrigatoriedade do ensino do idioma português em escolas dominicanas. A carta de Trujillo reclama uma interpretação que faça (14g) significar na relação com a conclusão e com os demais argumentos com que se relaciona.

É a segunda guerra mundial que nos põe a par dos “momentos fatídicos”. A entrada do Brasil na guerra, em agosto de 1942, dá alguma luz ao empenho a que Trujillo se refere. O que não se conta por esse argumento é que o empenho do Brasil não foi necessariamente desinteressado e, tampouco, generoso: as grandes potências aliadas contra a expansão do nazismo e outros regimes totalitaristas na Europa reivindicaram por muito tempo um posicionamento do Brasil na guerra; o pragmatismo do governo brasileiro, conduzido por Vargas – que, como vimos, procurava “negociar com quem lhe oferecesse melhores condições de tirar vantagem entre as grandes potências” (FAUSTO, 2008, p. 209) –, mesmo em momentos fatídicos, só o fez entrar no conflito mundial quando essas potências se dispuseram a fazer acordos econômicos, a investir em indústrias brasileiras e a contribuir na reabilitação militar do país. É, mais uma vez, o silenciamento político na história que faz sentido e permite que (14g) signifique o “Brasil” enquanto “povo fraterno”. Povo fraterno que fala uma língua; língua que merece ser ensinada.

Sem contras, os argumentos listados nas paráfrases de (14) funcionam todos numa mesma direção argumentativa. Há que se reconhecer, contudo, que (14a) argumenta ao mesmo tempo em que põe em questão o objeto da carta: um idioma. Esse idioma, porém, só é explicitado em (14f), quando se encerra o argumento do número de falantes como evidência de uma necessidade de que esses sejam entendidos em sua própria língua. Reconhecemos, assim, um truncamento entre todos os argumentos de (14a) a (14f) de modo que (14g) não pode ser intercalado entre eles e, tampouco, pode ser utilizado como argumento inicial. Se sumarizarmos as paráfrases de (14a) a (14f) tendo ainda em vista uma

conclusão pela instituição do ensino de português, podemos interpretar algo como disposto em (14’):

(14’) (11a-f) *Além disso* (11g): [O conhecimento do português é um meio eficaz de termos com os brasileiros uma relação fraterna]. *Além disso*, [O Brasil tem se empenhado, de forma desinteressada e generosa, nestes momentos fatídicos que ameaçam o futuro do continente].

Por (14’) percebemos que (14g) tem, no mínimo, a mesma força argumentativa que (14a-f). Essa força, contudo, não se sustenta sem uma disparidade, explicitada por “além disso”: esse articulador argumentativo, ainda que leve à conclusão pela inclusão do idioma português nas escolas dominicanas, também mostra como (14g) é um argumento específico, particularmente por estar fora de uma série que relaciona mais diretamente idiomas e povos. De qualquer forma, a cooperação na guerra vale, pois, tanto quanto qualquer outro argumento, o que nos leva a aspectos singularmente interessantes. Primeiramente, essa análise nos mostra que não há argumento que seja, *a priori*, preterido e nem, tampouco, um argumento evidentemente forte para sustentar uma conclusão: a argumentação e a validade de um argumento são constituídas na temporalidade própria do acontecimento enunciativo (GUIMARÃES, 2008). No plano das ideias linguísticas, vemos que a língua é uma questão da política externa: reconhecer uma língua e se predispor a ensiná-la vale como prova de crédito e de consideração por uma comunidade e por um Estado-Nação. No que diz respeito às políticas linguísticas, finalmente, colocamo-nos fora de qualquer posição que afaste a língua de outras razões de Estado, pois a solicitação de Trujillo toma como argumento a participação do Brasil na Segunda Grande Mundial para sustentar a instituição do ensino de português nas escolas dominicanas. Mesmo sob esse argumento, o Ministério fez difundir massivamente a carta de Trujillo entre as embaixadas e legações brasileiras, enfatizando o trecho analisado, destacando que as câmaras legislativas da República Dominicana encaminharam pedidos a outras nações da América para que tomassem a mesma medida de institucionalização obrigatória do ensino do português como prova de solidariedade ao Brasil e de seu prestígio internacional e,

sobretudo, solicitando empenho dos agentes diplomáticos para que essas outras nações empreendessem dispositivos análogos como prova de homenagem ao Brasil. A dimensão ética da política que se desenhava então tomava a dominação como valor (cf. ORLANDI, 1998): no caso específico, para a “expansão do idioma” vale a participação do país em uma guerra.

Digo, aliás, que as próprias línguas, senão em guerra, estão, no mínimo, sempre na tensão por seus limites e dos limites impostos a seus falantes. Em boa medida, é justamente isso que significa a própria política de línguas de cada Estado-Nação no cenário político internacional. Vejamos como isso se apresenta claramente no excerto abaixo, extraído de editorial do *La Nación* de 27 de novembro de 1942 (cf. anexo 15), ainda a propósito da medida proposta de Trujillo:

(15) “Las lenguas española, inglesa, francesa u portuguesa necesitan tener ambiente oficial común en los planes de estudios de cada país del Nuevo Mundo. Es un deber fundamental en esta familia de pueblos, y faltando sólo el portugués para que sea una realidad ese deber”.

Por (15) vemos claramente posta a questão da relação entre línguas e de suas desiguais distribuições. Reconhece-se que há um conjunto de línguas no “Novo Mundo”, mas se reconhece também que, no continente americano, a língua portuguesa estava hierarquicamente posta em preterição. Conceder um espaço à língua portuguesa vale, pois, de alguma forma, como afirmação do pertencimento dos falantes brasileiros de português à família de povos americanos. Vemos, pois, o político que atravessa a distribuição das línguas no cenário internacional, mas ainda assim historicamente atenuado: reconhece-se apenas o espanhol, o inglês, o francês e o português, em detrimento de quaisquer línguas indígenas de qualquer região da América e mesmo de qualquer outra língua que, por efeito de movimentos migratórios, pudessem figurar no continente. Dispor o português na série de

línguas então internacionalmente legitimadas⁴⁸ é pôr seus falantes no direito de dizer. Sumariamente, (15) evidencia a questão política que, segundo a perspectiva que tenho tomado para as análises, tratamos sob o conceito de espaço de enunciação.

Acompanhemos a descrição do recorte (15) por mais um parafraseamento, estratégia em que temos insistido em nossas análises como nosso “procedimento heurístico fundamental” (GUIMARÃES, 2009, p. 50):

Paráfrases (15a) a (15c)	Trecho do enunciado apresentado no recorte (15)
(15a) As línguas espanhola, inglesa, francesa e portuguesa necessitam de um ambiente oficial comum nos planos de estudos;	“Las lenguas española, inglesa, francesa u portuguesa necesitan tener ambiente oficial común en los planes de estudios de cada país del Nuevo Mundo”.
(15b) É dever dos povos do Novo Mundo criar esse ambiente;	“Las lenguas española, inglesa, francesa u portuguesa necesitan tener ambiente oficial común en los planes de estudios de cada país del Nuevo Mundo. Es un deber fundamental en esta familia de pueblos...”
(15c) Falta o português para que esse ambiente seja uma realidade.	“... faltando sólo el portugués para que sea una realidad ese deber”.

Quadro 14: Paráfrases do recorte (15), extraído do editorial do *La Nación* de 27 de novembro de 1942.

Pensando as paráfrases como argumentos que direcionam para a conclusão (r) “é necessário o ensino da língua portuguesa no Novo Mundo”, obtemos a representação (15’) abaixo:

⁴⁸ Reconhecemos essa legitimação apenas neste acontecimento enunciativo. Sobre o espaço de enunciação latino-americano em momentos mais recentes, ver Guimarães (1997).

(15) L - l-jornalista/político	e-genérico – (15a) -) r (é necessário o ensino da língua portuguesa no Novo Mundo) e-individual – (15b) -) r (é necessário o ensino da língua portuguesa no Novo Mundo) e-individual – (15c) -) r (é necessário o ensino da língua portuguesa no Novo Mundo)
-----------------------------------	--

Figura 11: Argumentação do Locutor do editorial do *La Nación* de 27 de novembro de 1942.

O que vemos pelas paráfrases acima é um Locutor que, ao mesmo tempo em que direciona seu dizer para uma necessidade do ensino da língua portuguesa em países do Novo Mundo (r), também deixa latente, pelo movimento decorrente de seu agenciamento enquanto jornalista (editorialista) e político – enquanto jornalista interessado por assuntos de interesse de Governo –, o sentido de que os povos do Novo Mundo falham em seu projeto de integração: no dizer do enunciador individual, a “falta” de (15c) é o comprometimento da realidade desejada. O dever dos povos do Novo Mundo não estava cumprido. Em linhas gerais, dialoga-se aí com uma conjuntura em que o discurso pan-americanista em nome da segurança dos povos tinha muita força – sobretudo pela guerra em curso. Esse discurso, levantado sobretudo pelos Estados Unidos, apontava como necessária a integração entre os países da América, mas silenciava quanto aos interesses materiais que a potência do norte tinha em cada um dos territórios próximos. Como o Brasil, sob o governo de Vargas, demorava a ceder a esse discurso, as nações irmãs aproveitavam a menor oportunidade para afagar as ideias mais correntes no discurso do governante brasileiro: a língua, como vimos em nossas últimas análises das políticas no México, parecia um porto seguro⁴⁹. O pedido de Trujillo fora encaminhado, pelas câmaras legislativas da própria República Dominicana, a diversas outras repúblicas americanas e, como mostra o próprio excerto de (15), ganhava repercussão na mídia como apelo internacional ao apontar o ponto de falha do Novo Mundo.

Resta observar, então, como o cenário internacional faz política de uma língua que lhe é “estranha”. Isso demandava que se mostrasse às nações americanas, em grande maioria ex-colônias espanholas, que o português não seria assim tão penoso e, tampouco, se considerada a história, consistiria em uma afronta à identidade nacional. Vejamos, então, o

⁴⁹ Ver, sobretudo, a análise do trecho (13) e o discurso do presidente Vargas.

recorte (16), extraído uma nota editorial do jornal *La Opinion* de 28 de novembro de 1942 (cf. anexo 16):

(16) “El portugués es una de las lenguas neolatinas derivadas del latín. Su aprendizaje es facilísimo para nosotros por la claridad de sus raíces y la conjugación de sus verbos. Muchos de los escritores castellanos se han referido a la facilidad con que han asimilado el portugués”.

“El portugués es fácil de aprender si antes se conocen los principios del castellano, que, naturalmente, no ignoran los estudiantes de los pueblos latinoamericanos. De ahí que estemos más que seguros del triunfo de los estudiantes dominicanos que tan pronto reciban las primeras nociones del bello idioma extraño, se darán cuenta de lo que decimos. No es idioma opuesto al nuestro ni siquiera en la pronunciación cuando ya se está algo avanzado en las primeras enseñanzas”.

Uma pretensa linguística histórica, contada muito a cortes, vem desmanchar fronteiras de línguas que, em (15), estavam bem separadas. Em nome do pan-americanismo, se convoca a história da latinidade. “O espaço de enunciação é um espaço político” (GUIMARÃES, 2005, p. 19): politicamente as línguas se dividem, politicamente elas também se misturam. Para o Estado brasileiro da época, seria possível dizer que o português é um idioma “extraño”, contanto que se dissesse que também é “bello”; seria possível aparentar as línguas, contanto que nisso o Brasil pudesse se promover.

5. A HISTÓRIA É MAIS ANTIGA: A CIRCULAR 231

A questão linguística do Brasil, especialmente no que diz respeito à nomeação de sua língua nacional, parece ter sido fortemente marcada pelas relações exteriores. A análise de documentos das relações exteriores com os Estados Unidos, o México e a República Dominicana nos coloca diante do fato de que houve uma pressão externa sobre a identidade linguística do Brasil, pressão essa que aparecia insistentemente pela memória da história colonial, a qual ligava Brasil a Portugal e, conseqüentemente, à língua portuguesa. Essa “pressão”, contudo, ainda que significasse uma barreira à emancipação – linguística e/ou literária – brasileira, significava também, contraditoriamente, uma janela de oportunidades para que o Brasil se constituísse enquanto Estado que pudesse integrar as partes do espaço comum já estabelecido nas relações exteriores.

O percurso que propus até então tem uma importância específica à medida que permite melhor ancorar a hipótese de que o Itamaraty tenha exercido papel fundamental na nomeação do idioma nacional do Brasil em 1946. Essa hipótese, porém, fica em suspenso se não olharmos também para a relação da política externa com a política doméstica do Estado brasileiro. Diante desse impasse, quero agora pensar o nome da língua como resultado de uma interação doméstico-internacional, trabalhando especialmente com a metáfora do “jogo de dois níveis” proposto por Putnam (2010, p. 151):

No nível nacional, os grupos domésticos perseguem seu interesse pressionando o governo a adotar políticas favoráveis a seus interesses e os políticos buscam o poder constituindo coalizões entre esses grupos. No nível internacional, os governos nacionais buscam maximizar suas próprias habilidades de satisfazer as pressões domésticas, enquanto minimizam as conseqüências adversas das evoluções externas. Nenhum dos dois jogos pode ser ignorado pelos tomadores de decisão, pois seus países permanecem ao mesmo tempo interdependentes e soberanos.

Para melhor entendermos essa metáfora, começo, primeiramente, por recuperar os autores e obras que representariam o Brasil e sua língua na Universidade Nacional do México:

- (12) “Ensino da Língua Portuguesa:
Clóvis Monteiro – Antologia Brasileira
Antenor Nascentes – O Idioma Nacional
“Renato Mendonça – O Português do Brasil”

Como procurei demonstrar anteriormente, Clóvis Monteiro, Antenor Nascentes e Renato Mendonça são significados também no lugar de professores de língua portuguesa, especialmente pelo deslizamento que confere às suas obras o caráter de ensino dessa língua. Mais ainda, a história os significa enquanto representantes de uma instituição doméstica, o Colégio Pedro II. Diria, assim, que (12) deixa entreaberto de modo singular uma forma de diálogo do Itamaraty com a sociedade brasileira: em (12) temos uma prática de alistamento dos autores Clóvis Monteiro, Antenor Nascentes e Renato Mendonça, bem como da instituição que representam na interior do país.

De minha perspectiva esse alistamento é particularmente eficaz se considerarmos, por exemplo, a relação de Renato Mendonça com o próprio ministério, enquanto secretário de Estado. Mais ainda, parece-me bastante significativo, para pensar esse alistamento, lembrarmos o fato de que Antenor Nascentes fora discípulo de Sousa da Silveira – membro da comissão que, em 1946, dera o parecer de que o nome do idioma nacional do Brasil seria língua portuguesa – e que ambos foram apresentados, direta ou indiretamente, enquanto ainda alunos do Colégio Pedro II, à língua do Brasil por José Júlio da Silva Ramos, João Batista Ribeiro e Manuel Said Ali. Nesse sentido, a prática de alistamento constitui-se como o próprio futuro (político) do início da gramatização do português do Brasil⁵⁰, instalando ainda, na memória da sociedade brasileira, a ideia de que

⁵⁰ Silva Ramos, João Ribeiro e Said Ali foram professores de Português, História e Alemão, respectivamente, no Colégio Pedro II. Os três autores, na relação com os estudos da linguagem, integram o segundo período dos estudos do português do Brasil (GUIMARÃES, 2004): Silva Ramos ao prefaciar a obra *Fatos da Língua*

se fala uma língua portuguesa. Mais ainda: a relação entre Antenor Nascentes e Sousa da Silveira, bem como a condição de Renato de Mendonça como secretário de Estado, é uma forma que o Estado tem de criar uma coalizão em um grupo diretamente envolvido com a questão da identidade linguística nacional e, assim, caucionar sua decisão sobre o nome da língua.

Devo considerar, então, que o Ministério das Relações Exteriores tem um papel central na nomeação do idioma não exclusivamente por seu olhar externo, mas por conciliar seu olhar externo a questões e práticas sobre a língua que vinham sendo postas no Brasil. No limite, o que aparecia como pressão externa nos acontecimentos nos Estados Unidos, no México e na República Dominicana tem outra razão na história, decorrente da relação do Itamaraty com o cenário doméstico, em especial com a conjuntura dos estudos da linguagem no Brasil até o início dos anos 1930, quando as pesquisas sobre linguagem no Brasil “estavam, até então, ligadas fundamentalmente à língua do Estado (Língua Nacional), a um padrão literário e ao ensino” (GUIMARÃES, 2004, p. 31). É essa conjuntura que cauciona a decisão da então Secretaria das Relações Exteriores de fazer com que o corpo diplomático no exterior agisse, “por todos os meios idoneos que as circunstancias lhe proporcionem, para a expansão e prestígio da lingua portuguesa”, conforme observamos na Circular 231 apresentada abaixo (cf. original no anexo 17):

Portuguesa (1916), de Mario Barreto; João Ribeiro por sua obra *Estudos Philologicos* (1884); e Said Ali por obras como, por exemplo, *Difficuldades da Lingua Portuguesa* (1908).

Secretaria de Estado das Relações Exteriores

Circular nº 231

(Para ser expedida aos srs. chefes de missão, e aos que foram nomeados para representar o paiz em assembleas internacionais):

Índice: Expansão e prestígio da língua portugueza

O Ministério das Relações Exteriores recomenda a Vossa Excellencia que, no desempenho das funções de representante do Brasil, procure cooperar, por todos os meios idoneos que as circunstancias lhe proporcionem, para a expansão e prestígio da língua portugueza. Lembrando-se, no estrangeiro, do idioma, que é uma viva expressão do paiz, não deixará de estar Vossa Excellencia prestando o seu culto á Pátria.

Rio de Janeiro, 24 de maio de 1928.

Figura 12: Circular nº 231 da Secretaria de Estado das Relações Exteriores do Brasil

A língua que representa a pátria brasileira nas relações exteriores estava nomeada, já em 1928, como língua portuguesa. Por um lado, essa nomeação integra a temporalidade dos acontecimentos do segundo período de estudos linguísticos no Brasil na medida em que significa, *para a linguística*, a possibilidade de dizer *como* é a língua nacional. Por outro lado, significa também, *na política internacional*, a possibilidade de dizer *qual* é essa língua. Mais ainda: essa nomeação – porque vinculada diretamente a uma política de expansão do idioma e, portanto, a um trabalho do Estado nas relações exteriores – instala uma temporalidade que torna quase incontornável uma política do silêncio (ORLANDI, 1992) sobre o debate doméstico das décadas de 1930 e 1940 sobre a nomeação do idioma.

Olhar para esses dois lados – o passado e o futuro – da temporalidade da Circular 231 tem, para mim, uma importância fundamental: é essa temporalidade que permite ler a “pressão externa” sobre a identidade linguística do Brasil como algo constitutivo da política de línguas do Estado brasileiro, isto é, a pressão externa – os documentos que circulam em/entre (outras) nações – reaparece como a forma pela qual o Estado sustenta a nomeação de seu idioma como não equivocada nem, tampouco, precipitada. Mais ainda: parece-me razoável dizer que é também por essa pressão externa e pelo impasse sobre a denominação do idioma que o Estado brasileiro projeta como quase indispensável o controle normativo da língua – como ocorrera, em 1959, com o estabelecimento da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) pelo Ministério da Educação e Cultura (cf. BALDINI, 2009) – e que, sobretudo, ganham espaço, entre as décadas de 1950 e 1960, gramáticas e obras que reiteram a unidade linguística entre Brasil e Portugal (GUIMARÃES, 2004, p. 34). O controle da língua nasce, segundo minha perspectiva, também como forma de deslocar o problema da identidade linguística e, portanto, como mais uma forma pela qual o trabalho com a política de línguas no cenário doméstico viria a negar qualquer equívoco sobre a língua que o Estado brasileiro escolhera para projetar como sua nas relações exteriores.

Recuperando a metáfora do “jogo de dois níveis” (PUTNAM, 2010), o que tenho apresentado até o momento é fato de que, pela conjuntura dos estudos linguísticos do segundo período dos estudos do português no Brasil e pela própria forma como a identidade linguística do Brasil vinha já sendo posta como “dada” (nas relações exteriores), reconhecer a língua nacional como “língua portuguesa” soa como forma estratégica de minimizar as pressões domésticas – sobretudo porque a língua que se estudava como língua nacional era, então, a língua portuguesa – e, ao mesmo tempo, não alimentar “consequências adversas” (PUTNAM, 2010) – a perda de um espaço na parcela dos já reconhecidos, pela língua, nas relações exteriores – que outra denominação do idioma pudesse gerar no cenário internacional.

Proponho agora uma breve análise que permita ver como, de alguma forma, a representação do Estado e a denominação do idioma nacional aparecem problematizados

mesmo no corpo do texto da circular, mesmo sob a performatividade de uma recomendação para “expansão da língua”. Observemos novamente o corpo da circular no trecho apresentado em (17) abaixo:

(17) “O Ministério das Relações Exteriores recomenda a Vossa Excellencia que, no desempenho das funções de representante do Brasil, procure cooperar, por todos os meios idoneos que as circunstancias lhe proporcionem, para a expansão e prestígio da língua portugueza. Lembrando-se, no estrangeiro, do idioma, que é uma viva expressão do paiz, não deixará de estar Vossa Excellencia prestando o seu culto á Pátria”.

Em (17) vemos que “língua portugueza” aparece reescriturado duas vezes: uma, por substituição, pelo termo “idioma”, da expressão “Lembrando-se, no estrangeiro, do idioma”; outra, por elipse, em “que [a língua portugueza] é uma viva expressão do paiz”. Com base nessa reescritura e considerando a performatividade da circular, podemos chegar às seguintes paráfrases para (17):

Paráfrases (17a) a (17c)	Trecho do enunciado apresentado no recorte (17)
(17a) Recomendamos que coopere para a expansão e prestígio da língua portuguesa.	“O Ministério das Relações Exteriores recomenda a Vossa Excellencia que, no desempenho das funções de representante do Brasil, procure cooperar, por todos os meios idoneos que as circunstancias lhe proporcionem, para a expansão e prestígio da língua portugueza.”
(17b) A língua portuguesa é uma viva expressão do país.	“Lembrando-se, no estrangeiro, do idioma, que é uma viva expressão do paiz, não deixará de estar Vossa Excellencia prestando o seu culto á Pátria”
(17c) Lembrar-se da língua portuguesa é não deixar de prestar o culto à pátria.	

Quadro 15: Paráfrases (17a) a (17c), obtidas a partir do recorte (17), extraído da Circular 231 da Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

Uma vez que a Circular é escrita por um órgão encarregado na representação do Brasil no exterior, vou sustentar que a circular argumenta essencialmente para “a língua portuguesa é uma forma de representar o Brasil”. Sob essa perspectiva, vemos que (17a) e (17b) orientam exatamente para essa conclusão; no que diz respeito a (17c), no entanto, vemos que, apesar de orientar para essa conclusão, a construção negativa permite que reconhecamos uma polifonia que instala a dúvida quanto à representação. Estou, no limite, reconhecendo em (17c) dois dizeres articulados em uma relação de concessão que parece apagada no dizer do Locutor. Os dois dizeres que constituem (17c) aparecem representados em (17c’) e (17c’’) abaixo:

Paráfrases (17c’) e (17c’')	Trecho do enunciado apresentado no recorte (17)
(17c’) Lembrar-se da língua portuguesa parece não ser um culto à pátria.	“Lembrando-se, no estrangeiro, do idioma, que é uma viva expressão do paiz, não deixará de estar Vossa Excellencia prestando o seu culto á Pátria”
(17c’’) [Mas] Lembrar-se da língua portuguesa é não deixar de prestar o culto à pátria.	

Quadro 16: Paráfrases (17c’) e (17c’’), obtidas a partir do recorte (17), extraído da Circular 231 da Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

Pensando a constituição do Locutor, (17a) aparece como uma formulação de um dizer individual que recomenda que chefes de missões diplomáticas e representantes do Brasil no exterior cooperem para a expansão da língua portuguesa; (17b), por sua vez, é um dizer universal, justamente a partir do qual o Estado sustenta sua relação com a língua portuguesa como uma relação dada, fora da história, uma relação de verdade; finalmente, (17c’) é um dizer genérico, articulado numa relação concessiva com um dizer individual de (17c’’). Diante disso, represento a argumentação do Locutor no texto da Circular em (17’):

(17') L	
l-estadista – (17a) – e _{ind} – Recomenda-se (...) a língua portuguesa –) r	(a língua portuguesa é uma forma de representar o Brasil)
(17b) – e _{uni} – A língua (...) do país –) r	
(17c') – e _{gen} – Lembrar-se (...) parece não ser um culto à pátria –) ~r	(a língua portuguesa não é uma forma de representar o Brasil)
(17c'') – e _{ind} – Lembrar-se (...) não deixar de prestar o culto à pátria. –) r	

Figura 13: Locutor e Argumentação em (17) - Circular 231

A articulação de (17c') e (17c'') por uma relação concessiva é, de minha perspectiva, o lugar pelo qual o litígio sobre a denominação do idioma e seu poder de representatividade da nação aparecem já enunciados na política em 1928, isto é, mesmo antes dos mais acalorados debates domésticos sobre o nome da língua nacional; ao mesmo tempo, porém, essa articulação, justamente porque apagada pelo lugar de dizer de (17c''), apresenta-se como um lugar no qual podemos entrever uma imagem do Estado, o Locutor do texto, enquanto autoridade sobre a questão linguística. A construção negativa de (17c) é, pois, o silenciamento/apagamento de um desentendimento já instalado quanto ao sentido de língua portuguesa: o próprio acontecimento enunciativo instala uma divisão que faz “língua portuguesa” significar um problema para a representatividade da nação – marcado na voz de (17c') – e, ao mesmo tempo, o encobrimento desse problema – marcado por (17c''). No limite, a coexistência de dizeres nos permite ver o político da argumentação da Circular: a performatividade desse acontecimento de linguagem funciona, essencialmente, pela desigualdade entre o dizer genérico e o dizer individual e pelo modo como, dessa desigualdade, o dizer genérico é preterido no dizer do Locutor.

Ao desdobrarmos a formulação “Lembrar-se da língua portuguesa é não deixar de prestar o culto à pátria” (17c) em “Lembrar-se da língua portuguesa parece não ser um culto à pátria [(17c')], *mas* Lembrar-se da língua portuguesa é não deixar de prestar o culto à pátria [(17c'')]", podemos ver uma como a argumentação linguística aparece mesmo no que se poderia chamar de argumentação retórica⁵¹, tal como definida por Ducrot (2004, 2009). Em verdade, essa estratégia concessiva consiste em “indicar inicialmente o

⁵¹ Para Ducrot (2009, p. 21), a argumentação retórica é “um esforço verbal para fazer alguém crer em algo”.

argumento desfavorável X, fazendo-o seguir de um *mas Y*” (DUCROT, 2009, p. 24, grifo do autor). Com efeito, nesse caso,

Indicando X que é desfavorável à tese que defendo, e favorável a meu interlocutor, eu o impeço primeiramente de utilizar ele próprio esse X, argumento que seria ridículo explorar contra mim, já que tenho eu mesmo a generosidade de enunciá-lo, e já que decidi, após tê-lo assumido, que ele não merecia uma consideração mais séria. A essa vantagem da concessão para a estratégia polêmica, acrescento o fato de que ela permite melhorar a imagem que o orador dá de si em seu discurso. O orador aparenta ser um homem sério, portanto confiável, já que, antes de escolher sua posição Z, ele também prestou atenção às objeções possíveis contra Z. (DUCROT, 2009, p. 24)

De minha perspectiva, mais do que sugerir um esforço para se fazer crer em algo, essa estratégia concessiva, sobretudo por seu apagamento em um enunciado com formulação negativa, é uma forma particularmente eficaz de argumentação enquanto forma de sustentação do Locutor. Em um só dizer, o Locutor pretere um dizer genérico e se constitui como autoridade sobre a questão da identidade da língua e sobre o potencial dela para a representação da nação.

Propus um percurso de observação da relação entre a política externa e interna. Quero, antes de apresentar algumas considerações finais, sintetizar brevemente o tom essencial deste momento da história que procuro escrever: a Circular 231, como procurei destacar, tem um funcionamento político particular porque dialoga com a conjuntura doméstica dos estudos linguísticos em 1928; é desse diálogo que a língua portuguesa aparece como um memorável possível pelo qual o Estado denomina o idioma que o representa nas relações exteriores. Contraditoriamente, porém, é o próprio Estado que, na circular, um acontecimento de política de língua, antecipa o litígio entre o nome da língua nacional e a representação da nação. O futuro desse litígio, observado nos debates nacionalistas sobre o nome da língua nas décadas de 1930 e 1940, é a contingência da participação do Estado na divisão das partes nas relações exteriores. Nessa direção,

finalmente, a pressão externa, como pudemos observar pelos documentos das relações com os Estados Unidos, o México e a República Dominicana, é mobilizada enquanto uma política doméstica que procura criar um efeito de evidência sobre o nome da língua nacional.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão linguística está, definitivamente, no seio das políticas públicas do Estado brasileiro. Como espero ter demonstrado, essa não é uma simples contingência da atualidade, em que os Estados disputam, por todas as formas possíveis, a participação no mundo globalizado. Em verdade, a questão linguística enquanto razão de Estado é atual porque tem uma história que, em sua temporalidade, projetou cada vez mais para o centro dos poderes executivos centrais a língua e o potencial dela para a identificação e para a representação do Estado.

A língua é o Estado. A língua identifica e representa o Estado e seus cidadãos, enlaçando-os numa relação íntima – característica da nação e do sentimento de nacionalidade – de fidelidade e potencialidade: assim se desdobra, pouco a pouco, a relação Língua/Estado/Nação. É por essa relação, ressoada na leitura do corpus constituído a partir do arquivo histórico do Itamaraty, que inscrevo este trabalho no quadro de pesquisas do programa História das Ideias Linguísticas.

A história da língua do Brasil se imiscui na história do Brasil. Nessa ligação íntima entre a constituição do Estado brasileiro e a constituição de sua língua, o político foi/é incontornável. A língua que constitui o Estado brasileiro é a mesma que permite o trabalho estético-político de intervenção sobre o real, de redistribuição dos papéis dos Estados nas relações interestatais, de distribuição das línguas no jogo das relações exteriores; é essa língua, enfim, que procura conferir, ao Estado, uma espessura sensível, e, aos seus cidadãos, os falantes dessa língua, a possibilidade de constituírem um dizer que se projete como discurso de intensidade e frequência audível, perceptível, também sensível.

O político que atravessa cada língua é o elemento que projeta a constante divisão, distribuição e mistura das línguas. É o político que constitui o espaço de enunciação (GUIMARÃES, 2005), enquanto categoria de análise enunciativa, e, ao mesmo tempo, o político que aloca a língua nas razões de Estado, entre as “*casi di stato*”

(DESCENDRE, 2008). No caso brasileiro, a língua se projeta como uma questão cultural do Estado, entre as questões da diplomacia cultural. A língua do Estado brasileiro, a língua portuguesa, é a língua que constitui a soberania e o direito à autodeterminação do Brasil – mesmo que essa língua, portuguesa, pareça refletir um discurso histórico e seja uma projeção do acontecimento da colonização linguística (MARIANI, 2004). Essa língua portuguesa é, de qualquer forma, a via pela qual o Estado brasileiro, nas suas ações diplomáticas, vê abertas as oportunidades de negócios, de assistência técnica, de trânsito de ideias (RIBEIRO, 2011). Por isso mesmo, é também a língua que instala um desentendimento (RANCIÈRE, 1996) sobre o argumento “língua portuguesa” e sobre o estatuto dos Estados que ela representa.

Por cima de qualquer desentendimento, os países falantes de língua portuguesa hoje constituem uma “comunidade”. Essa comunidade é o presente de forte reiteração da “unidade linguística” que uniria a ex-metrópole Portugal a suas ex-colônias. Pensando o caso brasileiro, essa reiteração aparece explicitamente marcada na matéria (analisada no capítulo três deste trabalho) *A unidade linguística luso-brasileira enaltecida por um jornal espanhol* (cf. anexo 1), publicada em 1944 pelo jornal *Diário de Lisboa*.

O investimento na análise de recortes da notícia *A unidade linguística luso-brasileira enaltecida por um jornal espanhol* representa, seguramente, uma diferença fundamental deste trabalho: procurei, na leitura da notícia, constituir o terreno pelo qual entrar nas questões centrais que orientaram esta pesquisa e, conseqüentemente, a escrita da história das ideias sobre a língua do Brasil e sobre as políticas de língua do Brasil; ao mesmo tempo, a leitura da notícia publicada no *Diário de Lisboa* permitiu que fossem tratados conceitos e categorias da Semântica do Acontecimento, de modo que esse trabalho pôde dar relevo também ao procedimento de análise linguística que subsidia a história aqui escrita. Trata-se, pois, de um investimento duplo: de operação com os dispositivos e questões da História das Ideias Linguísticas e de tratamento de aspectos do quadro teórico-metodológico da Semântica do Acontecimento. Esse investimento duplo, porém, como espero ter demonstrado, tem sua razão na medida em que categorias e conceitos semânticos permitiram realçar as questões centrais da pesquisa e os próprios litígios da história.

Destaco, de modo especial, o modo como a categoria enunciativa “espaço de enunciação” (GUIMARÃES, 2005) e o conceito de argumentação adotado foram fundamentais para que questões da linguística e de seu objeto científico, a língua, pudessem ter visibilidade mesmo – ou sobretudo – nas análises de documentos diplomáticos. Decisivamente, pois, é por essa aliança entre história e semântica que este trabalho contribui na ampliação da “reflexão para pensar a Linguística dentro das relações de conhecimento mais gerais” (ORLANDI, 2000, p. 20).

Analisar os recortes da notícia publicada no jornal *Diário de Lisboa* sobre a unidade linguística entre Portugal e Brasil em 1944 é fundamental para recobramos o aspecto político da questão linguística. Do mesmo modo que Gadet e Pêcheux (2010) sustentam, em *A formação das línguas nacionais*, a importância da língua enquanto um projeto político que sustentava a constituição de um Estado, nosso percurso de leituras permite ver como, nas relações exteriores, a língua constitui-se enquanto um projeto político para a aliança entre diferentes Estados, para uma aliança política interestatal. É essa aliança, por força de uma unidade linguística constituída como sensível, que vemos sendo gestada no texto *A unidade linguística luso-brasileira enaltecida por um jornal espanhol*. Essa aliança interessa, no fundo, tanto a Portugal quanto ao Brasil, pois ela confere uma densidade à língua desses Estados e, conseqüentemente, à representação e à participação deles nas relações exteriores. No limite, ao tributar a brasileiros e portugueses o estatuto de falantes de português, trabalha-se a configuração do espaço de enunciação internacional pela coalizão do peso político de dois Estados, em dois continentes distintos.

Como vimos pela leitura dos recortes do texto *A unidade linguística luso-brasileira enaltecida por um jornal espanhol*, Brasil e Portugal teriam, já em 1944, uma unidade linguística. Essa unidade, porém, inclusive como objeto de uma notícia de jornal, aparece significada por uma tensão no espaço de enunciação do português no Brasil. Esse espaço de enunciação estava afetado, então, pela mistura do português com idiomas estrangeiros no estado de São Paulo. Mesmo noticiando uma unidade linguística entre Brasil e Portugal, o texto nos faz observar que o espaço de enunciação do português no Brasil em 1944 estava determinado por uma cisão no português, na língua dos brasileiros:

enaltecia-se na Espanha a unidade linguística luso-brasileira e noticiava-se em Portugal esse enaltecimento justamente porque o espaço de enunciação de São Paulo, afetado por idiomas estrangeiros que “prejudicavam” o português, era combatido pelos brasileiros. Combatia-se com o estado de São Paulo porque esse estado se tornava uma Babel linguística no qual o português, mesmo ainda reconhecido, estava misturado; esse português misturado, contudo, não era o português que determinava a relação entre Brasil e Portugal. A relação dos paulistas com o português, misturado, não passava pelo crivo de Portugal: era essa a sua fundamental diferença.

O Locutor da notícia sobre a unidade linguística entre Brasil e Portugal apresenta um dizer cindido. Nessa cisão, como vimos, alguns dos enunciados que constituem o dizer do Locutor orientam para a conclusão de que não haveria uma “unidade linguística luso-brasileira”. Há uma dissimetria entre a conclusão de alguns enunciados e a conclusão do texto. Essa dissimetria, contudo, bem como os enunciados que orientam argumentativamente para uma conclusão que não é pela unidade linguística entre Brasil e Portugal, é preterida, desde o início, pelo próprio título da notícia, *A unidade linguística luso-brasileira enaltecida por um jornal espanhol*, que, enquanto enunciado que integra a notícia, orienta, de modo singular, para a conclusão de que “há uma unidade linguística luso-brasileira”. A argumentação do texto não é, pois, uma questão veritativa e, tampouco, resultado de uma ordenação lógica dos enunciados que integram o texto: a argumentação é uma construção da própria temporalidade do texto enquanto acontecimento enunciativo.

Na argumentação, aliás, o golpe de força nem sempre vem explicitamente enunciado. Como procurei demonstrar no capítulo *Identidade linguística e espaços de enunciação*, foi recorrente, nos documentos que tratavam da expansão do idioma do Brasil, a presença forte de um argumento implícito que recortava como memorável a relação entre Brasil e Portugal, pela história da colonização. Faz parte da história da relação do Brasil com sua língua nacional/oficial a história da relação da ex-metrópole com a língua que aqui se estabeleceu: a colonização linguística (MARIANI, 2004) deixou inscrita na memória do brasileiro os argumentos que direcionam “língua nacional” e “língua oficial” para “língua portuguesa”. O Diretório dos Índios, nesse sentido, é particularmente forte: ele não projetou

só a obrigatoriedade do ensino do português em detrimento do ensino/aprendizado das línguas indígenas faladas no Brasil, ele projetou a ideia de que a questão linguística é uma questão de competência do Estado.

O percurso de leitura e análise de recortes de documentos diplomáticos das relações exteriores do Brasil com os Estados Unidos da América, com o México e com a República Dominicana permitiu que conhecêssemos um pouco da história das políticas de línguas do Brasil nesses três países também significados, historicamente, enquanto ex-colônias europeias. Como vimos, as políticas de expansão do idioma do Brasil foram fortemente determinadas pela busca e/ou conquista de um espaço de divulgação do Brasil.

Através da promoção da língua, promovia-se o Estado brasileiro. Quero ressaltar o aspecto de que os espaços de divulgação da língua do Brasil eram notadamente espaços de produção e circulação de conhecimento, como vimos nos documentos que representavam a relação do Brasil com as universidades dos Estados Unidos da América e do México. Esse aspecto aproxima o propósito de promoção da língua à questão cultural de um Estado, pois a diplomacia cultural visa, entre outras coisas, ao “ensino da língua, como veículo de valores”, à “distribuição integrada de material de divulgação” e ao “apoio a projetos de cooperação intelectual” (RIBEIRO, 2011, p. 31). Há, pois, nesse aspecto da política de expansão de idioma do Brasil, elementos que definitivamente estão envolvidos no *fazer* história das ideias, conforme já afirmado por Guimarães (2004, p. 11): ao tratarmos da língua enquanto objeto de saber, pudemos observar como, na questão linguística, estão intrincados “instituições” – as Embaixadas e Legações do Brasil, as universidades estrangeiras e, inclusive, no cenário doméstico, o Colégio Pedro II –, “os acontecimentos nas instituições que organizam as práticas de produção de conhecimento” – os cursos de português e as conferências sobre o Brasil, por exemplo – e “as obras que formulam esse conhecimento, ou dito, de outro modo, que resultam do conhecimento produzido” – como é o caso das obras de Antenor Nascentes, Clóvis Monteiro e Renato Mendonça, principalmente (pelo recorte de análise), e também dos próprios documentos diplomáticos sobre a questão linguística. Tendo ressaltado esses elementos que apareceram pelas análises – as instituições, os acontecimentos nessas instituições e as obras que

materializam o conhecimento produzido –, creio ter demonstrado como é possível também fazer uma história das ideias linguísticas considerando “as relações entre eles e a projeção de futuro que essas relações têm na ciência da linguagem e na prática político-diplomática” (cf. p. 12); ao mesmo tempo, creio ter destacado como é indispensável considerar o peso da língua em um projeto político de Estado.

O valor da língua em um projeto político de Estado nas relações exteriores pôde ser visto também na carta de Rafael L. Trujillo aos presidentes das câmeras legislativas da República Dominicana. Como vimos, a instituição da obrigatoriedade do ensino do português na República Dominicana e em outros Estados da América é uma janela de oportunidade para a constituição do ideal pan-americanista. O sucesso desse ideal dependia não só do reconhecimento de que o Brasil tinha uma língua, mas do reconhecimento de que essa língua tinha um nome – português –, nome esse que permitia constituir uma história que aproximava a língua dominicana e a língua brasileira, o castelhano e o português, por serem “línguas neolatinas derivadas do latim” (cf. anexo 16). Mais uma vez, pois, a língua aparecia não só como um elemento potencial para a constituição do Estado (GADET, PÊCHEUX, 2010), mas para uma aliança interestatal.

O corpus analisado neste trabalho permitiu, inclusive como um dos próprios objetivos do trabalho, dar maior visibilidade à história da constituição da língua enquanto objeto de políticas públicas, de políticas de Estado. As leituras e análises propostas trazem, pois, uma contribuição à história das ideias também porque recolocam, por um corpus recortado de um arquivo histórico das relações exteriores, a relação entre língua e Estado e, particularmente, a língua como uma questão de Estado. Mais ainda: pela análise da Circular 231, emitida em 24 de maio de 1928 pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores do Brasil, este trabalho mostrou como, enquanto projeção do acontecimento da colonização linguística e do Diretório dos Índios (MARIANI, 2004), a língua é uma questão para a autoridade do Estado brasileiro. Não por acaso, pois, mesmo no Brasil independente, a autoridade sobre a questão linguística é recorrente: primeiro pelo gesto que chancela o nome da língua pelo argumento histórico que recorta a memória de que a língua aqui instituída (obrigatoriamente, por força de outro Estado) é a língua portuguesa; segundo,

pelo silenciamento dos debates das décadas de 1930 e 1940 sobre a identidade da língua nacional; finalmente, pelo impedimento de avanço desse debate por uma estratégia que o minimiza por outro gesto de autoridade, o gesto de controle normativo da língua, tal como concretizado pela Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB).

Ainda que por autoridade, o envolvimento do Estado brasileiro com a questão linguística, sobretudo pensando as relações exteriores, traduz formas de políticas de língua, pois esse envolvimento tem, em sua base, o propósito de constituir ou expandir o espaço de enunciação de falantes brasileiros do português no cenário internacional. Junto a essa política vem associada uma política sobre a questão linguística, traduzida exatamente no controle normativo da língua, com vistas a atenuar as diferenças internas do funcionamento linguístico no interior no Estado e, assim, *fazer parecer*, *fazer sensível*, a correspondência entre uma língua e uma nação.

Essa correspondência entre língua e nação/Estado e as possibilidades que as políticas de língua abrem para o intercâmbio intelectual e, como sustenta a própria Diplomacia Cultural, para as trocas “políticas, econômicas, comerciais ou de assistência técnica” (RIBEIRO, 2011, p. 24), mostram a necessidade de que, ainda que inacabada, a identidade linguística pareça pronta e estável. É por esse motivo, em especial, que considero que a nomeação da língua oficial e nacional do Brasil, além de ter sido fortemente influenciada pelas relações exteriores – pelo Itamaraty, portanto –, é uma política de língua: ela é a condição de existência de quaisquer formas pelas quais um Estado pretenda apresentar sua identidade e participar da distribuição das partes e valores do mundo. No caso brasileiro, a nomeação, ao mesmo tempo em que soa como gesto de subordinação política à ex-metrópole, consolida-se como uma estratégia de participação em uma parcela já reconhecida, pela língua, nas relações exteriores.

Como um trabalho em História das Ideias Linguísticas, este trabalho procurou escrever uma história da constituição da língua nacional pelas políticas que se fizeram sobre essa língua e, principalmente, pela própria política que atravessa a constituição da identidade linguística do Estado brasileiro. A história que se lê, contudo, é uma história

que, naturalmente, se abre para novas questões e debates, sobretudo porque, no limite, é uma história também das relações exteriores do Brasil; mais particularmente, é parte de uma história da autodeterminação do Estado brasileiro. Espera-se, com esse resultado de pesquisa, legar justamente novos espaços para a reflexão acerca das políticas de línguas e para o diálogo produtivo entre a linguística e outras ciências humanas que também se debrucem, direta ou indiretamente, sobre a questão da língua nacional e sua história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUROUX, S. (1992) *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da Unicamp.
- AVELAR, J.; GALVES, C. (2011) Tópico e concordância em português brasileiro e português europeu. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGUÍSTICA, 26, 2011, Lisboa. *Textos Seleccionados do XXVI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Apl, 2011. p. 49 - 65. Disponível em: <<http://goo.gl/La6TOD>>. Acesso em: 12 abr. 2014.
- BALDINI, L. J. S. (2009) *Nomenclatura Gramatical Brasileira: análise discursiva do controle da língua*. Campinas: RG.
- BRASIL. (1938) Decreto-lei nº 383, de 18 de janeiro de 1938. Veda a estrangeiros a atividade política no Brasil e dá outras providências. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <<http://goo.gl/gUhx2b>>. Acesso em: 5 jan. 2014.
- _____. (2006) Lei nº 11.310, de 12 de junho de 2006. Institui o Dia Nacional da Língua Portuguesa. Brasília, DF, Disponível em: <<http://goo.gl/WiE1z1>>. Acesso em: 12 abr. 2014.
- CASTRO, F. M. de O. (2009) *Dois séculos de história da organização do Itamaraty (1808-2008)*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. 2 v. Disponível em: <<http://goo.gl/WxkEDT>>. Acesso em: 5 jan. 2013.
- CYRINO, S. M. L. (2001) Algumas diferenças entre o português brasileiro e o português europeu e sua relação com a mudança sintática no português brasileiro. *Signum: Estudos da Linguagem*, Londrina, v. 1, n. 4, p.95-112, 2001. Disponível em: <<http://goo.gl/X3NQLW>>. Acesso em: 12 abr. 2014.
- COLLINGWOOD, R. G. (1981) *A ideia de história*. Lisboa: Presença.
- COLLINOT, A.; MAZIÈRE, F. (1994) A língua francesa: pré-construído e acontecimento linguístico. In: ORLANDI, E. P. (org.) *Gestos de leitura: da história no discurso*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010, p. 185-198.
- DESCENDRE, R. (2008) Le cose de stato: Semântica do Estado e Relações Internacionais e Maquiavel. In: ZANCARINI, J-C.; FOURNEL, J-L.; _____. *Estudos sobre a língua política: filologia e política na Florença do século XVI*. Cáceres/Lyon/Campinas: Unemat/ANR – TRIangle/ RG, p. 169-184.
- DIAS, L. F. (1996) *Os sentidos do idioma nacional: as bases enunciativas do nacionalismo linguístico*. Campinas: Pontes.

- _____. (2001) O nome da língua no Brasil: uma questão polêmica. In: ORLANDI, E. P. (Org.) *História das idéias lingüísticas no Brasil: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas/Cáceres: Pontes/Unemat.
- DINIZ, L. R. A. (2010) *Mercado de línguas: a instrumentalização brasileira do português como língua estrangeira*. Campinas: RG.
- _____. (2012) *Política lingüística do Estado brasileiro na contemporaneidade: a institucionalização de mecanismos de promoção da língua nacional no exterior*. 2012. 396 f. Tese (Doutorado) - Curso de Linguística, Departamento de Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/VIjF4j>>. Acesso em: 9 abr. 2014.
- DUCROT, O. (1987) *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes.
- _____. (2004) Argumentation rhétorique et argumentation linguistique. In: DOURY, M.; MOIRAND, S. *L'Argumentation aujourd'hui: positions théoriques en confrontation*. Paris: Presses Sorbonne Nouvelle, p. 17-34.
- _____. (2009) Argumentação retórica e argumentação lingüística. *Letras de Hoje: Estudos e debates em lingüística, literatura e língua portuguesa*, Porto Alegre, v. 44, n. 1, p.20-25, jan./mar. 2009. Disponível em: <<http://goo.gl/oyrfqn>>. Acesso em: 17 dez. 2013.
- FAUSTO, B. (2008) *História Concisa do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial do Estado.
- GADET, F.; PÊCHEUX, M. (2010) A formação das línguas nacionais. In: GADET, F.; PÊCHEUX, M. *A Língua inatingível*. 2ª. ed. Campinas: RG, p. 35-39.
- GALVES, C. (2001) *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- GUIMARÃES, E. (1995) Texto e enunciação. *Organon*, Porto Alegre, Instituto de Letras/UFRGS, v. 9, n. 23, p. 65-69. Disponível em: <<http://goo.gl/jMZru>>. Acesso em: 22 mai. 2013.
- _____. (1996a) Enunciação, Língua, Memória. *Revista da ANPOLL*, n. 2, p. 27-33. Disponível em: <<http://goo.gl/IUDCA>>. Acesso em: 24 mai. 2013.
- _____. (1996b) Língua e Enunciação. *Cad. Est. Ling.*, Campinas, n. 30, p. 99-103, Jan/Jun. Disponível em: <http://goo.gl/pbTOu>. Acesso em: 24 mai. 2013.
- _____. (1998) Textualidade e enunciação. *Escritos*, Campinas, Labeurb/Nudecri, n. 2, p. 3-8. Disponível em: <<http://goo.gl/S25SS>>. Acesso em: 24 mai. 2013.

- _____. (2000) Língua de civilização e línguas de cultura: a língua nacional do Brasil. In: BARROS, D. L. P. (org.) *Os discursos do descobrimento: 500 e mais anos de discurso*. São Paulo: Edusp/Fapesp, p. 169-180.
- _____. (2003) Designação e espaço de enunciação: um encontro político no cotidiano. *Revista Letras*, n. 26, p.53-62. Disponível em: <<http://goo.gl/E8bDmL>>. Acesso em: 23 out. 2013.
- _____. (2004) *História da Semântica: Sujeito, sentido e gramática no Brasil*. Campinas: Pontes.
- _____. (2005) *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. 2. ed. Campinas: Pontes.
- _____. (2006) Espaço de enunciação e política de línguas no Brasil. In: SANTOS, J. F.; ELIAS DE OLIVEIRA, S. (orgs.) *Mosaico de linguagens*. Guarapuava/Campinas: Cellip/Pontes, p. 11-27.
- _____. (2007a) Política de línguas na linguística brasileira: da abertura dos cursos de letras ao estruturalismo. In: ORLANDI, E. P. (org.) *Política linguística no Brasil*. Campinas: Pontes.
- _____. (2007b) Domínio Semântico de Determinação. In: MOLLICA, M. C.; GUIMARÃES, E. (orgs.) *A Palavra: forma e sentido*. Campinas: Pontes/RG, p. 79-96.
- _____. (2007c) *Texto e argumentação: um estudo de conjunções do português*. 4. ed. revista e ampliada. Campinas: Pontes.
- _____. (2008) Um contra-argumento delocutivo: “Fala-sério!”. *Línguas & Letras*, Cascavel, v. 9, n. 16, p. 85-101. Semestral. Disponível em: <<http://goo.gl/yFP00>>. Acesso em: 05 jun. 2013.
- _____. (2009) A Enumeração: Funcionamento Enunciativo e Sentido. *Cad. Est. Ling.*, Campinas, n. 51 (1), p. 19-68, Jan/Jun 2009.
- _____. (2011) *Análise de texto: Procedimentos, Análises, Ensino*. Campinas: RG.
- HENRY, P. (1975) *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- LEVI, L. (1983) Nacionalismo. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de política*. 4. ed. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1992.
- UNIVERSIDADE de Brasília. Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas (LIP). (2014) Letras – Português do Brasil como Segunda Língua (Licenciatura). Disponível em: <<http://goo.gl/aChSan>>. Acesso em: 12 abr. 2014.

- MARIANI, B. (2004) *Colonização linguística*. Campinas: Pontes.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. (2005) Portaria nº 4.056, de 27 de setembro de 2005. Institui a Comissão para Definição da Política de Ensino-Aprendizagem, Pesquisa e Promoção da Língua Portuguesa. Brasília, DF, Disponível em: <<http://goo.gl/Q25ySG>>. Acesso em: 12 abr. 2014.
- MONTEIRO, C. (1939) *Nova Antologia Brasileira*. 6. ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia.
- OLIVEIRA, D. R. (2013) Argumentação, linguagem e história: sentidos à Carta Testamento de Vargas. *Línguas e instrumentos linguísticos*, Campinas, n. 31, p. 91-106, Jan-Jul. Disponível em: <<http://goo.gl/4zm853>>. Acesso em: 3 abr. 2014.
- ORLANDI, E. P. (1992) *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- _____. (1995) Texto e discurso. *Organon*, Porto Alegre, Instituto de Letras/UFRGS, v. 9, n. 23, p. 111-118. Disponível em: <<http://goo.gl/hk2xqc>>. Acesso em: 4 out. 2013.
- _____. (1998) Ética e política linguística. *Línguas e instrumentos linguísticos*, Campinas, n. 1, p. 7-16, Jan-Jun.
- _____. (1999). *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 10. ed. Campinas: Pontes, 2012.
- _____. (2000) O Estado, a gramática, a autoria: língua e conhecimento linguístico. *Línguas e instrumentos linguísticos*, Campinas, n. 4/5, p. 19-34, Dez 1999/Jun 2000.
- _____. (2001) Apresentação. In: ORLANDI, E. P. (org.) *História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas/Cáceres: Pontes/Unemat, p. 7-20.
- _____. (2003) A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. In: 1º SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DE DISCURSO, Nov. 2003. Porto Alegre. *Anais do 1º Seminário de Estudos em Análise de Discurso*. Porto Alegre: UFRGS, p. 1-18. Disponível em: <<http://goo.gl/1bVOfJ>>. Acesso em: 07 ago. 2013.
- _____. (2008) *Terra à vista: Discurso do confronto: Velho e Novo Mundo*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp.
- _____. (2009) *Língua brasileira e outras histórias: Discurso sobre a língua e ensino no Brasil*. Campinas: RG.

- _____. (2013) *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Cortez.
- _____.; GUIMARÃES, E. (2001) Formação de um Espaço de Produção Linguística: a Gramática no Brasil. In: ORLANDI, E. P. (org.) *História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas/Cáceres: Pontes/Unemat, p. 21-38.
- PAYER, M. O. (2001) A interdição da língua dos imigrantes (italianos) no Brasil: condições, modos, consequências. In: ORLANDI, E. P. (org.) *História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas/Cáceres: Pontes/Unemat, p. 235-255.
- _____. (2009) Imigrante: sujeito moderno. Dispositivos de objetivação do sujeito e da língua na modernidade. In: ZOPPI FONTANA, M. G. (org.) *O português como língua transnacional*. Campinas: Editora RG, p.23-58.
- PÊCHEUX, M. (1988) *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
- _____. ; GADET, F. (1998) Há uma via para a Linguística fora do logicismo e do sociologismo? *Escritos*, n. 3. Disponível em: < <http://goo.gl/fMrVyX>>. Acesso em 4 out. 2013.
- PFEIFFER, C. C. (2001) Sentidos para sujeitos e língua nacionais. *Línguas e instrumentos linguísticos*, Campinas, n. 7, p. 71-93, Jan-Jun 2001.
- _____. (2013) Língua em Museu: institucionalização de um nós no recobrimento de um resto histórico. *Letras*, Santa Maria, v. 23, n. 46, p. 225-244, Jan./Jun. 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/1V6m9G>>. Acesso em: 12 jan. 2014.
- PISTONE, S. (1983) Razão de Estado. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de política*. 4. ed. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1992.
- PUTNAM, R. D. (2010) Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 147-174, 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/L8a37e>>. Acesso em: 19 dez. 2013.
- RANCIÈRE, J. (1996) *O desentendimento – política e filosofia*. São Paulo: Editora 34.
- _____. (2009) *A partilha do sensível: estética e política*. 2. ed. São Paulo: Editora 34.
- RIBEIRO, E. T. (2011) *Diplomacia cultural: seu papel na política externa brasileira*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.
- RODRIGUES, G. M. A. (2009) *O que são relações internacionais*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense. Coleção Primeiros Passos.

- ROSSOLILLO, F. (1983) Nação. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de política*. 4. ed. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1992.
- SÃO PAULO (Estado) (s/d). Secretaria da Cultura. Museu da língua Portuguesa. Institucional: O Museu. Disponível em: <<http://goo.gl/n6YrBR>>. Acesso em: 12 jan. 2014.
- V FOR Vendetta. Direção: James McTeigue. Produção: Joel Silver; Grant Hill; Andy Wachowski e Larry Wachowski. Intérpretes: Natalie Portman; Hugo Weaving; Stephen Rea e John Hurt. Roteiro: The Wachowski Brothers. Warner Bros. Pictures; Virtual Studios, 2006. 1 DVD (132min).
- VARGAS, G. D. (1907) *Discurso de Formatura de Getúlio Vargas*. Disponível em: <<http://goo.gl/XXZYTD>>. Acesso em: 4 jan. 2014.
- VEYNE, P. M. (1989) *O inventário das diferenças*. Lisboa: Gradiva.
- _____. (1995) *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- ZOPPI FONTANA, M. G.. (2009a) Acontecimento linguístico: o discurso político e a comemoração da língua. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 4., 2009, Porto Alegre. *Anais do IV SEAD*. Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://goo.gl/YWpiyp>>. Acesso em: 14 abr. 2014.
- _____. (2009b) O português do Brasil como língua transnacional. In: ZOPPI FONTANA, M. G. (org.) *O português como língua transnacional*. Campinas: Editora RG, p.13-41.

ANEXOS

Anexo 1: A unidade lingüística luso-brasileira enaltecida por um jornal espanhol. *Diário de Lisboa*, 17 de julho de 1944.

DIÁRIO DE LISBOA

17 III 1944

A unidade lingüística luso-brasileira enaltecida por um jornal espanhol

O jornal «Atenas», de Madrid, publica um telegrama do Rio de Janeiro informando que o Gabinete Português de Leitura, inaugurado no terceiro centenario de Camões pelo Imperador D. Pedro II, festejou com toda a esplendor o seu 10.^o aniversario. E comenta: «É um grande esplendor, dá o telegrama que procede do Rio de Janeiro, isto é, na capital daquela nação americana exalta-se assim um acontecimento lusitano. O caso tem, por tanto, especial relevo politico e, sobretudo, cultural. Esse Gabinete de Leitura, que tem por assim dizer o brço da unidade intelectual dos povos que no Novo Mundo falam o idioma de Camões, deu recentemente importantes frutos. Não ha muita que Portugal e Brasil assinaram o transcendental «Tratado do Idioma». Com ele chegaram a um accordo no velho problema idiomático, que a ambos causava sérios problemas: estabelecerem que a sua lingua é um patrimonio proprio e comum dos dois Estados e comprometterem a conservação, phisica lo e documental. A lingua será unica, sem sé o seu dicionario, e as respectivas Academias não poderão modificar um vocabulo sem alterar a gramatica sem conhecimento das dois Governos e por mutuo accordo.

Os brasileiros não têm a menor duvida em estabelecer esta unidade forte com a sua mãe patria, Portugal. Não existe nem assomo de reclusão e, ha dez annos, tiveram de maior guerra separativa contra o Estado de S. Paulo—no qual a corrente emigratoria levou a estabelecerem-se varios milhares de italianos, alemães e estrangeiros doutras procedencias que tornaram aquelle Estado numa Babel lingüística, com prejuizo da pureza da portugua, misturando-se com todos os idiomas importados.

É o portugua uma das linguas de mais diffusão no Mundo. Não só pela numero de severs que o falam, mas tambem pela immensa estensão e dispersão dos territorios em que se usa. De quarta a setenta milhas de pessoas o têm como lingua propria; em Portugal, quarenta e cinco no Brasil, mais duma milha nas colônias portuguezas e o resto esparçada por todo o mundo.

América e Oceania, submetidos, contam com grandes colônias de potenciaes alheas a Portugal e Brasil e onde os indigenas têm mantido como idioma proprio o portugua que lhes levaram os descobridores e primeiros colonizadores lusitanos. E, como centro supremo cultural de toda este ambito através dos annos, pode considerar-se o Gabinete de Leitura, sendo legimus para a unidade contemporânea, pois é na verdade um centro donde partiram as melhores iniciativas e donde saíram os mais illustres homens da litteratura da lingua portugua.

Atenas

A nação brasileira, ao comemorar, hoje com tal esplendor o anniversario da inauguração deste centro de cultura e estudos a esphera do velho Portugal ao futuro mundo da paz, na qual fructifera as empecas da guerra actual, que é tambem a esperança e a verdade, a nobre ambição de Espanha.

A unidade lingüística

luso-brasileira enaltecida por um jornal espanhol

O jornal «Arriba», de Madrid, publica um telegrama do Rio de Janeiro informando que o Gabinete Português de Leitura, inaugurado no terceiro centenário de Camões pelo Imperador D. Pedro II, festejou com todo o esplendor o seu 107.º aniversário. E comenta: «Com grande esplendor», diz o telegrama que procede do Rio de Janeiro, isto é, na capital daquela nação americana exalta-se assim um acontecimento lusitano. O caso tem, por tanto, especial relevo político e, sobretudo, cultural. Este Gabinete de Leitura, que foi por assim dizer o bônus da unidade intelectual dos povos que no Novo Mundo falam o idioma de Camões, deu recentemente importantes frutos. Não há muito que Portugal e Brasil assinaram o transcendental «Tratado do Idioma». Com ele chegam a um acôrdo no velho problema idiomático, que a ambos causava sérios prejuizos; estabelecem que a sua lingua é um patrimonio proprio e comum dos dois Estados e comprometem-se a «conservá-lo, publicá-lo e defendê-lo». A lingua será unica, um só o seu dicionario, e as respectivas Academias não poderão modificar um vocabulo nem alterar a gramatica sem co-

nhecimento dos dois Governos e por mutuo acôrdo.

Os brasileiros não têm a menor duvida em estabelecer esta unidade forte com a sua mãe patria, Portugal. Não existe nem assomo de receio, e, ha dez anos, tiveram de manter guerra separatista contra o Estado de S. Paulo—no qual a corrente emigratoria levou a estabelecerem-se varios milhões de italianos, alemães e estrangeiros doutras procedencias que tornaram aquele Estado numa Babel lingüística, com prejuizo da pureza do português, misturando-se com todos os idiomas importados.

E' o português uma das linguas de mais difusão no Mundo. Não só pelo numero de seres que o falam, mas tambem pela imensa extensão e dispersão dos territorios em que se usa. De cinquenta a setenta milhões de pessoas o têm como lingua propria: sete em Portugal, quarenta e cinco no Brasil, mais dum milhão nas colonias portuguesas e o resto espalhado por todo o mundo.

America e Oceania, sobretudo, contam com grandes colonias de potencias alheias a Portugal e Brasil e onde os indigenas têm mantido como idioma proprio o português que lhes levaram os descobridores e primeiros colonizadores lusitanos. E, como centro supremo cultural de todo este ambito através dos anos, pode considerar-se o Gabinete de Leitura, titulo ingénuo para o sentido contemporaneo, pois é na verdade um centro donde partiram as melhores iniciativas e donde saíram os mais ilustres homens da literatura da lingua portuguesa do Atlantico.

A nação brasileira, ao comemorar, hoje com tal esplendor o aniversario da constituição deste centro de cultura, confirma a esperança do vizinho Portugal no futuro mundo da paz, no qual triunfem as essecias do espirito cristão, que é tambem a esperança e a vontade, a nobre ambição de Espanha».

Anexo 2: Correspondência, de 1940, da Embaixada do Brasil de Nova Iorque para o Ministro de Estado das Relações Exteriores. Índice: "Ensino da língua portuguesa na Universidade de Columbia".

Handwritten: 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 526, 527, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 558, 559, 560, 561, 562, 563, 564, 565, 566, 567, 568, 569, 570, 571, 572, 573, 574, 575, 576, 577, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 585, 586, 587, 588, 589, 590, 591, 592, 593, 594, 595, 596, 597, 598, 599, 600, 601, 602, 603, 604, 605, 606, 607, 608, 609, 610, 611, 612, 613, 614, 615, 616, 617, 618, 619, 620, 621, 622, 623, 624, 625, 626, 627, 628, 629, 630, 631, 632, 633, 634, 635, 636, 637, 638, 639, 640, 641, 642, 643, 644, 645, 646, 647, 648, 649, 650, 651, 652, 653, 654, 655, 656, 657, 658, 659, 660, 661, 662, 663, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670, 671, 672, 673, 674, 675, 676, 677, 678, 679, 680, 681, 682, 683, 684, 685, 686, 687, 688, 689, 690, 691, 692, 693, 694, 695, 696, 697, 698, 699, 700, 701, 702, 703, 704, 705, 706, 707, 708, 709, 710, 711, 712, 713, 714, 715, 716, 717, 718, 719, 720, 721, 722, 723, 724, 725, 726, 727, 728, 729, 730, 731, 732, 733, 734, 735, 736, 737, 738, 739, 740, 741, 742, 743, 744, 745, 746, 747, 748, 749, 750, 751, 752, 753, 754, 755, 756, 757, 758, 759, 760, 761, 762, 763, 764, 765, 766, 767, 768, 769, 770, 771, 772, 773, 774, 775, 776, 777, 778, 779, 780, 781, 782, 783, 784, 785, 786, 787, 788, 789, 790, 791, 792, 793, 794, 795, 796, 797, 798, 799, 800, 801, 802, 803, 804, 805, 806, 807, 808, 809, 810, 811, 812, 813, 814, 815, 816, 817, 818, 819, 820, 821, 822, 823, 824, 825, 826, 827, 828, 829, 830, 831, 832, 833, 834, 835, 836, 837, 838, 839, 840, 841, 842, 843, 844, 845, 846, 847, 848, 849, 850, 851, 852, 853, 854, 855, 856, 857, 858, 859, 860, 861, 862, 863, 864, 865, 866, 867, 868, 869, 870, 871, 872, 873, 874, 875, 876, 877, 878, 879, 880, 881, 882, 883, 884, 885, 886, 887, 888, 889, 890, 891, 892, 893, 894, 895, 896, 897, 898, 899, 900, 901, 902, 903, 904, 905, 906, 907, 908, 909, 910, 911, 912, 913, 914, 915, 916, 917, 918, 919, 920, 921, 922, 923, 924, 925, 926, 927, 928, 929, 930, 931, 932, 933, 934, 935, 936, 937, 938, 939, 940, 941, 942, 943, 944, 945, 946, 947, 948, 949, 950, 951, 952, 953, 954, 955, 956, 957, 958, 959, 960, 961, 962, 963, 964, 965, 966, 967, 968, 969, 970, 971, 972, 973, 974, 975, 976, 977, 978, 979, 980, 981, 982, 983, 984, 985, 986, 987, 988, 989, 990, 991, 992, 993, 994, 995, 996, 997, 998, 999, 1000

Nº 123

Ensino da língua portuguesa
na Universidade de Columbia.

Handwritten: 540.22/22

Nova York, 19 de Setembro de 1940

SECRETARIA DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SERVIÇO DE COMUNICAÇÕES
- 30 OUT. 1940
Nº 12893

Senhor Ministro,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que a Universidade de Columbia, desta cidade, resolveu incluir em seu programa de ensino um curso de língua portuguesa. Instituído principalmente para a divulgação de nosso idioma, conforme se anunciou, está o mesmo fadado, entretanto, a estimular um interesse intelectual mais acentuado em relação ao Brasil.

2. Devo relatar a Vossa Excelência, com efeito, que é intenção do respectivo instrutor difundir o mais possível o conhecimento da cultura brasileiro-portuguesa, que sem dúvida merece maiores atenções, colocando-a, senão em nível superior, pelo menos em igualdade de condições com a destacada posição que logrou neste país a cultura espanhola.

3. No momento, como Vossa Excelência sabe, existe aqui real curiosidade em torno à América Latina, cogitando-se mesmo de um trabalho tendente à unificação espiritual e cultural no

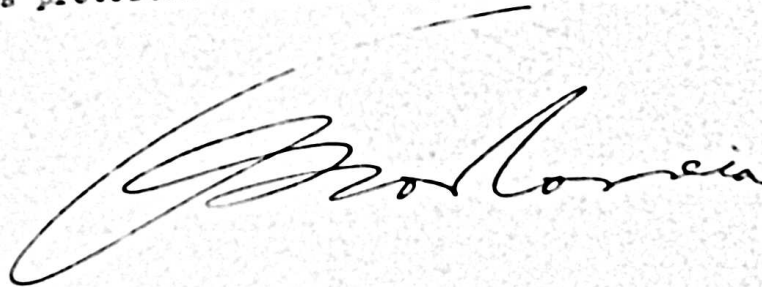
A Sua Excelência o Senhor Doutor Oswaldo Aranha,
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Cons.Nova York/125/1940/2.

no Hemisfério. Em tal sentido, aliás, não se cansam de manifestar as mais graduadas autoridades norte-americanas.

4. Creio que corresponde à expectativa de Vossa Excelência dando mostras de que participamos desses anhelos de cooperação. Inspirado neste propósito, Senhor Ministro, dirigi à prestigiosa Instituição a carta que, por cópia inclusa, me dou prêssa de encaminhar à esclarecida e benevola apreciação de Vossa Excelência. Também desejo proceder de modo analogo quanto à cópia, junto ao presente officio, das linhas que enderecei ao Professor Alexandre Frieta, sob cuja direção funcionará a nova cadeira.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.



Anexo 3: Correspondência de Maurício Nabuco, em nome do Ministro de Estado, ao Cônsul Geral do Brasil. "Ensino da lingua portuguesa na Universidade de Colúmbia".

Em 4 de Outubro de 1940.

CI/103/540.23(22)
Ensino da lingua por-
tuguesa na Universi-
dade de Colúmbia.

Senhor Cônsul Geral,

Acuso o recebimento do officio nr 125, de 19 de Setembro último, no qual Vossa Senhoria informou este Ministério haver a Universidade de Colúmbia, em Nova York, resolvido estabelecer no seu programa de ensino um curso de lingua portuguesa, com o intuito principal de divulgar, nesse país, o interesse, já acatado, pela cultura brasileiro-portuguesa.

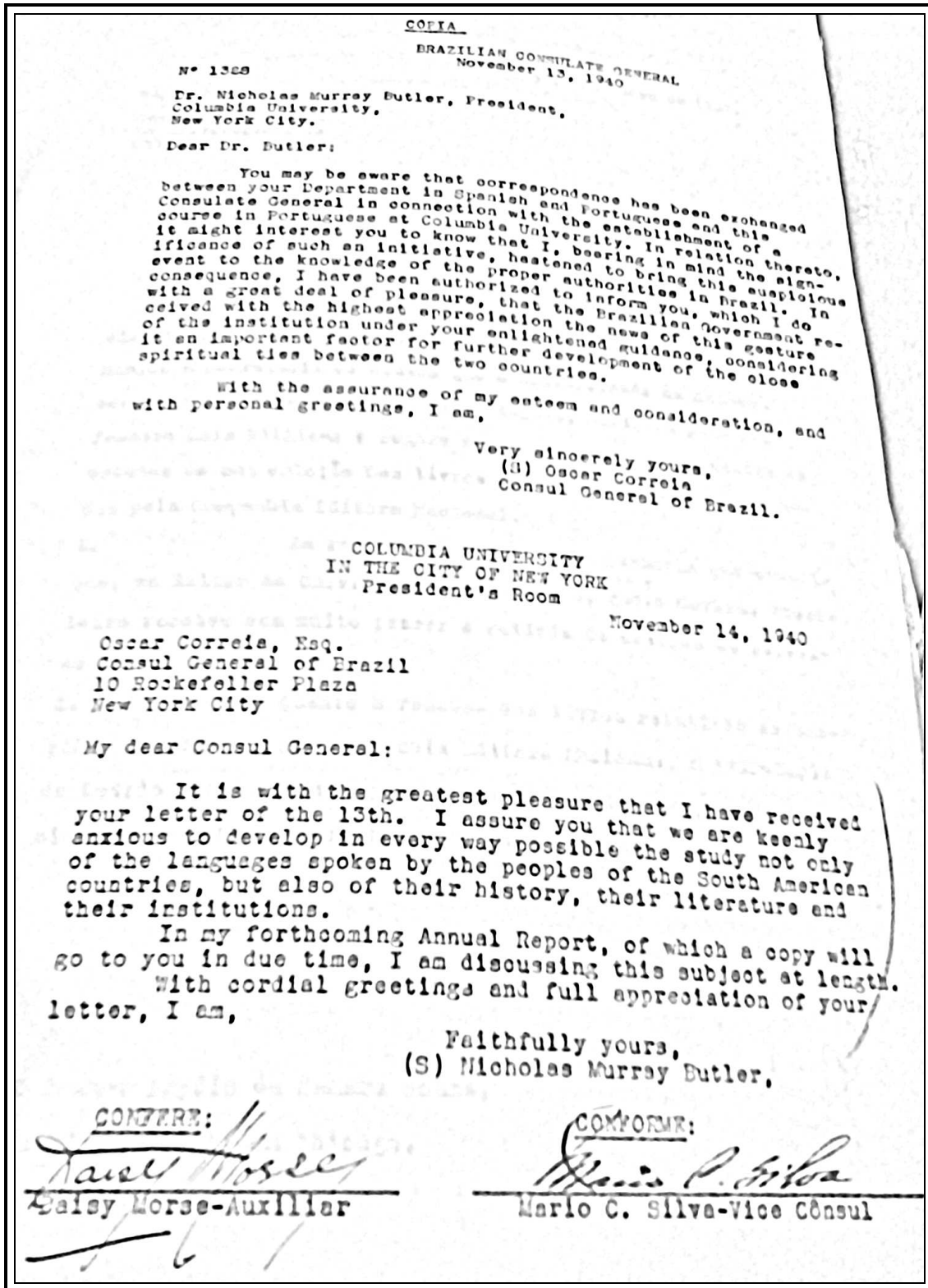
2. Em resposta, solicito a Vossa Senhoria o obsequio de comunicar ao Reitor da referida Universidade que o Governo brasileiro recebeu com o mais vivo prazer a iniciativa tomada por esse douto estabelecimento de ensino, a qual contribuirá, certamente, para estreitar ainda mais os laços espirituais entre os dois países.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Senhoria os protestos da minha perfeita estima e consideração.

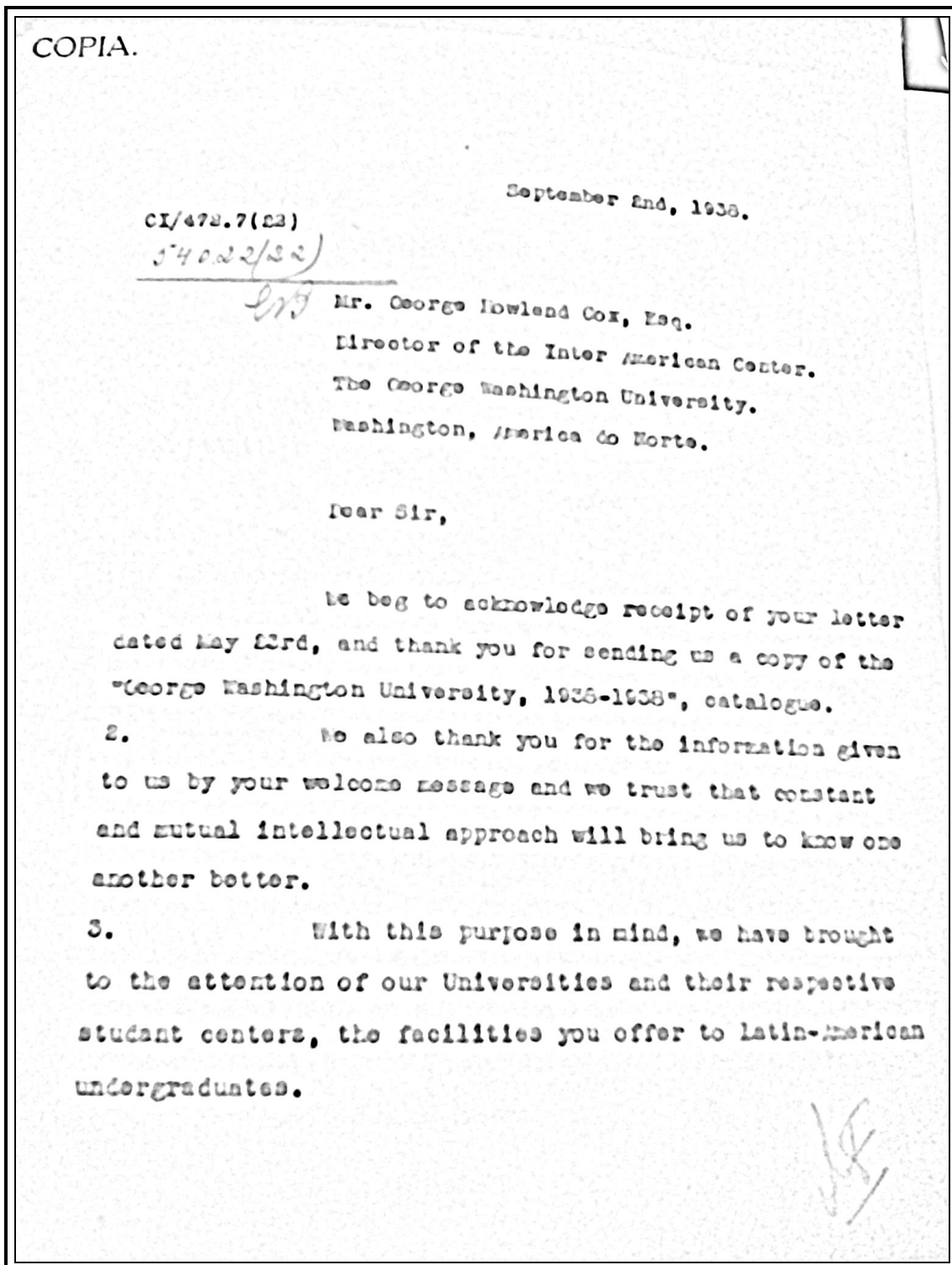
Em nome do Ministro de Estado:

a) Maurício Nabuco.

Ao Senhor Odear Correia,
Cônsul Geral do Brasil em Nova York.



Anexo 5: Correspondência do Chefe da Divisão de Cooperação Intelectual do Brasil ao Diretor do Centro Interamericano da Universidade de Washington.



undergraduates.

4. We should like to take this opportunity to point out to you that in the prospectus of languages taught at the University, Portuguese does not figure in the list which includes French, Spanish, etc.

5. On page 261 of this publication in question, Brazil is referred to as one of the great States of Spanish America, despite the fact that our country was discovered, colonized and developed entirely by Portuguese initiative.

6. Furthermore, Professor Cecil Jones, Litt. B., in his course of lectures on the "Romance of Languages and Literature", has completely overlooked the existence of Brazilian nation and its literary achievements, unless we are to understand that he also regards us as a mere part of Spanish America, but this does not seem a feasible point of view, since he refers individually to the literature of Argentine and Uruguay.

7. We trust that you will take these remarks not as a rebuke, for that is furthest from our intention, but rather as a proof of our friendship for you; this is because we wish to make ourselves known in our true light, in order that our relations may always be of the best.

We beg to remain,

OPIA.

3.

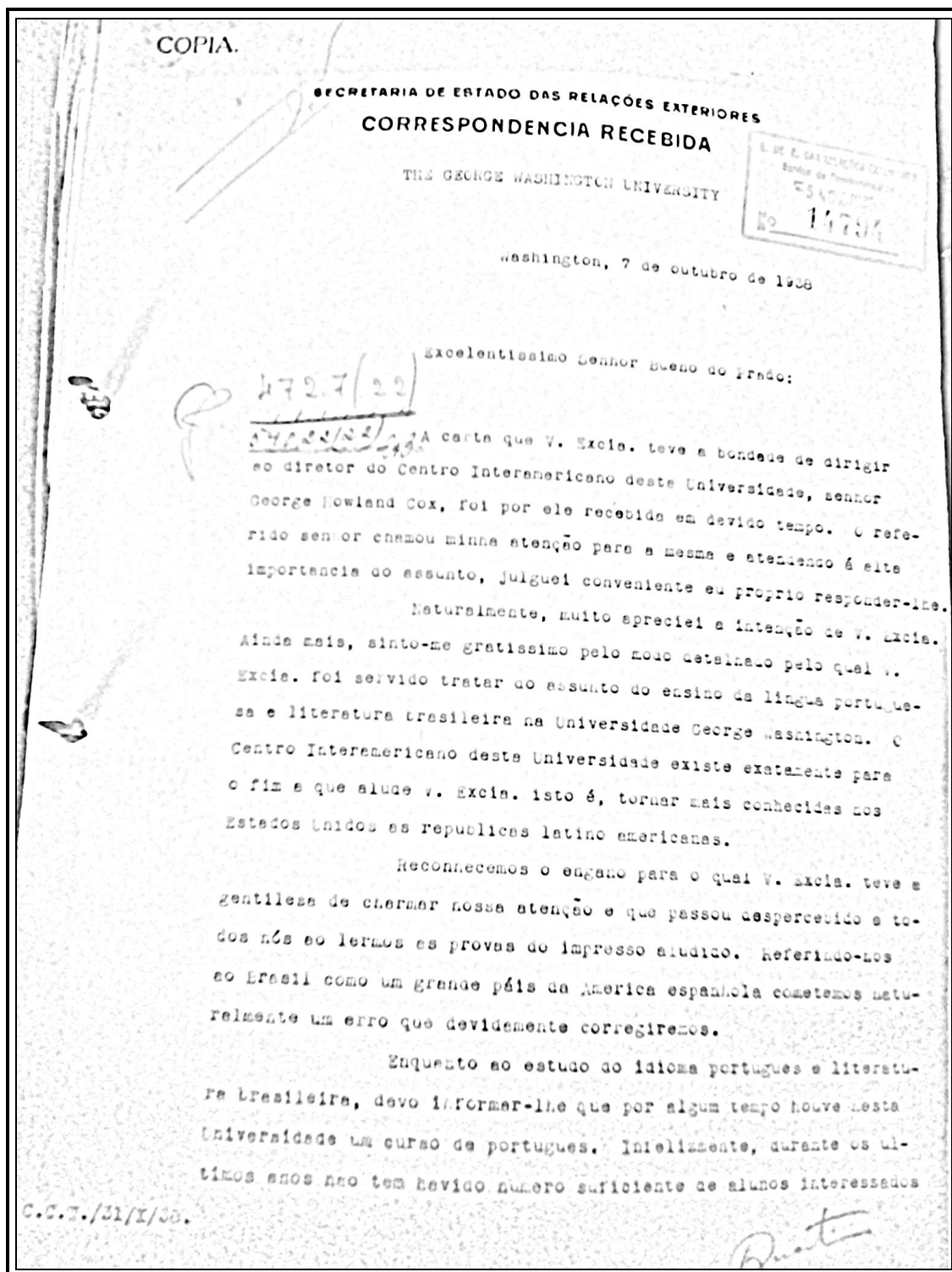
remain,

Yours faithfully,

(ass.) A. Bueno do Prado.

Chief of the Intellectual Cooperation
Department.

Anexo 6: Correspondência do Presidente da Universidade de Washington ao Chefe da Divisão de Cooperação Intelectual do Brasil.



A.

- 2 -

interessados neste idioma, nem nos tem sido possível encontrar professor competente para dirigir curso de literatura portuguesa e brasileira.

O professor C.K. Jones, do departamento de línguas românicas, tem frequentemente sugerido a conveniência de oferecer um curso sobre a literatura portuguesa e brasileira nesta Universidade. Ele próprio teria, da melhor vontade, ficado a cargo de tal curso se tivesse, como ele mesmo diz, conhecimento especializado desta matéria.

Pelas razões apontadas não temos incluído cursos de português e de literatura portuguesa e brasileira em nossos programas. Esperamos, todavia, dentro em breve ampliar os estudos relativos às repúblicas latino-americanas, incluindo então os cursos referidos.

Agradecendo-lhe mais uma vez a sua atenção, aproveito o ensejo para lhe apresentar os protestos de minha estima e consideração

(s) CLOYD H. MARVIN

Presidente.

Exmo. Senhor A. Buego do Prado.
Serviço de Cooperação Intelectual.
Palácio Itamaraty - Rio de Janeiro - Brasil.

Anexo 7: Correspondência da Embaixada do Brasil no México com o Ministro de Estado das Relações Exteriores. "Cursos de Língua e Literatura brasileiras na Universidade Nacional do México".

ARQUIVO
77 28 62

"O ORIGINAL SEGUIR POR VIA COMUM"

e7

EMBAIXADA DO BRASIL

México, D.F., 17 de Julho de 1942.

N.º 164.

Cursos de Língua e Literatura brasileiras na Universidade Nacional do México.

540.2263
PA

Senhor Ministro,

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, pela primeira vez desde sua longa existência, a Universidade Nacional do México introduziu nos seus programas de Cursos de Verão uma cátedra especial destinada ao estudo da Língua e Literatura do Brasil.

5/2

2. Em ofício que me dirigiu e cuja cópia se encontra anexo, o Senhor Raulfo Brito Fouber, Reitor da Universidade Nacional do México, solicitou, em termos que seria difícil recusar, o meu consentimento para que o Senhor Renato de Mendonça, Segundo Secretário desta Embaixada, se incumbisse de lecionar aquela cátedra universitária.

3. Considerando que a Universidade Nacional do México é uma instituição secular mas autónoma e privada, dei o meu consentimento para que o Secretário Renato de Mendonça assumisse a regência do curso de "Introdução à Língua e à

B. W.

A Sua Excelência o Senhor Doutor Oswaldo Aranha,
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Emb.do Brasil no México/of.n.º 164/1942/2.-

À literatura do Brasil", o qual foi inaugurado a 30 de Junho ultimo e conta com uma assistência de cincoenta e cinco professores e universitarios dos Estados Unidos.

4. Junto remeto a Vossa Excelência alguns recortes de jornais e revistas desta capital com o noticiario a respeito, que demonstra o interesse despertado pelas coisas do Brasil no México.

5. Fado o caracter educativo e cultural desses cursos de Verão instituidos pela Universidade do México seria de toda oportunidade que essa Secretaria de Estado encaminhase ao Ministerio da Educação e à Academia Brasileira de Letras alguns exemplares do respectivo programa, em que figura, ao lado de varias disciplinas importantes, a cátedra de lingua portuguesa. Esta entra em personal docente, y en titulo de la cátedra de la materia y la personalidad del profesor.

6. A esse respeito muito agradeceria a Vossa Excelência a bondade de encarecer por officio, não só ao Ministerio da Educação como à Academia de Letras, a necessidade de remeterem uma coleção completa, tanto quanto possível, de suas publicações de literatura, filologia e historia do Brasil à Universidade Nacional do México, em cuja biblioteca não se pode encontrar um só autor brasileiro.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

Carlos de Lima Cavalcanti

Emb.do Brasil no México/of.n° 187/1943/anexo n° 2.

"NOVELADES".- 22 de Junho de 1943.

Valiosos cursos en la Universidad

De portugués y
literatura brasileira

El 28 de las corrientes dará principio en el edificio de Mascarones, Ribera de San Cosme No. 71, los cursos de lengua portuguesa y literatura del Brasil de la Escuela de Verano de la Universidad de México, los cuales estarán a cargo del señor Renato de Mendonza, secretario de la embajada del Brasil.

Delante del éxito de ese curso del año pasado, que tuvo más de 55 alumnos extranjeros y mexicanos, el doctor Pablo Martínez del Río, director de la escuela de Verano, decidió renovar la invitación al escritor Renato de Mendonza para que se encargada de la cátedra.

DISTINGUIDA COLABORACION

Este año los cursos de referencia tendrán la colaboración de tres distinguidos escritores e intelectuales, que harán conferencias sobre temas afines al programa. La primera tendrá lugar a mediados de julio próximo y estará a cargo del señor Bueno do Prado, ministro consejero de la embajada del Brasil, bajo el título "Los tres más grandes poetas del Brasil". En la segunda quincena de julio hablará el señor doctor José dos Santos Taveira, encargado de negocios de Portugal en México sobre "Camões y las Lusíadas". Finalmente, el gran escritor mexicano, señor Alfonso Reyes hará una disertación sobre temas generales de la literatura brasileira, lo que se verificará a principios de agosto próximo.

Las fechas precisas de esas conferencias que serán publicadas y tendrán la asistencia del señor Carlos de Lima La-Alencar, cónsulador del Brasil, se anunciarán oportunamente.

Valiosos cursos en la Universidad

De portugués y literatura brasileira

El 28 de las corrientes dará principio en el edificio de Mascarones, Ribera de San Coame No. 71, los cursos de lengua portuguesa y literatura del Brasil de la Escuela de Verano de la Universidad de México, los cuales estarán a cargo del señor Renato de Mendonza, secretario de la embajada del Brasil.

Delante del éxito de ese curso del año pasado, que tuvo más de 55 alumnos extranjeros y mexicanos, el doctor Pablo Martínez del Río, director de la escuela de Verano, decidió renovar la invitación al escritor Renato de Mendonza para que se encargada de la cátedra.

DISTINGUIDA COLABORACION

Este año los cursos de referencia tendrán la colaboración de tres distinguidos escritores e intelectuales, que harán conferencias sobre temas afectos al programa. La primera tendrá lugar a mediados de julio próximo y estará a cargo del señor Bueno do Prado, ministro consejero de la embajada del Brasil, bajo el título "Los tres más grandes poetas del Brasil". En la segunda quincena de julio hablará el señor doctor José dos Santos Taveira, encargado de negocios de Portugal en México, sobre "Camões y las Lusíadas". Finalmente, el gran escritor mexicano, señor Alfonso Reyes hará una disertación sobre temas generales de la literatura brasileira, lo que se verificará a principios de agosto próximo.

Las fechas precisas de esas conferencias, que serán públicas y tendrán la asistencia del señor Carlos de Lima Cavalcanti, embajador del Brasil, se publicarán oportunamente.

Emb.do Brasil no México/of.n° 187 /1943/anexo n° 2.

"EL UNIVERSAL".- 22 de Junho de 1943.

Notables Cursos Sobre Literatura

Se trata de la del Brasil.
Estarán a cargo de cono-
cidos intelectuales. Va-
rias conferencias

Los cursos de lengua portuguesa y literatura del Brasil en la Universidad Nacional Autónoma de México, se iniciarán el día veintidós del mes en curso en uno de los salones del edificio de Mascarones, ubicado en la Riviera de San Cosme número setenta y uno de esta Capital. Dichos cursos de la Escuela de Verano estarán a cargo del señor don Renato de Mendonça, Secretario de la Embajada del Brasil en México.

Este curso tuvo el año pasado un éxito brillante, habiendo asistido a él, cincuenta y cinco alumnos mexicanos y algunos extranjeros. El señor profesor don Pablo Martínez del Río, Director de la Escuela de Verano acordó renovar la invitación al señor don Renato de Mendonça, para que se encargue de las clases del presente año, con la colaboración de tres distinguidos escritores e intelectuales quienes asistirán intermitentemente conferencias desarrollando temas relacionados con el programa de enseñanza. La primera de estas conferencias se efectuará a mediados del presente mes y estará a cargo del señor don Bruno do Prado, Ministro Consejero de la Embajada del Brasil en México. El título cabalístico tendrá como tema "Los Tres más Grandes Poetas del Brasil".

En el curso de la segunda conferencia del mismo mes hablará el señor don José dos Santos Taveira, Encarado de Negocios de Portugal en México, quien disertará sobre "Cantares y los Lusitana". Finalmente el escritor mexicano don Alfonso Reyes hará una disertación sobre temas generales de la literatura brasileña, disertación que atraerá el culto Brasilista mexicano en los próximos días de agosto.

A estas conferencias asistirá el excelentísimo señor don Carlos de Lima Cavalcanti, Embajador del Brasil acreditado en México, y el Brasil acrediado en México. Estas conferencias serán gratuitas y en su oportunidad darán lugar a conocer las fechas exactas en las que se darán a conocer.

Notables Cursos Sobre Literatura

Se trata de la del Brasil.
Estarán a cargo de cono-
cidos intelectuales. — Va-
rias conferencias

Los cursos de lengua portuguesa y literatura del Brasil en la Universidad Nacional Autónoma de México, se inician el día veintiocho del mes en curso en uno de los salones del edificio de Muscatones, ubicado en la Rivera de San Cosme número setenta y uno, de esta Capital. Dichos cursos de la Escuela de Verano estarán a cargo del señor don Renato de Mendonça, Secretario de la Embajada del Brasil en México.

Este curso tuvo el año pasado un éxito brillante, habiendo asistido a él, cincuenta y cinco alumnos mexicanos y algunos extranjeros. El señor profesor don Pablo Martínez del Río, Director de la Escuela de Verano, acordó renovar la invitación al señor don Renato de Mendonça, para que se encargue de las clases del presente año, con la colaboración de tres distinguidos escritores e intelectuales quienes sustentarán interesantes conferencias desarrollando temas relacionados con el programa de enseñanza. La primera de estas conferencias se efectuará a mediados del entrante julio y estará a cargo del señor Bueno de Prado, Ministro Consejero de la Embajada del Brasil en México. El citado caballero tendrá como tema: "Los Tres más Grandes Poetas del Brasil".

En el curso de la segunda conferencia del mismo julio hablará el señor don José dos Santos Teixeira, Encargado de Negocios de Portugal en México, quien disertará sobre "Cantos y los Loufadas". Finalmente el escritor mexicano don Alfonso Reyes hará una disertación sobre temas generales de la literatura brasileña, disertación que ofrecerá el culto literato mexicano en los primeros días de agosto.

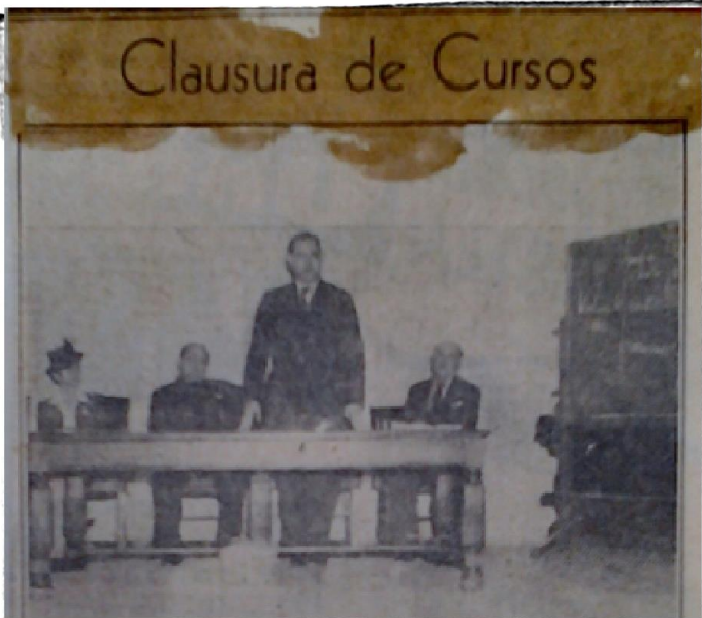
A estas conferencias asistirá el excelentísimo señor don Carlos de Lima Cavalcanti, Embajador del Brasil acreditado ante nuestro gobierno. Estas conferencias serán públicas y en su oportunidad deberán a conocer sus fechas exactas en que se darán a conocer.

Anexo 10: Los Cursos de Verano Acabaron con una Clase de Portugués. *Excelsior*, 8 de agosto de 1942.

Emb.do Brasil no México/of.n° 191/1942/anejo n° 2.

"EXCELSIOR".- 8 de Agosto de 1942.

Clausura de Cursos



El rector de la Universidad, licenciado Rodolfo Brito Foucher, hablando durante el acto de clausura de cursos de portugués en la Escuela de Verano.

Los Cursos de Verano Acabaron con una Clase de Portugués

• **El Rector Ofreció Crear un Centro de Estudios Brasileños**

Asistíamos en el viejo y bello edificio de Mascarones, con su linda fachada churrigueresca, con sus corredores y patios, con sus salones encajados y de envidados techos, a la última clase que el escritor y profesor de literatura brasileña, Renato de Mendonca, daba a más de setenta alumnos de los cursos de verano, entre los que se cuentan profesores de lenguas y de literatura de las universidades de los Estados Unidos y de Canadá.

Anexo 11: Correspondência da Embaixada do Brasil no México com o Ministro de Estado das Relações Exteriores. "Coleção: livros brasileiros para a Universidade do México".

COPIA. RECEBIDO
MEXICO
31 JUL 42

SEGUIU UMA CÓPIA POR VIA AEREA
Brasil no México/Of. n.º 160/1942/As.

A COPIA AEREA CHEGOU
a 1/ VIII / 42

México, D.F., 21 de Julho de 1942. ey

N.º 100. RECEBIDO
MEXICO
8 SET 42
N.º 11703

Coleção livros brasileiros para a Universidade do México.

542.5/23/x
Senhor Ministro,

1/2 lv

Com referência ao ofício n.º 164 desta Embaixada, de 17 de Julho em curso, e a fim de atender um pedido do Reitor da Universidade Nacional do México, tenho a honra de solicitar a Vossa Excelência a remessa das publicações constantes da lista anexa, destinadas não somente ao ensino da língua portuguesa como também a estudos e consultas posteriores de assuntos brasileiros na biblioteca da referida Universidade.

2. Muito agradeceria a Vossa Excelência a bondade de determinar que as publicações relacionadas junto sejam remetidas a esta Embaixada, com a urgência possível, a fim de que sejam oferecidas à Universidade Nacional do México em nome do Governo brasileiro.

3. Salvo melhor juízo de Vossa Excelência, seria de desejar que a lista ora solicitada fosse remetida sem substi-

A Sua Excelência o Senhor Doutor Oswaldo Aranha,
Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Emb. do Brasil no México/of.nº 160/1942/s.-

substituições, exceto as decorrentes de edições esgotadas, uma vez que se adapta, em linhas gerais, aos cursos recém inaugurados de língua e literatura do Brasil na Universidade Nacional do México.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração.

(ass) Carlos de Lima Cavalcanti.

COPIA.

Emb. do Brasil no México/of. NA 168/1942/anexo único.

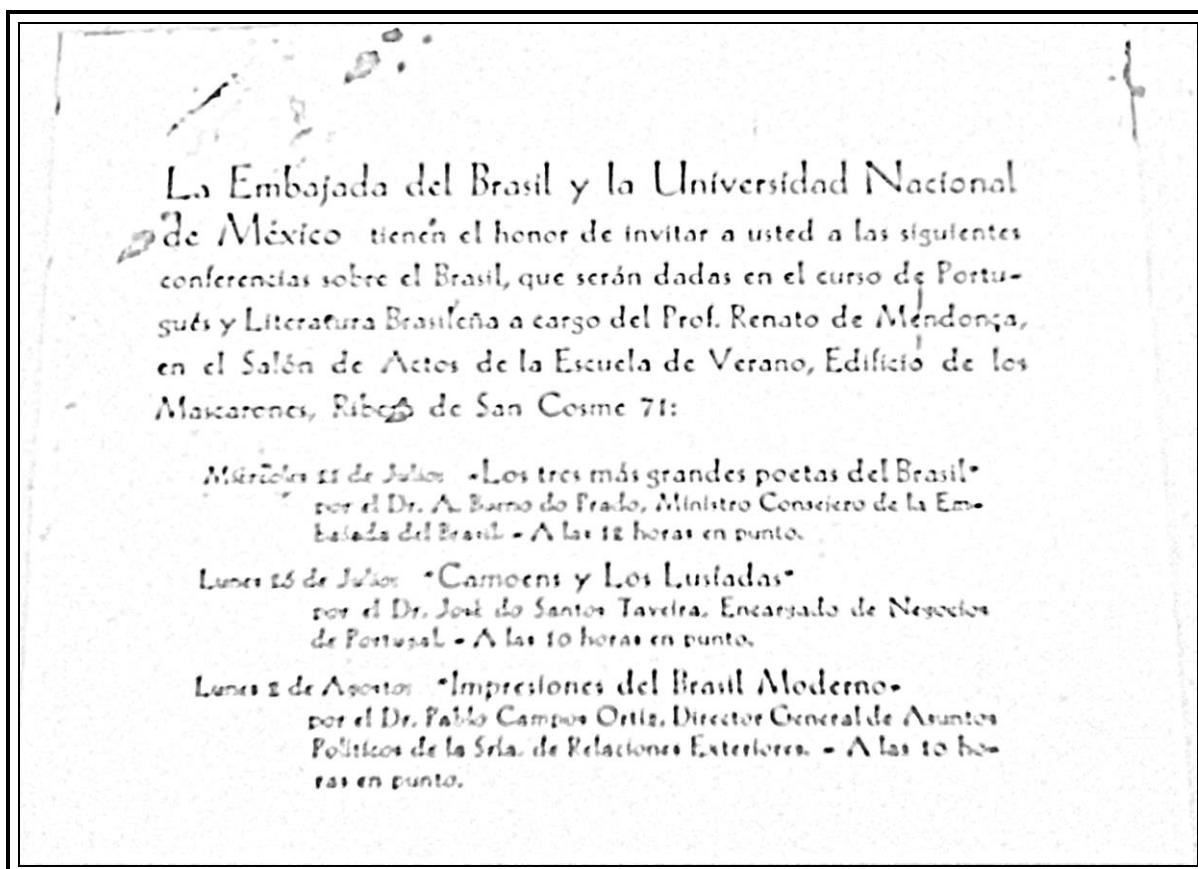
INSTITUTO DA LINGUA PORTUGUESA

Clovis Monteiro -	<u>Antologia Brasileira.-</u>	15	exemplares
Antenor Nascentes -	<u>O Idioma Nacional.-</u>	15	"
Renato Mendonça -	<u>O Português do Brasil.-</u>	15	"
<u>Assuntos Brasileiros</u>			
Roberto Simonsen.	<u>Historia Econômica do Brasil.-</u>	1	"
Oliveira Viana.	<u>Evolução do povo Brasileiro.</u>	1	"
Barão do Rio Branco.	<u>Historia do Brasil.</u>	2	"
Ronald de Carvalho.	<u>Resumo Historia da Literatura Brasileira.</u>	2	"
Manuel Bandeira.	<u>Antologia da Poesia Popular.</u>	1	"
Gilberto Freyre.	<u>Casa Grande e Senzala.</u>	1	"
Nelson Werneck Sodré.	<u>Historia da Literatura Brasileira.</u>	1	"
Roquette Pinto.	<u>Pandora.</u>	2	"
Pedro Calmon.	<u>Historia da Civilização Brasileira.</u>	2	"
Lina Figueiredo.	<u>Índios do Brasil.</u>	1	"
S. Froes de Abreu.	<u>A riqueza mineral do Brasil.</u>	1	"
Ruy Barbosa.	<u>Cartas de Inglaterra.</u>	1	"
Ruy Barbosa.	<u>Oração aos Moços.</u>	2	"
Eulídes da Cunha.	<u>Os Sertões.</u>	1	"
Machado de Assis.	<u>Dom Caspuro.</u>	1	"
Machado de Assis.	<u>Memórias póstumas de Brás Cubas.</u>	1	"
Renato Almeida.	<u>Historia da Música Brasileira.</u>	1	"
Baptista Pereira.	<u>Figuras do Império e outros estudos.</u>	1	"
Cláudio Eliseo.	<u>Poesias.</u>	3	"
Castro Alves.	<u>Poesias completas.</u>	1	"
Agripino Crisico.	<u>Evolução da Prosa Brasileira.</u>	1	"

Tab.do 11 no México/of.nº 168/1942/2/.

Apino Grieco.	<u>Evolução da Poesia Brasileira.</u>	1 exemplar.
Joaquim Nabuco.	<u>A Minha Formação.</u>	1 "
Jonatas Serrano.	<u>Historia do Brasil.</u>	1 "
Afrânio Peixoto.	<u>Pequena Historia das Américas.</u>	1 "
Mina Rodrigues.	<u>Os Africanos no Brasil.</u>	1 "
J. P. Normano.	<u>Evolução Económica do Brasil.</u>	1 "
Pedro Calmon.	<u>O Rei Filósofo.</u>	1 "
Alberto de Faria.	<u>Mauá.</u>	1 "
Hermes Lima.	<u>Tobias Barreto.</u>	1 "
Visconde de Tanay.	<u>Inocência.</u>	1 "
Afonso Arinos.	<u>Conceito de Civilização Brasileira.</u>	1 "
José de Alencar.	<u>O Guarani.</u>	1 "
José de Alencar.	<u>Iracema.</u>	1 "

-|-|-|-|-|-|-|-|-|-



Anexo 13: Decreto-Lei nº. 383 de 18 de abril de 1938. “Veda a estrangeiros a atividade política no Brasil e dá outras providências”.



Senado Federal
Subsecretaria de Informações

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

DECRETO-LEI N. 383 – DE 18 DE ABRIL DE 1938

Veda a estrangeiros a atividade política no Brasil e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

decreta:

Art. 1º. Os estrangeiros fixados no território nacional e os que nele se acham em caráter temporário não podem exercer qualquer atividade de natureza política nem imiscuir-se, direta ou indiretamente, nos negócios públicos do país.

Art. 2º. E’-lhes vedado especialmente:

1 – Organizar, criar ou manter sociedades, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos de caráter político, ainda que tenham por fim exclusivo a propagação ou difusão, entre os seus compatriotas, de idéias, programas ou normas de ação de partidos políticos do país de origem. A mesma proibição estende-se ao funcionamento de sucursais e filiais, ou de delegados, prepostos, representantes e agentes de sociedades, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos dessa natureza que tenham no estrangeiro a sua sede principal ou a sua direção.

2 – Exercer ação individual junto a compatriotas no sentido de, mediante promessa de vantagens, ou ameaça de prejuízo ou constrangimento de qualquer natureza, obter adesões a idéias ou programas de partidos políticos do país de origem.

3 – Hastear, ostentar ou usar bandeiras, flâmulas e estandartes, uniformes, distintivos, insígnias ou quaisquer símbolos de partido político estrangeiro.

Essa proibição será estendida, a critério do ministro da Justiça e Negócios Interiores, a quaisquer sinais exteriores de filiação política, ainda que não constantes de disposições legais ou estatutárias.

4 – Organizar desfiles, passeatas, comícios e reuniões de qualquer natureza, e qualquer seja o número de participantes, com os fins a que se referem os incisos ns. 1 e 2.

5 – Com o mesmo objetivo manter jornais, revistas ou outras publicações, estampar artigos e comentários na imprensa, conceder entrevistas; fazer conferências, discursos, alocações, diretamente ou por meio de telecomunicação, empregar qualquer outra forma de publicidade e difusão.

Parágrafo único. Excetuam-se da proibição contida no inciso 3º as bandeiras que sejam reconhecidas como símbolos de nações estrangeiras.

Art. 3º. E’ lícito aos estrangeiros associarem-se para fins culturais, beneficentes ou de assistência, filiarem-se a clubes e quaisquer outros estabelecimentos com o mesmo objeto, bem assim reunirem-se para comemorar suas datas nacionais ou acontecimentos de significação patriótica.

§ 1º. Não poderão tais entidades receber, a qualquer título, sub-venções, contribuições ou auxílios de governos estrangeiros, ou de entidades ou pessoas domiciliadas no exterior.

§ 2º. As reuniões autorizadas neste artigo não serão levadas a efeito sem prévio licenciamento e localização pelas autoridades policiais.

Art. 4º. As proibições contidas nos artigos anteriores alcançam as escolas e outros estabelecimentos educativos mantidos por estrangeiros ou brasileiros, e por sociedades de qualquer natureza, fim, nacionalidade e domicílio.

Parágrafo único. Fica-lhes, contudo, ressalvado o direito ao uso de uniforme escolar e às reuniões para aulas e outros fins de ordem didática.

Art. 5º. Das entidades a que se refere o art. 3º não podem no entanto fazer parte brasileiros, natos ou naturalizados, e ainda que filhos de estrangeiros.

Os que infringirem o disposto neste artigo perderão, ipso facto, os cargos públicos que possuírem e ficarão inhabilitados, pelo prazo de cinco anos, para exercer cargo dessa natureza, além de incorrerem nas penas constantes da primeira parte do art. 10.

Art. 6º. As entidades referidas nos arts. 3º e 4º não poderão funcionar sem licença especial e registo concedido pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, na forma do decreto-lei n. 59, de 11 de dezembro de 1937, e do regulamento aprovado pelo decreto n. 2.229, de 30 de dezembro de 1937, cujas disposições lhes são aplicáveis.

Art. 7º. As entidades, cujo funcionamento é proibido no art. 2º, ficam dissolvidas na data da publicação desta lei, sendo-lhes concedido o prazo de trinta dias para o encerramento de quaisquer negócios e operações.

Art. 8º. O Ministro da Justiça e Negócios Interiores poderá ordenar a interdição das sedes e de todos os locais em que se exerçam as atividades que ficam vedadas por esta lei, bem como, a qualquer momento, vetar a realização de reuniões, conferências, discursos e comentários, e o emprego de qualquer meio de propaganda ou difusão, desde que os considere infringentes das disposições desta lei. Pelo mesmo motivo, poderá suspender, temporária ou definitivamente, quaisquer jornais, revistas e outras publicações, e fechar as respectivas oficinas gráficas.

Parágrafo único. Nos Estados e no Território do Acre, a faculdade conferida neste artigo poderá ser delegada, ainda que por via telegráfica, aos respectivos governos.

Art. 9º. O Ministério da Justiça e Negócios Interiores exercerá fiscalização permanente sobre as entidades mencionadas nesta lei. Para esse fim, o Ministro de Estado designará, dentro dos quadros do Ministério, os funcionários que se fizerem necessários, podendo delegar essa atribuição, nos Estados e no Território do Acre, a funcionários indicados pelos respectivos governos.

Esses funcionários exercerão gratuitamente a fiscalização, sendo-lhes apenas abonadas diárias e ajudas de custo, fixadas pelo Ministro e a critério deste.

Art. 10. Os que infringirem as prescrições desta lei incorrerão nas penas constantes do art. 6º do decreto-lei n. 37, de 2 de dezembro de 1937, ou serão passíveis de expulsão, a juízo do governo.

Parágrafo único. As penalidades cominadas neste artigo aplicam-se aos diretores das sociedades, companhias, clubes e outros estabelecimentos compreendidos nas proibições desta lei, bem como a quaisquer responsáveis pelos mesmos, seus sócios, contribuintes ou não, e empregados remunerados ou gratuitos.

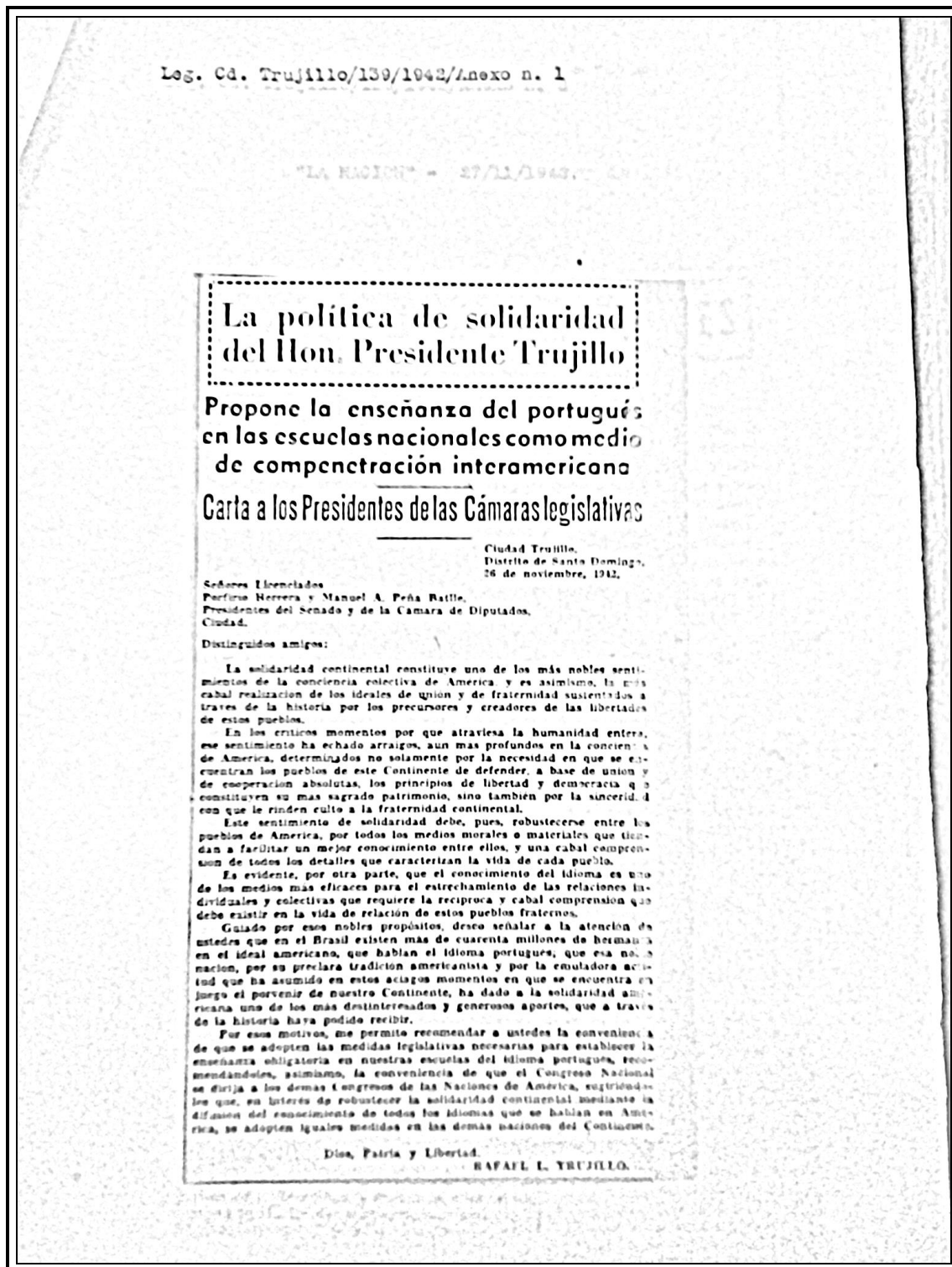
Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data em que for publicada, e o seu texto será remetido, para este fim, aos governos dos Estados e do Território do Acre; revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de abril de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

Getúlio Vargas.

Francisco Campos.

Anexo 14: Carta a los Presidentes de las Cámaras legislativas, escrita em 1942 pelo general e governante da República Dominicana, Rafael L. Trujillo. *La Nación*, 27 de novembro de 1942.



La política de solidaridad del Hon. Presidente Trujillo

Propone la enseñanza del portugués
en las escuelas nacionales como medio
de compenetración interamericana

Carta a los Presidentes de las Cámaras legislativas

Ciudad Trujillo,
Distrito de Santa Domingo,
26 de noviembre, 1942.

Señores Ilustres
Porfirio Herrera y Manuel A. Peña Batlle,
Presidentes del Senado y de la Cámara de Diputados,
Ciudad.

Distinguidos amigos:

La solidaridad continental constituye uno de los más nobles sentimientos de la conciencia colectiva de América y es asimismo, la más cabal realización de los ideales de unión y de fraternidad sustentados a través de la historia por los precursores y creadores de las libertades de estos pueblos.

En los críticos momentos por que atraviesa la humanidad entera, ese sentimiento ha echado arraigos, aun más profundos en la conciencia de América, determinados no solamente por la necesidad en que se encuentran los pueblos de este Continente de defender, a base de unión y de cooperación absolutas, los principios de libertad y democracia que constituyen su más sagrado patrimonio, sino también por la sinceridad con que le rinden culto a la fraternidad continental.

Este sentimiento de solidaridad debe, pues, robustecerse entre los pueblos de América, por todos los medios morales o materiales que tiendan a facilitar un mejor conocimiento entre ellos, y una cabal comprensión de todos los detalles que caracterizan la vida de cada pueblo.

Es evidente, por otra parte, que el conocimiento del idioma es uno de los medios más eficaces para el estrechamiento de las relaciones individuales y colectivas que requiere la recíproca y cabal comprensión que debe existir en la vida de relación de estos pueblos fraternos.

Guiado por esos nobles propósitos, desco señalar a la atención de ustedes que en el Brasil existen más de cuarenta millones de hermanos en el ideal americano, que hablan el idioma portugués; que esa noble nación, por su preclara tradición americanista y por la emuladora actividad que ha asumido en estos aciagos momentos en que se encuentra en juego el porvenir de nuestro Continente, ha dado a la solidaridad americana uno de los más desinteresados y generosos aportes, que a través de la historia haya podido recibir.

Por esos motivos, me permito recomendar a ustedes la conveniencia de que se adopten las medidas legislativas necesarias para establecer la enseñanza obligatoria en nuestras escuelas del idioma portugués, recomendándoles, asimismo, la conveniencia de que el Congreso Nacional se dirija a los demás Congresos de las Naciones de América, sugiriéndoles que, en interés de robustecer la solidaridad continental mediante la difusión del conocimiento de todos los idiomas que se hablan en América, se adopten iguales medidas en las demás naciones del Continente.

Dios, Patria y Libertad.

RAFAEL L. TRUJILLO.

Anexo 15: Editorial do *La Nación*, de 27 de novembro de 1942, sobre a carta de Rafael Trujillo aos Presidentes das Câmaras Legislativas da República Dominicana.

Leg. Cd. Trujillo/139/1942/Anexo n. 2

"LA NACION" - 27/11/1942.

Ciudad Trujillo, 27 de noviembre de 1942.

EL Presidente Trujillo dirigió en fecha de ayer, a los Presidentes de las Cámaras legislativas, un mensaje lleno de alteza de ideas y de sentimientos, por el cual invita la atención de ambos legisladores hacia la singular conveniencia de que se vote una ley por cuyo medio se establezca la enseñanza del idioma portugués en nuestras escuelas, y a dirigirse a las demás instituciones de su clase en América invitándolas a tomar idéntica determinación por espíritu de solidaridad continental y en razón de que el portugués lo hablan en el Brasil más de cuarenta millones de individuos que son parte de la gran familia panamericana, y de que esa República ha sabido adoptar una levantada posición frente a los Estados agresores en los momentos en que América pone a prueba su profunda devoción y arraigado celo por los principios democráticos en que basa su existencia social y política.

Con sentido americanista profundo invoca el Presidente Trujillo la solidaridad continental valorándola como una de los más preciosos timbres de la conciencia común de todos nuestros pueblos, y ponderando la necesidad de comunicarle a ese sentimiento mayor vigor por cuantos medios de orden material y moral sea posible, con miras a una mayor comprensión entre los mismos pueblos. Como el idioma es el mejor instrumento de esa comprensión, se apoya en esta verdad el ilustre gobernante para robustecer la propuesta por él en favor de que sea incorporada la lengua portuguesa a las materias de enseñanza en todas las naciones del Nuevo Mundo.

Nosotros habíamos sustentado el criterio que hoy, de tan brillante modo, hace patente el Presidente Trujillo en los términos de un documento que pasará a la historia de América como una de las más valiosas aportaciones a la causa de la Unión Panamericana.

Las lenguas española, inglesa, francesa y portuguesa necesitan tener ambiente oficial común en los planes de estudios de cada país del Nuevo Mundo. Es un deber fundamental en esta familia de pueblos, y faltando sólo el portugués para que sea una realidad ese deber, justo es lo que a nombre de la solidaridad continental pide a las Cámaras legislativas de la República, y espera de ellas, el insigne conductor del pueblo dominicano.

"LA OPINION" - 28 de Nov° de 1942.

NOTAS EDITORIALES

DE LA ENSEÑANZA DEL PORTUGUES

Los pueblos progresan si son buenos los principios de sus grandes hombres. Adelantan cuando esos hombres llegan a lograr sus más caros deseos de bien nacional. Y todavía se destacan más cuando los estadistas trabajan a base de solidaridad con los demás pueblos del mundo civilizado y de las mismas ideas dignificadoras del género humano.

La República Dominicana es uno de esos pueblos que afortunadamente desde hace doce años viene dando pasos de trascendencia hacia la conquista del progreso en todos sus aspectos. Esto así, porque el feliz advenimiento al poder del Generalísimo Dr. Rafael L. Trujillo Molina, Honorable Presidente de la República ha facilitado la realización de todas aquellas obras necesarias para la perfecta marcha de la sociedad.

Su programa de gobierno ha podido fertilizar los campos estériles y dominar los impetus de las aguas; ha desafiado las inclemencias atmosféricas y orado por la paz universal. Y su palabra de solidaridad internacional americana es también de incontables beneficios para la humanidad.

Ayer la prensa publicó la patriótica carta que el Generalísimo Trujillo envió al Presidente del Honorable Senado de la República, Lic. Porfirio Herrera, y al Presidente de la Cámara de Diputados, Lic. M. A. Peña Batlle proponiéndoles la enseñanza del idioma portugués en las escuelas nacionales. Todos sus párrafos tienen gran contenido de compenetración americanista en esta hora de paz y armonía internacional de los pueblos unidos por la causa democrática.

En primer párrafo dice: "La solidaridad continental constituye uno de los más nobles sentimientos de la conciencia colectiva de América, y es asimismo, la más cabal realización de los ideales de unión y de fraternidad sustentados a través de la historia por los precursores y creadores de las libertades de estos pueblos". Palabras apostólicas de amplias proyecciones americanistas, no podrían faltar en el elevado pensamiento de uno de los más destacados estadistas del Nuevo Mundo.

Siguiendo sus ideales de acercamiento y de seguridad continental el Honorable Presidente de la República propone "que se adopten las medidas legislativas necesarias para establecer la enseñanza obligatoria en nuestras escuelas del idioma portugués, recomendando, asimismo, la conveniencia de que el Congreso Nacional se dirija a los demás Congresos de las Naciones de América, sugiriéndoles que, en interés de robustecer la solidaridad continental mediante la difusión del conocimiento de todos los idiomas que se hablan en América, se adopten iguales medidas en las demás naciones del Continente".

El portugués es una de las lenguas neolatinas derivadas del latín. Su aprendizaje es facilísimo para nosotros por la claridad de sus raíces y la conjugación de sus verbos. Muchos de los escritores castellanos se han referido a la facilidad con que han asimilado el portugués.

El portugués es fácil de aprender si antes se conocen los principios del castellano, que, naturalmente, no ignoran los estudiantes de los pueblos latinoamericanos. De ahí que estamos más que seguros del triunfo de los estudiantes dominicanos que tan pronto reciban las primeras nociones del *ello idioma extraño*, se darán cuenta de lo que decimos. No es idioma opuesto al nuestro ni siquiera en la pronunciación cuando ya se está algo avanzado en las primeras enseñanzas.

El Generalísimo Trujillo Molina se anota otro triunfo en su plan educacional por lo que tiene de acercamiento con los pueblos del hemisferio occidental. Su ideal de que también las demás repúblicas enseñen el portugués habrá de ser bien acogido por los estadistas de nuestras repúblicas hermanadas como nunca en esta hora de pruebas.

El Brasil es inmenso, es la Rusia de América y hay que saber a cuántos millones ascienden sus habitantes para poder apreciar la oportuna proposición del Generalísimo Trujillo de que en nuestro país se enseñe la lengua que allí se habla.

Nosotros estamos de parte del Honorable Presidente de la República, porque sabemos de sus empeños de solidaridad continental, porque entendemos su ideología americanista, porque de todo ello se benefician los pueblos que se comparten el dominio del Nuevo Mundo.

Anexo 17: Circular 231 da Secretaria de Estado das Relações Exteriores. Índice: "Expansão de prestígio da lingua porutguezã".

